

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

RAFAELA MACHADO RIBEIRO

O NEGRO E SEU MUNDO:

Vida e trabalho no pós-Abolição em Campos dos Goytacazes (1883-1893)

Campos dos Goytacazes

2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

RAFAELA MACHADO RIBEIRO

O NEGRO E SEU MUNDO:

Vida e trabalho no pós-Abolição em Campos dos Goytacazes (1883-1893)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Dutra dos Santos

Campos dos Goytacazes

Fevereiro de 2012

O NEGRO E SEU MUNDO:

Vida e trabalho no pós-Abolição em Campos dos Goytacazes (1883-1893)

Rafaela Machado Ribeiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Lana Lage da Gama Lima
Universidade Estadual do Norte Fluminense

Prof.^a Dr.^a Paulo Cavalcante de Oliveira Júnior
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Luciano Raposo Figueiredo
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Rogério Dultra dos Santos (Orientador)
Universidade Federal Fluminense

Campos dos Goytacazes

2012

À minha mãe Rose, maior companheira, amiga e incentivadora.

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação foi pensada, desde o início, para ser um trabalho a partir do resgate de fontes. E assim foi. Durante toda a empresa do mestrado estive diariamente ligada à vida de vários João, Antonio, Benedito, Maria, Conceição, Quitéria e tantos outros que encontrei pela documentação analisada. Homens e mulheres que não escolheram nascer ou viver na escravidão, mas que contra ela traçaram estratégias de vida que, mesmo não alcançando a tão sonhada liberdade, procuravam atingir algo muito maior e mais imediato em seus horizontes – a sobrevivência. A eles quero dedicar o que de bom tiver esse trabalho. A eles quero agradecer por terem me permitido, através da documentação, entrar em um mundo de constantes lutas e batalhas, um mundo de verdadeira busca por sobrevivência e por liberdade.

Isso só me foi possível porque existe o Arquivo Público de Campos e com ele um grupo de pessoas que faz parte da minha vida de maneira tão intensa e verdadeira, que, sinceramente, não sei o que teria sido de mim sem elas. Carlos Freitas, diretor da sobredita instituição, ensinou-me não somente a ser a profissional que sou hoje. Ele foi além ao me ensinar que paciência e humildade fazem com que um homem nunca seja esquecido pelos seus. Devo muito a ele, não somente pelas possibilidades que tenta me trazer, mas principalmente, pela amizade franca e sincera. Igualmente, não posso deixar de agradecer por todo o apoio prestado pelas amigas-irmãs Larissa, Dilciany, Claudinha, Gabriela, Renata, Maria Luisa e Cheyenne, principalmente pelo carinho e amizade no período final de escrita desta dissertação, mais tenso e cansativo, algumas, inclusive, auxiliando-me nas intermináveis pesquisas.

No que valer, afirmo que essa dissertação mesmo sendo escrita apenas por mim, contou com o apoio e com os préstimos de várias pessoas. A elas devo parte significativa das páginas que se seguirão.

Passar noites e noites mergulhada em livros e leituras pareceu a minha mãe “coisa de gente maluca”. Acho mesmo que o maior medo dela foi que eu me tornasse uma. Dediquei essa dissertação exclusivamente a ela e, mesmo correndo o risco de deixar de oferecê-la a outras pessoas de elevada importância e estima em minha vida, quis que esse trabalho fosse dela, afinal, em todas as noites em que fiquei acordada, correndo o risco de me tornar “uma maluca”, lá estava ela ao meu lado sempre perguntando “falta muito?”. Acresce que terminar esse trabalho tornou-se um projeto de vida nosso, meu e dela. Sinceramente, não sei o que teria sido de mim sem ela.

No entanto, não posso deixar de me desculpar com o Jerson por ter tornado nossa vida conjunta tão difícil ao longo desse tempo em que durou o mestrado. A ele devo sinceras desculpas por ter tomado o quarto, a sala, por pedir silêncio o tempo todo, por não poder ou querer conversar, por não poder sair... Mais ainda do que pedir desculpas, devo agradecer por não ter me deixado desistir. Obrigada por ter insistido para que eu tivesse força para terminar a escrita desta dissertação e por ter me feito ver que “existe vida fora disso”.

Para não correr o risco de deixar de agradecer a alguém, devo ressaltar o apoio dado pela minha família, compreensível a minha ausência. Alegro-me de saber que minha avó, mesmo com 96 anos, e sem nem ao menos ter noção do que seja uma dissertação, tenha ficado contente porque, *finalmente*, eu “terminei de estudar”.

Desde a entrada no mestrado, estive também inseparavelmente ligada às amigas June e Desiane. As duas com todo carinho, calma e amizade, fizeram sempre tudo parecer mais simples do que eu de fato achava ser. São amigas para uma vida toda.

Jamais vou esquecer o apoio voluntário e amigo prestado pela professora Lana Lage da Gama Lima. Creio que a nossa ligação venha do fato de que a própria Lana se reconheça, até certo ponto, em mim. Explico. Lana, assim como eu, em seu mestrado trabalhou com a questão negra na crise final do escravismo, numa ótica que, mais do que ver os escravos apenas como vítimas inertes e amorfas do sistema, enxergou-os como agentes dotados de vontade e ação próprias. Historiadoras, compartilhamos o amor pelos documentos e pelo Arquivo Municipal, que ela ajudou na criação e que hoje é a minha grande dedicação. Certo é que com toda a sua capacidade, Lana me acolheu e me fez enxergar de maneira muito objetiva o que eu precisava. Certamente, estarei sempre em dívida com ela.

Meu orientador, Rogério Dultra dos Santos, foi o acalentador das minhas expectativas quando ainda era aluna especial da UENF. Agradeço por ter apostado em mim e nas minhas ideias, quando até eu tinha dúvidas se tudo aquilo se encaixava às linhas previstas pelo programa de pós-graduação em Sociologia Política daquela universidade. Seu olhar sempre atento e crítico me ensinam a procurar desenvolver o que há de melhor em mim.

À CAPES agradeço por ter me possibilitado a dedicação exclusiva ao mestrado. Certamente, sem tal apoio, poucos estudantes de pós-graduação conseguiram alcançar o êxito da finalização dos seus projetos.

Rafaela Machado

*“Sou ainda um combatente quase sem armas para controvérsia
no velho gesto brasileiro: um combatente para quem nem negro,
nem judeu, nem china, nem mouro, nem mulato,
nem filho natural, são expressões pejorativas”.*

Gilberto Freyre

RESUMO

Esta pesquisa tem no negro do pós-abolição de Campos dos Goytacazes seu objeto principal de estudo, com foco em suas experiências e em suas percepções sobre liberdade e cidadania que, naquela sociedade, estavam atrelados à construção de um discurso e prática social de valorização de uma nova ética de trabalho, fortemente veiculada já desde os anos finais do cativo. Busca-se estabelecer, por isso, a cronologia dos acontecimentos que configuraram o movimento abolicionista em Campos, um dos mais radicais do Império, de forma a ressaltar, principalmente, a participação escrava nas manifestações últimas que deram fim à escravidão no Brasil, e a construção de um novo discurso atinente às relações de trabalho que, a partir de então, contrapõem à ética do bom trabalhador à construção de um estigma para os negros que fugiam às tradicionais formas de trabalho, associando a eles, a imagem do negro tendente ao ócio, aos vícios e à malandragem. Aquém desse discurso, procura-se estabelecer por este estudo as visões e caminhos traçados pelos próprios negros nas suas construções basilares de liberdade, igualdade, trabalho e cidadania. Para tanto, a pesquisa se concentrou nos anos de 1883 a 1893, a partir da análise de extenso número de fontes manuscritas documentais – como inventários *post-mortem*, testamentos, além de certo número de livros de registros de dois cartórios da região, e dos livros de correspondências e do Código de Posturas da Câmara Municipal, além da leitura e análise de jornais.

ABSTRACT

This research is in the black after the abolition of Campos dos Goytacazes its main object of study, focusing on their experiences and their perceptions of freedom and citizenship in that society, was tied to the construction of a discourse and social practice valuation a new work ethic, strongly conveyed ever since the final years of captivity. We seek to establish, therefore, the chronology of events that shaped the abolitionist movement in Campos, one of the most radical of the Empire in order to emphasize mainly the participation in the demonstrations last slave who gave an end to slavery in Brazil, and construction a new discourse regards to labor relations which, from then on, opposed to the ethics of good worker for the construction of a stigma for those blacks who fled to the traditional ways of working, linking them, the image of the black tending to idleness, vices and trickery. Behind this discourse, seeks to establish in this study the views and paths laid out by the blacks in their basic constructions of liberty, equality, work and citizenship. To this end, the research focused on the years 1883 to 1893, from the analysis of large number of manuscript sources documentary - as *postmortem* inventories, wills, beyond a certain number of books, records from two registries in the region, and books of matches and the Code of Postures of City Hall, and the reading and analysis of newspapers.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Capítulo I - Escravidão e Abolição: terra, trabalho e luta	288
1 - Campos dos Goytacazes.....	299
1.1 - <i>Da Pecuária ao Açúcar</i>	299
1.2 - <i>Panorama finais do Século XIX</i>	34
2 - Debate historiográfico	366
3 - Esclarecimentos acerca dos Métodos, Fontes e Quadro Teórico	744
Capítulo II - A rebelião das senzalas: Campos e o processo de Abolição da escravidão	81
1 - Rápido retrospecto sobre o avançar da causa abolicionista no Brasil.....	81
1.1 - <i>A extinção do Tráfico</i>	84
1.2 - <i>A Lei do Ventre Livre de 1871 e a Tentativa pela Emancipação</i>	85
1.3 - <i>As transformações dos anos 80 e a Lei dos Sexagenários</i>	91
2 - O Movimento Abolicionista em Campos.....	96
2.1 - <i>Campos nos anos de 1880</i>	99
2.2 - <i>O Movimento Abolicionista antes de 1884</i>	112
2.2.1 - <i>Observações sobre a agitação escrava nos anos anteriores a 1884</i>	117
2.3 - <i>A radicalização do movimento Abolicionista pós 1884</i>	124
3 - Participação escrava na crise final do escravismo – <i>A Rebelião das Senzalas</i>	130
3.1 – <i>Queimadas dos Canaviais</i>	142
3.2 - <i>Fugas em massa - Março de 1888 – Êxodo e Redenção</i>	145
4 - A solução senhorial: Libertar o trabalho, organizar o trabalho livre.	147
5 - É chegado o fim.....	156
Capítulo III - Pós-Abolição – Bom comportamento e aplicação ao trabalho: a revolução do trabalho em seu caminhar	158
1 - O pós-Abolição como problema histórico: o problema das fontes e das pesquisas	159
2 - A experiência do negro – dificuldades no horizonte imediato	161
3 - Organizar o trabalho livre para completar a Abolição: a nova ética do trabalho.....	166
3.1 – <i>A Câmara Municipal e o discurso oficial: nada fazer, tudo comemorar</i>	169
3.2 - <i>Solução imigrantista: do europeu ao cearense</i>	172
3.3 - <i>Instabilidade e abalo das fortunas dos fazendeiros</i>	187
3.4 - <i>A opção pelo nacional livre</i>	193

3.5 - <i>A tutela senhorial</i>	199
3.6 - <i>Negro não adaptado é malando e vagabundo</i>	207
4 - Cidadania e liberdade: “Negro não há mais não, nós tudo hoje é cidadão” ou apenas “negros libertos”?	211
CONCLUSÃO	219
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	222

ÍNDICE DE QUADROS

<i>Quadro 1 – Total de Inventários post-mortem e testamentos analisados.....</i>	<i>75</i>
<i>Quadro 2: Matrícula de escravos – 1872.....</i>	<i>90</i>
<i>Quadro3: Batizados 1885-1887.....</i>	<i>102</i>
<i>Quadro 4: Casamentos 1885-1887.....</i>	<i>102</i>
<i>Quadro 5: Óbitos 1887</i>	<i>103</i>
<i>Quadro 6: Óbitos comparados 1885-1886-1887.....</i>	<i>103</i>
<i>Quadro 7: Liberdades 1887.....</i>	<i>104</i>
<i>Quadro 8: Registro dos Alvarás de Soltura 1762.....</i>	<i>107</i>
<i>Quadro 9: Títulos de Liberdade constantes nos Livros de Registro.....</i>	<i>155</i>
<i>Quadro 10: Entrada de Retirantes Cearenses em Campos dos Goytacazes – Fevereiro 1889.</i>	<i>175</i>
<i>Quadro 11: Entrada e Saída de imigrantes da Hospedaria até 06 de março.....</i>	<i>176</i>
<i>Quadro 12: Movimento da Hospedaria desta cidade – Mês de abril.....</i>	<i>177</i>
<i>Quadro 13: Movimento da Hospedaria desta cidade – de 30 de abril a 10 de maio de 1889.....</i>	<i>178</i>
<i>Quadro 14: Movimento da Hospedaria do Imigrante – 30 de abril a 15 de maio de 1889</i>	<i>179</i>
<i>Quadro 15: Entrada de imigrantes na Hospedaria de Macaé – 25 de janeiro a 30 de abril de 1889.....</i>	<i>179</i>
<i>Quadro 16: Entrada de brasileiros na Hospedaria de Macaé, por sexo - 25 de janeiro a 30 de abril de 1889.....</i>	<i>180</i>
<i>Quadro 17: Entrada de brasileiros na Hospedaria de Macaé, por idade - 25 de janeiro a 30 de abril de 1889.</i>	<i>181</i>

<i>Quadro 18: Distribuição dos imigrantes brasileiros a partir da Hospedaria de Macaé - 25 de janeiro a 30 de abril de 1889</i>	<i>181</i>
<i>Quadro 19: Total de imigrantes chegados a Campos via Hospedaria dos Imigrantes – Movimento de 12 de fevereiro a 14 de junho de 1889.....</i>	<i>182</i>
<i>Quadro 20: Total de imigrantes chegados a Campos via Hospedaria dos Imigrantes por situação – Movimento de 12 de fevereiro a 14 de junho de 1889.....</i>	<i>182</i>
<i>Quadro 21: Entrada e saída de imigrantes para a Hospedaria de Campos – 31 de julho a 25 de julho de 1889.....</i>	<i>183</i>
<i>Quadro 22: Mapa dos eleitores qualificados no município de Campos dos Goytacazes do Estado do Rio de Janeiro, por freguesia – 1890.....</i>	<i>185</i>
<i>Quadro 23: Mapa dos estrangeiros alistados eleitores neste município em 1890.....</i>	<i>186</i>
<i>Quadro 24: Registro das Procuções - Ano 1889 - constantes no Livro de Registro das Procuções e Documentos Relativos às Escrituras Públicas passadas pelo 4º Cartório de Campos.....</i>	<i>189</i>
<i>Quadro 25: Registro das Procuções - Ano 1890 - constantes no Livro de Registro das Procuções e Documentos Relativos às Escrituras Públicas passadas pelo 4º Cartório de Campos.....</i>	<i>191</i>

ÍNDICE DE GRÁFICOS

<i>Gráfico 1: Entrada de imigrantes pela Hospedaria de Macaé - 25 de janeiro a 30 de abril de 1889.....</i>	<i>180</i>
<i>Gráfico 2: Entrada de imigrantes estrangeiros pela Hospedaria de Macaé - 25 de janeiro a 30 de abril de 1889.....</i>	<i>180</i>
<i>Gráfico 3: Procurações – Motivo.....</i>	<i>192</i>

INTRODUÇÃO

Aos que dormem

A grande lava que abraza o peito dos soldados da abolição, repletos de coragem emanada da convicção de uma idéa nobre e generosa, crestará até a ultima vergôntea do escravagismo, se seus sectários não socorre-la em tempo – *libertando e libertando-se*.

Se á mister que os desgraçados tenham que avaliar até que altura podem chegar seus direitos, para que se lhes conceda?

Ai de nós, se tal acontecer!

Não se podendo duvidar mais da estreiteza do circulo escravagista, que aperta-se dia a dia, de um modo admirável; não podendo o *senhor* coagir o escravo, que se lhe escapa das mãos; não possuindo meios coercitivos, de que dispunha, por haver prohibição legal expressa; não sendo possível, em conclusão, conservar o escravo e a escravidão, o que resta fazer?

Não é difícil dizer: *libertar e reformar o systema de trabalho*. (...)

Não é, pois, um brado á liberdade que levantamos: dirigimo-lo preferência á necessidade palpitante de reformar, pela impossibilidade de continuar no regimen actual, e é essa, repetimos ainda uma vê, a razão de nossa apresentação.

Nossa intenção é correr em auxilio da classe agrícola e não mortifica-la com o *quadro negro*, que a tantos incomoda.(...)

*Libertai, transformai o trabalho, se quereis garantir o futuro da lavoura, o futuro de vossos filhos, o futuro da pátria*¹.

Publicado às vésperas da Abolição, o artigo *Aos que dormem* é o indício de, ao menos, uma das indagações iniciais desta pesquisa, talvez mesmo a principal. O que teria acontecido com o escravo que, com o chegar do 13 de maio pôde, finalmente, experimentar a liberdade e se tornar então ex-escravo? Como se dera a passagem do trabalho escravo ao trabalho livre e, talvez, assalariado? Em outras palavras, o que significava ser ex-escravo em uma sociedade que, mesmo marcada por novas relações de produção e novo arranjo político, trazia ainda em si traços marcadamente tradicionais – como, por exemplo, relações sociais de tipo patriarcalistas, com laços de sujeição e dependência que vigorarão ao longo da República Velha? A sociedade do pós-abolição, em verdade, vivia no “*moderno*”, tendo experimentado por tantos anos o “*atrasado*”.

Como dito, o negro cativo pôde, finalmente, experimentar a liberdade formal com a chegada da Lei Áurea. Mas, afinal, de que liberdade falamos? Falamos de uma ideia construída pelo pensamento dominante brasileiro, ou do entendimento do que os próprios escravos construíram como sendo suas percepções acerca da liberdade? Além

¹ APMCG Monitor Campista, 04 de fevereiro de 1888.

disso, se os escravos constituíam grupo visivelmente heterogêneo, é possível supor que tenham consentido em apenas um significado do que seria a liberdade? Aqui, inevitavelmente, uma questão leva a outra e esta a outras e a outras.

Um olhar menos atento diria que o artigo apresentado em nada cita o futuro do liberto, já que, aparentemente, suas preocupações estão centradas em “correr em auxílio da classe agrícola”, ao indicar no horizonte das possibilidades possíveis à salvação dos seus futuros – seu e de seus filhos, frente à desagregação da ordem escravista, a necessidade de libertar e reformar o trabalho. Nas entrelinhas aparece, portanto, o mundo do negro do pós-Abolição: o trabalho.

O trabalho será considerado a partir de então, a salvação do ex-escravizado. Trabalho quase idêntico ao anterior, sujeito a praticamente às mesmas condições, vivendo, comendo e habitando os mesmos lugares. Eis o mundo formal do negro, socialmente construído e indicador da sua nova condição – homem livre, sujeito de si, portanto, responsável por ele próprio e por sua família, que, assim como no período anterior, terá que *lutar e negociar* por melhores arranjos de trabalho.

Este mundo do trabalho, quando não longe de ser negado pelo negro, porque lhe imposto, transformou-se em sua própria identidade – o negro trabalhador, batalhador e, como toda identidade, socialmente construída. Fora das relações de trabalho capazes de lhe garantir o sustento e o prover da família, era o negro malandro, vagabundo e tendente ao ócio e aos vícios. De um lado a outro, estariam os agora ex-escravos maculados pela máxima do trabalho.

Nesse sentido, este trabalho de pesquisa é uma tentativa de apontar indícios sobre a vida do negro do pós-Abolição, seus caminhos e seus mundos, entrelaçados às apropriações que realizavam com o mundo do trabalho, que lhes foi imposto, a partir da sua aceitação, negação ou resignificação, afinal, a própria negativa em si encerra relação particular entre aquilo que nega e aquilo que é negado. Ou seja, negar a ideologia do trabalho ou o próprio trabalho, materialmente falando, é também se relacionar com ele.

Para tanto, esta pesquisa teve que retroceder na análise, pois ficou patente que, para a real apreensão da vida dos ex-escravos, imprescindível se mostrava participar da lógica e da tônica dos acontecimentos que levaram à crise final do sistema escravista. Especialmente em Campos², será este um traço basilar das relações e prerrogativas

² A escolha pela cidade de Campos dos Goytacazes se deve à sua importância econômica e política para a região, bem como por sua importância como polo escravocrata, logo, de remanescentes de escravos que,

construídas em torno da figura do *nacional livre*, já que a movimentação negra anterior à Abolição foi o elemento catalisador do fim do escravismo na região. Veremos que, apoiados por um movimento abolicionista considerado um dos mais radicais do Império, liderado pelo jornalista Carlos de Lacerda que, a partir de 1884 passa a veicular a propaganda radical abolicionista através do jornal *Vinte e Cinco de Março*, os escravos de Campos darão o golpe final, o “golpe de morte” na escravidão, ao empreenderem entre os anos de 1887 e 1888 ações de queimadas dos canaviais e as fugas em massa das fazendas³. Hebe Mattos afirma mesmo que a região é tão importante que pode ser encarada “como um laboratório das configurações sociais mais típicas da região”⁴.

É salutar atentar para o fato de que a própria elite agrária de Campos vivia, desde meados daquele século XIX, um quadro de profundas transformações, já que com a chegada dos engenhos centrais e das usinas tomando à frente na produção do açúcar, os antigos engenhos, como veremos, espalhados pela região, perderão poder de produção e, conseqüentemente, irão ver suas prerrogativas diminuírem. Ocorre que os grandes fazendeiros iniciam um processo que gira em torno da formação de um capitalismo, que embora incipiente, já se encontrava em gestação naquela sociedade, realizando uma espécie de racha no seio da classe dominante. De um lado passam a figurar os grandes usineiros em franca formação capitalista. De outro, os antigos senhores de engenho que, diante da perda de poder na produção do açúcar, darão início ao processo de venda da cana para estas grandes usinas e engenhos centrais, sendo então lá beneficiadas. Igualmente, os menores produtores de cana, geralmente fixados em terras dos senhores de engenho, ou em seus limites, passam a também vender suas canas para os senhores de engenho, grupo que em certa parte, teve sua produção final escasseada, mas que lucrou duplamente junto aos usineiros da região: vendiam as suas canas e revendiam as canas plantadas pelos pequenos plantadores e a eles vendidas.

influenciados, talvez mesmo encorajados, pelo intenso movimento abolicionista acima referido, explodirão nos anos finais do cativo, especialmente, em uma série de revoltas e atentados. João Fragoso afirma que na passagem do século XVIII para o XIX encontramos na formação da agricultura açucareira em Campos o seguinte quadro: “nesta região, de 1777 a 1810, o número de engenhos aumentou em 700% (de 50 para 400); e de 71,4% das doações de sesmarias correspondentes ao período 1780-1820”. Daí termos uma noção da importância econômica de Campos para a economia colonial. FRAGOSO, João. In. CARDOSO, Ciro Flamarion (org.). 1988.

³ Ver CONRAD, Robert Conrad. 1978, p. 321, por exemplo, e LIMA, Lana Lage da Gama. 1981.

⁴ MATTOS, Hebe. 1998, p.18.

Acresce a esse cenário que as próprias configurações sobre o produto do escravo – seu trabalho – também serão modificadas. Tendo seus lucros diminuídos, os senhores de engenho cada vez mais irão exigir empenho dos seus escravos na plantação e colheita – não apenas da cana, mas também, e secundariamente, de gêneros de subsistência. Na via contrária, muito em conta a especialização que já requeria, as usinas e engenhos centrais passaram a empregar a mão de obra livre assalariada. Estava, pois, delineado um quadro de crise interna no seio da classe dominante⁵, fundamental à explosão de revoltas pelos menos favorecidos.

Teremos oportunidade de empreender uma análise que, levando em conta os anos de 1883 à maio de 1888 e deste à 1893, nos mostrará a conformação de uma lógica levada a cabo pelos fazendeiros, pela elite intelectual do país e, também, pelo governo, de construção do mito do trabalho dignificador da figura do negro, que foi precedido, mesmo, pelo momento de construção dessa nova ética do trabalho que se originou da própria reorganização das relações de produção no interior das plantagens escravistas, diante do quadro delineado pela insubordinação dos escravos. Em outras palavras, primeiro esteve nas linhas de discussão a tônica da necessidade de reorganização do trabalho que, por sua vez, foi sucedido pela própria construção da sua nova ideologia: o trabalho como balizador da moralidade dos negros.

Via de regra, a escravidão – e as relações sociais entre brancos e negros – é tema que levantou as mais diversas pesquisas durante anos no Brasil. Na incontável – e por vezes repetitiva – literatura, muitos foram os que se preocuparam em analisar a fundo o sistema escravista brasileiro, revelando ora a violência intrínseca a esse sistema, ora uma possível brandura que contrastava com uma escravidão mais “pesada” que havia se desenvolvido em outros países, como, por exemplo, nos Estados Unidos. De um lado a outro, diferentes especialistas se alternavam na defesa de suas ideias. Nesse sentido, muitos é verdade, conseguiram ir além, ao empreenderem análises não só estruturais, como sobre as relações econômicas desse sistema, mas também sobre as relações sociais entre senhores e escravos ou, nos dizeres de Gilberto Freyre, entre a casa-grande e a senzala. Neste ponto, os estudos novamente se dividem, já que alguns apontam para a incapacidade do escravo de empreender ações de seu interesse, seja pela sua “incapacidade racial”, ou mesmo pela estrutura sólida do sistema que não dava margem

⁵ Sobre a transformação da propriedade açucareira em Campos, ver OSCAR, João. 1985. Já sobre as rupturas na classe dominante, ver a análise empreendida por LIMA, Lana Lage da Gama. 1981, p. 22. CARDOSO, Ciro Flamarion. 1988 oferece-nos uma visão mais geral desse processo,

a esse tipo de possibilidade. Outros, por seu turno, transformaram o escravo numa espécie de herói, capaz de empreender as mais fantásticas revoltas e de se voltar violentamente contra seus senhores, por vezes, assassinando-os barbaramente.

No entanto, o mesmo interesse não ocorreu com as sociedades do pós-1888. Poucos foram os estudos que, seja pela carência de fontes, ou pelo desinteresse ao tema, de fato se interessaram pela vida dos libertos no período que se deu após a promulgação da Lei Áurea. A partir dos anos 50-60 em diante, é que se tem levantado algumas pesquisas no tocante a essa temática. O grande problema nesse ponto, encontra-se no fato de que, durante muito tempo, as características dos estudos levantados pela Escola Paulista de Sociologia⁶ para áreas como São Paulo e Bahia tornaram-se consenso na academia, revelando-se como modelo de análise para outras realidades históricas.

A partir da década de 80 é que vão se desenvolver novas pesquisas dando conta de analisar as relações que se processavam no interior das propriedades escravistas⁷, muitas delas, voltadas para o Rio de Janeiro, embora, em sua maioria, para a área central ou para as unidades produtoras de café. Jacob Gorender destacou que essa nova corrente da historiografia como “os reabilitadores da escravidão”⁸, ao negar a coisificação do escravo proposta por Florestan e seus seguidores, tendeu a considerá-los diante de uma ótica apenas de acordo e acomodação, sobrepondo-a às intrínsecas relações de violência características do sistema escravista. Fora desse circuito, isto é, o da cafeicultura, a região de Campos, apesar do elevado número de escravos e do desenvolvimento econômico experimentado, especialmente, no século XIX, não recebeu, até o momento, nenhuma análise que trate especialmente da população de escravos que se fez livre após 1888.

Embalada por esse vazio de informações é que essa pesquisa se insere numa abordagem que tem no negro do pós-Abolição em Campos dos Goytacazes seu objeto principal de estudo, para o qual tentar-se-á, como objetivo geral, desvendar suas relações com o mundo do trabalho, aquele criado por eles ou a eles direcionado. No entanto, quando já iniciada a pesquisa, ficou claro que entender as relações sociais com o mundo do trabalho dependia de alguns pressupostos e, portanto, de análises anteriores à lei de 13 de maio. Via de regra, as relações com o mundo do trabalho foram forjadas

⁶ FERNANDES, Florestan. 2007 e 2008. BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. 2008. IANNI, Octávio. 1978. CARDOSO, Fernando Henrique. 1962.

⁷ CHALHOUB, Sidney. 1990; MATTOS, Hebe. 1998; LARA, Silvia Hunold. 1988; AZEVEDO, Célia Marinho de. 2004 e REIS, João José e SILVA, Eduardo. 1989.

⁸ GORENDER, Jacob. 1990

a partir da experiência do cativo, possibilitadas pelos embates travados pelos abolicionistas e pelos negros e, por outro, pela classe dos fazendeiros. Já no pós-Abolição, as tentativas de exercício de poder da classe dirigente, ciosa de perder suas colheitas do ano de 1888 e, mais, suas prerrogativas de controle social sobre a massa de seus antigos escravos, conformarão uma *nova ética do trabalho*, segundo a qual, o trabalho aparecia como elemento garantidor da dignidade humana e da moralidade, sinal do homem civilizado e preocupado com o progresso. No entanto, aos negros livres interessava justamente a participação em tipos de relações sociais que se afastassem dos antigos esquemas escravistas – senzala, trabalho, instabilidade, violência, concessão, entre outros. De acordo com sua nova e diferenciada ética do trabalho, era agora ele livre, único senhor de si.

Assim, a partir do objetivo geral, isto é, analisar as trajetórias de vida dos ex-escravos, especialmente através de suas relações com o mundo do trabalho, relações estas precisamente mais sociais, do que econômicas – ao menos para o objetivo desta pesquisa, alguns objetivos específicos foram buscados. 1) compreender o contexto e a cronologia do movimento abolicionista em Campos, bem como a participação dos negros nas manifestações contra o escravismo; 2) resgatar as soluções pensadas pela classe senhorial – reorganização das relações de trabalho, naquele primeiro momento de transição; 3) conformar à ideologia propagada nos anos finais da escravidão – a da necessidade de reorganização das relações de trabalho – a nova ética do trabalho formada nos anos pós-emancipação; 4) entender os mecanismos criados por fazendeiros e negros livres para a conformação a essa nova ética do trabalho; 5) por fim, demonstrar que, enquanto grupo heterogêneo, as soluções e inserções realizadas pelos escravos no mundo livre serão diferentes, tanto para as relações sociais de trabalho, como para a configuração do que consideravam fatores como liberdade, igualdade e cidadania.

Cabe destacar que a denominação *negro livre* não é aqui aleatória. Negros livres eram todos aqueles que, tendo vivido a mácula da escravidão diretamente ou indiretamente – tendo nascido na geração dos ingênuos, ou tendo conquistado a alforria antes do 13 de maio –, recebiam da sociedade não mais que uma liberdade formalmente instituída. Não eram livres como os “*livres*” da sociedade, eram ainda, aos olhos destes, libertos ou apenas negros livres. Mais importante nesta pesquisa, é perceber os caminhos e descaminhos trilhados pelos ex-escravos na resignificação de tais conceitos.

Importa, para nós, os significados por eles atribuídos ao mundo do trabalho e à liberdade.

No entanto, a interlocução com a realidade dos ex-escravos é muito carente de fontes. Não temos indícios, ao menos não para Campos, de registros orais de seus empreendimentos, conforme Ana Lugão Rios e Hebe Mattos, em análise para a região do Vale do Paraíba. Nos inventários *post-mortem* e testamentos, esses indivíduos eram ao menos quantificáveis pela exposição e avaliação dos bens. Para o pós-Abolição, fora do âmbito dos registros eclesiásticos e, depois, dos registros civis, a dificuldade em encontrar seus caminhos é muito grande. Aqui, para o período posterior ao 13 de maio de 1888, na procura pelas iniciativas dos ex-escravos e/ou pelas iniciativas buscadas pelos fazendeiros, empreendemos a seguinte *tática* no que se refere às fontes: 1) busca por ex-escravos nos inventários e testamentos, tentando alcançar seus modos de viver, seus bens, suas preocupações e iniciativas – na maioria das vezes, coformados com os antigos senhores, vivendo mesmo sobre sua tutela, ou estabelecidos a partir de redes alternativas, sobretudo ligada à terra –, bem como possíveis dificuldades e/ou reclamações tentadas pelos ex-senhores; 2) procura documental em livro de correspondências da Câmara Municipal por iniciativas oficiais no tocante às questões negra e de reorganização das relações de trabalho; 3) busca em livro de registro de procurações aventando a possibilidade de entender sobre a vida econômica dos fazendeiros no pós e, por fim, e não menos importante; 4) exame detalhado do jornal *Monitor Campista*, aí empreendendo buscas sobre informações atinentes às reconfigurações das relações de trabalho, como da solução imigrantista e, essencialmente, sobre a recusa negra em se adequar às novas formas de trabalho. Neste último ponto reside a solução aqui encontrada para a falta de comunicação direta com as “informações negras”. Percebemos que, dos muitos artigos publicados pelos sobre a questão da nova ética do trabalho, discutiam a inadequação dos ex-escravos à essa imposição propriamente moral, chamados então de malandros, vagabundos, entre outros. Como isso nos foi possível constatar que, apesar de não estarem diretamente se expressando via jornal, as constantes reclamações dos fazendeiros, exageradas ou não – já que o tamanho não nos importa, mas sim a ocorrência do ato –, demonstram que os negros livres souberam desenvolver sua própria ética de trabalho e de vida, muitas vezes independente do que propunham aqueles fazendeiros.

Para o período escravista lançamos mão de todas as fontes acima, exceto o livro de procurações, além do Código de Postura Municipal de princípios do século XIX, livro de registro das liberdades concedidas e leitura, o Monitor e o jornal *Vinte e Cinco de Março*, órgão da propaganda abolicionista. Cabe ressaltar que, muitas dessas fontes constituem material inédito de pesquisa e, além da riqueza de detalhes presente em muitas delas, constituem relato precioso que se ligavam entre si, seja corroborando, ou negando determinados fatos e ideias. Além destas fontes, dois documentos de *Autos de Perguntas* produzidos diretamente como respostas às ações de rebeldia negra foram de extrema importância na construção do que se pretende compreender como a *onda negra*⁹.

Em linhas gerais, portanto, este trabalho é uma tentativa de resgatar a história das relações sócias de trabalho do negro no pós-Abolição através do uso de fontes que nos fornece uma imagem de parte do cotidiano e da realidade daquela população. Através dos inventários e testamentos, temos a possibilidade de recolher e analisar informações das mais preciosas, como além do nome, idade, filiação e nascimento, outras como ocupação e moradia. Se, no entanto, essas informações são tratadas com clareza e nitidez em tais documentos até meados do século XIX, aparecendo frequentemente a qualificação de cor na capa (*fulana de tal – preta forra*, por exemplo), as mesmas “escondem-se” a partir da segunda metade do século XIX. Observando essa dinâmica, Hebe Mattos, em estudo sobre a população descendente de escravos na região decadente do café no Vale do Paraíba, a chamará de “*silêncio da cor*”. Assim, obedecendo a um movimento que se afastava progressivamente de tais qualificativos para diferenciar os homens, visto haverem cada vez mais homens brancos pobres, e negros livres, somem as informações sobre cor e origem em tais documentos, no caso de ex-escravos, e só com muita procura é que elas voltam a aparecer, seja numa qualificação de testemunha, seja numa ação que requeira maiores declarações¹⁰.

A par dessa dificuldade, no que tange à análise dos jornais acima citados, *Monitor Campista* e o *Vinte e Cinco de Março*, o primeiro é o jornal de maior circulação em Campos naquele período e, apesar de denunciar vinculações de todas as partes, isto é, do movimento abolicionista e dos escravocratas, atentou desde muito cedo para a necessidade de preparar a sociedade para a emergência do trabalho livre. O

⁹ AZEVEDO, Célia Marinho Azevedo. 2004.

¹⁰ MATTOS, Hebe. 1998.

segundo foi lançado em 1884 pelo ala radical do abolicionismo em Campos e era marcado abertamente por um discurso em favor dos escravos e do fim da escravização do negro, chegando mesmo a adotar uma postura eminentemente violenta e de denúncias contra os senhores de escravos. Diga-se de passagem, a luta do movimento abolicionista liderada por Carlos de Lacerda na região não se dará apenas através das publicações lançadas no jornal. O grupo por ele liderado atuará diretamente junto ao escravo, sequestrando-o de suas fazendas, expondo os instrumentos de suplício, denunciando os maus tratos e, em muitos casos, auxiliando-o em diversas fugas e revoltas¹¹. No entanto, veremos adiante que a inicial aliança se romperá no pós-Abolição, demonstrando claramente a falta de vínculos do movimento abolicionista com as reais implicações que a emancipação traria aos negros, como a necessidade de criação de escolas e a oferta de qualificação profissional são exemplos. Ao fim e ao cabo, pretendemos constatar que a ideologia do movimento abolicionista não se afastava do que pensava a classe escravista, tão atacada por eles: ambos voltavam-se para a questão do emprego da mão de obra e das condições favoráveis à emergência do capitalismo.

A questão da libertação da mão de obra há muito já vinha sendo debatida no Brasil. A inevitabilidade do desmoronamento da instituição escravista tornou-se patente com a proibição do tráfico de escravos em 1850 e, principalmente, com a Lei do Ventre Livre de 1871. A maneira como cada região enfrentou o problema, dependeu da forma como a escravidão lá havia se desenvolvido. As províncias do norte, por exemplo, antes mesmo de 1888, já haviam empreendido uma série de alforrias, trabalhando para que a abolição definitiva fosse empreendida no Brasil o quanto antes. Lá, a mão de obra escrava já havia escasseado a partir da segunda metade do século XIX, uma vez que a proibição do tráfico ocorreu em meio à desagregação das grandes lavouras canavieiras do nordeste, em contrapartida da constante demanda por mão de obra no sudeste, primeiro na região do Vale do Paraíba e, posteriormente, na próspera região do Oeste Paulista¹².

¹¹ Clóvis Moura, no Dicionário da Escravidão Negra no Brasil, 2004, demonstra acerca do Vinte e Cinco de Março que “o seu primeiro número veio à luz no dia 1º de maior de 1884 e circulou até 1886. Sua linguagem era direta e desabrida, denunciando os crimes, os maus-tratos e torturas dos escravos praticados pelos senhores. [...] De fato, o jornal transformou-se num tribunal de denúncias contra os desmandos da classe senhorial de Campos. Por outro lado, não se conformava com a simples denúncia, mas exibia instrumentos de suplício usados pelos escravocratas, e especialmente, numa atitude radical e corajosa, incitava os cativos a fugir e se organizar em quilombos”. P.417.

¹² Ver nesse sentido CONRAD, Robert, 1978. RIOS, Ana Lugão Rios; MATTOS, Hebe. 2005.

É por isso que a questão da Abolição irá enfrentar diferentes contextos na realidade brasileira, as províncias do sudeste diferenciando-se fortemente uma das outras nesse sentido. Em Campos, incomodados com a constante perda de autonomia frente aos trabalhadores e, principalmente, com as incertezas do futuro geradas pelas movimentações dos escravos, os senhores da lavoura campista organizam – a 18 de março de 1888 –, o Congresso Agrícola, com o intuito de estabelecer um padrão de comportamento a ser adotado conjuntamente pelos lavradores, que “garantissem condições de fixação ou colocação estável dos libertos, bem como o regime a estabelecer para isto, compreendendo serviços, salários e obrigações pessoais”¹³. Revela-se aí que, apesar de aparentemente não ter havido escassez de mão de obra em Campos, os lavradores já competiam pela força de trabalho na região, no mesmo momento em que discutiam sobre a reorganização do trabalho, preocupados que estavam em garantir braços para a colheita daquele ano.

Provavelmente fora este o fator que possibilitou aos escravos em Campos que não se retirassem da região após a Abolição, quando muito indo para fazendas próximas, já que a iniciativa dos ex-senhores em garantir melhores condições aos escravos, então libertos, permitiu a fixação destes à região. Na maioria das vezes, essas melhorias estavam ligadas ao fornecimento, pelo senhor, de um pedaço de terra em que o trabalhador pudesse plantar e ali produzir algo para o seu sustento e, conseqüentemente, a venda do excedente. Em alguns casos, os proprietários forneciam as terras e os trabalhadores garantiam-lhes a colheita em parceria.

No entanto cabem aqui algumas ressalvas. O cerne do desenrolar da questão emancipacionista, não residiu na atitude dos fazendeiros com a realização do Congresso Agrícola, mas sim na pressão gerada pela onda de queimadas dos canaviais e fugas em massa das fazendas empreendidas pelos escravos. Foram eles os reais agentes a imprimir pressão tamanha, responsável pelo completo processo de desorganização do trabalho em que se via a lavoura campista às vésperas da colheita. Os fazendeiros não tinham outra opção. Em verdade, os escravos realizavam eles próprios a transição ao trabalho livre¹⁴. Além disso, a opção pelo trabalhador nacional livre não veio sem ter sido acompanhada por uma tentativa de implementação da corrente imigrantista na região. Assim, além de resolver a questão da sempre presente ameaça da falta de braços

¹³ MATTOS, Hebe. 1998, p.240.

¹⁴ Para a situação de Campos, ver LIMA, Lana Lage da Gama. 1981. OSCAR, João. 1985.

à lavoura, supria-se a necessidade de se empreender ao embranquecimento da população¹⁵, tão propagada pelas teorias racialistas do século XIX.

Além disso, ao longo da década de 60, a Escola Paulista de Sociologia – destacando-se aí, a figura de Florestan Fernandes¹⁶ – empreendeu tenaz crítica contra o pensamento de Gilberto Freyre, especialmente no que tange a pretensa ideia de uma paz social mantenedora do mito da democracia racial e, principalmente, aos laços que ligavam senhores e escravos através do paternalismo. Segundo a leitura equivocada que Florestan e seus seguidores realizaram da obra de Freyre, sinalizavam para a ausência de violência que supostamente Freyre tentava propugnar às relações entre senhores e escravos. No entanto, a violência, para Freyre, não estava ausente das relações de tipo patriarcal, sendo caracterizada, por exemplo, no tratamento que muitas senhoras, enciumadas, destinavam as suas escravas. Colocando Freyre numa análise que se pretende para além do que as ciências sociais estavam dispostas a oferecer, autores como Florestan desenhavam um quadro em que a convivência entre senhores e escravos é também possível.

Questionando Freyre, destacaram aqueles sociólogos o estado de anomia em que vivia o escravo, sujeito inerte aos acontecimentos e ao seu futuro, fadados a um processo de coisificação social que lhes impedia de progredir quando colocados sob formas capitalistas de produção. O negro aparecia como figura carente de relações familiares e sociais estáveis e impossibilitado de concorrer com a mão de obra imigrante, conferindo ao negro a posição de “vítimas inermes” do escravismo, ressaltando-se diante desse cenário, as consequências deixadas pelo legado da escravidão e da Abolição mal sucedidas. Além disso, destacavam em suas análises a violência como inerente às relações desiguais entre senhores e escravos.

Assim, com o chegar dos anos de 1980, uma leva de historiadores empreende o que Jacob Gorender denominou de reabilitação da escravidão, retomando conceitos de Gilberto Freyre e do paternalismo. Embora não negassem a ocorrência da violência do âmago das relações sociais entre senhores e escravos, configuraram maior importância aos mecanismos de negociação empreendidos entre ambos a fim tornar as relações diárias mais suportáveis. Aos senhores interessava o escravo não revoltoso, que trabalhava e servia, mesmo que em troca de alguma concessão, como o ganho ou

¹⁵ GORENDER, Jacob. 1990.

¹⁶ FERDANDES, Florestan. 2008; CARDOSO, Fernando Henrique. 1962; IANNI, Octavio. 1978.

benefício da terra, da casa em separado ou do casamento, por exemplo¹⁷. Atuava, dessa forma, o binômio acomodação e resistência, balizado pelos interesses dos dois grupos, isto é, senhores e escravos e figurava, novamente, a historicidade do agente escravo, então ser dotado de vontades, pensamentos e ações.

Nesse sentido, quando rompidos os acordos, vigorava a tensão e a violência que, no entanto, não era interessante para os senhores que dentre os muitos outros erros que corriam, poderiam ter prejuízos em suas lavouras, já que uma das formas mais endêmicas de resistência escrava foi o “corpo mole”, ou ainda ficarem sujeitos aos possíveis ataques dos negros. A estes, por sua vez, interessava a garantia de condições mais suportáveis de vida. O acesso à terra e a uma casa em separado foram significativos, nesse sentido. Ao fim, pelas boas relações poderia sonhar também em conseguir a tão sonhada alforria, já que muitos foram os senhores em que aproveitando-se de momentos como batizados, casamentos e mesmo a elaboração de testamentos, tornaram seus escravos livres – com ou sem restrições.

A proximidade do senhor parece, nesse sentido, ter sido mais vantajosa para esses homens e mulheres já despojados de muitas coisas em suas vidas, a maior delas, a própria liberdade. Negociar e adaptar parecia, sim, melhor do que rebelar e apanhar. No entanto, mais uma vez Jacob Gorender irá produzir destacada crítica sobre essa nova historiografia que tentava recuperar a subjetividade autônoma do escravo, na tentativa de dar conta dos mecanismos de acomodação gerados por ele para sobreviver ao sistema. Segundo Gorender, tais autores, não conseguiram dar conta das reações realizadas pelos escravos que tentavam ir contra o sistema, como as fugas, insurreições, as formações de quilombos e outros, introduzindo uma análise, que segundo ele “recuperou a subjetividade do escravo para fazê-lo agente *voluntário* da reconciliação com a escravidão”¹⁸.

É salutar, mesmo ainda a esta altura da análise, atentar para as práticas mostradamente polarizadas que atuavam no interior das relações escravistas. A violência era presença sempre sentida, pronta a sempre se mostrar, se preciso fosse, mas era fim último. Salvo exceções, que não foram poucas, os senhores não a empreendiam deliberadamente, embora também não creiamos que quando ocorriam mostravam

¹⁷ Dentre os muitos historiadores dessa corrente, ver em especial SCHWARTZ, Stuart. 1988. SLENES, Robert. 1999. MATTOSON, Katia. 1982. FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. 1997. QUEIRÓZ, Suelly Reis. 1993. REIS, João José e SILVA, Eduardo Silva. 1989. AZEVEDO, Célia Marinho de Azevedo. 2004.

¹⁸ GORENDER, Jacob. 1990, p. 20.

apenas a face de um caráter pedagógico disciplinar, paternal até dos castigos. Quando tinha lugar, a violência era severamente sentida pelos escravos, posto que mais fracos no jogo de poder presente na sociedade escravista. Fim último, quando não estava em cena, dava lugar à negociação e ao caráter humano do escravo – capaz de ser o “bom escravo” se lhe aprouvesse.

No entanto, uma ressalva se faz importante: em sendo sempre sentida, a violência também era exercida pelos escravos, que em seus atos de rebeldia podiam empreender ações sobremaneira desvantajosas para os senhores. Assim, o quadro de arranjos e acordos era sentido e levado a cabo por ambos os lados, de maneira que o paternalismo agia dando significado e resignificando ações. Não à toa, muitos libertos pela lei de emancipação ficaram ao lado dos seus antigos senhores, bem como muitos outros buscaram novas associações e novos acordos, que mesmo no pós-Abolição, continuarão a figurar na sociedade. Sujeito capaz de tentar aprimorar suas condições de vida, tendo no horizonte distante a liberdade como meta, os escravos tinham algo muito maior com que se preocupar: a simples sobrevivência. É nesse contexto de ações que surgirá em cena a Abolição.

São por estar e por outras situações que no prefácio à obra de Ana Lugão Rios e Hebe Mattos, *Memórias do Cativo*, Stuart Schwartz afirma que obras como essa, ou seja, que se ocupam do negro no pós-1888, são de grande importância para a historiografia, uma vez que esta, segundo ele, relegou a um segundo plano a história dos escravos e de seus descendentes, tratando-os “como simples parte da população em geral, com pouco reconhecimento pelo fardo especial que a escravidão criou”¹⁹. Assim, constatamos que os trabalhos que buscam compreender as relações entre o processo de emancipação dos escravos e seus descendentes são, em sua maioria, poucos e recentes, escritos em sua maioria ao longo da década de 1980.

Neste sentido, este trabalho justifica sua importância por si mesmo, não apenas como análise histórica, mas também social, já que a forma como aquele negro liberto entrou no mercado de trabalho e o preconceito por ele sofrido – negro vadio, malandro, estão do cerne do entendimento da situação que boa parte deles ocupa hoje na sociedade brasileira²⁰. A par disso, esperamos com essa pesquisa poder desenvolver um estudo inovador, não só pelas fontes utilizadas, mas, principalmente, por seu objeto de

¹⁹ SCHWARTZ, Stuart. In. RIOS E MATTOS, 2005, p.10.

²⁰ FERDANDES, Florestan. 2008.

pesquisa. O negro do pós-Abolição, tão silenciado pelos documentos e pela ausência de pesquisas em torno de sua história, recebe aqui lugar especial, papel de destaque, capaz de reacender ainda discussões sobre a conformação da sociedade escravista e sobre a inserção desses homens e mulheres no mundo dos brancos, já não tão branco assim.

Capítulo I - Escravidão e Abolição: terra, trabalho e luta

Este capítulo pretende ser uma apresentação teórica dos principais limites que nortearam a produção deste trabalho, principalmente, a partir dos aspectos empírico-metodológicos que precedem a produção de um trabalho pretensamente acadêmico. Nesse sentido, uma primeira abordagem se faz necessária para entender sobre a configuração socioeconômica dos Campos dos Goytacazes, desde o período inicial de sua formação. No próximo tópico então, será apresentado ao leitor um retrospecto sobre o debate historiográfico produzido pelas ciências histórico-sociológicas no Brasil, delimitando-se como ponto inicial as pesquisas realizadas por Nina Rodrigues e Gilberto Freyre, lançando-se as bases para a produção de um debate que se seguirá nos capítulos seguintes. Nesse sentido, por mais que se quisesse proceder a um tipo de análise mais pontual e, talvez, mais rápida e objetiva, a análise historiográfica se mostrou por demais complexa. A ideia inicial da apresentação desse debate era fornecer as bases das teorias que conformaram pensar temas como o da escravidão, pós-abolição e liberdade, com especial ênfase no desenvolvimento dos questionamentos que levaram ao fim da escravidão e a consequente introdução do trabalho livre de forma generalizada. No entanto, por mais que quiséssemos situar a bibliografia no quadro dos questionamentos acima sugeridos, ela se mostrou por demais diversificada, colaborando diferentes correntes e autores, ora com o entendimento de certos aspectos, ora a outros.

Por fim, é apresentado o quadro teórico-metodológico que permeia as discussões aqui apresentadas.

1 - Campos dos Goytacazes

1.1 - Da Pecuária ao Açúcar

Situada sobre a planície da margem sul do rio Paraíba, entre os rios Macaé e Itabapoana, a cidade de Campos dos Goytacazes, hoje ao norte do Estado do Rio de Janeiro, era inicialmente habitada pelo gentio dos índios Goitacás²¹.

É o Município de Campos formado, como indica o seu nome, por uma vastíssima planície que, começando à leste, na face ocidental de São João da Barra, que por sua vez termina à leste no Oceano Atlântico, vai ao ocidente, pela Freguezia da Natividade do Carangola, encostar-se à Província de Minas. Da confluência porém do Muriahé com o Parahyba, rio acima, começa o terreno a ondular-se e a mais e mais erguer-se, de modo a tornar-se inteiramente montanhosa a parte ocidental do Município²².

Fazendo parte da chamada Capitania de São Tomé, doada a Pero de Góes da Silveira em 1536²³, teve como marco da primeira tentativa de colonização da região o ano de 1539, quando aquele donatário mandou vir da Capitania de São Vicente mudas de cana e cabeças de gado para a construção de um engenho no lugar que denominou Santa Catarina das Mós, localizado ao sul da barra do rio Itabapoana, no Baixo dos Pargos. Exposta aos constantes ataques dos índios e com poucos recursos, fracassou a tentativa de povoamento daquela região, sendo somente no século XVII retomada, quando então Gil de Góes²⁴, filho do primeiro donatário, realiza uma nova tentativa de

²¹ Em relato sobre os índios Goitacás, baseado no que escreveu Gabriel Soares, em 1587, na obra *Tratado Descritivo do Brazil*, afirma Julio Feydit, em *Subsídios para a História dos Campos dos Goitacases*, “são grandes fuzios e nadadores, e a braços tomão o peixe ainda que sejam tubarões, pera os quaes levão em huma mão um pau de palmo pouco mais ou menos que lhes metem na boca direito, e como o tubarão fique com a boca aberta, que a não pode serrar com o pau, com a outra mão lhe tirão por ella as entranchas e com ellas a vida, e olevão pera a terra não tanto pera os comerem, como pera dos dentes fazerem as pontas das suas frechas, que são peçonhentas e mortíferas, e pera provarem força e ligeireza, como também dizem que as provão com os veados nas campinas, tomando-os a cosso, e ainda com os tigres e onças e outros féros animais”. FEYDIT, Julio. 1985, p. 18.

²² TEIXEIRA DE MELLO, José Alexandre. 1886, p.10

²³ Frei Vicente do Salvador assim nos narra a doação da Capitania: “Em companhia de Pedro Lopes de Souza andou por esta costa do Brazil Pedro de Góes, fidalgo honrado, muito Cavalleiro, e pela afeição que tomou à terra pedio a El Rey D. João que lhe desse n’ella huma Capotania, e assim lhe fez mercê de conçoenta legoas de terra ao longo da Costa ou as que se achassem donde acabassem as de Martim Affonso de Souza athé que entestasse com as de Vasco Fernandes Coutinho (...)”. In FEYDIT, Julio. 1985, p. 17. Vale ressaltar que a data em questão é referida por Feydit como sendo do ano de 1539, e não 1536. p. 29

²⁴ Jose Alexandre Teixeira de Mello esclarece que, segundo outras versões que contam sobre a história da região, foi Gil quem fundou a povoação de Santa Catarina das Mós, embora mas ao norte, no lugar denominado Enseada dos Pargos, entre Manguinhos e o rio Itabapoana, “o que padece de contestação, porque teria assim invadido o terriorio da capitania visinha”. TEIXEIRA DE MELLO, José Alexandre. 1886, p.60

povoação no ano de 1623, também fracassada em consequência dos ataques dos índios²⁵.

É de se destacar que ambas as tentativas não tenham logrado sucesso. O historiador e memorialista Julio Feydit, através de relato do Frei Vicente de Salvador, assevera que, tendo Pero de Góes tomado posse da Capitania munido de boa frota, que “*fez em Portugal à sua custa (...) bem fornecido de gente e de todo o necessário*”,

(...) se fortificou e fez huma povoação, em que esteve bem os primeiros dous annos, e depois se lhe levantou o gentio, e teve em guerra cinco a seis annos, fazendo as vezes pazes que logo quebravam e o apertavam tanto, que forçado a despejar a passar-se com toda a gente para a Capitania do Espirito Santo. In Feydit p. 17

José Alexandre Teixeira de Mello, em *Campos dos Goytacazes em 1881*, afirma que “*entrando pelo Parahyba, estabeleceu-se Pero de Góes na sua capitania, na qual viveu por sete annos, dous dos quaes em harmonia com os naturaes d’ella, que eram os indômitos e ferozes goytacazes*”²⁶.

Abandonada, a Capitania passou às mãos da Coroa, sendo em 1627 então requerida por sete capitães, alguns deles senhores de engenho em Cabo Frio e na Guanabara²⁷, e que após terem participado das lutas que resultaram na expulsão dos franceses e dos índios do Rio de Janeiro, solicitavam a doação de sesmaria para a criação de gado, com a finalidade de abastecer o mercado do Rio de Janeiro²⁸. Doad a mesmo ano de 1627, apenas em 1629 os sete capitães tomaram posse da sesmaria²⁹.

Segundo nos informa Alberto Ribeiro Lamego, em *A Terra Goitacá*, em 1633, depois de duas missões de apaziguamento dos índios goitacás, chegam as primeiras cabeças de gado à região e é construído o primeiro curral, situado na região de Campo Limpo, ao norte da Lagoa Feia. Assim, a partir do século XVII tem início o processo de colonização da região, ligado inicialmente à pecuária e, posteriormente, à cultura canavieira. O que se verifica a partir de então, é que o gado irá traçar o espaço de

²⁵ Segundo a historiadora Lana Lage da Gama Lima, “as lavouras de cana estabelecidas pelos dois donatários situavam-se às margens dos rios Itabapoana e Itapemirim, até onde se estendiam as terras da capitania”²⁵, que permaneceram abandonadas até o ano de 1627. LIMA, Lana Lage da Gama Lima. 1981, p. 78.

²⁶ TEIXEIRA DE MELLO, Alexandre. 1886, p. 59.

²⁷ LARA, Silvia Hunold. 1988, p. 178.

²⁸ A Carta de Sesmaria foi doada aos seguintes capitães: Gonçalo Correa, Duarte Correa, Miguel Ayres Maldonado, Antonio Pinto, João de Castilho, Manoel Correa e Miguel Riscado.

²⁹ Ver Apontamentos para a História da Capitania de São Thomé, de Augusto de Carvalho, que contém o Roteiro dos Sete Capitães, acurado relato da expedição de reconhecimento da sesmaria empreendida no ano de 1629.

povoamento ao partir de Campo Limpo e se espalhar pelas margens das lagoas, “ocupando a região das campinas”³⁰, resultando em efeito significativo o fato de constituir a pecuária em Campos atividade desenvolvida basicamente em regime de pequena propriedade³¹. Destacando a excelência das terras da região para a criação de animal *vacum e cavalari*, Lamego chama atenção para o fato de que “Para o gado, a região é excepcional, entre as vastas campinas grossas de capim nativo, há água por toda a parte, e rapidamente as manadas se proliferam nesses priscos anos, mesmo na faixa costeira de restingas”³². À criação de gados, exploração desbravadora, cabia a tarefa de abastecer os mercados do Rio de Janeiro e de outras regiões, como Minas Gerais em momento posterior.

Diante da riqueza natural da região, especialmente geográfica, interesses vários se voltam para as terras que, ainda na primeira metade do século XVII não haviam sido efetivamente colonizadas pelos sete capitães, já que, em realidade, alguns já haviam inclusive falecido. De modo que em 1648 é lavrada escritura de associação entre Miguel Ayres Maldonado e Antonio Pinto, apenas dois remanescentes dos iniciais sete capitães, Salvador Correia de Sá e Benevides, Governador do Rio de Janeiro, e as ordens religiosas dos beneditinos e dos jesuítas.

Retornando ao Rio de Janeiro, após viagem de restauração à Angola, no ano de 1651, Salvador Correia manda levantar em Campos no ano de 1652 engenho com moendas de madeira, movido à força animal a ser abastecido por escravos que tinha trazido da África. No ano de 1677, é instituído seu morgado na já então Capitania da Parahyba do Sul, vinculando a ele “cinquenta currais e oito mil vacas parideiras”³³, embora desde antes já fosse possível verificar a existência de algumas engenhocas e das culturas criatórias e de subsistência dos beneditinos e jesuítas.

Então, em 1674, Salvador Correia de Sá e Benevides, mesmo diante dos protestos empreendidos pelos descendentes dos sete capitães, chamados *heréus*, obtém junto à Coroa a doação definitiva da Capitania a seus filhos Martim Correia de Sá, então primeiro Visconde de Asseca, e João Correia de Sá, dando início ao domínio dos assecas na região e ao longo período de “comoções que perturbaram o progresso da

³⁰ LIMA, LANA Lage da Gama. 1981, p.81.

³¹ LAMEGO, Alberto. 1945, p. 79.

³² Ibid. p. 93

³³ LARA, Silvia H. 1988, p. 128.

Villa e o bem estar dos moradores”³⁴. Esse período ficou conhecido na história de Campos como marcado por acaloradas lutas, estando de um lado, o Donatário (Asseca) e de outro os proprietários locais, revoltosos pelas cobranças abusivas de elevados impostos e por questões ligadas à posse da terra.

Em 1677, em meio a desavenças e diferentes contentas, é fundada a Vila de São Salvador³⁵ e também a de São João da Barra, poucos dias depois³⁶. Tendo em vista as muitas reclamações e as acaloradas lutas, a Capitania foi sequestrada pela Coroa em 1709, mas já em 1713 voltava às mãos do antigo donatário por nova Carta de Doação. Após novos conflitos entre os Assecas e a população, inclusive com os camaristas, em 1733 a Capitania sofre novo sequestro, para, pouco depois, retornar aos Assecas. Os conflitos tomam ápice no ano de 1748, quando os proprietários da região, inclusive mulheres, enfrentam a Câmara, formada então pela indicação direta do donatário que, armados, destituem os vereadores, elegendo novos membros. Com o envio de tropas do Rio de Janeiro, o levante é desmantelado e seus líderes são presos e julgados na Relação da Bahia no ano de 1751. Por fim, no ano de 1752 volta a Capitania ao domínio da Coroa³⁷ por compra efetuada com a concorrência de grande parcela da população³⁸.

Já no século XVIII, principiou a produção de açúcar, ainda fortemente presente na região, de forma que a história da cidade passa a estar desde então, associada fortemente a mercantilização desse produto. O próprio crescimento da indústria açucareira, aliado ao crescimento do comércio de outros produtos, como o café, motivará a expansão do comércio³⁹. Talvez por isso é que Alberto Lamego tenha afirmado que “Toda a história política e social de Campos resulta de sua prodigiosa atividade econômica, eminentemente agrícola e pastoril”⁴⁰. Não somente, poderíamos dizer, mas foram justamente a produção agrícola e a pecuária os elementos decisivos na

³⁴ FEYDIT, Julio. 1985, p. 52

³⁵ Silvia Lara afirma que neste momento a Vila de São Salvador contava então com 150 moradores, compreendendo, no século XVIII, cinco freguesias: São Salvador, São Gonçalo, Santo Antonio dos Guarulhos, Nossa Senhora das Neves e Santa Rita e Nossa Senhora do Desterro do Capivari. FEYDIT, Julio. 1985, p. 135-136.

³⁶ Anteriormente, por duas vezes os moradores interaram a fundação de uma vila, em 1653 e 1672, enfrentando resistência dos proprietários que não tinham interesse na elevação do local a vila e do próprio Martim Correia, Governador do Rio de Janeiro e maior possuidor de terras na região.

³⁷ Inclusive perdendo os envolvidos no levante de 1748.

³⁸ Durante certo período, a região, embora pertencendo administrativamente à Capitania do Rio de Janeiro, passou a ter sua jurisdição submetida à Ouvidoria da Comarca do Espírito Santo.

³⁹ O viajante Auguste de Saint-Hilaire, de passagem pela região em 1818, afirmou que aqui o comércio realizado por pequenos comerciantes era feito com muita lentidão, enquanto os grandes produtores enviavam suas mercadorias diretamente para os centros de consumo, nesse período, essencialmente o Rio de Janeiro. 1941, p. 401

⁴⁰ LAMEGO, Alberto. 1945, p.100

configuração espacial e econômica da região. De fato, em fins do século XVIII, a lavoura canavieira já teria ultrapassado a pecuária⁴¹, muito em conta as condições extremamente favoráveis da região⁴².

Ao findar o século XVIII, a maior parte da região se encontrava ocupada e dividida em pequenos lotes aforados principalmente aos quatro grandes latifundiários daquele período inicial da colonização: a Fazenda do Colégio, ou de Nossa Senhora da Conceição e Santo Inácio – antes dos jesuítas e, após a expulsão destes pelo marquês de Pombal no ano de 1759, arrematada pelo comerciante português Joaquim Vicente dos Reis –, a Fazenda de São de Bento, a do Visconde e a do Morgado – fundada por Maldonado e desde então com João José de Barcelos Coutinho⁴³. As três primeiras localizavam-se na freguesia rural de São Gonçalo e esta última ao sul da Lagoa Feia.

Alguns autores, como Julio Feydit, Teixeira de Mello e Couto Reys ressaltam que a cultura da cana se distinguia em Campos das outras regiões canavieiras exatamente por ser feita em regime de pequena propriedade, não se utilizando de escravaria numerosa ou grandes equipamentos de beneficiamento. Alberto Lamego também afirma que o desmembramento natural da terra que se estende entre lagoas condicionou a dispersão do homem, isto é, de acordo com ele, fica patente que na região a ocupação do solo e a distribuição de atividades produtivas, de consumo / subsistência e comercialização de excedentes esteve condicionada à imposição do meio geográfico. Estava este meio, portanto, recortado por pequenas propriedades que, por sua vez, dominavam a produção econômica com o excedente de sua produção⁴⁴.

Nota-se destacar que, em se falando do ciclo da cana em Campos, Lamego Filho, em *O Homem e o Brejo*, destaca três períodos na história do açúcar na região⁴⁵: 1750 a 1830 – engenhos de tração animal; 1830 a 1880 – engenhos a vapor; a partir de 1880 –

⁴¹ Fracassadas as iniciais tentativas de colonização da região empreendidas pelos Góis, Lana Lage esclarece que Alberto Lamego fixa em 1650 o início da cultura canavieira na região, com a fundação do engenho de São Salvador. É no século XVIII, no entanto, que ela se firma como a principal atividade dos Campos dos Goytacazes⁴¹, atraindo, inclusive, grande quantidade de portugueses. Segundo Silvia Lara, “podemos afirmar que a segunda metade do século XVIII é, seguramente, um período de grande desenvolvimento da cultura açucareira na região, com o número de fábricas multiplicando-se aproximadamente por seis”. LARA, Silvia Hunold. 1988, p. 132.

⁴² Lana Lage sobre o assunto afirma que a *configuração geográfica da zona açucareira* se estendia da baixada da bacia inferior do rio Paraíba, até as planícies marginais da lagoa Feia, indo então penetrar nas faixas aluviais dos rios, região propícia à dispersão e às pequenas propriedades, tal qual se deu com o gado. No entanto, a autora destaca que “por outro lado, a grande produtividade leva à monocultura, que faz recuar o gado e a lavoura de subsistência para as terras menos férteis dos tabuleiros do norte, onde em meados do século XIX vai-se desenvolver o café.” LIMA, Lana Lage da Gama. 1981, p.79.

⁴³ Ibid.

⁴⁴ LAMEGO, Alberto. 1945, p. 103.

⁴⁵ Ibid.

usinas, tendo o vapor como força motriz, o que faz com que a inicial dispersão da propriedade fundiária, comece a se retrair. Além disso, a partir de 1880 outra transformação se opera na produção de açúcar, ocasionada pela concentração de capital oriundo das usinas e engenhos centrais e que tem como consequência “transformar o senhor de engenho em simples fornecedor de cana”⁴⁶. Como consequência, sobretudo a partir do início do século XX, o capital oriundo do comércio ampliou significativamente sua participação na agroindústria açucareira, possibilitada pela melhoria nos modelos industriais, agora engenhos centrais e usinas, contribuindo para o esplendor experimentado nesse período, bem como para o considerável aumento na produção do açúcar⁴⁷.

Antes de passarmos à Campos de finais do século XIX, período que compreende esta pesquisa, é revelador o relato que nos transmite o Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied que aqui esteve em visita no ano de 1820.

A Vila de São Salvador dos Campos dos Goitacás tem de 4 a 5.000 habitantes. É de ordinário chamada simplesmente Campos, sendo razoavelmente edificada e possuindo ruas regulares e calçadas na sua maior parte, bem como belos edifícios, alguns dos quais de vários andares. (...) Vêm-se aí pessoas abastadas, que enviam à capital, todo ano, várias tropas carregadas de gêneros, e talvez umas mil ou mil e quinhentas cabeças de gado para venda. O principal produto é o açúcar e a aguardente dele destilada. Há, entre os habitantes, gente opulenta, possuidora de vastos engenhos perto do rio, em alguns dos quais se ocupam cento e cinquenta escravos ou mais. Vê-se bastante luxo, especialmente no trajar⁴⁸.

1.2 - Panorama finais do Século XIX

Campos, assim como outras cidades, se desenvolveu em direção a um processo de modernização e urbanização, principalmente a partir dos séculos XIX e XX, embora sua ocupação tenha se dado, como vimos, em período anterior. No entanto, delimitar os contornos do município nesse período encontra dificuldades justamente na ocorrência de constantes modificações em seu contorno⁴⁹.

⁴⁶ LIMA, Lana Lage da Gama. 1981, p. 81.

⁴⁷ Assim, de acordo com dados de Lamago Filho, em *O Homem e o Brejo*, em 1885, “17 usinas e seis grandes engenhos beneficiavam toda a cana distribuída, em 1881, por 372 fábricas”. p.81. FREITAS, Carlos Roberto Bastos Freitas, 2006, p. 49 e ALVES, Heloisa. 1995, p. 36. .

⁴⁸ C.f. WIED-NEUWIED. 1989, p.98-99 Apud FREITAS, C.R.B., 2006, p. 38.

⁴⁹ Também asseveradas por LIMA, Lana Lage da Gama. 1981, p. 81

Precioso legado nos dá José Alexandre Teixeira de Mello, em *Campos dos Goytacazes*, ao nos fornecer informações acerca do município e suas dez freguesias em fins do ano de 1880. Segundo ele, a cidade contava então como uma superfície de 5.415,10 km² e uma população total de 9.221 habitantes, sendo que destes, 1.221 escravos. Possuía como principais produtos exportadores o açúcar, o café e as madeiras de lei, já em declínio. Produzia ainda gêneros de consumo próprio, como arroz, milho, feijão e mandioca, além da criação de gado, também para consumo interno. Naquele período, situava-se no entroncamento das três estradas de ferro da região – Campos-Macaé, Carangola e São Sebastião – e controlava a navegação pelo Paraíba em direção ao porto de São João da Barra. Além disso, funcionava como o centro financeiro da região, concentrando em torno de si teatros, bancos, lojas, armazéns, clubes, associações, entre outros⁵⁰.

É salutar perceber que as modificações experimentadas pelo enriquecimento da população, principalmente no século XIX, apoiada já pelos ideais modernizadores e progressistas de então, geram uma significativa mudança na infraestrutura da sociedade, bem como na própria estrutura social, como veremos adiante⁵¹. Assim, novos agentes, novas possibilidades de trabalho, como por exemplo, a necessidade cada vez maior da existência de cargos especializados, demandados por serviços mais sofisticados, atrelam-se à presença cada vez maior dos estrangeiros, gerando novos modos e necessidades de exploração econômica, ocasionando, por fim, alterações profundas no próprio sistema. Assim,

A ampliação do centro urbano, principalmente a partir do final do século XIX, propiciou o aparecimento de novos segmentos sociais e novos serviços, (...). O aumento da riqueza indicava que ao espaço urbano era necessário acrescentar os símbolos indicadores do progresso alcançado, dotando a cidade dos artefatos materiais da modernidade (como serviços urbanos água e esgoto, edifícios suntuosos, amplas avenidas calçadas, e saneamento = higienização) os símbolos de uma cidade civilizada⁵².

⁵⁰ Banco de Campos, Banco Comercial e Hipotecário de Campos, Caixa Econômica, Cia. de Seguros Marítimos e Terrestres São Salvador e Cia. de Seguros Marítimos e Terrestres e de Escravos Perseverança

⁵¹ Quando os ideais progressistas e modernizadores chegaram ao Brasil, vindos, em sua maioria, dos Estados Unidos e da Europa, principalmente no século XIX, ocasionaram uma significativa mudança de pensamento da população no tocante a existência do escravismo. Tal aspecto será apreciado no Capítulo II.

⁵² FREITAS, C. R. B. 2006, p.43.

2 - Debate historiográfico

A escravidão é tema amplamente estudado pela historiografia e pelo pensamento social brasileiro. O tema é objeto de análise de uma ampla gama de interpretações e estudos que dão conta de seus diferentes aspectos, através de diferentes visões, de época e de autor. Alguns estudos se dedicaram em pesquisar os aspectos formais e econômicos da escravidão. Outros, no entanto, preocuparam-se com os aspectos políticos que, segundo muitos, conferiam legitimidade à instituição escravista. A vasta bibliografia especializada na escravidão por vezes preocupou-se também, em observar as relações sociais que permeavam o cotidiano de senhores, escravos e libertos. Com o advento da Abolição, poucas foram as obras que de fato se interessaram pela vida do então liberto, o que foi ocasionado, em parte, pela dificuldade na obtenção de fontes que pudessem informar sobre suas vidas. Certo é que a historiografia desde há muito continuou a concentrar as suas forças em análises, muitas vezes repetitivas, do advento da escravidão, e só muito recentemente é que se vem estudando a vida e o cotidiano do escravo liberto, pré e pós 1888.

Pretendemos apresentar a seguir, uma exposição das principais obras histórico-sociológicas que trataram sobre a escravidão e a abolição no Brasil. Muito longe de exaurir a discussão, como falamos, por demais extensa e densa, objetivamos possibilitar um posicionamento frente às diferentes perspectivas, teorias e correntes de pensamento. Obviamente, esta apresentação não encerra a apreciação que se deve fazer de muitos dos autores postos em análise, de maneira que o diálogo com vários deles deve se fazer presente ao longo de todo este estudo e, ao final deste capítulo, serão apresentados as linhas teóricas que guiam a presente pesquisa⁵³.

É importante salientarmos que na esteira da Abolição, em maio de 1888, e em grande parte como decorrência dela mesma, ocorre no ano seguinte a queda do Império brasileiro. Com o advento de um novo modelo de organização política, a República e, também, com a nova situação dos trabalhadores do Brasil, agora livres, era necessário construir não apenas um novo modelo político e de trabalho, mas também um novo modelo de nação ligado aos ditames da civilização e do progresso⁵⁴. Urgia a

⁵³ Por mais que este trabalho de revisão historiográfica tentasse apenas considerar as principais obras que analisam a questão da escravidão, das relações sociais entre brancos e negros e do processo da Abolição e do pós-Abolição, tal tarefa tornou-se por demais exaustiva, pois muito já se escreveu sobre tais temas, não somente no campo de pesquisa brasileiro, como de muitos outros países.

⁵⁴ Com o advento da Abolição e o nascer da República, novas análises que dessem conta de explicar a sociedade brasileira, se fizeram necessárias, e, embora a presença dos ideais europeus ainda se fizesse

necessidade de “recolocar” o negro na sociedade brasileira, determinando os novos papéis a serem por eles desempenhados. Como bem afirma Mattos, “libertos, ex-senhores e demais homens e mulheres livres e o próprio Estado viram-se forçados a rever atitudes e estratégias”⁵⁵, concentrando-se sobre a estrutura racial os vários esforços dos intelectuais do país em interpretar a nossa história⁵⁶. Assim, estudos sobre a população do Brasil, e conseqüentemente sobre o negro, e sobre questões como a miscigenação, passaram a fazer parte de tópicos centrais de pesquisas desenvolvidas sobre a nação brasileira, principalmente em fins do século XIX e início do XX. Temas como liberdade, igualdade e cidadania⁵⁷ eram discutidos à época a luz de teorias raciais importadas da Europa, como o darwinismo social, as teorias evolucionistas e o racismo científico. Lilia Moritz Schwarcz, em *Retrato em branco e negro*, assim definiu a situação vivenciada pela sociedade brasileira:

com o final da escravidão era jogada no mercado uma grande massa que agora tinha direito à cidadania (já que segundo a Constituição de 1824, índios e escravos não eram considerados cidadãos). Como então pensar na formação dessa ‘nação’ brasileira, já que nesse momento os conceitos de raça e nação pareciam profundamente associados? Como entender a questão da ‘igualdade’, da cidadania e da ‘civilização’ perante essa massa de ex-escravos? As teorias e representações parecem florescer: ao lado da explicação religiosa (antes totalmente absoluta), o discurso científico procurará dar conta também da condição negra, já que a partir desse momento esse elemento será, na visão da época, antes de tudo ‘um objeto de ciência’.⁵⁸

É assim que ganham força no Brasil, desde finais do século XIX e principalmente na primeira metade do século XX, correntes de pensamento de tradição racialista que vão imperar no país até a década de 1930, aproximadamente. Adaptadas e ressignificadas de modelos europeus, tais teorias serão utilizadas por diferentes escritores brasileiros e influenciarão fortemente o pensamento social brasileiro durante o primeiro período republicano. Suas prerrogativas conformaram a observar o elemento

presente, aparecia já nesse período, segunda metade do século XIX, a ideia de progresso e civilização, oriundas, principalmente do darwinismo social e do Positivismo, em contraposição aos antigos preceitos e explicações de cunho religioso. Ver AZEVEDO, Célia Marinho de. 2004 e Schwarcz, Lilia. 1993.

⁵⁵ MATTOS, Hebe. 1998, p.16

⁵⁶ ODÁLIA, Nilo. 1997, p.19.

⁵⁷ Para uma definição clara dos conceitos de liberdade, igualdade e cidadania ver MATTOS, Hebe. 2004 e CARVALHO, José Murilo de. 2008.

⁵⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. 1987, p.38-39.

negro e servil associado a mitos como o da vagabundagem, da dependência, da embriaguez, da sensualidade (mulata) e recorrentemente da violência.

Nina Rodrigues foi um dos precursores em analisar a questão do negro em profundidade no Brasil. Seus estudos parecem ter origem na sua preocupação com a miscigenação, principalmente no pós-Abolição, pois, segundo ele, havia uma tendência a um aumento das relações entre brancos e pretos na Bahia, do final do século XIX em diante. Desse modo, nos esclarece que é um erro supor “que o cruzamento de raças diferentes, especialmente o da raça branca com uma raça inferior, pode oferecer a uma delas a força da resistência que ela precisa para enfrentar o clima inóspito dos trópicos”⁵⁹, o que, segundo sua concepção, só serviria para ocasionar a degenerescência dos brancos frente à miscigenação.

Em *Os africanos no Brasil*, escrito entre 1890 e 1905, só publicado postumamente em 1932, vai se ocupar com a análise de diferentes manifestações da cultura e religiosidade africanas empreendidas pelos negros da Bahia, bem como aspectos de sua biologia. Nas suas muitas formulações, estabeleceu que o maior problema das relações que se davam entre os “homens de cor” e brancos residia não apenas no contato com o “negro puro” mas, essencialmente, na possibilidade de mestiçagem que estes conferiam ao país, tornando maiores os riscos de “contaminação” e de degeneração da raça branca.

O cruzamento de raças tão diferentes resultava, para o autor, no que ele chamou de “produto desequilibrado”, que além de frágil física e moralmente, não tenderia a se adaptar às condições de luta social empreendida pelas raças “superiores”. Dessa forma,

A degenerescência das populações mestiças se constitui, sem dúvida, num fenômeno muito complexo que não podemos reduzir a manifestações mórbidas fatais ou irremissíveis. (...) ela pode bem tomar formas que vão desde brilhantes manifestações de inteligência - como entre os degenerados superiores, passando por uma média de capacidade social de tipo inferior, mal tocada por tendências degenerativas, que tomarão corpo mais e mais nas gerações futuras -, até as manifestações estridentes da degenerescência-enfermidade, nas quais os estigmas se impõem pelo franco desequilíbrio mental ou sob a forma impressionante de monstruosidades físicas repugnantes⁶⁰.

⁵⁹ RODRIGUES, Nina. 2008, p. 24.

⁶⁰ Ibid. p. 18.

O pensamento de Nina Rodrigues pode e deve ser relativizado, pois o que observamos é que, apesar de defensor da cultura e religiosidade negra africana, observada em *Os Africanos no Brasil*, instituiu a total inferioridade racial do negro, compartilhando e influenciando essa mesma visão com muitos outros autores posteriormente, o que, segundo ele, “há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo”⁶¹.

No entanto, Rodrigues não partilhava das ideias de embranquecimento da população como modelo proposto de salvação ao “problema” dos negros no Brasil, pois considerava pouco provável que a raça branca conseguisse predominar no conjunto da população brasileira. Soma-se a isso o fato de estabelecer que à mistura, somava-se a degeneração. O que defendeu em seus textos é que deveria haver o estabelecimento claro de uma distinção entre as raças no Brasil, condenando a mestiçagem, nosso maior mal, segundo ele.

Tendo exercido grande influência no Brasil, instituiu a frenologia no país, objetivando provar a degenerescência dos negros e suas tendências ao crime⁶². De acordo com ele, o negro só muito lentamente poderia atingir um estágio avançado de civilização e, por isso, tornava-se impraticável discutir temas como a igualdade num país severamente marcado por tão intensas diferenças raciais⁶³.

Já na década de 1920, Oliveira Vianna, em *Populações Meridionais do Brasil*, publicada originalmente em 1920, e *Raça e Assimilação*, de 1932, trata sobre a formação do povo brasileiro, ocupando-se fortemente com o “problema” do negro no Brasil. Em prefácio à obra *Populações Meridionais do Brasil*, estabelece que

todo o meu intuito é estabelecer a caracterização social do nosso povo, tão aproximada da realidade quanto possível, de modo a ressaltar quanto somos distintos dos outros povos, principalmente dos grandes povos europeus, pela história, pela estrutura, pela formação particular e original⁶⁴.

⁶¹ RODRIGUES, Nina. 1982, p.273.

⁶² Rodrigues afirma que “a sobrevivência criminal é, ao contrário, um caso especial de criminalidade, aquele que se poderia chamar de criminalidade étnica, resultante da coexistência, numa mesma sociedade, de povos ou raças em fases diversas de evolução moral e jurídica”. Ibid. p. 273

⁶³ “Os extraordinários progressos da civilização européia entregaram aos brancos o domínio do mundo, as suas maravilhosas aplicações industriais suprimiram a distância e o tempo. Impossível conceder, pois, aos negros como em geral os povos fracos e retardatários, lazes e deslombos de uma aquisição muito lenta e remota de sua emancipação social.”Ibid. p. 264

⁶⁴ VIANNA, Oliveira. 1987, p.15

Representando as correntes de pensamento que se fortaleceram no final do século XIX e início do século XX, Oliveira Vianna é considerado na história do pensamento social brasileiro como um dos representantes do pensamento conservador nacional. Receptor das influências das teorias deterministas e *biologizantes*, principalmente de Gobineau e Lapouge, Vianna via a miscigenação brasileira com desconfiança, pretendendo-se ser o negro inferior aos demais da população. Fazia-se presente em suas primeiras obras um arianismo racista e propagador da teoria de embranquecimento da população, indo de acordo também com as teorias de determinismo biológico. Além disso, figura em suas obras um olhar brando sobre a escravidão brasileira, tema que será muito rebatido por pesquisadores mais a frente de seu tempo.

Seu prestígio se deve ao fato de ter sido um dos primeiros a abordar o tema da miscigenação no Brasil sob um olhar sociológico diferenciado, apesar de, por vezes, conservador. Segundo ele próprio,

é costume entre nós falar do povo brasileiro como se fosse uma massa homogênea e única, distensa, com perfeita igualdade, através de uma vastíssima superfície de oito milhões de quilômetros quadrados, e guardando por toda ela a mesma densidade social e a mesma unidade de composição e de estrutura⁶⁵.

Em *Populações Meridionais do Brasil*, Oliveira Vianna inova ao investigar a realidade do país, tentando identificar os valores pelos quais a elite norteava seu modo de agir. Estabelece como seu intuito instituir a caracterização social do brasileiro, de modo a ressaltar como somos distintos dos outros povos. De acordo com ele, “há um século estamos sendo como os fumadores de ópio, no meio de raças ativas, audazes e progressivas”⁶⁶. Nesse sentido, no processo de formação da sociedade brasileira agiriam as relações estabelecidas entre as diferentes classes que vão compor o Brasil, isto é, os diferentes papéis desempenhados, bem como o meio social aí forjado; somam-se a isso, o que ele chama de psicologia social do povo brasileiro e a questão racial a ela indissociada. Assim, as relações sociais, aliadas à psicologia do povo e à questão racial conformarão a peculiaridade do povo brasileiro, segundo Vianna.

⁶⁵Ibid. p.15

⁶⁶ Ibid. p. 20-21

Dedicando-se à análise dos tipos sociais que vão conformar a população brasileira, Vianna recorre a uma série de escritores, principalmente viajantes, para analisar, desde o período colonial, a miscigenação que aqui se deu. Detendo-nos aqui aos estudos que ele dedicou à região do centro-sul e seu resultado direto, isto é, o *matuto*, observamos que o autor identifica o mundo rural como estando na gênese da formação da nacionalidade do país, traço este fundamental de nossa psicologia social⁶⁷. Isto é,

pelos costumes, pelas maneiras, em suma, pela feição mais íntima do seu caráter, o brasileiro é sempre, sempre se revela, sempre se afirma um homem do campo, à maneira antiga. O instinto urbano não está na sua índole; nem as maneiras e os hábitos urbanos⁶⁸.

Reside, portanto, para Vianna, na base das relações sociais que se desencadearam no interior das grandes, ou mesmo pequenas, propriedades rurais, o caráter das relações que se davam no Brasil daquele período. Formada pela família senhorial, na qual domina o elemento branco, por escravos e pelos agregados, segundo ele, força dirigente das propriedades e inicialmente formada por homens brancos, a propriedade rural marca o lugar de onde “partem as ações, de cuja trama se faz a história colonial”⁶⁹. No entanto, Oliveira Vianna afirma que com o passar dos anos este importante agrupamento começa a receber “contingentes estranhos” que, segundo ele, “são o transbordo das senzalas, (...), o sobejo da mestiçagem das fazendas”⁷⁰.

É assim, que o elemento branco acaba, segundo Vianna, “afundando-se nessa ralé absorvente que, um pouco mais tarde, se fará o peso específico da população dos moradores” (1987, p.68). O mulato surge, dessa forma, como deformação do homem, capaz ainda de se reformular, para o bem (raiz branca) ou para o mal (raiz negra)⁷¹.

⁶⁷ É interessante notarmos que Oliveira Vianna se utiliza constantemente da região de Campos para referendar algumas de suas propostas. Em diversos trechos do livro podemos ver que, valendo-se principalmente do relato de alguns viajantes, especialmente Saint-Hilaire, ou do cartógrafo Couto Reis, que por aqui esteve no final do século XVIII. O autor destaca, por exemplo, que Campos faz parte da típica atuação dos agregados, que em não podendo se transformarem em proprietários e, não querendo também transformarem-se em simples trabalhadores, constituem aqui recorrentemente o sistema de aforamento. Cf. Ibid. p.67.

⁶⁸ Ibid. p.36

⁶⁹ Ibid. p.66

⁷⁰ Ibid. p.68.

⁷¹ “Em regra, o que chamamos mulato é o mulato inferior, incapaz de ascensão, degrado nas camadas mais baixas da sociedade provindo do cruzamento do branco com o negro de tipo inferior. Há, porém, *mulatos superiores, arianos pelo caráter* e pela inteligência ou, pelo menos, suscetíveis de arianização, capazes de colaborar com os brancos na organização e civilização do país. *São aqueles que, em virtude de caldeamentos felizes, mais se aproximam, pela moralidade e pela cor, do tipo da raça branca*”. Ibid. p.101. [grifos nossos].

Fruto da miscigenação que se deu entre brancos e negros, na opinião do autor mais prejudicial do que a que se dava entre brancos e índios (mameluco)⁷², o mulato era o representante, apesar de não se constituir de um tipo único⁷³, do atraso da população brasileira. Assim,

Os mestiços superiores, os mulatos ou mamelucos, quem vencem ou ascendem em nosso meio, durante o largo período da nossa formação nacional, não vencem, nem ascendem como tais, isto é, *como mestiços*, por uma afirmação da sua mentalidade mestiça. Ao invés de se manterem, quando ascendem, dos característicos híbridos do seu tipo, ao contrário, só ascendem quando se transformam e perdem esses característicos, quando deixam de ser *psicologicamente* mestiços – porque se arianizam⁷⁴. [grifos do autor].

Ou ainda de acordo com Florestan Fernandes,

no seu entender [de Oliveira Vianna], ‘a influência regressiva dos atavismos étnicos’ seria responsável pelo peneiramento negativo dos mulatos e pelo aparecimento de uma quadro demográfico de nítida preponderância do branco sobre o negro e os mestiços⁷⁵.

Já em 1932 publica *Raça e Assimilação*, na qual defendia uma maior miscigenação, caldeamento da raça negra, pois assim o negro verdadeiramente se integraria à sociedade. O autor descreve o livro com uma tentativa de resolução dos problemas – de raça e assimilação – do Brasil, não considerando o livro como uma tentativa de reavivamento da teoria da superioridade racial e, sim, uma tentativa de construção de um discurso científico acerca das diferenças raciais existentes no Brasil. Destacando a importância da América para os estudos de raça, capaz de fazer evoluir as pesquisas feitas nesse campo, inclusive na Europa, conclui que cada raça é representada por determinados tipos morfológicos e por temperamentos específicos, atentando, ainda, para as infindáveis diferenças raciais no interior de cada grupo, isto é, dando ênfase à heterogeneidade dos diferentes tipos raciais⁷⁶.

⁷² “Os cruzados de índio e branco parecem, pelo menos no físico, superiores aos mulatos: são mais rijos e sólidos. Como a raça vermelha é menos distante da européia que a africana, os seus cruzados – os mamelucos – aparentam ter uma equilibração maior do que os mestiços de branco e negro.” Ibid. p.104

⁷³ Vianna considerava impossível estabelecer um tipo único para o mulato, pois, para ele, cada um dos muitos mulatos “reflete, em parte, a índole do tipo negro, de que provém; em parte, a do luso;” Ibid. p.101.

⁷⁴ Ibid. p.108-109

⁷⁵ FERNANDES, Florestan. 2008, p.122.

⁷⁶ Cf. Op. cit. Parte II do livro.

Valendo-se dos escritos de inúmeros autores, leva adiante a ideia de psicologia diferencial das raças a partir de um intrincado aparato de pesquisa, estabelecendo um sistema de classificação binária por personalidade/tipo físico para diferentes indivíduos: indivíduos de tipo *ciclotímico* e de tipo *esquizotímico*, o primeiro relativo à raça negra, isto é, “sensitivos, fantasiosos, imediatistas, extremados, expansivos e cruéis”, e o segundo referente aos indígenas, “reservados, sombrios, desconfiados e desgostosos”. Dessa forma, Vianna ambicionava provar a existência da ligação entre a morfologia do indivíduo e seus atributos intelectuais, impactando diretamente sobre o progresso de uma nação.

No geral, o que ele nos revela é que a superioridade de uma raça estava definida de acordo com o momento histórico em que ela se encontrava, de modo que uma mesma raça poderia mostrar-se superior num dado momento, e, em outro, mostrar-se inferior⁷⁷, além da influência de fatores tais como as diferenças de adaptabilidade ao meio e ao clima⁷⁸. O possível branqueamento da população viria, nesses termos, possibilitar não o aparecimento de um tipo único de homem branco, mas sim a diminuição dos descendentes de negros e índios no total da população. Em outras palavras, o que vai valer nessa obra mais madura de Oliveira Vianna é menos o racismo e mais o elitismo, que ele de fato não abandona, vinculado ao culturalismo. Nesse sentido, não transparece em *Raça e Assimilação* necessariamente, um problema de raça, mas sim de elementos culturais que fazem parte do desenvolvimento da sociedade brasileira.

Já nos anos de 1930 e 1940 o pensamento racista entra em declínio, embora, logicamente, não deixe de existir. Gilberto Freyre é apontado com um dos autores responsáveis por essa mudança no pensamento social brasileiro. Em suas interpretações sobre as relações raciais no Brasil, rompe com o determinismo biológico, denunciando os erros do racismo científico, e inaugura uma análise de tipo culturalista⁷⁹ que incorpora elementos da vida cotidiana. Gilberto Freyre foi sem dúvida um dos primeiros

⁷⁷ Percebemos aqui a vinculação da questão da raça à influência da infraestrutura econômica, retirando a diferenciação de natureza genética a atribuindo às desigualdades as questões de imposição cultural e de modo de produção. Vale lembrar que nesse momento as teorias racistas já vinham perdendo espaço para análises de caráter culturalista.

⁷⁸ O conhecimento das especificidades de cada raça torna-se, segundo ele, fundamental inclusive para que se pudesse fazer uma correta distribuição dos trabalhadores imigrantes que chegavam ao Brasil.

⁷⁹ “Aprendi a considerar fundamental a diferença entre raça e cultura; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio. Neste critério de diferenciação fundamental entre raça e cultura assenta todo o plano deste ensaio” FREYRE, Gilberto. 2004, p.32.

teóricos brasileiros a reconhecer a importância de todas as etnias, ou raças, na formação histórica do Brasil. O autor faz parte de uma nova corrente de pensamento do século XX e sua formação se faz com grande influência do professor Franz Boas⁸⁰. Segundo Benzaquen de Araújo,

distinguindo raça de cultura e por isso valorizando em pé de igualdade as contribuições do negro, do português e – em menor escala – do índio, nosso autor ganha forças não só para superar o racismo que vinha ordenando significativamente a produção intelectual brasileira mas também para tentar construir uma outra versão da identidade nacional, em que a obsessão com o progresso e com a razão, com a integração do país na marcha da civilização, fosse até certo ponto substituída por uma interpretação que desse alguma atenção à híbrida e singular articulação de tradições que aqui se verificou⁸¹.

Na célebre obra *Casa Grande & Senzala*, 1933, Freyre tenta demonstrar a importância da casa-grande na formação social do Brasil e a ligação desta com a senzala, como sua complementação. A casa-grande, juntamente com a senzala, representaria um sistema, com todas as suas conotações fossem elas econômicas, políticas, religiosas, sociais ou culturais. Schwartz afirma que o livro trata

sobre a formação da mentalidade brasileira, e embora possa ser criticado em sua metodologia e nos dados comprobatórios, mostra aspectos da criação da sociedade da grande lavoura que compensam largamente suas falhas⁸².

Freyre esclarece que a sociedade colonial era uma sociedade *agrária* na estrutura, *escravocrata* na técnica e *híbrida* na composição⁸³ e, por isso, a formação brasileira teria sido um processo de constante equilíbrio de antagonismos, na qual o mais geral e mais profundo se dava entre senhor e escravo, revelando uma situação de equilíbrio dos contrários, fundamental para a sua teoria. Para ele, as relações entre brancos e as “raças de cor” foram sempre condicionadas pelo sistema de produção econômica (monocultura e latifúndio) e pela escassez de mulheres brancas entre os colonizadores, que possibilitou a existência de zonas de confraternização entre

⁸⁰ “O professor Franz Boas é a figura de mestre de que me ficou até hoje maior impressão. [...] Foi o estudo de antropologia sob a orientação do professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor – separados dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural” Ibid. p.31-32.

⁸¹ ARAUJO, Ricardo Benzaquen de. 1994, p.28.

⁸² SCHWARTZ, Stuart. 1998, p.11.

⁸³ FREYRE, Gilberto. 2004, p.65,

diferentes homens e, principalmente, entre senhores e escravas, sem que deixasse, no entanto, de se configurar como relações que se davam entre ‘superiores’ e ‘inferiores’. Dessa forma ele chama a atenção para a questão da miscigenação, mistura de raças e culturas, no Brasil, porém através de uma perspectiva até então inédita, isto é, conferindo a ela o caráter peculiar de nossa população.

A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. O que a monocultura fundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, [...], foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação⁸⁴.

Assim é que Freyre tenta desmistificar a noção de determinismo racial, desfazendo o mito de que havia no Brasil raças inferiores, fruto da miscigenação que aqui se deu, tentando demonstrar justamente os elementos positivos que tal miscigenação trouxe para a formação do Brasil, atribuindo principalmente ao escravo uma significativa importância na formação da nossa sociedade. Diferentemente da visão da época, popular e erudita, que culpava os negros e a miscigenação pelos males da sociedade, Freyre enfatizava a importância do que ele chamou de *cooperação étnico-racial*, na qual brancos, negros e índios integrar-se-iam e cooperariam entre si para a formação de uma identidade nacional. Foi ele quem, de fato, viu na mestiçagem brasileira um elemento distintivo de nossa especificidade enquanto nação.

A miscigenação no Brasil tinha se dado de tal forma, que para ele “todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo (...) a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro”⁸⁵. Para além disso, Freyre chegou mesmo a afirmar a superioridade do negro frente aos brancos e indígenas em muitos aspectos, pois, segundo ele, os negros eram superiores em capacidade artística e técnica⁸⁶,

por todos esse traços de cultura material e moral revelaram-se os escravos negros, dos estoques mais adiantados, em condições de concorrer melhor que os índios à formação econômica e social do

⁸⁴ Ibid. p.33.

⁸⁵ Ibid. p.267.

⁸⁶ O que não podemos deixar de analisar como sendo este um dos pontos da obra do autor em que observamos certa reedição do preconceito.

Apesar disso, o autor não nega a existência de diferenças entre os indivíduos, o que ele alerta, entretanto, é que essas diferenças podiam ser resultado de condições circunstanciais, econômicas, culturais e mesmo de ambiente e que, longe de conflitarem, se equilibravam. Dessa forma, considerava absurdo julgar a moral do negro do Brasil a partir de sua “influência deletéria” como escravo, isto é, impossível era separar a ação do negro de sua condição de escravo.

Vale aqui ressaltar, devido à importância que as obras de Freyre têm para a presente pesquisa, que muitos foram os teóricos que severamente o criticaram, principalmente nos anos 70, sob a acusação de que fora propagador do ideal da boa sociedade, do mito da democracia racial, na qual homens brancos bons conviviam pacífica e harmoniosamente com negros submissos. Mais do que isso, muitos afirmam que essa submissão em suas obras aparecia como consentida e necessária, visto serem os negros e mestiços “gentios” que necessitavam de comando e de proteção. Rios e Mattos apontam, por exemplo, que Freyre foi capaz de dar “ênfase no caráter paternalista e de acomodação de conflitos na escravidão brasileira”⁸⁷. Schwarcz também afirma que

com Freyre consagrou-se a representação de uma situação racial amena e ‘democrática’, com as imagens de senhores e escravos dóceis e passivos (...) A obra de Gilberto Freyre trouxe, por outro lado, novos elementos para que se analisasse de uma maneira diversa a ‘herança africana’ e de outras raças, contribuindo inclusive para a formação de uma espécie de ‘nova *rationale*’ para essa sociedade multirracial, já que a partir desse momento as raças componentes – européia, africana e índia – podiam ser vistas e entendidas como igualmente valorizadas⁸⁸.

Nesse sentido, é Ricardo Benzaquem de Araújo, considerado hoje um dos maiores intérpretes de Freyre, quem esclarecerá que esta visão da democracia racial freyriana e do mito da boa sociedade é datada de estudos dos anos 70, principalmente, e que tinham por objetivo vincular o autor à ditadura militar, que efetivamente apoiara. Assim, Benzaquem verifica que se afastando das análises raciais e promovendo a valorização da contribuição de diferentes culturas na formação da sociedade, Freyre abriu terreno para que as críticas às suas ideias pudessem se realizar, pois acusam-no de

⁸⁷ RIOS, Ana Lugão. MATTOS, Hebe. 2005, p.18.

⁸⁸ SCHWARCZ, Lilia M. 1987, p.27.

criar uma imagem quase idílica da sociedade brasileira, ocultando os conflitos em meio à pretensa democracia racial reinante.

Para que possamos entender as concepções freyrianas da sociedade, Benzaquen esclarece que se faz necessário que verifiquemos a maneira como Freyre trata a questão da miscigenação, isto é,

Uma compreensão da mestiçagem como um processo no qual as propriedades singulares de cada um desses povos não se dissolveriam para dar lugar a uma nova figura, dotada de perfil próprio, síntese das diversas características que teriam se fundido na sua composição⁸⁹.

Verificamos, portanto, que a miscigenação funcionava, para Freyre, como um processo capaz de gerar novos hábitos nos indivíduos, nos quais as diferenças se complementavam harmoniosamente, e não necessariamente agindo para destruir velhos hábitos. Nesse sentido, diferença, hibridismo, ambiguidade e indefinição faziam parte do processo de miscigenação⁹⁰. Além disso, Benzaquen demonstrará por vezes que, longe de representar uma sociedade esvaziada de conflito, Freyre ressaltava fortemente o caráter da violência que permeava as relações entre a casa grande e a senzala, como, por exemplo, através de numerosas passagens de sua obra “que tornam explícito o gigantesco grau de violência inerente ao sistema escravocrata, violência que chega a alcançar os parentes do senhor, mas que é majoritariamente e regularmente endereçada aos escravos”⁹¹. Citamos aqui, para efeito de demonstração, a seguinte passagem de *Casa Grande & Senzala*:

O que houve no Brasil – cumpre mais uma vez acentuar com relação às negras e mulatas, ainda com maior ênfase do que com relação às índias e mamelucas – foi a degradação das raças atrasadas pelo domínio da adiantada. Esta desde o princípio reduziu os indígenas ao cativo e à prostituição. Entre brancos e mulheres de cor estabeleceram-se relações de vencedores com vencidos – sempre perigosas para a moralidade sexual⁹².

⁸⁹ ARAUJO, Ricardo B. 1994, p.41.

⁹⁰ Que encontrava sua melhor expressão, segundo Freyre, no português, visto ter sido ele o que melhor adquiriu as características de mobilidade, miscibilidade e aclimatabilidade no Brasil, condensadas na ideia de plasticidade, tão necessárias à formação do povo brasileiro.

⁹¹ Ibid. p.45.

⁹² FREYRE, Gilberto. 2004, p.515.

Em linhas gerais, para Freyre, a violência e a perversidade dos senhores eram, de certa forma, equilibradas pela intimidade e pela miscigenação na sociedade escravista de então. Sobre a própria sociedade freyriana trabalhavam os conceitos de hibridismo, plasticidade e ambiguidade, de modo a permitir que as classes que a compunham pudessem se relacionar, se misturar, sem que, no entanto, se tornassem uma só, dada a permanência da submissão⁹³.

Ocorre que ao analisarmos os escritos de Oliveira Vianna e de Gilberto Freyre, podemos perceber que em ambos aparece certa justificação da dominação. Ou seja, para eles, e ainda mais para Oliveira Vianna, havia uma necessidade do povo de ser comandado, de ser provido. Essa visão aparece de maneiras diferentes em ambos os autores, pois se para Vianna essa era uma forma natural da raça branca dominar, para Freyre essa era apenas uma necessidade não pejorativa a nenhum dos lados, apenas de manutenção da ordem, na qual se revela no negro essa passividade consentida, como que uma vontade de ser dominado, embora, segundo compreendemos da leitura de *Casa Grande & Senzala*, saibamos que Freyre não tenha afirmado que isso fosse uma situação inerente à figura do negro. Assim, essa dominação tinha suas raízes no caráter econômico de submissão do negro e se refletia no campo político e social.

Mattos afirma, por exemplo, que o conceito de família patriarcal abarcado por Freyre levava a crer “que escravos e dependentes livres constituíram sua identidade familiar em relação à ‘casa grande’, incapazes, eles próprios, de formar e reproduzir culturalmente suas próprias famílias”⁹⁴. É Mattos⁹⁵ quem também nos possibilitará certa percepção sobre o conceito de família para Oliveira Vianna, o que para ela estava muito mais ligada ao conceito de clã⁹⁶, pois, em seus escritos,

⁹³ Há que se ressaltar a influência de Freyre na formação da corrente historiográfica norte americana, iniciada por Frank Tannenbaum – *Slave and citizen* – ressaltando as tradicionais instituições que moldaram o caráter benevolente da escravidão das colônias espanholas e portuguesas, em contraposição a escravidão dos Estados Unidos – dura e cruel, ocasionada pela falta de instituições tradicionais, como a Igreja Católica.

⁹⁴ MATTOS, Hebe. 1998, p. 55.

⁹⁵ Hebe Mattos tentará mostrar através de suas obras que a família escrava era basicamente nuclear, possibilitada em muito por casamentos e práticas de compadrio. Além disso, a autora afirma que era considerável o grau de autonomia escrava no interior da *plantation*. Ibid. 1998, p. 125-142.

⁹⁶ Muito provavelmente a autora tenha buscado na seguinte afirmativa de Vianna os fundamentos para sua idéia: “os senhores de engenhos ou os donos de latifúndios cafeeiros aparecem sempre, no tablado da nossa história, como chefes de clã. É sempre acaudilhando um bando de sócios, de amigos, de camaradas, de capangas, que se mostram na vida pública, durante os nossos quatro séculos de história.” Ainda, “que toda a população rural, de alto a baixo, está sujeita ao mesmo regime, toda ela está agrupada em torno dos chefes territoriais.” VIANNA, Oliveira. 1987, p.131-132.

a única solidariedade possível na sociedade colonial, era a verticalmente construída a partir do ‘grande domínio rural’, que reunirá em torno do chefe familiar, seus filhos e genros, dependentes livres e escravos.⁹⁷

Em Freyre, e também em Vianna, o patriarcalismo aponta para a influência que a família terá na formação do brasileiro. Nesse sentido, a família reunia em si toda a sociedade, capaz de manter escravos e agregados debaixo de certa proteção, mesmo que essa relação se desse inquestionavelmente pela violência.

Durante a década de 1940, surge um trabalho pioneiro no estudo das relações raciais no Brasil. Donald Pierson, formado pela Escola Sociológica de Chicago, considerado uma das figuras responsáveis pelo estabelecimento da Sociologia no Brasil, desenvolverá seus estudos sobre as relações raciais e sobre a inferioridade do negro na escala social, identificando que não havia no Brasil um racismo tal qual o definido nos Estados Unidos.

(...) o plano de trabalho de Pierson era inteiramente novo entre nós. Embora muita coisa estivesse escrita sobre relações de raça, o assunto foi mais estudado no plano da história social do que no da pesquisa regional, num dado tipo de sociedade e na época atual. De outro lado, o ponto de vista agora abordado era inteiramente diverso dos objetivos propriamente antropológicos dessa já hoje extensa fileira de nomes, que vêm desde Nina Rodrigues⁹⁸.

A ideia central presente no estudo de Pierson é que não havia se estruturado no Brasil o preconceito⁹⁹ racial, como até então se falava, pelo menos não como fenômeno social, mas sim o preconceito de classe. Sua análise, de certa forma, confirmava a prerrogativa de uma relativa harmonia entre os diferentes grupos raciais no Brasil, afirmando que as barreiras que se colocavam à ascensão e mobilidade dos indivíduos eram barreiras estruturadas em preconceito de classe e, não em preconceitos raciais, de cor. É a própria ausência do preconceito racial no Brasil que permitiria não só a miscigenação, mas, também, a ascensão social dos miscigenados.

⁹⁷ MATTOS, Hebe. 1998, p.55-56.

⁹⁸ Arthur Ramos. In Pierson, 1971, p.68

⁹⁹ Alfredo (2003) assim nos esclarece sobre a idéia concebida como preconceito: “definia-se preconceito, geralmente, a partir da experiência americana de preconceito – ponto de vista que pode ser aprofundado pela consulta a Blumer (1939, 1958). A idéia básica de Blumer é que o preconceito existe como uma reação emocional de um grupo racial (o branco) que se sente ameaçado por outro (o negro) na competição por recursos em uma ordem igualitária (democrática).” ALFREDO, Antonio Sergio. 2003.

Suas pesquisas foram extremamente inovadoras à medida que trabalharam concretamente com a realidade social brasileira, enfocando os mecanismos das relações sociais entre brancos e negros que rodeavam essa mesma sociedade e para a qual os fatores biológicos haviam perdido determinação, apesar de ainda exercerem influência. A sociedade observada por Pierson se estabelece enquanto um modelo aberto à ascensão das diferentes raças (sociedade multirracial de classes), isto é, a cor não configurava impedimento à mobilidade social.

Existia, na Bahia, na época de nossa pesquisa, uma ordem social de livre competição, na qual os indivíduos pleiteavam posição baseada principalmente em relações pessoais e favoráveis condições de família. Na determinação do status social, a competência do indivíduo, a sua instrução e realizações profissionais, bem como seus recursos financeiros tendem a superar a origem racial¹⁰⁰.

A questão é que os escritos de Pierson suscitaram inúmeras discussões posteriores que versavam sobre a idéia se de fato não haveria preconceito racial no Brasil. Assim, tendo em vista o pioneirismo empreendido por Pierson no tocante à análise das relações raciais no Brasil, é que entre os anos de 1950 e 1953 surgiu uma série de estudos sobre esse tema, revelando nomes como Thales de Azevedo, Oracy Nogueira e Florestan Fernandes. Tais estudos, intitulado *Projeto Unesco*,

Uma instituição internacional, criada logo após o Holocausto, momento de profunda crise da civilização ocidental, procura numa espécie de anti-Alemanha nazista, localizada na periferia do mundo capitalista, uma sociedade com reduzida taxa de tensões étnico-raciais, com a perspectiva de tornar universal o que se acreditava ser particular. Por sua vez, cientistas sociais brasileiros e estrangeiros haviam assumido como desafio intelectual não apenas tornar inteligível o cenário racial brasileiro, mas também responder à recorrente questão da incorporação de determinados segmentos sociais à modernidade. O êxito deste encontro entre propostas distintas contudo complementares foi a base de sustentação do Projeto Unesco. A descrição do processo de gestação dessa pesquisa revela a riqueza das articulações, das visões, as mudanças de percurso e a autonomia dos intelectuais neste contexto¹⁰¹.

Dessa forma, surgem no Brasil diversas críticas às ideias recorrentes até então, que tentavam dar conta, por exemplo, do caráter benevolente da escravidão brasileira e

¹⁰⁰ PIERSON, Donald. 1971, p.226.

¹⁰¹ MAIO, Marcos Chor. 1999, s/d.

da inexistência de preconceito e discriminação racial no Brasil, tendo como consequência críticas severas ao mito da democracia racial, profundamente associadas ao “pensamento” freyreano¹⁰².

Assim é que Oracy Nogueira, estudante-bolsista de Pierson, aprofunda a questão do racismo no Brasil a partir de uma visão também inovadora. Rompendo com as perspectivas que diziam não haver preconceito no Brasil, Nogueira, além de afirmar a existência do preconceito do Brasil, cria uma importante teoria para entender a dinâmica do racismo na sociedade brasileira, isto é, a idéia de preconceito de marca em contraposição ao conceito de preconceito de origem, que caracterizaria a sociedade norte americana. Para ele, no Brasil muitos pesquisadores ainda se negavam a reconhecer a existência do problema do preconceito racial e

ainda que se admita que o preconceito, seja qual for a importância que se lhe dê, como problema de estudo, deva ser focalizado no contexto da "situação racial" em que se manifesta, o fato é que a preocupação com o mesmo está pelo menos implícita em toda a pesquisa que se faz nesse setor. Mesmo quando se estuda uma "situação racial" em que se supõe inexistente (ou quase inexistente) o preconceito, está pelo menos implícito o interesse em compará-la com situações em que sua ocorrência é insofismável¹⁰³.

Empreendendo um estudo comparativo entre as sociedades brasileira e a norte-americana, a partir das análises acerca das relações sociais que se davam na região de Itapetininga (SP), Nogueira afirmava que esta estaria marcada pelo preconceito de origem, enquanto o Brasil era determinado pelo preconceito de marca. Se lá o preconceito era explícito, manifesto, aqui o próprio reconhecimento de sua existência tem dado margem a uma controvérsia difícil de se superar, isto é, se a diferença entre o preconceito em um e em outro país residiria nas diferentes formas de manifestação do mesmo.

Assim, o autor estabelece o que se caracteriza como sendo preconceito racial, isto é, “considera-se como *preconceito racial* uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população”¹⁰⁴. A expressão do preconceito pode se dar devido à aparência do estigmatizado, ou devido à

¹⁰² Autores que primeiramente popularizaram a crença de que a escravidão latino-americana era relativamente humana e mais branda: além de Freyre e Vianna, ver Frank Tannenbaum, Stanley Elkins e Hebert Klein.

¹⁰³ . NOGUEIRA, Oracy, 2007, s/d.

¹⁰⁴ Ibid.

ascendência étnica deduzida ou reconhecida daquele que sofre o preconceito. O primeiro tipo caracterizaria o preconceito de marca, isto é, quando se exerce em função dos traços físicos ou mesmo gestos ou sotaque do indivíduo que sofre a ação. Já o segundo tipo caracterizaria o preconceito de origem, ou seja, quando está ligado ao pertencimento a outro grupo étnico. É assim que o estudo de Nogueira parece colocar em questão as noções sobre preconceito racial no Brasil, propondo uma espécie de cruzamento entre as idéias de raça e classe.

Não podemos deixar de citar a extrema importância de Thales de Azevedo com a clássica obra sobre os estudos raciais no Brasil, *As Elites de Cor – um estudo de ascensão social*, escrito na década de 50, que trata da questão da mobilidade e dos canais de ascensão social dos negros na Bahia e da questão da democracia social, identificando a importância da educação como meio de possibilitar a inserção de fato dos negros na sociedade. Segundo ele “o principal canal de ascensão social, através do qual grande número de pretos e mestiços tem adquirido *status* elevado, é a educação”¹⁰⁵.

Dialogando diretamente com Pierson, Florestan e outros, Thales vai bem de encontro ao programa anti-racista empreendido pela pesquisa financiada pela Unesco, isto é, mostrar a ausência de preconceito racial no Brasil, especificamente nos seus estudos, no caso da Bahia¹⁰⁶. Nesse sentido, sua obra

tinha duas limitações de origem: primeiro, deveria ter um caráter mais monográfico que interpretativo; segundo, o seu engajamento político deveria reforçar a ideia piersoniana da Bahia como sociedade multirracial de classes, ela mesma inspirada em Freyre, em detrimento das evidências de preconceito racial e de sociedade fortemente estamental.¹⁰⁷

Utilizando-se de Pierson, isto é, do conceito de sociedade multirracial de classes, estabelece que Salvador estava dividida entre uma classe superior, descendente principalmente da antiga aristocracia, e uma classe baixa, geralmente ligada às profissões que exigiam mais trabalho manual. Colocada entre essas duas, haveria uma

¹⁰⁵ AZEVEDO, Thales. 1955, p.198.

¹⁰⁶ Nesse sentido, Guimarães, 1996, esclarece que, nos anos posteriores, Thales mudará sua perspectiva de análise ao observar que sua teoria não se adequava à sociedade de então, por exemplo, ao denunciar, anos mais tarde, a impossibilidade da existência da democracia racial no Brasil, revelando mesmo que sua obra fora empreendida para servir de modelo confirmativo às ideias então vigentes. ALFREDO, Antonio Sérgio. 1996.

¹⁰⁷ Ibid.

intermediária, composta por comerciantes e funcionários públicos¹⁰⁸. Thales esclarece que a divisão dessa sociedade marcava-se por um tipo de estratificação que se baseava principalmente a partir das tradições familiares do indivíduo, e das condições econômicas a que estavam submetidos. Assim, a inexistência de uma divisão baseada na raça devia-se ao modo como a escravidão havia se desenvolvido na Bahia, isto é, de maneira mais branda e maleável, de modo que "concorreram poderosamente para a aproximação e para as boas relações entre as raças na Bahia, como em todo o Brasil, o tratamento de modo geral brando e humano que os proprietários dispensavam a seus escravos"¹⁰⁹. O resultado dessa situação era perceptível, segundo o autor, através da observação da boa convivência que se dava entre brancos e negros, ressaltando as atividades festivas e religiosas como os momentos mais visíveis dessa pretensa harmonia e, principalmente, pela miscigenação.

A miscigenação era considerada nas análises de Thales como fator possibilitador da democracia social, que conferia à Bahia caráter peculiar, pois ao acentuar a miscigenação racial lá ocorrida, tentava demonstrar a predominância do elemento branco.

Por efeito da mestiçagem e de outros fatores sóciobiológicos o grupo mais escuro, de fenótipo preto, vem sendo absorvido gradativamente no caldeamento étnico; os brancos aumentam em ritmo um pouco mais rápido, enquanto cresce o número de mestiços, registrados nas estatísticas como pardos, para afinal virem a submergir, pela mistura, no grupo de ascendência predominantemente europeia.¹¹⁰

Interessante notar que mesmo tentando negar a existência do preconceito racial no Brasil, em diversas passagens de sua obra observamos as contradições presentes no seu discurso, quando, por exemplo, afirma que o casamento era um dos meios mais eficazes de ascensão de um indivíduo de cor, mas que os casamentos inter-raciais, quando ocorriam, não deixavam de despertar preconceitos e barreiras¹¹¹. Por fim, o autor mesmo admite que a afirmação de que não havia preconceito de cor na Bahia era apenas parcialmente verdadeira, embora a sociedade de lá pudesse se definir como

¹⁰⁸ Mas que também não se configurava como classe média.

¹⁰⁹ AZEVEDO, Thales. 1955, p.49.

¹¹⁰ Ibid. p. 51

¹¹¹ "Funcionando a cor e os traços somáticos, em grande parte, como símbolos de status, as resistências aos intercasamentos traduzem ao mesmo tempo preconceito de classe e de raça ou, melhor, de cor". (Ibid p.90).

multirracial de classes, e não de casta, o que, para ele, significaria que um indivíduo não poderia ascender socialmente.

Dando prosseguimento a série de estudos recomendado pela Unesco, ficará a cargo de Roger Bastide levar a cabo as pesquisas sobre as relações raciais entre brancos e negros em São Paulo. Acompanhado de Florestan Fernandes, nesse momento seu pupilo, publica em 1955 o livro *Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo*, mais tarde apenas *Branco e negro em São Paulo*.

Ao lermos a introdução da obra temos a oportunidade de observar que, de acordo com os autores, muitas das teorias que se desenrolaram ao longo dos séculos XIX e XX foram na verdade tentativas de justificar o trabalho servil africano, subjugando-o e desvalorizando-o, e que posteriormente serviu para legitimar a manutenção de uma sociedade de classes. Ao empreenderem uma análise da inserção do negro na ordem social brasileira, Bastide e Fernandes inovam ao se utilizarem de instrumentos teórico-metodológicos da sociologia crítica e por marcarem uma nova visão sobre a questão racial no Brasil, através das pesquisas sobre a entrada e aceitação dos negros na sociedade paulistana. Inovaram também, porque, como vimos, até bem pouco antes, o estudo da situação racial no Brasil era marcado pela quase total ausência de discriminação e preconceito de cor, isto é, de raça, referindo-nos aos termos utilizados na época.

As linhas gerais do livro foram muito bem esboçadas por Fernando Henrique na apresentação da obra, presente na edição aqui utilizada (Global, 2008). Segundo ele,

o fio condutor que percorre as análises de nossos dois autores – Bastide e Fernandes – é o mesmo: as relações interétnicas e os mecanismos de acomodação social entre negros e brancos se formaram no regime senhorial escravocrata, modificaram-se à medida que ruiu a antiga ordem senhorial-servil, dando lugar a uma sociedade capitalista-competitiva baseada no trabalho livre.¹¹²

Nesse sentido, observamos que os autores, longe de negarem as influências empreendidas pelo sistema escravista na vida de homens e mulheres nos anos que se seguiram à Abolição, entenderam que tinha havido uma modificação dessa ordem, que tornava-se capitalista-competitiva. De fato, anos mais tarde, em outro estudo, *A integração do negro na sociedade de classes*, 1964, Fernandes assumirá que a

¹¹² CARDOSO, in BASTIDE e FERNANDES, 2008, p.11.

marginalização da população negra, bem como a negação do acesso destes a bens sociais, era resultado da continuação de velhos costumes destinados aos escravos na sociedade brasileira. Assim ele define tal situação:

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. (...) O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva.¹¹³

Bastide e Fernandes afirmavam que, na transição da sociedade de tipo escravocrata para a capitalista, o preconceito de cor não havia desaparecido, embora suas funções pudessem ter variado, uma vez que as diferenças raciais são, segundo eles, elementos resignificados a todo instante, adaptando-se às redefinições culturais vigentes, de modo a promover a acomodação da ordem social¹¹⁴. Dessa maneira, o preconceito e discriminação continuavam a existir na sociedade, mesmo tendo havido importantes mudanças, como por exemplo, nas relações entre patrões e empregados, que não se distinguiam necessariamente pela cor, diferente do tipo de relação senhor-escravo. A manutenção do preconceito resultava em muito, segundo os autores, porque o negro não tinha encontrado integração imediata na sociedade quando do fim da escravidão e, por isso, as diferenças raciais continuavam a ser indicativos de inferioridade social.¹¹⁵

É Bastide quem atenta ainda para o fato de que, apesar de prevalecer o preconceito de cor no Brasil, este não excluía a existência do preconceito de classe, pelo contrário, “o preconceito de cor identifica-se com o de classe. (...) A cor desempenha o papel de um símbolo, é o critério bem visível, que situa um indivíduo num certo degrau da escala social”¹¹⁶. Além disso, na introdução da obra, ele afirmará ainda que “o

¹¹³ Ibid. p. 29

¹¹⁴ Ibid. p.118-119

¹¹⁵ FERNANDES, In: BASTIDE e FERNANDES, 2008, p.140. Nesse sentido, Florestan discordava de seu antigo professor Donald Pierson, para o qual prevalecia no Brasil o preconceito de classe, e não o de raça, como visto anteriormente.

¹¹⁶ Ibid., p.166

preconceito de cor, cuja função era justificar o trabalho servil africano, vai servir agora para justificar uma sociedade de classes”¹¹⁷.

De acordo com Fernandes, persistia no Brasil a herança do preconceito de raça oriundo do passado colonial escravista brasileiro, mas que, com o tempo, tenderia a ser substituído pelo preconceito de classe. Nesse sentido, dando prosseguimento aos estudos iniciados por ele e Bastide, publica em 1964, como vimos, *A integração do negro na sociedade de classes*, realizada para ser sua tese no concurso para professor titular de sociologia da USP, na qual buscou compreender o processo de constituição da sociedade de classes em São Paulo no momento posterior à abolição do regime escravista em 1888. Procurava identificar mecanismos de exclusão do negro na sociedade paulistana, através da observação da inserção do negro no mercado de trabalho.

De acordo com ele, a ideologia da democracia racial brasileira encobria os conflitos de raça e classe e esse dilema residia no precipitado fim da escravatura, uma vez que o país ainda não havia criado os mecanismos necessários à inserção dos negros na sociedade. Havia para ele uma sobreposição dos conceitos de classe e raça, ou seja, a pobreza era característica em sua maioria de negros e mestiços e, por isso, encobria a questão da raça, resultando numa contradição efetiva entre a modernização em vias de empreendimento no Brasil, refletida por uma ordem competitiva moderna, e a existência de uma ordem estamental herdada do passado. Assim Florestan reflete sobre a questão:

na medida em que a ordem social competitiva e a urbanização estavam em plena emergência, a posição de cada grupo étnico e de cada camada social no sistema econômico e na sociedade dependia, fundamentalmente, de sua capacidade de participação do crescimento econômico e do desenvolvimento sociocultural. Os negros e os mulatos ficaram à margem ou se viram excluídos da prosperidade geral, bem como de seus proventos políticos, porque não tinham condições para entrar nesse jogo e sustentar as suas regras.¹¹⁸

Nesse sentido, só muito lentamente é que os negros seriam admitidos no sistema de trabalho, geralmente ligados às profissões mais humildes e mal remuneradas, o que, para Florestan, não se explicava por degenerescências do negro, que ele chama de constituição biopsíquica do negro, mas, como vimos, por conta da herança deixada

¹¹⁷ Ibid. p.21

¹¹⁸ Ibid. p.120

pelos anos de cativeiro (Id. p71). Soma-se a isso o bloqueio que a estrutura social brasileira impetrava ao acesso do negro à cidadania plena. Em suas palavras,

a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre os seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideias do ser humano, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo. (Id., p.31-32).

Dando prosseguimento às suas pesquisas, sintetizando-as mesmo, Florestan publica, em 1972, a obra *O negro no mundo dos brancos* (Global, 2007), apontando nesse estudo para “novas facetas da miscigenação brasileira”. Nesta obra Florestan aprofunda a dualidade da ordem social brasileira, moderna por um lado, estamental por outro, entendendo a situação do negro a partir de perspectivas sincrônicas, uma vez que tais relações estariam condicionadas pela herança da escravidão, e diacrônicas, a partir de uma ordem social competitiva, principalmente para área na qual Florestan se concentrava, São Paulo¹¹⁹.

Por fim, devemos atentar para afirmativa de Rios e Mattos quando elas concluem que, para Florestan, “a herança deformadora da escravidão seria apenas um dos fatores a explicar a desorganização social que ele percebia como característica das populações negras”¹²⁰. Florestan compreende que tal desorganização social do negro manifestava-se através da ausência de ligações familiares sólidas, de disciplina de trabalho e de solidariedade de raça ou de classe e que, nessa situação de patologia social contribuíram elementos conjunturais e patológicos, somados às heranças do escravismo.

De fato, o desemprego, o alcoolismo, o abandono do menor, dos velhos e dos dependentes, a mendicância, a vagabundagem, a prostituição, as doenças e a criminalidade constituem problemas sociais de inegável importância na história cultura dessa população. (...) No entanto, parece-nos patente que eles floresceram e se perpetuaram graças a certos *impedimenta* de natureza psicossocial e sociocultural, que converteram a ‘explosão erótica’ numa condição altamente desfavorável à constituição e à consolidação da família no ‘meio negro’.¹²¹ [grifos do autor].

¹¹⁹ SCHWARCZ, Stuart. In: FERNANDES, Florestan. 2007, p19-20

¹²⁰ RIOS, ANA LUGÃO. MATTOS, Hebe. 2005, p.20.

¹²¹ FLORESTAN, Fernandes. 2008, p.181.

Em linhas gerais, os escritos de Florestan mudaram o rumo das investigações sobre as relações raciais no Brasil. Definitivamente, em sua obra é que cai por terra a ideia de democracia racial, e que, anos mais tarde, vai ser amplamente criticada pelo pensamento social brasileiro. Suas formulações atestam a formação e a luta do povo brasileiro. Durante muitos anos, suas análises serão consideradas como aplicáveis a boa parte do Brasil, posto que só a partir da década de 70 e 80 começaram a surgir novos estudos dando conta de diferentes realidades¹²².

Seguindo a perspectiva de Florestan Fernandes, alguns outros autores irão igualmente se dedicar às análises sobre a condição dos escravos e também dos negros no pós-Abolição. Octavio Ianni e Fernando Henrique, discípulos de Florestan, por exemplo, empreenderão uma análise das relações raciais no sul do Brasil, ressaltando a existência do preconceito de cor naquela área. A eles, juntar-se-á Emilia Viotti da Costa. Fazendo parte da Escola Sociológica da USP, tenderão a confirmar em suas pesquisas aquilo que Florestan, de modo inédito, havia levantado em São Paulo, isto é, a existência no Brasil da discriminação e do preconceito racial.¹²³

Apesar de reconhecer a violência inerente à escravidão brasileira, Sidney Chalhoub, na conhecida obra *Visões da Liberdade*, de 1990, critica a visão que conferia certa inércia ao escravo nacional argumentando, por exemplo, que Fernando Henrique Cardoso, na obra *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, de 1969, além de reconhecer a condição jurídica de coisa do escravo, tal qual Perdigão Malheiro, afirmava que esta correspondia à própria condição social do escravo, isto é, afirmando que o próprio escravo podia acreditar que não era mais que um objeto/coisa. Schwartz, em *Segredos Internos*, 1988, também criticará essa tendência de Florestan e seus “seguidores” pois, segundo ele

As limitações do escravismo eram reais e frequentemente também destrutivas, mas daí a crer como Fernandes, que a força inerente ao poder dos senhores e o funcionamento da instituição da escravidão determinaram, sozinhos os parâmetros da vida escrava, é deixar de lado o papel essencial dos cativos na criação de sua própria cultura.¹²⁴

¹²² Para Campos, Cf. LIMA, Lana Lage da Gama; LARA, Silvia Hunold. 1988 e CASTRO FARIA, Sheila de. 1998, por exemplo.

¹²³ Dentre os primeiros autores a desconstruírem o mito da brandura do escravismo brasileiro, podemos destacar: Roger Bastide e Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Robert Conrad, Charles Boxer, Oracy Nogueira, Suely Reis e Emilia Viotti.

¹²⁴ SCHWARTZ, Stuart. 1988, p.311-312.

Nesse sentido, Emília Viotti da Costa em *Da Senzala à Colônia*, publicado inicialmente em 1966, propõe uma análise do processo que levou ao fim da escravidão no Brasil, pautando seus estudos nas regiões do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista. Viotti apresenta as condições de vida e sobrevivência às quais os escravos eram impostos, tanto nas áreas urbanas, quanto na rural. Segundo ela, quando finalmente chega ao fim o mecanismo da escravidão, os negros passaram a sofrer um processo de marginalização que dura até os dias de hoje, e que pode ser verificada na forma atual de povoamento – as favelas, atuais zonas de exclusão. Além disso, Viotti observa que a série de mudanças ocorridas no capitalismo brasileiro permitiu que a abolição ocorresse de fato em 1888 e não, por exemplo, em 1871 quando da Lei do Ventre Livre. Alie-se a isso, segundo a autora, a atuação do movimento abolicionista, que além de conferir legitimidade às rebeliões escravas, formaram uma opinião pública favorável à causa da abolição e às constantes insurreições dos escravos, que permitiram a desorganização da economia. Segundo ela, a sociedade do pós-Abolição vai estar permeada pelos valores e contradições presentes no período anterior, de maneira que logo na introdução à primeira edição, afirma que

a escravidão marcou os destinos da nossa sociedade. Seus traços ficaram indeléveis na herança que nos legaram a cultura negra e as condições sociais nascidas do regime da escravidão. Passada essa fase, restaram, além do legado cultural, a concentração de negros e mestiços e os problemas da integração do escravo emancipado no status do homem livre e na sociedade do branco, sua assimilação, sua aceitação pelo grupo branco e a necessária reformulação das atitudes recíprocas forjadas durante o período da escravidão.¹²⁵

Ou ainda,

ao mesmo tempo em que se davam essas transformações na estrutura econômica, modificavam-se as representações coletivas sobre o regime escravista e aumentava a complacência com os fugitivos. A despeito dos protestos dos senhores contra quem acoitasse escravo fugido (...).¹²⁶

Assim é que, para a autora, a conduta na atualidade do negro merecia, ou antes, exigia, um entendimento das relações que pautavam o cotidiano escravista brasileiro.

¹²⁵ COSTA, Emilia Viotti da. 1998, p.13.

¹²⁶ Ibid. p.373

Nessa perspectiva, na qual o homem branco, senhor, regulava suas ações geralmente amparado pelo exercício constante da violência e por diversos mecanismos disciplinares como os castigos, o escravo, negro, via-se sufocado e com pouca possibilidade de movimentação, empreendendo geralmente movimentos extremos como fugas, suicídios, insurreições e crimes. Por outro lado, a autora atenta também para o fato de que, para além da relação de violência que caracteriza o convívio entre senhores e escravos, este também era permeado por um sistema de recompensas, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, caracterizado por ser de “mão dupla”, isto é, recorrentemente os escravos utilizavam-se de mecanismos que os possibilitavam certo “poder” de barganha e, em outros momentos, eram os próprios senhores que se utilizavam de alguns desses mecanismos para manter a ordem, ou mesmo para aumentar a produtividade¹²⁷.

Em linhas gerais, até os 50 vigorava o mito da democracia racial no Brasil, oriundo principalmente de certa interpretação de Gilberto Freyre. A intenção dos pesquisadores ligados à USP e ao projeto da Unesco era a de compreender a suposta harmonia social existente no Brasil, exibindo as raízes de nossa democracia racial, diferentemente do que ocorria nos Estados Unidos e na Europa. Por fim, no Nordeste, a equipe liderada por Donald Pierson tendeu a confirmação das ideias de Freyre e no Sudeste, liderados por Florestan Fernandes, os pesquisadores chegaram a confirmações contrárias. De acordo com Florestan Fernandes e seus seguidores, existia no Brasil o racismo desencadeado de forma velada, tendo como consequência a subalternização do elemento negro na nossa sociedade, revelando um quadro de contrário desenhado pelo caráter brando e paternalista supostamente presente em Casa Grande & Senzala.

No entanto, parte desse novo debate historiográfico, ao negar o mito da democracia racial, passou a considerar os escravos como elementos que haviam perdido sua cultura, destituídos inclusive, de certa capacidade humana, encarados mesmo, como meras mercadorias de um sistema¹²⁸. Assim, estariam fadados a viver na ausência de

¹²⁷ Seguindo a mesma corrente, mas tentando aprimorar o papel desempenhado pelo negro, Suelly Reis Queiróz, em diferentes obras publicadas ao longo dos anos 70 e 80, mostrará, através da utilização de ampla documentação, que o escravo desempenhou papéis ativos na sociedade seja pela empreendimento de fugas, suicídios ou revoltas, tornando-se, por isso, num importante fator na luta em prol da Abolição. Ibid. p. 325

¹²⁸ Vele ressaltar que a “coisificação” do escravo já havia sido empreendida por Perdígão Malheiro na década de 60 do século XIX. Este defendia uma emancipação gradual e segura, não imediata, da escravidão. Além dele, Joaquim Nabuco, em O Abolicionismo de 1883, considerava que os escravos não podiam se defender da situação precária na qual se encontravam primeiramente por que não tinham

relações sociais estáveis, explorados em sua crença e sua cultura, sendo possível a “coisificação subjetiva do escravo”, bem como sua representação como não homem. Afirma-se a violência como inerente ao sistema escravista, capaz de transformar o escravo em força de trabalho numerosa, barata e anômala. A humanidade do cativo tendia a aparecer apenas em seus momentos de rebeldia, como quando praticavam as fugas, os atentados contra os senhores, os suicídios e a formação de quilombos, por exemplo.

Até meados da década de 70, portanto, a maior parte dos cientistas sociais, antropólogos e historiadores concordava que a situação do negro no pós-Abolição refletia-se diretamente como resultado da herança da escravidão. No entanto, em 1972 John Blassingame, no pioneiro estudo *The Slave Community*, inaugura o sistemático interesse pela vida familiar e comunitária dos escravos que a partir de então se farão presentes na historiografia brasileira. Além dele, Herbert Gutman, em 1976, com *The Black Family na Slavery and Freedom, 1750-1925*, afirmará que os escravos americanos não só conheceram a instituição da família, como era esta sua principal influência de vida. Em 1969 Genovese, em *A Terra Prometida: o mundo que os escravos criaram*, inverteria a ótica tradicional de análise do paternalismo ao propor que os escravos habilmente utilizavam esse mecanismo – a família, a seu favor. É dessa maneira que os espaços autônomos de criação e produção dos escravos passaram a fazer parte das diferentes análises que até então começaram a ser realizadas, enfatizando inclusive, a capacidade de negociação deles próprios, isto é, incorporando agora o escravo como agente¹²⁹.

Katia Mattoso, em célebre trabalho sobre a escravidão no Brasil, especificamente em Salvador, intitulado *Ser escravo no Brasil*, lançado originalmente em língua francesa em 1979 e no Brasil em 1982, estabelece as características peculiares da escravidão no Brasil, entendendo que acontecia ao escravo o que ela chamou de despersonalização do negro, posto que “ser escravo no Brasil é viver com lealdade uma contradição feita de permanência de um passado totalmente aceito, adaptado a um presente vivido, na esperança de um futuro melhor”¹³⁰, inaugurando um

consciência dos seus direitos, e, segundo ele, mesmo se tivessem, nada podiam fazer devido a situação de “morte civil” na qual se encontravam.

¹²⁹ Cf. introdução RIOS, Ana Lugão. MATOS, Hebe. 2005, p. 12-34.

¹³⁰ MATTOSO, Kátia. 1982, p.174.

retorno a Gilberto Freyre, ao reafirmar o sistema patriarcal na escravidão brasileira¹³¹. Asseverava ela que os espaços de sociabilização dos negros, apesar de restritos, faziam parte de “doações” que a sociedade branca tinha concedido, revelando o caráter duplo da vida do escravo, pois este

adapta-se verdadeiramente a seu meio(...) através da astúcia, arma eficaz dos fracos e dos oprimidos, que possibilita ao escravo fingir-se obediente, fiel e humilde ante seus senhores, fraternal e digno junto aos companheiros de servidão. A dupla adaptação do escravo é, pois, vivida como coisa transitória, devendo levar a um mundo melhor.¹³²

No entanto, boa parte dessa nova historiografia que tentava recuperar a subjetividade autônoma do escravo o fez atrelando a figura do escravo a mecanismos de acomodação gerados por este para sobreviver ao sistema, não dando conta das reações realizadas pelos escravos que tentavam ir contra o sistema, como as fugas, insurreições, as formações de quilombos e outros. Assim, Jacob Gorender, em *A escravidão reabilitada*, atenta para um quadro que ressalta o binômio *resistência-acomodação*, no qual a própria resistência visava à acomodação, para o qual resulta dessa linha de pensamento a ideia de priorização do consenso sobre a violência, embora não negasse a existência do conflito (prevalecendo a coexistência): “Logo, o escravo não é coisa, mas ser humano levemente limitado por um estatuto social inferior”¹³³.

O mesmo Gorender irá colocar em mais alto relevo, nessa linha de pensamento, o livro *Campos da violência*, de Silvia Hunold Lara (UNICAMP)¹³⁴, que traçou sua estratégia de pesquisa ao analisar processos judiciais de Campos, entre os anos de 1750-1808. Negando a coisificação do escravo, que excluiria sua existência enquanto pessoa, a autora rejeitou também o pressuposto de que o escravismo se assentasse no uso da violência. Segundo esta nos afirma, o conceito de violência seria inteiramente inadequado e inútil para caracterizar a escravidão. Percebendo a obra de Lara como uma tentativa de relativizar as relações entre senhores e escravos em fins do século XVIII e início do XIX, pois procura ela demonstrar que a divisão entre senhores dominantes e

¹³¹ Orientação neopatriarcalista também encontrada em Genovese – *Roll, Jordan, roll*, depois no Brasil *A terra prometida. O mundo que os escravos criaram*. GENOVESE, Eugene. 1988.

¹³² MATTOSO, Katia. 1982, p.167.

¹³³ GORENDER, JACOB, 1990 p. 21.

¹³⁴ Exporemos neste capítulo apenas as ideias capitulares presente em cada uma das obras em questão. Mais a frente, nos deteremos à análise mais acurada de cada uma delas, especialmente de *Rebelião Negra e Abolicionismo*, de LIMA, Lana Lage da Gama. 1981.

escravos submissos esteve longe de confirmar a rigidez atribuída por muitos pesquisadores.

Destarte, o que de fato nos parece é que esta autora procura desmistificar e reinterpretar aspectos da violência institucionalizada nas relações entre senhor e escravo¹³⁵. Não nos parece que tenha negado a violência, quando ela mesma afirma que “esta abordagem do tema não só passa pela rediscussão da violência presente na exploração escravista, enquanto relação de dominação e exploração, como também lida com a diversidade dos discursos sobre a escravidão e sobre o escravo”¹³⁶. O que a nós parece incompreensível na obra da sobredita autora é que, diante da prerrogativa da verificação cotidiana de uma relação de dominação entre senhores e escravos, o castigo surja aos cativos como “algo que faz parte da educação”¹³⁷. Assim, fazendo parte do próprio sistema, o uso dos castigos era não somente uso do governo dos senhores, como aceito pelos escravos como justo, desde que moderado, possuidor mesmo de uma dimensão pedagógica que fazia parte da própria estratégia do escravo de resistência e acomodação.

Em resumo, a partir da década de 70¹³⁸ e, como veremos, principalmente nos anos 80, a visão que os cientistas sociais passam a ter dos escravos é o justo oposto da visão do “*escravo-coisa*” da década de 60. Em muitos, passa então a figurar a visão do “*escravo rebelde*”, destacando a percepção deste acerca de seus direitos. Buscando revalorizar o papel do escravo no processo da abolição da escravidão, é que surgem estudos como o de Lana Lage Lima, em *Rebeldia Negra e Abolicionismo*, 1981.

Lana Lage da Gama Lima destacará o papel da rebeldia negra¹³⁹ na crise final do escravismo em Campos dos Goytacazes, mas também em seus anos anteriores, revelando suas potencialidades e limitações a partir de uma série de rupturas que ocorrem no seio da classe dominante e que possibilitaram diferentes alianças entre os excluídos, de modo a estabelecer as relações que se seguiram entre abolicionismo e

¹³⁵ ¹³⁵ Laura de Mello e Souza, na obra *O escravismo brasileiro nas redes de poder*, realiza apreciação completamente diversa sobre a obra de Hunold Lara da empreendida por Gorender.

¹³⁶ LARA, Silvia. 1988, p. 23.

¹³⁷ Ibid. p. 72.

¹³⁸ Nos anos 70 ainda, novos estudos de orientação marxista, formuladores do conceito de modo de produção escravista colonial, com pesquisadores dos Estados Unidos e Caribe, como Eugene Genovese e Eric Foner, foram formulados.

¹³⁹ Santos, 2000, esclarece que a autora usa o termo “rebeldia negra” para “designar o conjunto das ações dos escravos que, de uma forma ou de outra, exprimem a oposição à escravidão: fugas, formação de quilombos, crimes contra senhores e feitores, suicídio etc. [...] A questão para Lana Lage é avaliar a importância da rebeldia negra, na sua associação com o abolicionismo, para o fim da escravidão” LIMA, Lana Lage da Gama. 1981, p.69.

rebeldia negra. Utilizando-se de vasta gama documental, sua análise nos permite apreciar as relações cotidianas entre escravos, brancos e libertos na região, travadas seja através das lutas pela preservação da cultura africana, por exemplo.

Nesse sentido, a autora destaca que o papel desempenhado pela rebeldia negra era uma das fases do próprio cativo, parte inerente mesmo dele¹⁴⁰. Soma-se a isso a importante ação empreendida pelo movimento abolicionista em Campos, mais radical do que em outras localidades, possibilitando um maior desenvolvimento da rebeldia negra na região em questão. Em outras palavras, Lana afirma que às violentas lutas que se travaram entre abolicionistas e escravocratas em Campos, veio se juntar a crescente rebeldia que o negro movimentava nas suas ações.

Além disso, a autora salienta a permanência constante de tensão e violência nas relações de produção do sistema escravista (o escravo tido como inimigo doméstico), que levava ao desenvolvimento de mecanismos coercitivos de controle direto do comportamento do negro, sejam estes através dos castigos ou através da despersonalização legal a que eram submetidos. “Nas relações assim constituídas o trabalho assume a forma de uma condenação que define a situação inferior do escravo e se faz mediante violenta coerção”¹⁴¹. Assim,

o sistema institucionaliza a violência, justificada legal e ideologicamente pela concepção do negro como ‘inimigo’ e como ‘inferior’. E uma vez aceita pela consenso social, posto que legitimada pela moral patriarcal, a violência é liberada, passando a se exercer publicamente, a descoberto, através de dois fatores, que têm como objetivo a submissão do negro como mão-de-obra aviltada e dominada: a despersonalização legal do escravo e o controle direto do seu comportamento¹⁴².

A obra de Lana Lage representa, nesse sentido, a maturação de uma tendência. É um claro exemplo de que desde os anos 50 surgia uma nova linha de interpretação do processo pelo qual se procedeu a abolição no Brasil. Uma nova hermenêutica da escravidão que tentava negar a perspectiva anterior, enaltecida do imperador e que se movia pelo propósito de retirar qualquer conteúdo revolucionário e de participação popular ao processo que descambou no 13 de maio, inclusive chegando ao ponto de

¹⁴⁰ A polarização das relações no processo produtivo polariza também senhores e escravos numa relação marcadamente antagônica e violenta, em que a atitude de rebeldia do negro aparece como intrínseca ao próprio sistema.

¹⁴¹ LIMA, Lana, 1981. p. 21.

¹⁴² Ibid. p. 40

consagrar a princesa Isabel como a grande redentora do povo brasileiro. Antagonizando esta postura coisificadora do negro, a nova hermenêutica da escravidão estava ligada principalmente à Escola Paulista de Sociologia da USP¹⁴³, que priorizava a atuação “de ponta” empreendida pelos cafeicultores do Oeste Paulista no processo de extinção do elemento servil no Brasil. Vale salientar que tais autores não compartilham de uma corrente única e homogênea, pois, se por um lado, a posição de Octávio Ianni, em *Escravidão e racismo*, pode ser considerada extremista, ao afirmar que a “abolição foi sempre um negócio de brancos”¹⁴⁴, por outro, autores como Viotti e Florestan concordam em destacar as lutas empreendidas pelos abolicionistas, bem como dos próprios escravos no processo que levou ao fim a escravidão brasileira.

Nos anos que se aproximavam ao Centenário da Escravidão, a Unicamp publicou uma série de trabalhos que seguiam duas linhas diferentes, embora com uma característica comum: a negação da significação histórica da participação do movimento abolicionista urbano-popular. A primeira vertente reafirmava a preeminência dos cafeicultores paulistas no processo de extinção da escravidão, visto terem condições prévias de substituir o trabalho escravo pelo livre, que assumiu a forma de colonato, isto é, trabalho assalariado de tipo plenamente capitalista¹⁴⁵. A segunda vertente, que Gorender classifica como sendo de “esquerda”, define as ações autônomas dos escravos como fatores únicos que possibilitaram a Abolição¹⁴⁶, espalhando o medo por entre a população branca¹⁴⁷.

Nesse sentido, Célia Azevedo, em *Onda negra, medo branco*, de 1987, igualmente irá propor-nos que atentemos para uma série de lutas implícitas que se faziam presentes na sociedade nos anos anteriores à Abolição. Tece uma severa crítica à Escola de São Paulo, de Florestan Fernandes e seus discípulos, uma vez que, para estes, o fim do escravismo teria sido resultado direto de uma série de divisões internas no seio da classe dominante, aliado à ação modernizadora empreendida pela classe média, e não como resultado da ação empreendida pelos próprios negros. Segundo Azevedo, os abolicionistas haviam desempenhado um papel no processo abolicionista em conformidade com os interesses das elites, revelando que suas intenções não eram

¹⁴³ Fazem parte desse grupo autores como Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni.

¹⁴⁴ IANNI, Octavio. 1978, p. 14,

¹⁴⁵ GORENDER, Jacob. 1990, p. 145

¹⁴⁶ Fazem parte dessa vertente autores como Robert Slenes, Lilia Moritz Schwarcz, Sidney Chalhoub, Silvia Hunold Lara e Célia Marinho de Azevedo.

¹⁴⁷ AZEVEDO, Celia Marinho de. 2004.

revolucionárias, apenas reformistas, quando não racistas até¹⁴⁸. A autora argumenta ainda que os abolicionistas tendiam a ver a escravidão como “um problema social capaz de ser resolvido simples e pacificamente mediante a abolição complementada pela transformação gradual do escravo em assalariado, sem riscos para os interesses dos proprietários”¹⁴⁹. Assim, além de realizar uma análise na qual o negro passa a ter papel privilegiado nas ações que antecederam o 13 de Maio, estabelece uma dinâmica para o movimento abolicionista de conformação com os interesses da elite, e não da camada escravizada da população.

É dessa forma que muitos estudos no Brasil passaram a ser relativizados, sem, no entanto, perderem sua validade, percebendo-se que as relações sociais no pós-Abolição não se fizeram como contrapartida direta e imediata da escravidão.

No importante estudo de Rios e Mattos, já citado, no qual as autoras realizam uma série de entrevistas com populações remanescentes de escravos na região do Vale do Paraíba, constata-se, segundo as mesmas, que “dos antigos escravos citados nas entrevistas, mais da metade tornaram-se proprietários de terra em algum momento de suas vidas, condição que, via de regra, não transmitiram a seus filhos”¹⁵⁰. Além disso, outro ponto de fundamental importância neste estudo é a constatação, diferentemente do que boa parte da historiografia vinha tentando provar, de que essa geração de ex-escravos, bem como seus descendentes, realizou uma espécie de ética de valorização do trabalho e da boa moral¹⁵¹.

É interessante notar que a mobilidade social e o trabalho familiar aparecem nas narrativas como os principais marcos definidores da experiência e condição de liberdade, assim como o trabalho realizado e a vinculação direta a algum fazendeiro

¹⁴⁸ Ibid., p.89.

¹⁴⁹ Ibid. p.94.

¹⁵⁰ É importante ressaltar que esta parece ser uma característica que se repetiu na região na qual esta pesquisa se limita, uma vez que com o aumento da família, o espaço a ela destinado torna-se pequeno, fazendo com que outra parcela dessa população, provavelmente uma primeira geração, comece a se deslocar para novas áreas, tal qual ocorreu na região do Vale do Paraíba. RIOS, Ana Lúgã; MATTOS, Hebe, 2005, p.39

¹⁵¹ Vendo mesmo uma dificuldade de se estabelecerem hábitos laboriosos nos escravos, quando estes se tornassem emancipados, Tocqueville, em *A emancipação dos escravos*, via mesmo a necessidade de transformar o escravo em trabalhador assalariado, e não em pequeno proprietário. Nesse sentido, tentando buscar soluções para a abolição em França, Tocqueville afirma que o exemplo a ser seguido era o inglês, uma vez que nesse país a abolição foi abrupta, não lenta e gradual, realizada pela vontade esclarecida dos senhores, garantindo a preservação da produção e do mercado de trabalho. Havia a necessidade segundo ele, da emancipação simultânea e abrupta da escravidão, pois o afrouxamento gradual da mesma faria com que o negro se acostumasse a ser temido, tornando-se mau escravo, sem ter adquirido as virtudes dos homens livres. Além da emancipação simultânea, fazia-se necessário a “indenização [aos colonos] da regulamentação do trabalho e da aprendizagem” TOCQUEVILLE, Alexis. 1994, p.73.

aparecem como os principais marcos de continuidade entre o que as autoras chamam de tempo do cativo e o tempo da liberdade. Apesar disso, a segunda geração, de filhos e netos da última geração de escravos, configurou-se para a região do Vale do Paraíba como sendo característica de um tipo de “campesinato itinerante”, isto é, individualizada por uma crescente instabilidade. Assim, “num período impreciso, que se inicia após a Abolição e que se estendeu pelas primeiras décadas do século XX, houve, (...), uma população de libertos, seus filhos e netos, que encontrou dificuldades em se fixar como parceiros ou posseiros estáveis”¹⁵².

Tal traço de mobilidade crescente da população pobre foi constatado por alguns outros pesquisadores, como, por exemplo, Sheila de Castro Faria. Em estudo sobre o período colonial no Sudeste, *A colônia em movimento*, demonstra que a mobilidade foi um traço estrutural e característico da população livre e pobre, afirmando que pretos, pardos e gente mais pobre instalavam-se em áreas menos atraentes ao capital para poderem desenvolver ali uma produção independente e autônoma. Sheila Faria demonstra também o quanto eram rígidas as hierarquias na colônia, para a qual

a inserção de alforriados no universo dos livres era demorada e, até mesmo, perversa. Ao libertar-se, o cativo transformava-se, aos olhos de seus companheiros, em privilegiado. No universo livre do qual agora fazia parte inseria-se com emblemas nitidamente discriminatórios.¹⁵³

Maria Sylvia Carvalho Franco, em *Homens livres na ordem escravocrata*, de 1997, também aponta a mobilidade como uma estratégia para os agregados, abordando os significados do trabalho escravo, a situação dos homens livres e a caracterização de uma maneira peculiar de como esses homens não foram integrados ao sistema produtivo brasileiro, tornando-se o que podemos chamar de populações marginais.

Nesse sentido, Hebe Mattos, em *Das Cores do Silêncio*, de 1998, levará adiante a proposta de analisar as populações pobres e marginais do interior do Rio de Janeiro. Na obra em questão, Mattos estabelecerá uma tentativa de reelaboração da análise das condições de dominação que se fizeram presentes na sociedade do interior do Rio de Janeiro quando do fim das relações escravistas. Além disso, destacará a continuidade do traço de mobilidade acima citado ao longo do século XIX. A autora irá destacar que

¹⁵²É importante que se diga que as autoras estabelecem como marco inicial desse período de instabilidade finais da década de 30 e ao longo da década de 40. RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe, 2005, p.20

¹⁵³ MATTOS, Hebe. 1998, p. 139.

jornaleiros e camaradas serão os que mais estarão ligados ao sentido de transitoriedade, muito por que, geralmente, essa camada da população era formada por homens no estado de solteiro, permitindo-lhes viver o exercício de sua liberdade através da mobilidade social. Assim,

o sentido de transitoriedade (mobilidade) ou a situação de agregado (casa e roça própria), além da ausência da coerção física, eram assim fundamentadas para a afirmação da liberdade frente à realidade da escravidão.¹⁵⁴

Lucio Kowarick, em *Trabalho e Vadiagem*, fala também de uma massa de desenraizados, apontando ainda para a situação de instabilidade acima citada, estabelecendo que

tal era a situação dos negros libertos, brancos e índios, bem como dos grupos produzidos pela miscigenação dessas três raças, mulatos, cafuzos e mamelucos. Boa parte vivia de rudimentar atividade de subsistência, não tendo, praticamente, nenhum contato com a produção agroexportadora. Outro segmento da população livre era composta de agregados ou moradores, que dentro das fazendas, desempenhavam serviços intermitentes combinados a uma prática de subsistência. Inteiramente dependente da grande propriedade, pois lá o acesso a uma gleba de terra decorria do arbítrio senhorial, sua sobrevivência era marcada por intensa instabilidade.¹⁵⁵

Sidney Chalhoub chama atenção para os laços de solidariedade que ligavam os negros desde o período do cativo, afirmando mesmo que a liberdade, nesse sentido, era entendida pelos escravos como a esperança de autonomia de movimento e segurança na constituição de relações afetivas.¹⁵⁶

Deve ser entendido, também, que tais características só se tornaram possíveis por que, para os ex senhores,

manter os escravos na fazenda ou pelo menos nas proximidades das áreas em que trabalhavam foi um objetivo que muitos continuaram perseguindo, por alguns anos, especialmente nas áreas do Rio de Janeiro e de Minas Gerais que não dispunham de condições

¹⁵⁴ Ibid., p. 47.

¹⁵⁵ KOWARICK, Lucio. 1994, p.27-28.

¹⁵⁶ “Em suma, a formação da cidade negra é o processo de luta dos negros no sentido de instituir a política – ou seja, a busca da liberdade” (CHALHOUB, 1990, p.186).

econômicas para concorrer com São Paulo pelas novas levas de imigrantes europeus que chegavam.¹⁵⁷

Além disso,

o principal modelo de vivência de liberdade a influenciar as estratégias dos últimos escravos esteve nas condições de vida e de sobrevivência do antigo camponês livre, ao qual as roças dos escravos de maiores recursos comunitários nas fazendas mais antigas já há muito se aproximavam. Foram exatamente esses escravos que viviam em comunidades de senzalas mais antigas e estruturadas em torno de relações de parentesco, com acesso a roças próprias e mesmo a cavalos e pequenas criações, que tenderam, após a Abolição, a ficar preferencialmente nas fazendas ou regiões em que antes habitavam.¹⁵⁸

Por outro lado, Chalhoub demonstra que “havia em torno da alforria uma forte expectativa de continuidade de relações pessoais anteriores, de renovação do papel do negro como dependente e do senhor como patrono provedor”¹⁵⁹, afirmando ainda que mesmo que os escravos não compartilhassem dessa ideologia de alforrias, eles se inseriam nela como uma estratégia de sobrevivência¹⁶⁰. Mattoso também destaca a adaptabilidade e o poder de negociação dos negros, uma vez que, por um lado, o senhor era quem podia tirar o escravo de sua condição de objeto, já que ele era adquirido como sendo um bem móvel. Isto conferia certa repersonalização ao mesmo, o que não significaria necessariamente adaptação total do negro ao ambiente que o acolhe, uma vez que os dois mundos, o do senhor e o do escravo, permaneciam separados, cultural e socialmente.¹⁶¹

Em livro intitulado *Negociação e Conflito*, de 1989, Eduardo Silva e João José Reis apontam diretamente para esse caráter dual e conflitivo da sociedade escravista. Não pretendendo tão pouco transformar o escravo em herói, Lília Schwarcz esclarece na apresentação da obra que

¹⁵⁷ RIOS e MATTOS, 2005, p.271.

¹⁵⁸ Ibid. p.297.

¹⁵⁹ CHALHOUB, Sidney. 1990, p. 149,

¹⁶⁰ É por isso que Chalhoub destaca ainda que muitos autores viram na Lei do Ventre Livre de 1871 “o momento de afirmação ou de consolidação de um projeto de transição para o trabalho livre e de formação de todo um contingente de trabalhadores disciplinados e higienizados” (1990, p.160). Assim, para o autor, “é um anacronismo interpretar 1871 como a instauração de uma política acabada e de longo prazo no sentido da organização e da disciplina do mercado de trabalho livre no Brasil”.

¹⁶¹ MATTOSO, Kátia. 1982.

Em *Negociação e Conflito* todo o esforço se concentra na recuperação desses homens e mulheres que, na medida das suas possibilidades, resistiram a se tornar meros objetos de um sistema que lhes era por definição exterior. Assim, pode-se dizer que também os escravos inventaram o seu viver, seja através da negociação mais imediata, corriqueira e mesmo pacífica, na qual encontravam uma ‘brecha’ para blefar como o sistema; seja através do conflito mais ou menos individual, que se corporificava nas insurreições e quilombos que tanto alarmavam as elites locais.¹⁶²

No livro, os autores sugerem que, ao lado da violência intrínseca do sistema escravista, havia zonas, áreas em que tanto negociações quanto conflitos eram possíveis. Assim, entre as conhecidas representações feitas pela historiografia sobre a figura do escravo, isto é, entre o escravo herói, que empreendia fugas e revoltas (Zumbi) e o escravo submisso, que a tudo acatava (Pai João), existia o escravo que negociava, impulsionado pela sua própria vontade e não por força de um paternalismo benevolente dos senhores. Segundo os autores, no Brasil “os escravos negociaram mais do que lutaram abertamente contra o sistema”¹⁶³. Apontando para a instabilidade que se fazia presente na sociedade escravocrata de então, afirmam que senhores e escravos manipulavam suas relações no sentido de colaborarem mutuamente, obviamente ligados cada qual a seus interesses.

Silva e Reis apontam que não era mais possível pensar os escravos como um bloco homogêneo, entregues às forças da sociedade. Nessa perspectiva, eles agiram buscando melhorias na sua qualidade de vida, principalmente em busca do recebimento de algum pedaço de terra no qual pudessem plantar para si e também para comercializar com os produtos dela provenientes, criando uma margem de economia própria. Tomando de empréstimo o termo de Ciro Flamarion Cardoso, empregam a ideia de “brecha camponesa” que, segundo eles, sempre foi admitido e mesmo estimulado pelo escravismo americano, uma vez ter sido mecanismo mantenedor da ordem escravista, capaz de fazer com que os escravos se “contentassem” com as doações ou conquistas adquiridas. Além disso, procuraram ressaltar que a brecha camponesa, além do papel econômico que cumpriu no sentido de minimizar os custos da manutenção dos escravos, foi especialmente um mecanismo de controle da força de trabalho. Por isso, apontam que “sua motivação principal parece ter sido o que apontamos como válvula de escape

¹⁶² SCHWARCZ, Lilia. Apresentação. In REIS e SILVA. 1989.

¹⁶³ Ibid. p.14

para as pressões do sistema: a ilusão da propriedade “distrai” da escravidão e prende, mais que vigilância feroz e dispendiosa, o escravo à fazenda”¹⁶⁴.

Nesse mesmo sentido, Hebe Mattos esclarecerá que tal negociação não era suficiente para tornar dual a sociedade escravista, uma vez que

a mobilidade social limitada (o acesso à elite permanecerá sempre vedado), possibilitada pelo estabelecimento de relações pessoais e familiares horizontais, no interior do cativo, do cativo à liberdade, do desenraizamento à propriedade, mas sempre tributária de relações hierárquicas, que eles conferiam estabilidade, foi a chave das políticas de domínio que, não sem contestações, conferiam estabilidade às relações de poder no Brasil escravista.¹⁶⁵

Assim, autores como Robert Slenes, Mary Karasch, Manolo Florentino e José Roberto Góes, além dos já citados Hebe de Mattos, João José Reis e Sidney Chalhoub, entre outros ainda, nos possibilitaram uma nova abordagem que, sem negar o caráter violento presente no sistema escravista, permitiu-nos entrever a realidade que ia além das relações de violência, ao observarem com atenção maior as relações cotidianas dos grupos subalternos. Nesse sentido é que um grande avanço estabelecido a partir da revisão historiográfica efetuada ao longo dos anos 80 foi o de constatar e afirmar a existência de vínculos familiares como elemento de elevada significância na organização do escravismo¹⁶⁶.

Manolo Florentino e José Roberto Góes, em *A Paz nas Senzalas: Famílias Escravas e Tráfico Atlântico (Rio de Janeiro, 1790-1850)*, verificaram a estabilidade da família escrava a partir do exame dos seus destinos quando das partilhas entre os herdeiros constatando, inclusive, o estado de dissensões entre as escravarias, especialmente entre crioulos e africanos. *A paz nas senzalas* seria, por fim, possibilitada pelas famílias escravas, elemento de socialização e de fragilização do escravo diante do poder senhorial¹⁶⁷.

¹⁶⁴ Ibid. p.31.

¹⁶⁵ MATTOS, Hebe. 1998, p.143

¹⁶⁶ A já citada Hebe de Mattos, em *Das Cores do Silêncio*, salienta que os escravos frequentemente superavam suas diferenças étnicas através na união por laços de parentesco, embora os africanos recém-chegados sofressem ainda distinção entre crioulos e africanos ladinos, isto é, já habituados ao novo meio. A questão é que, partindo da conquista da família, tenderiam aqueles grupos a competirem pelos recursos que pudessem os aproximar do mundo dos livres. A família surge ao escravo como possibilidade de enfrentamento das dificuldades e limitações impostas pelo próprio sistema escravista e de busca pela alforria.

¹⁶⁷ Vale ressaltar que a ideia que figura em Florestan Fernandes é a de que a destruição de laços sociais e de parentesco era um dos mecanismos essenciais de controle dos senhores exercidos contra os escravos.

Já Slenes em sua análise, ao contrário de Manolo Florentino e José Roberto Góes, tende a destacar sobretudo o ponto de vista dos escravos. Sua conclusão é também distinta dos autores acima citados. De acordo com Slenes, a constituição da família escrava, longe de ser um elemento estruturante e reproduzidor das relações escravistas, seria mesmo um instrumento de ameaça ao mesmo. Em sua obra, *Na Senzala uma Flor*, demonstra que a vida em família possibilitou aos escravos melhores condições de vida no interior da propriedade senhorial como, por exemplo, acesso a habitações separadas do corpo de senzala, bem como acesso a pequenas plantações, entre outras prerrogativas.

Maria Helena Machado, na obra *O Plano e o Pânico*, ao empreender uma análise dos movimentos sociais na década de 1880, identifica que o plano dos senhores em estabelecer a ordem coexistiu com o pânico causado pelas cada vez mais constantes agitações escravas. Assim como Mattos, destaca o abalo sofrido pelo poder dos senhores causado pelo uso desmedido da violência e do patriarcalismo, bem como da insubordinação frequente dos escravos. A favor do abolicionismo, agiram os próprios escravos, homens livres pobres (cometas – caixeiros-viajantes) e a polícia, que manteve o monopólio do poder de repressão, evitando conflitos maiores. Rompe a autora com a interpretação que coloca a abolição ora como resultado das lutas da elite e cativos alienados, ora apenas como resultado da rebeldia escrava¹⁶⁸. A autora relativiza com isso a difundida ideia da liderança das camadas médias urbanas e liberais no processo de abolição, propondo uma nova dimensão composta por atores vários no dito movimento, já que no processo de abolição estiveram presentes os movimentos populares e a mobilização escrava, autônoma, embora também articulada ao primeiro movimento.

Para Shalhoub, a Abolição trouxe ao cenário brasileiro um novo problema colocado às elites: a busca por formas de reestruturação do mundo do trabalho. Em *Trabalho, Bar e Botequim*, expõe que as dificuldades encontradas por livres pobres, muitos de cor, na busca pela colocação, ou recolocação, no mundo do trabalho, foram muitas e das mais variadas, inclusive frente à concorrência com os imigrantes. A elite, além disso, preocupava-se com a manutenção da ordem e com a repreensão à vadiagem, então preocupação sempre presente.

Ao contrário, para Manolo e Góes, o parentesco era elemento-chave no processo de produção do escravo FLORENTINO, Manolo; GOES, Jose Roberto. 1992, p. 116.

¹⁶⁸ Cf. SILVA, Denilson de Cássio Silva. 2011, p. 36.

Ainda em se falando de Abolição e pós-Abolição, Rebecca Scott, em *Emancipação escrava em Cuba*, empreende uma análise das particularidades do processo de abolição em Cuba e na Louisiana, ressaltando pontos comuns e divergentes entre um e outro. Em Cuba, o modelo empreendido pelos trabalhadores face ao crescimento da indústria açucareira guiou-se através de uma organização multirracial inclusiva. Em Louisiana, os trabalhadores mantiveram pouco interesse na organização de alianças variadas, empreendendo uma ideologia racista. Destaca que ex-escravos construíram novos significados para noções como trabalho e cidadania. “No mínimo, tentaram defender-se da imposição de novas restrições à sua liberdade”.¹⁶⁹

Em trabalho recente que analisa a escravidão e o pós-Abolição em São João Del-Rei, Denilson de Cássio Santos esclarece que no Brasil foram frustradas as tentativas de fazer com que o Estado estabelecesse a obrigatoriedade de assinatura de contratos de trabalho por parte dos ex-escravos, como igualmente fracassaram as propostas de reforma agrária em benefício dos libertos. Some-se a isso que no mundo rural a atuação coletiva tendia à valorização da autonomia e do acesso estável à terra, possibilitadas em muito, também, pela força do trabalho familiar. Este ideal, como assinalado, presente sobretudo no mundo rural, possibilitava a formação de um “projeto camponês” multirracial que, no entanto, era condenado pelas elites como formas de vadiagem e negação ao trabalho¹⁷⁰.

De tudo que foi visto, percebe-se claramente que, no Brasil, aos libertos não foram dadas oportunidades de acesso à educação, à condições favoráveis de moradia, emprego e salário¹⁷¹. Não há como negar o estigma da escravidão. Como bem afirma José Murilo de Carvalho, em *Cidadania no Brasil: o longo caminho*,

No Brasil, aos libertos não foram dadas nem escolas, nem terras, nem empregos. Passada a euforia da libertação, muitos ex-escravos regressavam a suas fazendas, ou a fazendas vizinhas, para retomar o trabalho por baixo salário. Dezenas de anos após a abolição, os descendentes de escravos ainda viviam nas fazendas, uma vida pouco melhor do que a de seus antepassados escravos¹⁷².

¹⁶⁹ SCOTT, Rebeca. 1991, p. 133.

¹⁷⁰ Ver SILVA, Denilson de Cássio Silva. *O Drama Social da Abolição; Escravidão, liberdade, trabalho e cidadania em São João Del-Rei, Minas Gerais (1871-1897)*. Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF, 2011, p. 41-42.

¹⁷¹ Obviamente, como tópico central de nossa discussão, a situação social dos libertos será aprofundada nos capítulos posteriores.

¹⁷² CARVALHO, José Murilo de. 2008, p.52.

3 - Esclarecimentos acerca dos Métodos, Fontes e Quadro Teórico

Conhecer sobre a vida dos ex-escravos no período posterior a 1888, bem como as soluções encontradas por senhores e homens livres para adequarem a nova forma de trabalho – livre – às suas necessidades, não é tarefa das mais simples. O próprio trabalho de pesquisa realizado pelo historiador, também não o é. Selecionar fontes e dados, analisar discursos, falas, personagens, realizar recorte cronológico e espacial, tornam a tarefa da pesquisa um trabalho que exige especial atenção aos detalhes que, na história, podem fazer total diferença no exame do rumo dos acontecimentos¹⁷³.

Baseado em vestígios do passado, ao historiador cabe a tarefa de apreender uma dada realidade social, histórica, cultural, política e econômica. No entanto, para que seu trabalho seja realizado com o máximo de coerência, é necessário que as fontes sejam questionadas, isto é, ele, o historiador, precisa indagar acerca do processo de produção daquele documento, seu contexto e, principalmente, conteúdo. Neste trabalho, para analisar a trajetória empreendida por ex-escravos quando da abolição em 1888, recorreremos a uma extensa e profunda análise em inventários *post mortem* e testamentos, compreendendo os anos de 1883 a 1893, caracterizando-se esta pesquisa, portanto, de caráter histórico-documental.

Percebendo que analisar a vida dos ex-escravos sem levar em conta o contexto anterior que compreendia as relações de trabalho e convivência tornaria esse trabalho incoerente, é que optamos por realizar uma pesquisa que pudesse também observar a realidade que circundava a vida dos escravos nos anos que antecederam à abolição formal do cativeiro. Fazia-se necessário também entender os mecanismos criados pelos senhores de escravos, seja para a manutenção do sistema escravismo, seja para pensar em estratégias quando da sua superação. Além disso, de fundamental importância se mostrou entender o processo pelo qual transcorreu o movimento abolicionista na cidade, contando, nos últimos anos, com uma aliança e a atuação diretas dos escravos.

Em assim sendo, para além dos inventários *post mortem* e testamentos, este trabalho pôde se utilizar de documentos outros, como dois processos crimes de autos de perguntas, um datado de 1877 e o outro de 1883, que fazem parte de um fundo

¹⁷³ Marcos Freitas, tratando sobre o método indiciário proposto por Carlos Ginzburg, assinala que “A forma do acontecimento histórico, no seu entender, pode ser acessada por recorrência aos indícios, ou melhor, por um *método indiciário* capaz de examinar os pormenores mais negligenciáveis, porém, menos influenciados por categorias de escola. O indício pode revelar a *particularidade* daquilo que se vê”. Dessa forma, seria possível valer-se de pistas que possibilitam a captura de uma realidade mais profunda, ou mesmo, diferenciada, de outra forma possivelmente inatingível. FREITAS, Marcos Cezar de. P. 22.

denominado *Documentos de Escravos*, um livro de correspondências que compreendia justamente os anos de 1883 a 1891, um livro de postura de 1829, seis livros de Registros Gerais e nove livros de notas, todos estes últimos originários da Câmara Municipal de Campos.

Tais fontes se mostraram de uma riqueza tamanha na análise aqui pretendida. No geral, as ações de inventários *post-mortem* e testamentos foram as que mais essenciais informações nos forneceram. A tabela a seguir mostra o quantitativo desses processos utilizados ao longo da pesquisa, dimensionados por tipo documental e ano.

Quadro 1: Total de inventários post-mortem e testamentos analisados

Ano/Tipo	Inventário	Testamento	Total/Ano
1883	28	8	36
1884	29	10	39
1885	30	9	39
1886	23	10	33
1887	27	4	31
1888	35	3	38
1889	26	9	35
1890	30	9	39
1891	29	9	38
1892	32	2	34
1893	21	6	27
	Total: 310	Total: 75	Total geral: 385

Percebe-se assim que, um total de 385 processos foram analisados, estando todos os documentos em questão disponíveis no Arquivo Municipal de Campos.

Para analisar as propostas e ações empreendidas em prol da abolição, ou mesmo os atos que tentavam impedir a efetivação de uma decretação formal do fim do cativeiro, analisamos as notícias e informações presentes em dois jornais de fundamental importância para o período em questão, o *Monitor Campista e o Vinte e Cinco de Março*. O primeiro deles é um jornal que circulou até bem pouco tempo atrás, fazendo parte da prática da leitura de boa parcela da população letrada do município, inclusive, como veremos mais adiante, de parte de um grupo de escravos da fazenda do

Comendador Julião Ribeiro de Castro, em 1877. Em realidade, a postura do jornal no tocante à escravidão sofreu reveses vários ao longo dos anos, mais no período que antecedeu à Abolição, sinalizava constantemente para a necessidade de se realizar a transição para o trabalho livre, frente, segundo se lê no próprio jornal, à inevitabilidade do fim do cativo. O segundo jornal, *Vinte e Cinco de Março*, fora um exemplar da articulação de um dos movimentos abolicionistas mais ferrenhos do Império, liderado pelo jornalista Carlos de Lacerda. Através da leitura desses jornais, se tornou evidente as articulações e lutas travadas entre abolicionistas, escravistas e a própria camada escrava, heterogênea por sua natureza.

No entanto, a partir do avançar no recorte cronológico aqui proposto, nos vimos carentes de informações que pudessem trazer luz as trajetórias traçadas pelos negros no pós-Abolição, problema, ao que nos parece, muito comum a boa parte da historiografia que tenta se dedicar ao tema. Como solução encontrada para este problema, mais uma vez, nos entregamos a leitura do jornal *O Monitor Campista*.

Assim, foram analisadas informações constantes em todos os exemplares do *Monitor Campista* entre os anos de 1883 a 1893, totalizando onze volumes de jornais encadernados, respeitando-se a ordem em que eram produzidos e juntando-os por ano. Além destes, um rolo de microfilme do *Vinte e Cinco de Março*, compreendendo quatro anos, desde a sua fundação em 1885, até o último exemplar do ano de 1888.

Todos os documentos e jornais acima mencionados fazem parte do acervo do Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes, inclusive os livros da Câmara Municipal, também sob a guarda da sobredita instituição, e os jornais e/ou microfilmes. A grande maioria dos processos concernentes a ações de inventários *post mortem* e testamentos encontram-se já em bom estado, visto terem sido submetidos a tratamento técnico de restauração e conservação, financiados por projeto aprovado via *Lei Rouanet*, com a Petrobrás. Os jornais encontram-se, em sua maioria, em precário estado de conservação, dificultando em muito a leitura e pesquisa. Alguns, no entanto, também estão disponíveis em microfilme, como o exemplar do ano de 1888, impossível de ser consultado no original, devido ao avançado estado de deterioração. No total de documentos da Câmara Municipal sob a guarda do Arquivo, cerca de 200 livros, apenas 20% passaram por algum tipo de trabalho de restauração e conservação. Os demais aguardam recursos para este fim.

Há de se considerar que ao ofício do historiador cabe certa astúcia quando na análise de suas fontes de pesquisa. Os documentos fazem parte do contexto de uma produção local, categorizada por aqueles que o produzem diretamente, bem como pelo período / tempo em questão. A fala de muitos homens e mulheres está, até certo ponto, interpretada e escrita pelas penas dos escrivães que, englobando-as em um discurso maior, acabam por defini-las de acordo com suas próprias narrativas. Obviamente, essa fala não pode deixar de entrever o papel e as vozes dos que inicialmente procuraram ou foram procurados para a confecção de um documento em questão. Mesmo estando nos documentos certa interpretação oficial, estes nos apresentam incríveis personagens e situações, bem como nos revelam as vozes desses muitos personagens. Em destaque, vemos que nos inventários *post mortem* e testamentos frequentemente são as vozes diretas daqueles sujeitos, quando não através de seus advogados e pelo próprio escrivão. Marcos Cezar de Freitas, em *Da Micro-História à História das Ideias*, adverte que para construir suas categorias de análise, Ginzburg se orientou a partir de duas convicções: a necessidade de se analisar as fontes a partir de dentro e o entendimento de que a recorrência à indução para percorrer o passado não corresponde necessariamente à narração para compreendê-lo. Ou seja, a ideia que se fazia presente em Ginzburg é que o conhecimento sobre o passado é necessariamente desconexo e incerto, alicerçado em fragmentos e ruínas¹⁷⁴.

Para Ginzburg, grande expoente na utilização de fontes primárias, as vozes dos camponeses poderiam chegar diretamente até nós através da documentação, mesmo que filtrada por uma mentalidade diversa e deformante. Tais filtros poderiam sim esconder ações e conhecimentos, porém, procurar a voz desse indivíduo original tornou-se para Ginzburg o momento fundamental na formação do “novo historiador”¹⁷⁵.

É importante que se diga que a utilização de fontes primárias vem adquirindo novas inflexões que apontam para uma dimensão desconstrutora dos objetos de pesquisa, tratando-as, segundo Campos e Cury¹⁷⁶, como ponto relacional e, não mais primacial, conferindo a tais fontes um sentido de desconstrução. Consciente de que não existe um documento-verdade e que ele é resultado de certa montagem de uma dada época, por determinados grupos de poder, a utilização que dele aqui faço leva em conta sua importância como suporte de informações, ou mesmo como mecanismo de iniciação

¹⁷⁴ FREITAS, Marcos C. 1999, p. 21

¹⁷⁵ GINZBURG, C. 1990, p. 7. Apud. Marcos Freitas, p. 20

¹⁷⁶ CAMPOS, Edson Nascimento e CURY, Maria Zilda Ferreira. 1997. s/d. Online.

de novas questões. Como bem afirma Lang, os documentos têm sido utilizados em pesquisas com as mais diversas finalidades: “como ilustração de fatos ou explicações; como instrumentos para a reconstituição de eventos históricos; como instrumentos para a reconstituição e análise de estruturas sociais”¹⁷⁷. Nessa perspectiva, aqui adotada, as fontes perdem seu valor de verdade absoluta ou ponto de origem inquestionável, ocupando um espaço para serem elas próprias explicadas: objetos de investigação e pesquisa, e não simples mecanismos explicadores.

No entanto, é necessário que se diga que não é tarefa das mais fáceis localizar os ex-escravos ao longo desses documentos. Isto porque, a partir da segunda metade do século XIX, ocorreu o que muitos historiadores chamam de “*silêncio sobre a cor*”, isto é, “desde que os libertos deixam de ter um estatuto jurídico específico, nas antigas sociedades escravistas, torna-se bastante mais difícil encontrá-los nas fontes de época”¹⁷⁸. Com o crescente aumento da população de cor, e também com o considerável aumento no número de brancos empobrecidos, a cor vai deixando de ser reveladora de certo status social, ou ainda,

o sumiço da cor referencia-se, antes, a uma crescente absorção de negros e mestiços, no mundo dos livres, que não é mais monopólio dos brancos, mesmo que o qualitativo ‘negro’ continue sinônimo de escravos, mas também a uma desconstrução social do ideal de liberdade herdado do período colonial, ou seja, a desconstrução social de uma noção de liberdade construída com base na cor branca, associada à potencia da propriedade de escravos.

No entanto, muitos trabalhos de pesquisa, especialmente os de dissertação de mestrado, recebem asseveradas críticas dando conta, quase sempre, do não enquadramento teórico de suas análises. Cremos mesmo que, talvez, o presente trabalho não fuja a tal “regra”. Em se tratando de escravidão, abolição e pós-abolição, definir uma linha a seguir parece-nos tornar o trabalho encerrado demais a uma mesma proposta. No que possa ficar claro, este trabalho é, evidentemente, um esforço de se empreender segundo as perspectivas do campo da ampla História Social¹⁷⁹, se inserindo na articulação da linha de pesquisa, já bem tradicional da historiografia, que questiona o processo pelo qual se deu a integração do negro na sociedade.

¹⁷⁷ LANG, Alice B. 1999, p. 60

¹⁷⁸ MATTOS, Hebe. 1998, p.18.

¹⁷⁹ Para uma análise acurada da História Social, ver o Capítulo II escrito por Hebe de Mattos, de CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). 1997.

Além disso, ressaltando-se a importância de se apreender a subjetividade humana em sua materialidade, observamos que, a partir da Escola dos Annales, a mentalidade humana, o cotidiano e as representações têm recebido importante atenção por parte dos historiadores, conduzindo a um rastreamento das relações singulares e locais¹⁸⁰. No entanto, logicamente, este trabalho é, de longe, uma tentativa de estabelecer uma análise localizada e não generalizante, como propunha os Annales. Este trabalho não trata da História da Escravidão, da Abolição e pós-Abolição em Campos dos Goytacazes. Este trabalho trata sim de histórias de homens e mulheres, especialmente escravos e ex-escravos, que viveram, sentiram, sofreram as consequências da Escravidão, da Abolição e do pós-Abolição em Campos dos Goytacazes. Esta é, obviamente, uma tentativa de se enveredar pelos caminhos possíveis do paradigma pós-moderno da história.

Para a micro-história, não se constitui uma contradição ao historiador a atenção às semelhanças entre diferentes realidades. Embora sua atenção principal, seu foco, sejam as ações marginais dos elementos quase sem voz em determinadas configurações socioculturais, isto é, o detalhe possível de revelação, não deixa, ou não pode deixar, de dar importância a semelhança manifesta em diferentes estruturas.

Especificamente, elencando autores, percebemos que nos anos 80 é que a historiografia brasileira pôde, de fato, lançar estudos que desconfiavam tanto da harmonia racial pretensamente defendida por Freyre, quanto da crueldade inerente apontada pela escola paulista. Já nesse período, pretendeu-se uma revisão do ideal de coisificação do escravo e um afastamento das simplificações sempre possíveis nas relações sociais. A tentativa era a de estabelecer mediações possíveis entre os membros da sociedade, inclusive dentro de um mesmo grupo, como, por exemplo, entre a camada dos próprios escravos, vista como não sendo homogênea e inteiriça. Através de João José Reis e Eduardo Silva, o livro *Negociação e Conflito* surge como uma tentativa de avaliar as relações e mediações existentes entre os tipos Zumbi e Pai João, isto é, entre o escravo rebelde e o submisso. Constata-se aqui, a existência de relações complexas entre senhores, escravos e, principalmente, a atuação destes como agentes no processo de construção social que permitiu a durabilidade da escravidão no Brasil por tanto tempo. A negociação, tanto quanto o conflito, fazia parte das estratégias lançadas por

¹⁸⁰ Desde então, teve como consequência, o avanço do conhecimento histórico sobre outros campos, reivindicando a participação de suas análises em suas pesquisas – interdisciplinaridade.

senhores e escravos. Para uns, maneira mesmo de tentar manter o sistema, para outros, forma de minimizar as duras condições de sobrevivência. Fica claro que nem só de violência teria sobrevivido o sistema e, embora esta fosse inerente ao sistema, não seria capaz de mantê-lo por tantos anos.

Visto e examinado o contexto no qual transcorrerá a escravidão em Campos dos Goytacazes, apresentado o referencial historiográfico que auxilia na discussão e diálogo para a construção das ideias do presente trabalho, bem como exposta a metodologia utilizada na construção e execução do trabalho, as fontes utilizadas e o quadro teórico guia, passemos ao momento da explicitação dos resultados da pesquisa ao longo dos dois capítulos que se seguem.

É importante ressaltar que para este trabalho a negociação surge – hipótese forte – como um mecanismo acionado por senhores e escravos, utilizado por aqueles para *fazer sobreviver o sistema escravista e por estes como forma de sobreviver ao próprio sistema escravista em questão*. O que não esvazia a subjetividade do próprio escravo, já que a negociação-acomodação foi um mecanismo acionado pelos próprios escravos, assim como outros – como a fuga e o quilombo. É necessário entender a negociação não como mecanismo de acomodação acionado pelos escravos, mas sim de resistência.

A resistência à coação diária, à violência e à própria condição servil fazia parte da adaptação. A resistência não constituía *momento* distinto acoplado a outro momento distinto subsequente, conforme propõe o binômio *resistência e acomodação*. A resistência fazia parte intrínseca da adaptação, era necessidade incessante para o escravo, como o ar que respirava. Só assim impedia que a coisificação *social* do seu ser, imposta pelo modo de produção, se convertesse em coisificação *subjetiva*.¹⁸¹

¹⁸¹ GORENDER, Jacob. 1990. p. 35

Capítulo II - A rebelião das senzalas: Campos e o processo de Abolição da escravidão

“É necessário não parar, mas caminhar e caminhar sempre até o termo da jornada, que não está longe!!”

Carlos de Lacerda

Este capítulo pretende lançar luz sobre as ideias que figuravam em Campos às vésperas da Abolição da escravidão no Brasil, especialmente a partir dos anos 80, realçando os diferentes grupos e diferentes projetos que se faziam presentes na sociedade de então. Além disso, pretende esclarecer sobre a atuação do movimento abolicionista, considerado um dos mais ferrenhos do Brasil, em tal processo. Por fim, tentar-se-á esclarecer acerca da participação dos escravos em tais manifestações e das soluções buscadas pelos escravocratas diante do quadro que se delineava. Antes, porém, necessário se faz que possamos entender como se processou a abolição da escravidão no Brasil.

1 - Rápido retrospecto sobre o avançar da causa abolicionista no Brasil

Estabelecer uma cronologia para o início das manifestações de contrariedade ao regime escravocrata na história do Brasil não é tarefa das mais simples. Entendendo o próprio sentido da instituição escrava, baseada essencialmente na violência e na coerção, embora não unicamente, é de se presumir que muitos homens e mulheres se imbuíram de algum sentimento de discórdia em relação à escravização do homem pelo homem. No entanto, igualmente, muitas os discursos que tentavam dar conta de justificar o cativeiro do negro. A escravidão já foi legitimada a partir de discursos que se ligavam ao seu caráter de remediação, ou mesmo salvação do elemento negro, fadado que estava a viver na barbárie e na ignorância. Seria graças à escravidão que o negro poderia alcançar a graça da salvação da alma e de ser convertido ao cristianismo, distanciando-se dos males oferecidos pelo seu lugar de origem – a África.

Difícil também é estabelecer uma cronologia e uma linha de entendimento que deem conta de explicar como uma instituição tão antiga no Brasil e, diga-se de passagem, tão amplamente aceita por ampla parcela da população, já tão arraigada aos nossos costumes e ao nosso cotidiano, entrou em crise, resistiu, lutou e, por fim sucumbiu depois de mais de trezentos anos de existência. Vale ressaltar que, nas

Américas, a escravidão sempre sucumbiu diante de atos formais e legais e à abolição poderiam estar ligados fatores de ordem interna, como externa¹⁸².

No Brasil, último país das Américas a abolir a escravidão, muitos foram os momentos e propostas que, ora defendiam, ora atacavam a propriedade escrava. Assim como em outros países, e mesmo projetados por alguns destes, como Inglaterra e França, o que se faz mister perceber são as contradições existentes entre a escravidão e os princípios do liberalismo, adotados principalmente, pela Constituição de 1824¹⁸³ no Brasil. Os ideais de modernidade, civilidade e progresso, tão apregoados pelo liberalismo, não combinavam, nem de longe, com a instituição escrava, fadada ao atraso e à barbárie. Obviamente, a partir da Independência e da Carta Constitucional claramente liberal, as tensões e contradições desse sistema, tornaram-se cada vez mais latentes.

Aqui, a partir do século XVIII, os ideais do liberalismo viriam tornar incompreensíveis aos olhos de boa parcela da população a manutenção do cativo e do elemento escravizado¹⁸⁴, embora a classe senhorial do Brasil continuasse a depender essencialmente do trabalho escravo. Obviamente, alguns pensamentos contra o escravismo estiverem presentes no seio social, mas estes eram muito mais pontuais e isolados e, não encontravam respaldo na sociedade¹⁸⁵. Ao mesmo tempo, as ações de manifestação dos negros não recebiam apoio ou simpatia dos homens livres, enfrentando, por isso, violenta repressão.

Alguns autores sugerem cronologias e fatores diversos que serviriam para marcar o andamento da causa abolicionista no país. Emília Viotti da Costa, por exemplo, em *A abolição*, estabelece as seguintes fases: 1) primeira fase: 1850-1871; 2) segunda fase: a Lei do Ventre Livre; 3) terceira fase: a Lei dos Sexagenários e 4) uma

¹⁸² João Luis Fragoso e Francisco Carlos Teixeira da Silva, por exemplo, salientam que a extinção do tráfico em 1850 através da Lei Eusébio de Queirós, relacionou-se a uma série de pressões e/ou modificações internas e externas. FRAGOSO, João Luis. In. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. 1990, p. 182.

¹⁸³ A Constituição de 1824, longe de reconhecer os escravos como cidadãos, reconheceu a liberdade como direito inalienável do homem.

¹⁸⁴ Emília Viotti da Costa afirma que “No pensamento revolucionário do século XVIII encontram-se as origens teóricas do abolicionismo”. COSTA, Emília Viotti da. 2008. p. 14.

¹⁸⁵ Viotti afirma que os indivíduos das classes dominantes que condenaram a escravidão, não faziam parte da típica elite brasileira, não se identificando, por motivos vários, como pela formação profissional, ou mesmo por razões familiares, com sua própria classe. Assim, Hipólito da Costa, José Severiano Maciel da Costa e José Bonifácio de Andrada e Silva, que criticaram a instituição escravista desde princípios do século XIX, preocupados estavam, em primeiro plano, com o desenvolvimento do próprio país e com os males que a escravidão poderia imputar ao nosso crescimento.

última fase insurrecional¹⁸⁶. Já Joaquim Nabuco, em *O Abolicionismo*, sugere três momentos na cronologia que considera a luta pelo fim da escravidão¹⁸⁷. Inicialmente, antes da Independência e em momento ainda posterior, teria havido apenas certa inquietação em torno dos ideais de emancipação, causados mesmo pelo avançar das ideias liberais. Apenas com o Segundo Reinado é que a opinião pública começou a desenvolver resistência séria ao escravismo. A primeira oposição de fato no Brasil, surge a partir de 1840-1850 em que se fazia presente a ideia de suprimir lentamente a escravidão a partir da supressão do tráfico, relacionando-se com a elevada taxa de mortalidade entre os escravos. O segundo momento tem início a partir do fim da Guerra do Paraguai, resultando na promulgação da lei de 1871 do Ventre Livre que, emancipando os filhos nascidos do ventre escravo a partir daquela data, o que igualmente, tornava-se uma solução a longo prazo para o fim da escravidão. O terceiro e último momento tem início em 1879/80 e marca o início do Abolicionismo no Brasil e a proposta de uma solução imediata pelo fim da escravidão.

Foi na legislatura de 1879-80 que, pela primeira vez, se viu dentro e fora do Parlamento um grupo de homens fazer da *emancipação dos escravos*, não da limitação do cativo às gerações atuais, a sua bandeira política, a condição preliminar da sua adesão a qualquer dos partidos¹⁸⁸.

Como a intenção dessas linhas é oferecer uma pequena síntese dos momentos cruciais que antecederam o 13 de maio de 1888, bem como dos diferentes discursos e atores que tentavam dar conta daqueles momentos, fixar-nos-emos a uma tentativa de exploração de alguns pontos determinantes na modificação da instituição servil. Importa, no entanto, atentar também para uma perspectiva mais ampla. Fatores vários, como veremos, foram os responsáveis pela crise do sistema escravista. No entanto, dois fatores de ordem maior impulsionaram tal processo: o desenvolvimento do capitalismo e a Revolução Industrial. Ambos puseram o sistema escravista na ordem do atrasado, do

¹⁸⁶ Também presente em OSCAR, João. 1985, p. 201.

¹⁸⁷ Em *Minha Formação*, Joaquim Nabuco englobará o movimento abolicionista em dois momentos distintos: o primeiro, de 1879 a 1884, “em que os abolicionistas combateram sós, entregues aos seus próprios recursos” e, o segundo, de 1884 a 1888, “em que eles viram sua causa adotada pelos dois grandes partidos do país”. NABUCO, Joaquim. 2005, p. 147.

¹⁸⁸ NABUCO, Joaquim. 2007, p. 9.

bárbaro e do não civilizado. Soma-se a isso, o fato de ter passado a sistema condenado econômico, política e socialmente¹⁸⁹.

1.1 - A extinção do Tráfico

A partir de fortes pressões inglesas, em 7 de novembro de 1831 o Brasil decretou extinto o tráfico de africanos para o Brasil, sendo considerados livres todos os africanos que aportassem no país após aquela data. O que parecia ser um avanço nos ideais emancipacionistas, e, talvez um atraso para os abolicionistas, já que desde 1824 a ideia da abolição total da propriedade escrava já se fazia sentir com mais força, se tornou “*uma lei para inglês ver*”, sendo, portanto, ignorada. Calcula-se que entre 1831 e 1850 mais de 500 mil escravos tenham sido introduzidos no Brasil, somando anualmente um número ainda maior de cativos do que antes¹⁹⁰.

Apesar do posicionamento britânico, o crescimento da economia brasileira, aliado a uma demanda internacional pelos produtos tropicais, fizeram com que a lei não saísse do papel. Obviamente, os ingleses não satisfeitos com o panorama que se delineava, insistiram nas pressões contra o tráfico e contra o Brasil, que, endividado e carente dos recursos da Inglaterra, especialmente após a iminência da guerra contra o Paraguai, teve que ceder às insistentes demandas inglesas por uma nova e mais efetiva lei.

Assim, em 1850 foi aprovada uma nova lei de extinção do tráfico de escravos. A partir da *Lei Eusébio de Queiroz*, a importação de escravos passou a ser considerado ato de pirataria, sujeito a severas punições e possibilitou à Inglaterra implantar um sistema de vigilância na costa brasileira que, se feriu a soberania da nação, pôde também fazer com que a lei fosse agora cumprida. Tão logo a lei começou a surtir efeito, os fazendeiros tiveram que se adaptar a nova ordem de coisas. Se o tráfico não cessou por completo, pôde, ao menor, redesenhar o sistema escravista no Brasil, pois como consequência imediata da proibição do tráfico, observou-se um aumento do valor do trabalhador escravo e do tráfico interno, além da busca por trabalhadores nacionais livres e por imigrantes¹⁹¹.

¹⁸⁹ Para uma análise mais acurada do processo que levou ao fim a escravidão no Brasil, ver COSTA, Emilia Viotti da. 2008.

¹⁹⁰ Ibid. p. 26

¹⁹¹ Ver Viotti da Costa, Capítulo 3. Na região próxima dos Campos dos Goytacazes, o contrabando se fez abertamente nos portos de São João da Barra, Gargaú e Barra do Itabapoana.

Ao finalizar o tráfico atlântico de escravos, a mão de obra negra escravizada continuou a abastecer as lavouras, principalmente da região sudeste do Brasil, através de larga utilização do tráfico interprovincial. A longo prazo, as regiões mais dinâmicas da economia ao esvaziar de diversas partes do país, a presença dos escravos, inaugurou um quadro de concentração social e pontual da propriedade cativa, gerando uma crise interna no modelo escravista. Hebe Mattos, em *Das Cores do Silêncio*, salienta que a entrada de novos cativos em novas áreas, inaugurou um quadro de lutas, já que os recém-chegados lutavam e questionavam para terem os mesmos direitos que os escravos mais antigos das propriedades em questão¹⁹². Assim, inaugura-se um quadro em que, antigas concessões são transformadas em lei, transformando a antiga “benevolência” dos senhores em direito. A mesma autora irá sinalizar para o fato de que, as pressões internas, vistas no interior do sistema escravista, no seio da propriedade servil, contribuíram para o desmantelamento da escravidão no Brasil¹⁹³.

A própria legislação emancipacionista, analisada a seguir, dará um duríssimo golpe na sustentação da escravidão quando passa a regular (não impedir) o exercício da violência no interior da propriedade escrava, embora, como veremos, tais leis tenham se adequado muito mais aos interesses da classe escravista, já que diante do quadro que delineava – de desmoronamento da servidão moderna – tais leis tenham servido para adiar a solução final, ou seja, a abolição total da escravidão.

1.2 - A Lei do Ventre Livre de 1871 e a Tentativa pela Emancipação

O espírito progressista e liberal tomava conta do país, inclusive pela onda que vinha da proibição do tráfico de escravos no Brasil e pelo término da guerra nos Estados Unidos, que pôs fim à escravidão no sul do país. Agora, a escravidão estava universalmente condenada e, nem de longe, poderia fazer frente a imagem de um país civilizado e avançado.

Obviamente, a manutenção ou não da escravidão no país recebeu contornos eminentemente políticos e, após os acontecimentos acima narrados, antigas alianças entre as elites tenderam a se romper, dando lugar a cisões e rupturas¹⁹⁴. É justamente

¹⁹² MATTOS, Hebe Maria. 1998, p. 343.

¹⁹³ Nesse sentido, ver também FRANCISCO, Raquel Pereira Francisco. 2007, p. 36.

¹⁹⁴ COSTA, Emilia Viotti da. 2008, p. 41.

nesse momento de crise entre as elites que os movimentos populares tendem a tomar corpo, inclusive os movimentos emancipacionista e abolicionista¹⁹⁵.

Cada vez mais, ganhavam vozes os rumores que pediam pela discussão da propriedade servil no Brasil. Liberais e conservadores se viam pressionados por suas alas extremistas, pondo em cheque a união experimentada pelos dois partidos ao longo da década de 1850. Aos liberais caberia a tarefa de reformar o Brasil, assumindo, muitos de seus elementos, posturas nitidamente radicais. Timidamente introduzida nas discussões oficiais, a propriedade servil foi posta em cheque quando em 1865 o Imperador solicitou ao senador Antonio Pimenta Bueno um projeto para a emancipação dos escravos. Redigido o projeto, seu ponto maior seria o de emancipar os filhos nascidos de mães cativas. Preocupado com a Guerra do Paraguai e, diante do pouco apoio recebido dos membros do Conselho de Estado, o projeto não foi apresentado.

Claramente preocupados em proteger os interesses da lavoura diante do quadro que começou a se delinear nos anos 60, o Imperador e os membros dos partidos políticos muito lentamente começaram a discutir publicamente a questão da emancipação do elemento servil. De acordo com Jacob Gorender, em *A escravidão reabilitada*, a década de 60 marca o começo de um movimento abolicionista socializado no Brasil¹⁹⁶. Em 1867, Zacarias de Goes, então presidente do Conselho de Ministros e membro dos mais importantes do Partido Liberal, ao qual se juntou após romper, juntamente com alguns políticos dos mais influentes, como Nabuco de Araújo, com o Partido Conservador, apresentou ao Conselho de Estado uma modificação no projeto anteriormente apresentado por Pimenta Bueno, incluindo a proposta de abolição da escravidão no último dia do século XIX. A proposta não foi aceita pela maioria no Parlamento. Os interesses da lavoura, mais uma vez, falaram mais alto.

Caindo o Ministério Zacarias em 1868¹⁹⁷ e perdendo as eleições daquele ano, os liberais experimentaram um período no qual os conservadores se imbuíram do discurso emancipacionista, preocupados mesmo em protelar ao máximo a extinção definitiva da escravidão no Brasil. Dom Pedro, sob pressão do próprio Conselho de Estado, procede a uma virada conservadora. A crise política desencadeada possibilitou que o tema da abolição tomasse corpo, não só entre os liberais, mas entre ampla parcela da população

¹⁹⁵ Ver LIMA, Lana Lage da Gama. 1981, p. 22.

¹⁹⁶ GORENDER, Jacob. 1990, p. 150

¹⁹⁷ Emilia Viotti da Costa estabelece que esse é um dos pontos cruciais no aumento experimentado pela causa abolicionista a partir dos anos de 1870. Esclarece ela que, “A crise política desencadeada pela queda do Ministério Liberal, em 1868, agira como elemento catalítico”. COSTA, Emilia V. 2008, p.49.

e da opinião pública. A partir de então, as discussões se alastrariam e se popularizariam, desencadeando grande mobilização pública, principalmente através da circulação de ideias em jornais, revistas e pasquins, e da formação de clubes e associações. Gorender afirma que “o debate entre os homens livres chega aos ouvidos dos escravos, e estes dão sinais manifestos de inquietação e esperança”¹⁹⁸.

Com o término da Guerra do Paraguai, a questão servil volta a ser o palco das atenções no cenário político nacional. Alie-se a isso, o próprio sentimento existente entre os militares, que lutaram lado a lado com os negros naquela guerra. Caindo então o ministério que estava no poder, agora um novo fora formado em 1871, também conservador, mas que tinha a frente um político de muito destaque, o visconde do Rio de Branco. Entre seus projetos, tem destaque a intenção de encaminhar a discussão acerca do elemento escravo na sociedade brasileira, dando prosseguimento aos trabalhos para emancipação dos filhos nascidos de mãe escrava, já em pauta em projetos não aprovados ou não discutidos apresentados pelos liberais desde 1869. Em realidade, o ministério se viu diante da tarefa de responder ao movimento crescente que insistia em colocar em xeque o sistema escravista. Certamente, o não posicionamento, traria consequências ainda mais funestas para os escravistas.

Um período de agitação se sucedeu, até que em setembro a lei foi finalmente votada e aprovada. No entanto, a partir dos debates travados na Câmara em torno da *Lei do Ventre Livre*, a questão da abolição do elemento servil ganhou notoriedade, atingindo a variados públicos, de variadas classes e idades e pôde, finalmente, se tornar, como afirma Viotti da Costa, “uma questão nacional”¹⁹⁹. A bem da verdade, a intenção do visconde do Rio Branco era de possibilitar a aprovação de uma lei que não radicalizasse nos moldes de um abolicionismo completo²⁰⁰. Era necessário estabelecer concessões, para que os ânimos pudessem ficar acalmados e a reforma evitaria dissensões e a radicalização de ideias. Além disso, a escravidão já estava então sujeita a um fim. De fato, o que não se sabia era quando esse fim chegaria. O que conservadores e escravistas pudessem fazer para tonar o seu fim o mais longínquo possível, fariam²⁰¹.

¹⁹⁸ GORENDER, Jacob. 1990. p. 143

¹⁹⁹ COSTA, Emilia Viotti da. 2008, p. 49

²⁰⁰ De acordo com Ana Lugão Rios e Hebe Mattos, “a chamada Lei do Ventre Livre (...) atacava a outra face da moeda retirando dos senhores a administração da esperança da alforria junto aos “seus cativos””. RIOS, Ana Lugão. MATTOS, Hebe. 2005, p. 51

²⁰¹ Gorender afirma que “A Lei Rio Branco configurou a estratégia dos estadistas da classe escravocrata diante da contingência de fatores desfavoráveis e da necessidade imperiosa de fazer concessões inusitadas”. GORENDER, Jacob. 1990, p. 151.

Apesar disso, muitos senhores de escravos não estavam dispostos a ceder em absolutamente nada e, nos meses que antecederam a aprovação da lei, a movimentação entre eles foi intensa. Mesmo assim, o que verificamos é que a *Lei do Ventre Livre*, longe de ser uma lei nos moldes abolicionistas, previa estender o prazo de validade da escravidão ainda por alguns séculos, garantindo aos escravocratas o direito sobre a mão de obra servil, e uma preparação calma para a implementação do trabalho livre, respeitando, acima de tudo, seu direito de propriedade²⁰². Como bem afirma Jacob Gorender, “o objetivo estratégico consistiu na máxima sobrevivência possível do regime de trabalho escravo”²⁰³.

Entre outros pontos, a Lei previa a criação de um Fundo de Emancipação²⁰⁴ com o objetivo de garantir a emancipação de alguns escravos através do pagamento de alforrias através de quotas do dinheiro público, doações, arrecadações sobre impostos, entre outros. As quotas eram divididas pelas províncias de acordo com o número de escravos nela existentes. Analisada de um ponto de vista quantitativo, sua atuação pode ser questionada pelo baixo número de escravos libertados, afirmando-se que pelos a política do Fundo não alcançou o êxito esperado²⁰⁵. Analisada a partir de aspectos outros, como as tensões geradas pela sua aplicação, pode ser analisada como uma das saídas possíveis no horizonte do escravo para a tão sonhada liberdade²⁰⁶.

Além disso, outro ponto importante previsto na lei foi a legitimação de uma prática costumeira, mas que até então não encontrava respaldo legal, que passava a conceder ao escravo o direito de constituir pecúlio próprio, desde que consentido pelo

²⁰² De acordo com esta lei, os filhos de mães escravas nascidos a partir da data daquela lei, seriam considerados livres. Eram os senhores obrigados a mantê-los até a idade de 8 anos, período em que optaria, o proprietário, pela entrega da criança ao Estado, recebendo, em caráter indenizatório, 600\$000, ou mantê-la até os 21 anos. A segunda opção foi a escolha da grande maioria dos fazendeiros e, se percebemos, mesmo que a partir de um olhar dos mais desinteressados, continuava o ingênuo, como era chamado o então liberto, a participar da dinâmica escravista, sendo ele também tratado como simples mão de obra escrava, obrigado que estava a trabalhar para o senhor até aquela idade de 21 anos em troca de sua manutenção e sustento.

²⁰³ GORENDER, Jacob. 1990 P. 151 Além disso, a lei “estabeleceu um prazo para a vigência da escravatura e formalizou procedimentos emancipatórios. Notável por sua ‘equidade’, a Lei Rio Branco teria sido o veículo da hegemonia da classe dos escravocratas e do consenso dos próprios escravos ao projeto de desescravização gradualista”. p. 147. Ainda segundo ele, este consenso seria rompido pelas fugas em massa de 1887.

²⁰⁴ Sobre o Fundo de Emancipação, ver DAUWE, Fabiano. 2004.

²⁰⁵ Viotti da Costa afirma que “Entre 1873 e 1883 foram alforriados no país mais de 70 mil escravos, dos quais apenas pouco mais de 12 mil pelo Fundo de Emancipação”. COSTA, Emilia V. 2008, p. 58

²⁰⁶ Cf. DAUWE, Fabiano. 2004.

senhor, podendo investi-lo na compra da alforria, sua, de seus parentes, ou de quem quisesse²⁰⁷.

Muito importante, principalmente para o resgate dessa história, foi a exigência, para que a lei pudesse ser cumprida, da realização de matrícula, isto é, registro, dos escravos por parte dos senhores. Tais listas de matrículas, embora não confiáveis²⁰⁸, são excelentes fontes para uma análise, seja do quantitativo dos escravos, da divisão por sexo, idade, cor, procedência ou profissão. Algumas listas nos permitem observar também a constituição das famílias, já que havia um campo previsto (*observação*) em que, normalmente, os nomes de maridos e esposas, mães e pais, ficavam registrados²⁰⁹.

Conforme os quadros 1 e 2, os campos previstos nos formulários de matrícula eram constituídos pelas seguintes informações: nome; cor; idade; estado, ou seja, se solteiro, casado ou viúvo; naturalidade, se crioulo ou africano; filiação, se desconhecida, natural ou legítima e profissão. No campo *Observações*, como falado, constavam informações sobre a família, da proveniência de ingênuo²¹⁰ que acompanhavam aquela mãe, da existência de alguma doença e, em alguns casos, da proveniência daquele escravo, isto é, informando se foi ele adquirido por compra ou por herança²¹¹.

²⁰⁷ Em linhas gerais, além de conceder a condição de ingênuos aos nascidos a partir de então, a Lei previa a inseparabilidade do casal escravo e dos filhos até a idade de doze anos, formalizou, como vimos, o pecúlio escravo, embora ainda subordinado à legalização senhorial, tornou obrigatória a alforria diante da oferta de pagamento, além de ter criado o Fundo de Emancipação. Para maiores detalhes ver COSTA, Viotti, 2008, Capítulo 5 – O abolicionismo. Segunda fase: a Lei do Ventre Livre e GORENDRER, Jacob. 1990, p. 151.

²⁰⁸ Jacob Gorenדר em, afirma que, por exemplo, a matrícula incluía filhos de escravos nascidos após a promulgação da Lei e que deveriam ser considerados ingênuos. 1990. p. 153

²⁰⁹ As listas de matrículas serão utilizadas neste trabalho quando encontradas nos inventários, obviamente no pós 1872. Quando este tipo de processo era aberto, contendo entre os bens escravos, fazia-se necessário a apresentação da lista de matrícula para comprovação e certificação dos escravos arrolados. Caso os escravos fossem declarados e não fosse apresentada a lista de matrícula, os escravos em questão eram considerados libertos. Em momento posterior, ainda neste capítulo, poderemos analisar casos desse tipo, aqui considerados como uma estratégia escrava de luta pela liberdade.

²¹⁰ Separadamente, os ingênuos também tinham que ser dados à matrícula.

²¹¹ Não foram todos os casos em que os campos eram preenchidos por completo. Muitas informações ficavam sem preenchimento, o que gerou descontentamentos por parte do governo central. Obrigatoriamente sempre constatamos a declaração do nome.

Quadro 2: Matrícula de escravos - 1872²¹².

Nome	Cor	Idade	Estado	Naturalidade	Filiação	Profissão	Observações
6 Leandro	Pt.	35	Cas.	Campos	Leg.	Carpinteiro	Filho de Jose, falecido e Helena, 48, casado com Hermenegilda, 58
58 Hermenegilda	Pt.	40	Cas.	Campos	Desc.	Mucama	Casada com Leandro, 6. Herdada
59 Mariana	Pt.	13	Solt.	Campos	Leg.	Mucama	Filha 6 e 58
25 João	Pt.	13	Solt.	Id.	Leg.	Pajem/ Tanoeiro	Filho de 6 e 58
26 Thomas	Pt.	8	Solt.	Id.	Leg.	Pedreiro	Id.
60 Josefa	Pt.	4	Solt.	Id.	Leg.	Mucama	Id.
27 Amaro	Pt.	6	Solt.	Id.	Leg.	Roça	Id.
61 Joaquina	Pt.	3	Solt.	Id.	Leg.	Mucama	Id.
44 Firmina	Pd.	4	Solt.	Campos	Leg.	Mucama	Filha de Emilio 7 e Domingas 53
83 Josefa	Pd.	8	Solt.	Id.	Nat.	-	Filha de Joana de outro senhor. Com uma ingênuia (Joana)
3 Manoel	Pt.	-	Cas.	Campos	Desc.	Carreiro	Casado com Maria, 64. Herdado
64 Maria	Pt.	45	Cas.	Id.	Desc.	Roça	Casada com Manoel 3. Herdado
65 Ines	Pt.	14	Solt.	Id.	Leg.	Mucama	Filha de 3 e 64
51 Feliciano	Pt.	5	Cas.	Campos	Desc.	Roça/Muca ma	Casada com 8. Herdada
68 Inacia	Pt.	2	Solt.	Id.	Leg.	Roça	Filha 8 e 51
67 Balbina	Pt.	14	Solt.	Id.	Leg.	Mucama	Filha 8 e 51
13 Manoel de Barros	Pt.	22	Cas.	Id.	Nat.	Cozinheiro	Filho de Benedita, falecida e casado com Domingas. Doente
10 Fortunato	Pt.	35	Cas.	Id.	Leg.	Pedreiro	Filho de Manoel e Catarina de outro senhor e casado com Quirina 69
69 Quirina	Pt.	35	Cas.	Crioula	Desc.	Roça	Casada com Fortunato 10. Herdada
29 Luis	Pt.	-	Solt.	Campos	Leg.	-	Filho de 10 e 69
66 Maria	Pt.	46	Viuva	Campos	Desc.	Roça	Herdada
8 Feliciano	Pt.	40	Cas.	Id.	Leg.	Carreiro	Filho de Vitorino, falecido e Maria de outro senhor. Casado com Feliciano 51. Herdado. Doente
75 Margarida	Pt.	18	Solt.	Crioula Campista	Desc.	Roça	Doente
50 Florinda	Pt.	60	Viuva	Nação	Desc.	Roça	Herdada
14 Andre	Pd.	22	Solt.	Campos	Nat.	Carreiro	Filho de Domingas 71
30 Gabriel	Pt.	11	Solt.	Campos	Nat.		Id.
31 Francisco	Pt.	4	Solt.	Campos	Leg.		Filho de Manoel 13 e Domingas 71
1 Vicente	Pt.	55	Cas.	Nação	Desc.		Aleijado. Casado com Jacinta, 49. Herdado
46 Quirino	Pt.	1	Solt.	Campos	Leg.		Filho de João 41 e Fausta 79
74 Maria Vieira	Pt.	20	Solt.	Crioula	Desc.	Roça	Comprada
39 Delfino	Pt.	25	Solt.	Crioulo	Desc.	Roça	Comprado

²¹² Nos campos indicativos de *Cor* as abreviatura Pt. e Pd., foram utilizadas para indicar as palavras Preto ou Pardo. No campo *Estado* as abreviatura Solt. para Solteiro e Cas. para Casado. No campo *Filiação*, foram utilizadas ainda as abreviatura: Leg. para Legítima; Nat. para Natural e Desc. para Desconhecida.

Apesar das incompletudes, a Lei do Ventre Livre de 1871, pode sim ser considerada um passo a frente na direção da extinção da escravidão. Embora adiada a um fim distante, em teoria, a partir daquela data, ninguém mais nasceria escravo. Além disso, para além da libertação do ventre escravo, chamada por Joaquim Nabuco de *escravos provisórios*²¹³, essa lei teve a prerrogativa de reconhecer legalmente direitos antigos que os escravos haviam adquirido pelo costume, como o direito ao pecúlio e à compra da alforria, caminho mais viável para a conquista da liberdade²¹⁴. No geral,

A lei do Ventre Livre foi criticada tanto pelos favoráveis ao fim da escravidão quanto por aqueles defensores de sua manutenção. Para muitos, ela teve de imediato um efeito psicológico sobre os escravos e muitos senhores, mas seus resultados práticos só seriam visíveis vinte anos mais tarde. Para muitos políticos e escravocratas, ela estava interferindo no direito de propriedade resguardado pela Constituição do Estado²¹⁵.

1.3 - As transformações dos anos 80 e a Lei dos Sexagenários

Após a Lei Rio Branco, o movimento abolicionista se viu neutralizado, perdendo impulso e impacto. Tudo fazia crer que a monarquia e os senhores realizariam uma transição gradualista do trabalho escravo ao livre, respeitando-se o direito a propriedade e protegendo os interesses dos possuidores de escravos. Assim, após chefiar o Conselho de Ministros por cinco anos, ao retirar-se em 1875 “deixava o regime escravista politicamente estabilizado e numa fase de prosperidade econômica”²¹⁶, com o café em alta nos mercados internacionais e com o preço dos escravos elevado, alimentado pelo efervescente tráfico interno, que transferia escravos, principalmente do Norte e Nordeste no Brasil, para a região Sudeste. Alie-se a isso, a barateamento no custo do transporte da produção cafeeira, após a construção de ferrovias que desbravaram a cafeicultura paulista.

Diversas transformações de ordem econômica, social e política passaram a se operar já nos anos de 1870 e que imprimiram um caráter peculiar aos anos seguintes da década de 80, que, ao fim e ao cabo, funcionaram como agente catalisador da causa abolicionista, já recuperada dos efeitos da Lei Rio Branco. Rompimento de antigas alianças e formação de novas, maior participação popular nas discussões acerca do

²¹³ NABUCO, Joaquim, 2000, p. 23.

²¹⁴ CHALHOUB, Sidney. 1990, 159-160.

²¹⁵ FRANCISCO, Raquel Pereira, 2007, p. 46.

²¹⁶ Cf. GORENDER, Jacob. 1990.

elemento servil, bem como maior apoio e solidariedade da população com relação às atitudes de rebeldia dos escravos e do movimento abolicionista, somados a uma maior dinâmica organizacional deste último nos últimos anos de 1870 e, principalmente, a partir de 1880. Assim, fatores como o fim do tráfico Atlântico de escravos em 1850, a introdução cada vez mais frequente do imigrantismo e do trabalho assalariado, o processo de implementação efetiva da industrialização, da urbanização e melhoria dos meios de transporte irão se somar com a crescente causa abolicionista e republicana, a fim de exigir a transformação das relações sociais de trabalho. Fator decisivo também, é a mudança de mentalidade da opinião pública, agora contrária à escravidão, visto que incompatível com um modelo de sociedade civilizada.

Os anos de 1880 irão testemunhar também um declínio significativo da população escrava. Segundo nos informa Emilia Viotti da Costa, a população livre no Brasil passou de 8,5 milhões em 1872, para quase 14 milhões em 1888. Em contrapartida, a população escrava passou de cerca de 1,5 milhão em 1872, para pouco mais de 700 mil em 1887, grande parte deles concentrados nas províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, demonstrando um declínio significativo no número de escravos²¹⁷. Em outras palavras, a Lei Áurea veio libertar pouco mais de 70 mil homens e mulheres do jugo do cativo. Boa parte daqueles que haviam sido escravos, bem como de seus descendentes, já havia traçado suas próprias estratégias de sobrevivência no mundo dos livres anteriormente à abolição geral de 1888. Somam-se a isso, fatores de ordem econômica, como maior dinamização da economia, através da introdução da mecanização da produção, das linhas de trem para acelerar e aumentar o processo de escoamento dos produtos, e da entrada cada vez mais maciça de imigrantes, contribuindo para a formação de um mercado de trabalhadores livres de baixos salários.

Há de se ressaltar ainda, o aumento nos índices da criminalidade escrava ainda na década de 1870, inaugurando uma nova fase da rebeldia negra, isto é, passava-se na contestação individual para os atos coletivos, que chegaram ao máximo já na década de 1880. O aumento das manifestações escravas indica o descontentamento dessa camada da população com a solução emancipatória gradualista e a recusa à ideia de consenso. Destaque-se ainda que, o aumento da consciência escrava nesse período está intimamente associado à atuação do movimento abolicionista²¹⁸.

²¹⁷ COSTA, Viotti. 2008, p. 10 e 62.

²¹⁸ GORENDER, Jacob. 1990, p. 158.

Assim é que a década de 80 do século XIX chegará trazendo transformações na sociedade que farão com que a existência do trabalho escravo se tornasse incompatível com o modelo de sociedade que se vislumbrava. Transformações de ordem econômica, social e política se operam tão rapidamente na sociedade, que a posição da opinião pública em todo o país passa a invadir a arena das discussões em torno da abolição do trabalho escravo, ganhando força as manobras utilizadas pelos abolicionistas. Desta forma, a transição para o trabalho livre tornava-se, não somente inevitável, mas também necessária, em virtude dos novos ideais de civilidade e progresso de uma sociedade moderna e desenvolvida. O trabalho escravo era sim incompatível com esse modelo de sociedade.

Obviamente, não eram todos os setores da sociedade que ambicionavam a rápida passagem ao trabalho livre. O que fica patente nesse momento é a então inevitabilidade do fim do trabalho escravo, já abolido de praticamente todas as nações, aliado ao recrudescimento da campanha abolicionista e do apoio popular à causa. Os velhos fazendeiros, alguns ainda apegados à velha ordem por não estarem preparados financeiramente para realizar a transição ao trabalho livre, irão se movimentar no sentido de tentar manter a antiga ordem senhorial e o sistema escravista. Associações, Clubes da Lavoura, entre outros, foram formados por uma leva de fazendeiros preocupados com a manutenção dos escravos em suas lavouras. Tais organismos se espalharam pela Província do Rio de Janeiro e, em muitos lugares, como em Campos dos Goytacazes, tiveram embates diretos com o movimento abolicionista. Sobre as ações dos fazendeiros, Emília Viotti da Costa afirma que,

Perseguiam [os fazendeiros] os abolicionistas, que ousavam pregar suas ideias nas cidades do interior, ameaçavam-no de morte. Interrompiam, de armas na mão, comícios abolicionistas. Seus capangas invadiam e quebravam a sede dos jornais abolicionistas e ameaçavam os jornalistas, expulsando-os da cidade²¹⁹.

Diante desse cenário de constantes enfrentamentos entre escravistas e abolicionistas, o ministério liberal Souza Dantas apresentou um projeto de emancipação dos sexagenários. O projeto foi recebido com desconfiança até entre os membros do Partido Liberal, embora tenha contado também com o apoio de alguns ativistas do

²¹⁹ COSTA, Emília Viotti da. 2008, p. 80.

Partido Conservador. O projeto visava à emancipação dos maiores de sessenta anos sem que nenhuma indenização devesse ser paga aos fazendeiros. Talvez tenha sido esse o ponto de maior debate do projeto. Os representantes dos fazendeiros alegavam que tal projeto feria o princípio da propriedade e, diante disso, a Câmara viu-se dividida, não entre Liberais e Conservadores, mas entre os que apoiavam o projeto e os que dele discordavam.

Votada uma moção de desconfiança contra o Ministério Dantas, apresentada por um deputado do próprio Partido Liberal, Dantas solicitou ao imperador a realização de novas eleições e, embora o apoio da opinião pública tenha sido fortemente veiculado a favor do Ministério e a favor do projeto, inclusive entre os membros do movimento abolicionista, o mesmo foi derrubado e um novo Ministério Liberal foi formado por Saraiva.

Um novo projeto, versão modificada do primeiro, foi apresentado à Câmara, resguardando o direito de propriedade e o princípio de indenização. O novo projeto previa que os escravos trabalhassem por mais três anos a título de indenizar o senhor, ou até atingirem a idade de sessenta e cinco anos. Além disso, diante do quadro de fugas dos escravos das fazendas que já começava a se delinear, previa severas penas aos acoitadores de escravos²²⁰.

Com as modificações apresentadas, o projeto distanciou-se do pensamento proposto pelo ideário do movimento abolicionista, que empreendeu forte propaganda contra o mesmo, afirmando tratar-se de um projeto voltado aos interesses senhorias, e não em possibilitar a liberdade dos negros. Diante da recusa da ala radical, e abolicionista do Partido Liberal, e, mesmo contanto com o apoio daqueles que tinham ido contra o projeto Dantas, o Ministério, igualmente ao anterior, não conseguiu se manter.

Diante das constantes dificuldades, foi convidado pelo imperador para compor um novo Ministério o conservador barão de Cotegipe. Hábil representante da lavoura, diante de acordos e concessões, conseguiu a aprovação do projeto em 1885, transformando-se então, em *Lei dos Sexagenários* ou *Lei Saraiva-Cotegipe*.

²²⁰ A autora cita ainda que, ao analisar o projeto, Rui Barbosa, que não conseguira ser reeleito das eleições de 1884, demonstrou que as alterações então produzidas pelo Ministério Saraiva, se afastavam em muito da versão anteriormente apresentada por Souza Dantas, representando, por fim, uma concessão aos interesses escravistas. COSTA, Emilia Viotti da. 2008, p. 87.

A lei causou impacto extremamente negativo no movimento abolicionista, já que os sexagenários libertados ficavam obrigados à prestação de mais três anos de serviços aos seus senhores, devendo ainda permanecer por cinco anos no município onde viviam. Além disso, previa severas sanções contra os que acoitassem escravos fugidos. No entanto, importante é que se perceba que a própria discussão em torno do projeto, ainda em 1884, impulsionou o movimento abolicionista e, principalmente, fez parecer evidente a inevitabilidade de se pôr fim ao cativeiro no país. A *Lei Saraiva-Cotegipe*, diante de tal cenário, parece muito mais uma tentativa dos velhos setores da economia e da sociedade brasileira em manter o trabalho escravo pelo máximo de tempo possível, a fim de terem a oportunidade de organizarem a transição, o mais lenta possível, para o trabalho livre.

Parecia tarde demais. A causa abolicionista já havia alcançado as mãos do povo, que, como afirma Emília Viotti da Costa, “arrebatará das mãos da elite a direção do movimento”²²¹, que, segundo a mesma autora, tinha já nesse momento, alcançado sua fase insurrecional, instigando a rebelião nas senzalas e a fuga dos escravos. A abolição definitiva da escravidão era então uma questão de tempo.

Assim, tendo Cotegipe renunciado, e, em março de 1888, sido composto um novo Ministério, desta vez pelo liberal João Alfredo Correia de Oliveira, a proposta de abolição da escravidão foi anunciada. A 8 de maio de 1888, o conselheiro Rodrigo Augusto da Silva, então Ministro da Agricultura, apresentou à Câmara dos Deputados uma proposta que declarava extinta a escravidão no Brasil. De maneira muito peculiar, já que realizada de maneira muito rápida, a Câmara debateu, discutiu e pôs o projeto em votação, sendo, com larga diferença de votos, aprovado²²². Encaminhado para o Senado, o projeto rapidamente foi aprovado em 13 de maio e, naquele mesmo dia, encaminhado a princesa Isabel, então regente do Brasil. Ainda naquele dia, foi assinada a lei que entrou para a história do Brasil como a *Lei Áurea*.

Interessante observar como, ao longo da década de 1880, as discussões em torno da manutenção do elemento servil e em torno do movimento abolicionista cresceram a tal ponto, que, pode-se dizer, puseram em cheque uma instituição já tão enraizada nos costumes e hábitos brasileiros. Fatores sociais, econômicos e políticos internos e

²²¹ Ibid. p. 90

²²² Apenas nove deputados, de noventa e dois, votaram contra o projeto e, com exceção de apenas um deputado eleito por Pernambuco, todos representavam o partido conservador e a província do Rio de Janeiro, considerada por Emília Viotti da Costa como o “último reduto da escravidão”. Ibid., p. 09-10.

externos são cruciais na explicação de tal fenômeno. As próprias condições de produção tinham-se modificado a tal ponto, que tornaram o trabalho escravo cada vez mais irrelevante e menos indicado. No entanto, decisiva, sem dúvida, foi a atuação dos próprios escravos, maiores interessados na remissão do cativo e na obtenção da liberdade, para o solucionar da causa. Feita a abolição, ficaram os negros abandonados a sua própria sorte e ao seu próprio trabalho.

Este trabalho é apenas uma tentativa de verificar as estratégias empreendidas por estes libertos em prol de sua sobrevivência em Campos dos Goytacazes. Antes, no entanto, é necessário entendermos como o processo em busca da emancipação dos escravos aconteceu na região em questão, situando seus atores, seus momentos e seus atos mais importantes.

2 - O Movimento Abolicionista em Campos

O movimento abolicionista apresentou em Campos dos Goytacazes facetas múltiplas e foi constituído por diferentes elementos e momentos, revelando um jogo de conflitos e alianças que se ainda se farão presentes no pós-Abolição. Segundo autores, como Julio Feydit, Horácio Sousa, Osório Peixoto, Clóvis Moura e Lana Lage da Gama Lima²²³, o município apresentou um dos movimentos mais radicais na luta pela superação do cativo no Brasil, principalmente a partir do ano de 1884, período em que foi fundado o jornal abolicionista *Vinte e Cinco de Março*²²⁴ e em que recrudescer a luta pelo fim da escravidão. A partir de então, o debate acerca da necessidade de se pôr fim ao cativo, assumiu contornos eminentemente violentos, e acompanhou o próprio movimento do abolicionismo no Brasil, que, como vimos, tendeu à radicalização também em meados dos anos 80. Nesse sentido,

Possuía Campos um dos grupos abolicionistas mais atuantes do Império, destacando-se por sua intervenção direta junto ao escravo, apoiando e organizando manifestações de rebeldia, abrindo inquéritos contra senhores, fazendo exames de corpo de delito em casos de mais tratos e financiando alforrias.²²⁵

²²³ FEYDIT, Julio. 1985. SOUSA, Horácio. 1935. SILVA, Osório Peixoto. 2004. MOURA, Clovis. 1972. LIMA, Lana Lage da Gama. 1981.

²²⁴ O título fazia alusão à data em que os escravos foram libertados na província do Ceará. Foi fundado em 1º de Março de 1884 por Luiz Carlos de Lacerda, líder da ala radical do movimento abolicionista em Campos e tinha como finalidade primeira, a propaganda abolicionista.

²²⁵ LIMA, Lana Lage da Gama. 1981, p.25

Dedicando-se a analisar a crise final do escravismo na região, bem como a luta empreendida pelos negros e pelo movimento abolicionista para a sua superação, Lana Lage da Gama Lima, em *Rebeldia Negra e Abolicionismo*, esclarece que diferentes rupturas nas classes dominantes permitiram que viesse à tona a rebeldia das classes subalternas, o que, de fato, não diminui a importância da participação dos escravos no processo decisivo em que ruuiu a ordem escravista e, principalmente, em que entrou em crise a ordem senhorial. A ampliação e aprofundamento das revoltas escravas teriam, nesse sentido, ocorrido a partir de uma interferência mais significativa e direta dos abolicionistas²²⁶. No entanto, é ainda ela quem afirma que, o próprio abolicionismo irá marcar de forma nítida os contornos dessa aliança, uma vez que interessava a seus defensores a transformação das relações de produção, isto é, a mudança de utilização da mão de obra cativa para a mão de obra livre e, talvez, assalariada²²⁷, mas, essencialmente, como mão de obra barata²²⁸.

Bem como em boa parte do Brasil onde o movimento abolicionista se fez presente, até princípios da década de 80 é possível verificar correntes que estão muito mais ligadas ao emancipacionismo, do que ao abolicionismo. Obviamente, os limites entre essas duas correntes não foram estanques, nem tão pouco deixaram de se intercruzar, estando adeptos de um lado a outro, ora afeitos a uma, ora a outra.

Em se tratando do movimento abolicionista em Campos, duas periodizações propostas pela historiografia, são as mais recorrentes. A primeira vem de Horácio Sousa que estabelece os seguintes períodos: 1856-1881 e 1881-1888, segunda e última fase da propaganda. O marco inicial do primeiro momento seria a criação da Sociedade Campista Promotora do Trabalho Livre em 1856 e, para o segundo momento, a criação em 1881 da Sociedade Campista Libertadora²²⁹. A segunda periodização proposta vem de Lana Lage, em obra já aqui citada²³⁰. A autora propõe que o movimento abolicionista

²²⁶ Vale ressaltar, que os movimentos em torno da superação da questão servil já se faziam presentes em Campos mesmo antes dessa maior interferência do movimento abolicionista radical. Como veremos, algumas sociedades foram criadas no intento de dar conta da libertação de elementos escravizados e, principalmente, de preparar a sociedade para a transição ao trabalho livre.

²²⁷ Em momento posterior, observaremos que a opção pela mão de obra assalariada não foi a única entre os senhores. Diante da impossibilidade de pagamento de salários, muitos senhores e ex-escravos optaram por convencionar pelo sistema de parceria, que era já bem conhecido desde os antigos tempos de cativo.

²²⁸ LIMA, Lana Lage da Gama. 1981, p. 23.

²²⁹ Cf. SOUSA, Horácio. 1935, p. 255

²³⁰ Há que se ressaltar que, o estudo da referida autora – *Rebeldia negra e Abolicionismo*, ao focar nas ações que encaminharam o andamento das discussões em torno da causa abolicionista em Campos, bem como as ações empreendidas pelos negros para o fim da escravidão, compreendendo parte do período a

em Campos seja periodizado também a partir de dois momentos. O primeiro, anterior a 1884, em que tem início as primeiras manifestações do emancipacionismo. O segundo, que se dá após 1884, é o período de radicalização do movimento abolicionista, marcado, principalmente, pela fundação do jornal *Vinte e Cinco de Março* e da atuação mais direta do próprio movimento junto aos escravos, apoiando e, na maioria das vezes, incentivando os atos de rebeldia.

No estudo em questão, optamos igualmente por dividir a atuação do movimento abolicionista na região, de acordo com dois momentos. O primeiro, de característica acentuadamente emancipacionista, mas de formação do ideal abolicionista, ainda de pouco impacto e sem articulação direta com os escravos, permitindo e estimulando, quando muito, a prática da concessão de alforrias, deu-se entre 1856 a 1883. O que se demarca aqui é o ponto de partida da organização de indivíduos em torno de uma luta por uma causa comum que tivesse por fim último a supressão da escravidão: a abolição e/ou a emancipação. Além disso, é preciso que se ressalte que, tais movimentos e organizações não tiveram um caráter único e homogêneo, sendo formada tanto por fazendeiros como pelas classes médias liberais, como médicos, advogados e professores. Inicialmente, as primeiras organizações tinham por fim promover alforrias a determinados elementos escravizados, vistas, na maioria das vezes, como uma dádiva de senhores generosos e sensíveis ao sofrimento do negro.

O segundo momento tem início em 1884, não apenas com a radicalização do movimento abolicionista que, de fato, terá seu marco com a fundação do referido jornal *Vinte e Cinco de Março*, mas a partir de ações coletivas dos escravos contra o sistema escravista. O ano de 1884 marca o momento em que os escravos começaram a se rebelar de forma mais sistemática, a partir das primeiras queimadas dos canaviais, situação esta que terá seu ápice em 1887. Estavam já então influenciados pelo movimento abolicionista e tornaram, finalmente, insustentável a manutenção do regime na região, obrigando a tomada de atitude por parte dos fazendeiros.

Antes, porém, de adentrarmos na análise da acirrada luta desenvolvida pelos abolicionistas campistas, necessário se faz que apresentemos um pequeno quadro em que o leitor possa se situar diante da cidade de Campos dos Goytacazes nos

que nos propomos aqui a analisar (1883-1888-1893), nos forneceu elementos para o entendimento da situação dos escravos no momento imediatamente anterior à Abolição. Muito por isso, a obra em questão serviu de material base para este estudo, já que é a única que, a partir do enfoque dado, compreende parte do período a que aqui nos interessamos a pesquisar. Justifica-se assim, as citações recorrentes às falas da historiadora.

efervescentes anos de 1880. Interessa-nos agora verificar a maneira pela qual se encontrava o escravismo em seus anos finais, verificando os meandros pelos quais senhores e escravos se relacionavam e tentavam se adaptar às mudanças que anunciavam chegar.

2.1 - Campos nos anos de 1880

Vimos, em capítulo anterior que, com o raiar do século XVIII e, após se libertar do domínio dos Assecas, Campos irá saltar em desenvolvimento ao surgir pela planície elevado número de engenhos e engenhocas, baseados no regime de pequena propriedade²³¹, relegando a pecuária, então economia inicial, a um segundo plano²³². Assim, tendo a cana como seu principal produto, desde a primeira metade do século XIX, Campos já se apresentava diante de um processo de transformação dos meios de produção, no qual as moendas de ferros vieram em substituição as de madeira - que conferiam um menor rendimento sobre a produção do açúcar. Além desta modificação, surgem também as primeiras máquinas a vapor em substituição à tração animal ou por água dos engenhos. A partir de 1870 aparecem as primeiras turbinas e o processo a vácuo na fabricação do açúcar, o que resulta em um aumento expressivo no número de usinas modernas que tendem a suplantam os grandes e pequenos engenhos que, agora, passam a não mais a produzir o açúcar, mas tão somente a cana que passaria a ser beneficiada nas grandes usinas²³³.

²³¹ Saint-Hilaire, em passagem pela região em 1820, irá observar que “Até 1769 não havia em Campos mais de 56 usinas de açúcar; em 1778 esse número subiu a 168; de 1779 a 1801 aumentou para 200; 15 anos mais tarde ele cresceu para 360 e enfim em 1820 havia no distrito 400 engenhos e cerca de 12 distilarias”. 1974, p. 199. Para descrição ainda mais minuciosa sobre a quantidade de engenhos e engenhocas em Campos, consultar REYS, Manoel Martins do. 1997.

²³² O plantio da cana e produção de açúcar em Campos foi tão generalizado que, muitos autores, assinalam para a pobreza alimentar da região. Nesse sentido, ver AIRES DE CASAL, Manoel. 1817 e LUCCOCK, Jonh. 1942. Conforme informa João Oscar, “a superação da escassez de gêneros de primeira necessidade em Campos somente veio a ocorrer quando os engenhos, entrando na fase da mecanização e do vapor, liberaram mão de obra disponível nas entressafras, que foi deslocada pelos produtores rurais para as pequenas lavouras de subsistência junto às plantações de cana de açúcar”. OSCAR, João. 1985. p. 52.

²³³ Para maiores informações sobre o que muitos chamam de “Revolução Industrial de Campos” ver SILVA, Osório Peixoto, 2004. A Câmara Municipal de Campos em resposta a circular encaminhada pelo Presidente da Província, encaminhada em 15 de julho de 1887, declarou que a média da exportação do açúcar daquele município nos anos de 1884, 1885 e 1886 foi de dezessete mil cento e cinquenta e três toneladas métricas e quinhentos e vinte quilogramas e que o número das fábricas de açúcar chegava então a pouco mais de trezentos, notando-se que muitas fabricas têm deixado de funcionar, passando a vender suas canas às usinas que lhes ficam próximas. Livro de Registro de Correspondências da Câmara Municipal. APMCG 10.01 1883 a 1891.

Como resultado da transformação dos meios de produção, a riqueza tende a se concentrar ainda mais nas mãos de uns poucos usineiros e donos de engenho, que, na maioria das vezes, compram as canas de pequenos produtores locais, vendendo-as por maiores preços às usinas.

As mudanças ocorridas na primeira metade do século XIX acompanham o crescimento próprio experimentado pelo Rio de Janeiro²³⁴. Campos, com sua economia ligada basicamente à Corte, embora não apenas, acompanhará a expansão experimentada pelo Rio, principalmente, após a chegada da família Real em 1808. Assim, urgia a necessidade de serem aprimorados os meios, as técnicas e métodos utilizados na produção do açúcar. Dessa forma, em fins do século XIX, irá se operar uma transformação profunda na economia da cidade, passando daquele período em diante à fase do capitalismo pré-industrial, deixando para trás o capitalismo de tipo mercantilista e agrário, exigindo então o emprego de altos capitais e inaugurando a era dos engenhos a vapor na região, conhecida como o grande ciclo do açúcar.

Observa-se, dessa forma, uma transformação dos meios de transporte²³⁵ para escoamento da produção, com a criação da ligação ferroviária Campos-Macaé, de onde o açúcar embarcava pelo porto de Imbetiba. Internamente, a estrada de ferro de São Sebastião escoava a produção da baixada campista. Anteriormente, o açúcar era transportado em carros de bois, ou pelos cursos d'água do rio Paraíba do Sul²³⁶, em jangadas e pequenas canoas, para somente depois ser enviado até o porto de São João da Barra, sendo ali então colocados nos navios. Osório Peixoto Silva, em *500 anos dos Campos dos Goytacazes*, afirma que “um dos grandes melhoramentos introduzidos nos

²³⁴ Na formação da economia agroaçucareira do norte fluminense, destaca-se o fato de ter a região voltado sua produção basicamente para o mercado interno, especialmente Rio de Janeiro, ficando livre das flutuações internacionais do preço do produto. Panorama diferente esteve presente nos engenhos nordestinos, para os quais “a Inglaterra e outros países europeus passaram a adotar tarifas protecionistas aos produtos tropicais de suas colônias e ao açúcar de beterraba, produto típico da Revolução Industrial”. OSCAR, João. 1985, p. 104.

²³⁵ Em 1869 é criada a Estrada de Ferro São Sebastião, que ligaria a freguesia de São Sebastião à cidade de Campos; em 1873 constrói-se a estação do Largo do Rocio, ligando o centro da cidade e a baixada campista. Em 18XX é inaugurado o canal Campos-Macaé que, apesar de toda a proeza para a época, não dá conta de escoar sistematicamente a produção sendo, logo depois suplantado pelo Estrada de Ferro Campos-Macaé, de 1875. Logo depois, em 1881, é construída a Estação de Ferro de Carangola, e, em 1888, com a venda da Estrada de Ferro Leopoldina para os ingleses, é realizada a ligação Campos-Niterói.

²³⁶ “A barra do Paraíba, sempre perigosa para os navios, muito rasa, típica dos rios que terminam seus cursos em planície. Os naufrágios eram constantes, com perdas e extravios da carga (...)”. SILVA, Osório Peixoto. 2004, p. 71.

Campos é a ferrovia, resolvendo o difícil transporte da produção açucareira da região”²³⁷.

Ainda segundo informações de Teixeira de Mello, em *Campos dos Goytacazes em 1881*, Campos possuía no ano de 1880 além de tipografias, casas bancárias, vapores, companhia de iluminação a gás, companhia de seguros, bondes, teatros, estaleiros, hospitais, biblioteca, vários jornais, mais de 100 casas de secos e molhados, lojas de fazenda, livrarias, hotéis e hospedarias, oficinas das mais variadas, entre outros²³⁸. Ainda em 1880 Campos compunha-se de 10 freguesias – São Salvador, São Gonçalo, Santo Antonio dos Guarulhos, Nossa Senhora das Dores do Macabu, São Sebastião, Nossa Senhora da Penha do Morro do Coco, Santa Rita da Lagoa de Cima, Nossa Senhora da Natividade do Carangola, São Benedito da Lagoa de Cima e Bom Jesus do Itabapoana²³⁹.

Com a expansão das atividades comerciais, aumentaram as demandas por novas modalidades ou mais especializadas de empregos, como, por exemplo, ferreiros, marceneiros, alfaiates, carpinteiros. Crescem também as camadas médias urbanas, formada por médicos, advogados, professores, burocratas, entre outros, que, mais tarde, terão papel decisivo no desenvolvimento do movimento abolicionista na região. Destaca-se, nesse cenário também, a elevada taxa de crescimento demográfico de Campos. João Oscar salienta que,

sua população que era, em 1825, no perímetro urbano, de 7.000 habitantes, aumentaria em 1856 para 16.657 (sendo 7.890 pessoas livres e 8.677 escravos), mesmo após a terrível epidemia de cólera-morbus que ali grassou um ano antes, para ser de 19.520 habitantes em 1873, entre os quais se contavam 11.279 pessoas livres, 8.009 escravos e 232 ingênuos, que nos vem mostrar que, em menos de cinquenta anos, seu contingente populacional quase seria triplicado.²⁴⁰

²³⁷ Ibid. p. 72

²³⁸ Cf. TEIXEIRA DE MELLO, Alexandre. 1886.

²³⁹ Ibid. p. 104-125.

²⁴⁰ OSCAR, João. 1985, p. 125. Hebe Mattos também nos fornecerá importantes dados sobre a população escrava e livre de Campos. Segundo consta de seus relatos, a população em Campos no ano de 1872 era composta em aproximadamente 37 % de escravos, 27% de não brancos livres e 36% de brancos. Os lavradores, em sua maioria, eram casados ou viúvos, cerca de 85%, o que demonstra a importância da família com capital de acesso a bens como a roça. Além disso, esses lavradores tinham em média mais de quatro filhos, o que também é significativo para observarmos que se essa população de homens livres retirou de fato suas mulheres e filhos das grandes plantações, direcionando-os para a produção doméstica - quanto maior o número de filhos, mais mão de obra a ser utilizada na produção. MATTOS, Hebe. 1998, p.59.

A partir dos dados fornecidos pelo escritor Teixeira de Mello, pudemos observar que todo o município de Campos contava em finais de 1880 com uma população de 91.880 indivíduos, sendo que destes 35.668 escravos e 56.212 livres, aí computados 10.266 ingênuos²⁴¹. Assim, a população escrava representava 38,82% da população. Ao considerarmos apenas o conjunto da população da Vila de São Salvador, do total de 19.400 habitantes, 40,77% compunha-se de escravos, isto é 7.910 indivíduos²⁴². Lana Lage da Gama Lima afirma que era este o maior número de escravos da província do Rio de Janeiro, que possuía nesse período 289.239 escravos, concentrando Campos 12,33% desse total²⁴³.

Baseado em dados obtidos pela leitura das informações constantes no jornal *Monitor Campista*, apresento a seguir uma relação das taxas experimentadas pela população escrava entre os anos de 1885 a 1887, nos quesitos: batizado, casamento e óbito. Vale ressaltar que, a intenção desses números é apenas fornecer ao leitor condições de entendimento acerca da configuração da escravaria em Campos nas vésperas da Abolição. Não temos elementos para analisar os fatores que possibilitaram aumento ou diminuição nas taxas apresentadas.

Quadro 3: Batizados 1885-1887

Batizados:	1885	1886	1887
Livres	734	631	799
Ingênuos	175	248	148
Total	909	879	947

Quadro 4: Casamentos 1885-1887

Casamentos:	1885	1886	1887
Livres	92	97	121
Escravos	13	3	8
Total:	105	100	129

²⁴¹ TEIXEIRA DE MELLO, Alexandre. 1886 p. 104-105.

²⁴² Ibid. p.104

²⁴³ LIMA, Lana Lage da Gama. 1981, p. 87

Quadro 5: Óbitos 1887

Óbitos:	Homens	Mulheres	Total
Adultos livres	247	205	452
Menores	225	214	439
Ingênuos	60	61	121
Escravos	28	19	47
Total:	560	499	1059

Quadro 6: Óbitos comparados 1885-1886-1887

Óbitos	Adultos	Menores	Ing.	Escr.	Total
1885	429	294	103	110	936
1886	450	264	85	78	877
1887	452	439	121	47	1059

Observamos também que, às vésperas da Abolição, em finais de janeiro de 1888, o quadro da população escrava do município de Campos assim estava configurado: tendo-se em conta o número de escravos apresentado à Coletoria Geral em 1887, o número geral de escravos naquele mês de janeiro de 1888 havia baixado para a cifra de aproximadamente 17.468 indivíduos. Conforme nos informa matéria apresentada no *Monitor Campista* de 31 de março de 1888, dos 18.056 escravos matriculados até março de 1887, representados por 3.326 senhores, 89 haviam falecido até 31 de dezembro daquele mesmo ano, haviam sido libertos a título gratuito 141 e a título oneroso 29, além de 88 libertos pelo fundo de emancipação e 558 por terem atingido a idade de 60 anos²⁴⁴. Como se vê, na estatística do jornal, não foram computados os escravos comprados pelos fazendeiros da região após 31 de março de 1887, período da última matrícula, nem os escravos que faleceram ou se libertaram entre 31 de dezembro de 1887 a 28 de janeiro de 1888. Portanto, o quantitativo apresentado é impreciso, mas serve para nos fornecer uma ideia aproximada do quadro da população escrava do município no mês de janeiro daquele último ano.

²⁴⁴ APMCG Monitor Campista, 31 de março de 1888.

Quadro 7: Liberdades 1887

Escravos matriculados até 30 de março de 1887	18.056
Falecidos até 31 de dezembro de 1887	89
Libertos à título gratuito	141
Libertos à título oneroso	29
Libertos pelo Fundo de Emancipação	88
Libertos por atingirem a idade de 60 anos	558
Soma:	17.468

É importante perceber que, no momento primeiro da expansão econômica campista, isto é, da colonização à inicial fase da mecanização dos engenhos e, depois do período de criação dos engenhos centrais até a abolição, as relações de produção e trabalho sofreram importantes modificações que, dentro de uma nova ordem de produção, imprimiram características outras às relações entre senhores e escravos que, numa ótica geral, serviram como elemento catalisador das tensões que culminaram no término do escravismo no Brasil. No primeiro momento, os inúmeros pequenos proprietários contavam, em sua maioria, com pouca escravaria disponível para o trabalho e, no geral, diante dos poucos recursos, desenvolviam um tipo de produção familiar. Senhores e escravos trabalhavam, na maioria das vezes, lado a lado no eito de trabalho²⁴⁵.

É de se presumir, conforme salientam autores que, partindo das perspectivas apresentadas por Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala*, como Kátia Matoso em *Ser escravo no Brasil*, que as relações paternalistas, ou, para alguns, patriarcalistas, desenvolveram um tipo de proximidade entre a casa grande e a senzala, isto é, entre senhores e escravos, capaz de gerar certo tipo de solidariedade e intimidade entre eles. É talvez de se supor que tenha sido assim. Até o cremos, em parte, mas não deixamos de entrever que a própria violência inerente ao sistema tenha gerado também situações conflitivas e famigeradas de parte a parte.

²⁴⁵ Clóvis Moura, em *Sociologia do negro brasileiro*, entende que, a chegada constante de africanos pelo tráfico, alimentava a rebeldia na massa dos escravos o que demonstra ter a insurgência negra sua plenitude até o ano de 1850. Após este ano, entramos no que ele denominou *escravismo tardio*, decadente e marcado pela insurgência passiva, em contraposição a anterior, insurgência negra que fazia parte do modo de produção escravista pleno. MOURA, Clóvis. 1988, p. 218.

Em passagem pela região de Campos no início do século XIX, o viajante francês Saint-Hilaire chama atenção para o fato de que,

Poder-se-ia supor que em Campos, onde os proprietários não se envergonham de se entregar aos trabalhos agrícolas manuais, os escravos, tornados de qualquer modo companheiros do homem livre, fossem tratados com doçura; mas infelizmente tal não se dá. Querem fazer açúcar cada ano mais, e assim sobrecarregam os negros de trabalho, sem se inquietar com o prejuízo que ocasionavam a si próprios, abreviando a existência desses infelizes²⁴⁶.

Ainda mais, sobre o tratamento dispensado aos escravos, o mesmo viajante avalia o estado de precariedade em que viviam os escravizados nas fazendas da região, afirmando que “existem perto da cidade de Campos várias fazendas onde se veem escravos doentes em consequência dos maus tratos recebidos”²⁴⁷. Confirmando este cenário, Monsenhor Pizarro e Araujo esclarece que,

Sendo os escravos o maior equivalente das fábricas sobreditas, pois que eles absorvem a parte maior considerável do produto territorial, o método de os tratar neste continente é depravadíssimo e quase bárbaro. O fazendeiro, zeloso só do nímio trabalho que o utiliza, ordinariamente se esquece de seis deveres no trato da escravaria, contentando-se, quando muito, com a satisfação do parco vestuário e do grosseiro alimento que lhe subministra, sem contudo praticar excessiva caridade nas doenças, por considerá-la resistível às moléstias e aos trabalhos assíduos, com escassa comida e nenhum agasalho²⁴⁸.

Não é de se supor, portanto, que o elemento servil fosse alheio ao que lhe acontecia ou que agisse conforme um “ser débil”²⁴⁹ que necessitasse exclusivamente da proteção do senhor e sua família. Longe disso. Ainda pouco articulados entre si, muito por conta das constantes levas de novos escravos, os negros acabaram por desenvolver, na maioria dos casos, embora várias sejam as exceções, estratégias de sobrevivência e contestação individualizadas, como fugas, assassinatos e suicídios. Acreditamos que o próprio comportamento servil e doméstico fazia parte de uma estratégia lançada mão por eles próprios para lhes permitirem condições menos aviltantes de vida e trabalho²⁵⁰.

²⁴⁶ SAINT-HILAIRE, A. 1941, p. 201.

²⁴⁷ Ibid. p. 201.

²⁴⁸ PIZARRO E ARAUJO. p. 108 In. OSCAR, João. 1985, p. 147.

²⁴⁹ Ideal da coisificação do elemento escravo presente em FERNANDES, Florestan. 2008.

²⁵⁰ Assim também GORENDER, Jacob. 1990.

No entanto, apesar de terem a violência a seu lado, os senhores tinham consciência de que nem só disso sobreviveria o sistema, e, quando muito, tais quais os escravos, lançaram mão de estratégias de negociação, concessão e acomodação. Prova disto é que, em Livro de Registro de Soltura²⁵¹ ou remessa de presos datado ainda do século XVIII, analisando apenas o ano de 1762, escolhido aleatoriamente, do total de onze prisões que se realizaram em escravos ou forros, ou seja, pessoas de cor, ao menos quatro, ou seja, 36,36% ocorreram porque estivessem com alguma arma, fosse ela faca, espada ou porrete, ou por terem realizado ferimento em alguém. Se excluirmos ainda as prisões para as quais não consta o motivo (N/C), em número de três, temos que 50% das prisões tenham ocorrido pelos motivos acima mencionados. Veja-se o quadro a seguir.

²⁵¹ LIVRO BR APC CMCG 02.01

Quadro 8: Registro dos Alvarás de Soltura 1762

FL.	DATA	PRESO/COR/ORIGEM	CONDIÇÃO	SENHOR	CRIME/PENA
45	08.01.1762	CLEMENTE	ES CRAVO	CAP. ANTONIO PEREIRA DA SILVA	QUERELA DE FERIMENTO QUE SE PROCEDEU A DEVASSA
46	-	DOMINGOS, PRETO, ANGOLA	ES CRAVO	COSME COELHO	N/C ALVARÁ DE REMESSA DO PRESO PARA A CADEIA DA RELAÇÃO DO RJ.
47V	20.03.1762	CYPRIANO FERNANDES THOMÉ, PARDO	FORRO	-	<i>PRESO POR TRAZER UMA ESPADA E SOLICITANDO SUA SOLTURA, INFORMAVA QUE A ESPADA NÃO ERA SUA, MAS SIM DE UM FILHO DO CAP. ANTONIO FERREIRA. DISSE O JUIZ ORDINÁRIO PARA QUE SE SOLTASSE O PARDO POR TER SIDO PRESO POR ERRO E ENGANO.</i>
48	25.03.1762	CATHERINA, CRIOLA	ES CRAVA	ANTONIO MARTINS	PRESA POR PENHORA FEITA SEU SENHOR.
51	09.06.1762	BARTHOLOMEU E SUA MULHER MARIANA	ES CRAVOS	LEANDRO DE SOUZA, O MOÇO	OS SOBREDITOS ESCRAVOS SE ACHAVAM PRESOS A REQUERIMENTO DO MESMO SENHOR POR CONTENDA COM SEBASTIÃO DA CUNHA COUTINHO RANGEL. VER FOLHA 50
51V	12.06.1762	ANNA SEVERINO ANTONIO DOMINGOS	ES CRAVOS	ANTONIO DA TERRA PEREIRA	N/C
53	21.07.1762	CAETANO, PRETO DA GUINÉ	ES CRAVO	JOSE RODRIGUES MOREIRA	PRESO A REQUERIMENTO DE MANOEL RIBEIROS DOS SANTOS POR EXECUÇÃO
54	17.08.1762	VALENTIM, PARDO	ES CRAVO	MANOEL DE MENEZES	PRESO POR SER ACHADO COM UMA ESPADA SEM PONTEIRA CONTRA A PRÁTICA DE SUA MAGESTADE
56	27.09.1762	BELCHIOR DO REGO DE [CASTOR], PARDO	N/C	N/C	PRESO POR QUERELA QUE DELE DEU DO FERIMENTO FEITO EM LEANDRO JOSE DA SILVA
56V	09.10.1762	AMARO, PRETO	ES CRAVO	ANTONIO FRANCISCO NUNES	PRESO A REQUERIMENTO DO REVERENDO PADRE DIONIZIO TEIXEIRA DE BARCELOS
57V	02.11.1762	JOÃO, PRETO	ES CRAVO	ANTONIO FURTADO DE MENDONÇA	N/C

N/C: Não consta motivo/informação.

Assim, percebemos que, se o medo da classe branca do país não foi fator capaz de eximir os negros do cativo, conforme bem esclarece Jacob Gorender, em A

escravidão reabilitada, foi sim elemento capaz de modificar as ações violentas dos senhores. O medo de um ataque por parte dos escravos era permanente, de forma que lançar mão de negociações foi também de interesse dos senhores. Célia Marinho de Azevedo dedicou a obra *Onda Negra, Medo Branco – o negro no imaginário das elites século XIX*, ao estudo da transição do trabalho escravo ao livre e dos movimentos surgidos em torno dessa discussão nos anos finais do século XIX. Para ela, no imaginário das elites racistas, crescia o medo da “onda negra” à medida que os escravos empreendiam ações violentas e de revolta, ou se negavam ao trabalho. Assim, a própria ideia construída sobre o negro no imaginário das elites, teria sido instrumento favorável às discussões em torno da substituição do trabalho servil pelo livre, principalmente associado às levas de escravos que chegavam do norte e nordeste do país após a lei de extinção do tráfico de 1850. A solução imigrantista veio acalentar os desejos de uma nação que se queria branca e livre da mácula da escravidão.

A “onda negra” – imagem vivida do temor suscitado pela multidão de escravos transportados do norte do país para a província no decorrer das décadas de 1860-1870 – esteve na raiz das motivações que impulsionaram os deputados provinciais a se mobilizarem numa forte e decisiva corrente imigrantista.²⁵²

Se consideravelmente ampliado a partir das manifestações cada vez mais recorrentes dos escravos e do avanço do movimento abolicionista, experimentados nos anos que antecederam à Abolição, o medo já há muito se mostrava na sociedade, respaldando-se ela, através de mecanismos que pudessem não apenas punir, mas coagir e antecipar-se às possíveis atitudes perigosas dos negros. Em Campos, a partir das determinações provenientes da Constituição de 1824 e da Lei de Funcionamento das Câmaras Municipais de 1828, foi inaugurado o primeiro *Código de Posturas*²⁵³ da *Cidade*. Neste, podemos encontrar elementos vários que caracterizam as estratégias utilizadas pelo poder público e pelos senhores na manutenção da ordem escravista. A título de exemplificação, observamos que, entre outros, as Posturas regulamentavam a vida do escravo em sociedade, e previa fortes punições aos que com eles comercializassem sem a devida autorização, prevendo punições também aos que os acoitassem ou auxiliassem em caso de fuga. A vigilância e desconfiança das atitudes

²⁵² AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. 2004, p. 96.

²⁵³ APMCG Código de Postura Municipal.

dos escravos deviam fazer parte das próprias relações cotidianas e, mesmo as atividades mais simples, como o comércio realizado pelos escravos, a mando de seus próprios senhores, não deixavam de ser fiscalizadas. A postura 51 nesse sentido é exemplificadora:

Nenhuma pessoa poderá comprar assucar, ou gado vacum, ou Cavallos a escravos, sem que estes apresentem licença de seu Senhor, para o poderem vender, ficando a Cargo do Comprador a virificação se a tal licença he ou não verdadeira sob pena de 30\$ reis de Condennaçam, e 8 dias de Cadeia sobre o comprador, e na recircidencia 30 dias de prizão, e 60\$ reis de Condennação.

Punição maior tinham os que ajudassem aos escravos fugidos, dando-lhes abrigo, comida ou vestimenta.

75

Ninguem poderá reter ou agasalhar em Casa, ou fazenda, escravos fugidos, ou a titulo de forros más sim os inuiará a seus Senhores, ou os fará remeter a cadeia dentro em 24 horas, donde receberá a competente gratificação sub pena de ser responçavel pelos dias de serviço, que os escravos perderem alem de 30\$ reis de Condennaçam para a Camara, e 8 dias de prizão, e na reincidência o duplo das penas declaradas.

As Posturas regulamentavam ainda as condições de apreensão de negros fujões e aquilombados. Todos estavam aptos a capturar escravos, inclusive os próprios escravos.

76

Todo o Capitão do Mato, ou pessoa forrá, liberta, ou Captiva, que aprihender algum escravo fugido o poderá conduzir a Cadeia desta Villa, trasendo hua sedula assignada pelo Juiz de Paz, Fiscal, ou Official de Quarteirão que mais proximo estiver ao lugar da aprihenção, em que declara a veracidade do facto, e do lugar em que tal aprihenção for feita, com declaração também das legoas, pouco mais ou menos que distão athe a Villa. Com este titulo recolherá o escravo a Cadeia, no verço do qual assim o certificará o Carcereiro para o Procurador satisfazer ao condutor do escravo arasão de 1\$280 reis por legoa, a excepção dos aquilombados que serão pagos conforme o Regimento.

Não somente a repreensão à infração constava das posturas, mas a própria ordem de se anteceder a elas. A Postura 42 previa, por exemplo, evitar ajuntamentos de escravos, passíveis de desequilibrar a ordem pública e a 77 proibia a venda de *bebidas*

espirituosas aos escravos, por tenderem a serem prejudiciais a boa polícia, isto é, a ordem pública,

42

Toda a pessoa, que tiver venda logia armase, ou botequim, e nelle *consentir ajuntamento de escravos*, em comprar, seja de dia ou de noite, ou mesmo a jogar, no primeiro cazo pagara o dono da casa 2\$ rejs de Condennaçam, e no segundo 6\$ rejs alem de tres dias de prizão para o dono da Caza, e o escravo prezo the seu Senhor o tirar.

77

Fica prohibido que qualquer possa vender mascatiando pelas fasendas, bebidas espirituozas aos escravos das mesmas, como *prejudiciais a boa Policia*, donde muito depende a *segurança publica*, com pena de 6\$ rejs e tres dias de prizão, e na reincidência 20\$ rejs de Condennaçam e 8 dias de prizão.

É sintomático que, diferente do que apregoavam os escritores que enxergam na *coisificação* do escravo um dos motivos da manutenção longínqua do modo de produção escravista, os escravos não tenham se acomodado ao cativo. Se assim o tivessem feito, os senhores e a sociedade em geral, não teriam tido a necessidade de elaborar procedimentos legais de punição contra possíveis ações que pudessem abalar a segurança e a ordem pública, não apenas senhorial, por parte dos escravos.

Como dito, as ações contrárias ou reivindicatórias levadas a cabo pelos escravos, refletiam, inicialmente e em sua maioria, reações individualizadas²⁵⁴ a atos de violência praticados pelos senhores ou seus feitores, quando não muito, a exigência por melhores condições de trabalho, alimentação, vestuário e/ou moradia²⁵⁵. No entanto, essa fala nem de longe esvazia a importância das ações por eles intentadas que, no geral, assim como sobre as posturas municipais em âmbito localizado, tendiam a exigir por parte do governo ações repressivas contra o perigo que muitas das suas ações podiam representar. Assim o é que, diante do clima de tensão ocasionado pelo aumento das

²⁵⁴ Justifica Gorender que, pela posição social em que se encontravam, os escravos, em suas reivindicações, não iam além de uma consciência oposicionista regressiva, já que, enquanto coletividade, classe, não alcançavam a consciência revolucionária necessária a oposição ao sistema como um todo. Suas ações, por isso, estavam ligadas a solicitações por melhorias individuais, ou mesmo visavam a liberdade, mas a liberdade individual. 1990. p. 122.

²⁵⁵ Mais uma vez, repito, dizer que, no geral, as ações de rebeldia negra nesse momento se dessem ainda em caráter individualizado, não quer dizer que lutas coletivas não tenham existido. Para além da formação dos quilombos, presente em praticamente todas as sociedades escravistas modernas, inclusive em Campos, ações várias se deram que mostram claramente certo grau de organização entre os cativos. Nesse sentido, ver, por exemplo, REIS, João José Reis e SILVA, Eduardo. 1989 e SLENES, Robert. 1999.

manifestações de rebeldia ao longo da Província do Rio de Janeiro, o governo regencial promulga a Lei nº 4 de 10 de junho de 1835, que determinava em seu artigo primeiro a pena de morte a todo e qualquer cativo que atentasse ou ferisse seus senhores e parentes, além de feitores e administradores²⁵⁶. Segundo Lana Lage da Gama Lima, “o texto da lei, por si só, vale como depoimento sobre a reação do negro ao sistema de dominação imposto pelo branco”²⁵⁷, justificando o próprio sistema o uso da violência.

Um segundo momento que marcar diferenças nas maneiras em que se dão as relações entre senhores e escravos, é esboçado quando tem início a fase dos grandes engenhos²⁵⁸, especialmente, a partir de meados do século XIX, caracterizado como capitalismo pré-industrial. Com o aumento cada vez mais crescente da produção açucareira e o conseqüente enriquecimento dos proprietários, ocorre um distanciamento nas unidades de produção entre senhores e escravos. Como já apresentado, até a primeira metade daquele século, escravos e senhores estavam conjuntamente presentes nas unidades de produção, para as quais, ao lado da casa grande e dos engenhos, estavam as senzalas e os escravos. Agora, diante do crescente ganho acumulado pelo aumento significativo na produção, somado ao crescimento das áreas urbanas, os senhores já não mais residem em suas antigas propriedades, passando a morar nas cidades em sobrados e palacetes²⁵⁹ e deixando a administração das unidades produtivas a empregados, como administradores e feitores. Como resultado desse processo, distanciam-se, ainda mais, as relações entre senhores e escravos. De acordo com Sheila de Castro Faria,

²⁵⁶ Artigo 1º: “Serão punidos com pena de morte os escravos ou escravas, que matarem por qualquer maneira que seja, propinarem veneno, ferirem gravemente ou fizerem qualquer outra grave ofensa física, a seu senhor, a sua mulher, a descendentes ou ascendentes que em sua companhia morarem, a administrador, feitor, e as suas mulheres que com eles viverem. Se o ferimento ou ofensa física forem leves, a penas será de açoites, á proporção das circunstancias, mais ou menos agravantes”. In. JOÃO OSCAR 1985, p. 164-165 e LIMA, Lana Lage da Gama. 1981, p. 37.

²⁵⁷ LIMA, Lana Lage da Gama. 1981, p. 37

²⁵⁸ Um Engenho Central era marcado pelo fato de que, dependiam os produtores “de autorização especial do Governo Imperial, que se comprometia a fornecer-lhes subsídios financeiros sob a forma e garantia de juros ou subvenções para a concretização de seus objetivos, desde que obedecidas determinadas condições”, como, por exemplo, a reunião de vários empreendedores em torno de uma mesma unidade e o aproveitamento das canas produzidas pelos proprietários rurais agregados. OSCAR, João. 1985, p. 182. O Engenho Central de Macaé será a primeira indústria de açúcar desse porte instalada no Brasil, em 1877. As grandes usinas, também nos padrões da modernidade, diferenciavam-se dos Engenhos Centrais, justamente por não carecerem de nenhuma autorização governamental. “As usinas seriam, assim, estabelecidas exclusivamente pela iniciativa privada, com capitais particulares, sem nenhuma participação do Poder Público”. Ibid, p. 185. Campos, por sua vez, abrigou a primeira usina de açúcar do Brasil, a Usina do Limão (1877-1879).

²⁵⁹ FREYRE, Gilberto. 1936.

No Norte Fluminense, no século XVIII, os escravos habitavam, geralmente, o mesmo lugar de seus senhores. Quase não havia senzalas. No século XIX, quando a agroindústria canavieira se tornou a atividade priorizada, enriquecendo homens e possibilitando a criação de grandes produções com escravos africanos, as senzalas se tornaram comuns, até mesmo para os mais pobres que, no século anterior, jamais pensariam em tê-las. Diferenciando-se os espaços, menor o grau de contato e de influências culturais, em ambas as direções.²⁶⁰

É sintomático que as manifestações rebeldes dos escravos se tornarão cada vez mais comuns e organizadas, aglomerando em torno de si, não mais apenas indivíduos isolados, mas sim ações coletivas. Veremos que, já na década da Abolição, vários serão os motivos que possibilitaram que as ações empreendidas pelos escravos se tornassem, aos olhos da opinião pública, justas e necessárias. Além disso, mudanças estruturais na sociedade brasileira permitiram que a decretação do fim do cárcere humano se tornasse imprescindível ao desenvolvimento da sociedade brasileira que se queria civilizada.

Antes, porém, de analisarmos as ações empreendidas pelos negros na luta pelo fim da escravidão ao longo dos anos de 1880, indispensável se faz uma apresentação acerca do crescimento do movimento abolicionista em Campos, de suma importância na organização das ações dos escravos rebeldes.

2.2 - O Movimento Abolicionista antes de 1884

Buscando estabelecer uma periodização que dê conta de analisar os movimentos surgidos nos anos finais da crise do escravismo na região, devemos, quando não menos, remontar ao ano de 1856. Nesse ano, foi fundada em Campos a Sociedade Campista Promotora do Trabalho Livre, imbuída do sentimento de promover a substituição do trabalho escravo pelo livre, através do recolhimento de cotas entre os sócios para o pagamento de alforrias. Interessada nas transformações das relações de produção, era formada por ricos fazendeiros.

Em seu estatuto²⁶¹ publicada no jornal *Monitor Campista* de 05 de fevereiro de 1856, lê-se que se imbuía da finalidade de atrair o trabalho livre em exclusão ao

²⁶⁰ FARIA, Sheila de Castro. 1998, p. 340.

²⁶¹ Estatuto da Sociedade Campista Promotora do Trabalho Livre.

Capítulo I – Da Sociedade e seus fins: Art. 1º: A Sociedade Campista Promotora do Trabalho Livres é a associação de um número indeterminado de cidadãos, tanto nacionais como estrangeiros, concorrendo com quotas prefixas em número, e com outros préstimos pessoais, ao grandioso impulso de substituir o trabalho livre ao trabalho da servidão. Art. 2º: Os fins da sociedade são: § 1º - Por todos os meios lícitos para atrair ao trabalho livre, pessoas livres de ambos os sexos, em exclusão do trabalho da servidão. § 2º - Estabelecer depósito onde convenha, para dar acolhimento e mantimento temporários às pessoas livres,

trabalho escravo, concorrendo com cotas e préstimos de seus membros para este fim. A transição ao trabalho livre dar-se-ia mediante a promoção de depósitos custeadores da vinda de estrangeiros e trabalhadores nacionais aptos para a região. Contando inicialmente com vinte e sete sócios que concorriam com o valor de um conto de réis para depósito, a Sociedade foi bem recebida pela sociedade campista, recebendo, inclusive, felicitações nas páginas do mesmo jornal. No mesmo dia 05 de fevereiro, escreve um anônimo que,

Ao considerarmos nosso estado social, aonde o elemento de uma liberdade plena prende-se ao da mais estricte escravidão, aonde os homens de condição livre repugnam associar-se no trabalho aos de condição servil, aonde enfim o pouco ardimento para a domesticidade corre parilhas com a deficiência da escravatura, devemo-nos em todo o sentido felicitar pela aparição de uma sociedade, que vai pelo simples fato de sua existência, cortar o mal pela raiz. Desde a época da extinção do tráfico de Africanos, os homens previdentes comelaram a lobrigar a grande crise que nos estava destinada: o contrabando não fez mais adia-la. Hoje que se repele com todas as forças a introdução de africanos, ainda mesmo livres, estamos na colisão prevista. De dia em dia peiora a nossa situação. Um remédio prompto e efficaz é a todas as luzes de urgente necessidade. Pouco temos a esperar do governo: os limites impostos a sua alçada dão-lhe pouca liberdade de acção²⁶².

Pela leitura da citação acima referida, podemos constatar que já em 1856 o fim da escravidão parecia àquele anônimo que escrevia nas páginas do *Monitor Campista*, previsível. Desde a abolição do tráfico Atlântico de escravos, tornou-se evidente que a instituição servil entrava em crise. Crise que se configurou também na recusa dos homens livres em compartilharem de tarefas “degradantes” ao lado dos escravos. A ideologia do trabalho recebia desde há muito a noção de que as tarefas manuais, praticadas pela mão de obra escrava, eram aviltantes e desqualificadoras da ação de homens livres. Interessante é que os próprios negros ao se libertarem tenderão a se apropriar, em alguns casos, dessa perspectiva, negando, ao menos inicialmente, as antigas condições de trabalho. Mas isso é assunto do próximo capítulo. Revelando

que a sociedade acolher, ou licitamente contractar para o trabalho livre. § 3º - Attrahir aos mesmos depósitos e acolher nelles os nacionaes falhos de meio estável de vida, mas aptos para o serviço da agricultura, ou outro mister para que possam alugar seus sérvios, enquanto se não contractarem como colonos, § 4º - Promover, para os mesmos depósitos, a vinda de estrangeiros, offertando-lhes partidos vantajosos por meio de procuradores e agentes, que constituirá tanto na capital deste império como nos países estrangeiros. APMCG Monitor Campista, 05 de fevereiro de 1856.

²⁶² APMCG Monitor Campista, 05 de fevereiro de 1856.

genuinamente o pensamento que se fez presente em boa parte da população, principalmente a parcela que se via ligada às tradicionais redes de poder, o anônimo em questão nos parece estar muito mais incomodado com “o pouco ardimento para a domesticidade” ocasionada pela “deficiência da escravatura”, do que certamente com as mazelas que ocasionava o sistema escravista²⁶³.

Embora não fosse a Sociedade Promotora do Trabalho Livre uma instituição abolicionista, voltando-se, de fato, para o aproveitamento de trabalhadores qualificados e imigrantes, devemos assinalar que teve sua importância ao destacar a necessidade de superar a utilização da mão de obra escrava. Naquele mesmo ano foi também inaugurada a Sociedade Ypiranga Libertadora, com fins, dentre outros, de comemorar o dia 7 de setembro, exaltando seus heróis e seus descendentes, e de reunir os cativos nascidos no Brasil com o ensejo de libertá-los. Não logrou muito sucesso, visto ter conseguido libertar apenas uma menor sob forte apelo teatral, já que a mesma foi “vestida de cativa” e apresentada ao público em tablado erguido na praça principal da cidade²⁶⁴.

Já em 1870, é fundada pelo médico Dr. João Herédia de Sá, a primeira sociedade emancipadora do município, denominada Sociedade Emancipadora de Criança, depois chamada de Sociedade Emancipadora Campista, com a intenção já de libertar os escravos. Ao que as fontes nos indicam, especialmente pelas informações obtidas no jornal *Monitor Campista*, seria esse o momento em que a ideia da libertação dos negros começou a dividir a opinião pública em Campos²⁶⁵, encontrando, o Dr. Herédia de Sá, forte resistência dos setores mais tradicionais da sociedade campista, principalmente daqueles ligados à lavoura e conseguindo atrair para si a hostilidade e preocupação de muitos fazendeiros da região. O fato de tais ideais emancipacionistas tomarem corpo na sociedade, indicava, cada vez mais, que o fim da escravidão se aproximava.

Ainda nesse ano, alguns fazendeiros, como Manoel Joaquim de Faria, promoveram alforrias em suas fazendas, geralmente, em comemoração a algum casamento, batizado ou nascimento. A Câmara, por sua vez, discutiu em 1871 uma proposta para que fosse dirigido ao imperador parecer favorável à extinção do elemento servil no Brasil em 1900. Certo é que nos anos de 1870 generalizou-se a concessão de

²⁶³ Nesse sentido, ver AZEVEDO, Célia Marinho de. 2004, especialmente o capítulo I, no qual a autora analisa que, frente ao crescimento da recusa do trabalho escravo, surgia a esperança numa solução imigracionista que, além de resolver o problema da mão de obra, possibilitaria o embranquecimento da população do país.

²⁶⁴ Cf. SOUSA, Horácio. 1935.

²⁶⁵ LIMA, Lana Lage da Gama. 1981, p. 85

alforrias, gratuitas, pagas, condicionais e sem condição. No entanto, essa fase não experimenta, ainda, grande adesão popular, contando, na maioria das vezes, com a ação de fazendeiros progressistas para a libertação de seus próprios escravos.

Em 17 de julho de 1881, de maneira um pouco mais contundente, surge a Sociedade Campista Libertadora, também chamada de Club Abolicionista, formada por cerca de vinte pessoas, de diferentes classes, marco das lutas práticas contra a escravidão na região. Embora Carlos de Lacerda²⁶⁶ tenha sido eleito orador, recusa o cargo por acreditar ser necessário educar o escravo para a liberdade antes de emancipá-lo. Em suas palavras,

Queremos, que nossos actos estejam sempre em verdadeira harmonia com as doutrinas, que enunciamos e por essa razão não podemos, nem devemos aceitar o cargo de orador do Club Abolicionista Campista. (...) *Como conceder-se a liberdade á quem não sabe comprehende-la, nem defini-la?* É querer identificar-se sobre a área, é contruir-se um edifício sem bases. A liberdade sem instrução é um perigo, produzindo o mesmo efeito de uma arma de fogo, carregada nas mãos de uma criança. Constituida desse modo, ella será o atrazo de uma nação inteira, que não terá escravos que se conduzão ao acceno do chicote, mas homens que se guiam pelo tinir da grilhêta. (...) Derrame-se a instrução, por toda a parte, dissipem-se as trevas, que ella sem o menor esforço, aparecerá derramando prodigamente seus benefícios. Estamos prontos a trabalhar com todas as forças para que a idéa da abolição no Brasil seja uma realidade, sacrificando-nos até por ella, mas quando tivermos a certeza que a sociedade Brasileira vamos entregar *cidadãos uteis, homens prestáveis e não indivíduos que sob o nome de livres vão ser mais escravos do que erão no captiveiro*, por isso que a ignorância é a maior de todas as escravidões. Venhão as escolas em abundancia e por toda parte que em muito pouco tempo a abolição do elemento servil, no Brazil, será uma realidade.²⁶⁷ [grifos nossos]

A citação é fortemente significativa, pois, a partir de tal discurso vemos que a posição do próprio Carlos de Lacerda variou ao longo do tempo e tendeu a se radicalizar, atingindo seu auge nos anos seguintes. Até então, justificava ele que a abolição do cativo teria que ser precedida pela instrução do elemento escravizado. Muito mais do que uma educação formal, falava ele de educação para a liberdade, a fim de tonar o escravo de fato livre e cidadão consciente e útil. De outra forma, sendo livres,

²⁶⁶ Carlos de Lacerda era filho do médico João Batista Lacerda, e se tornou o líder do movimento abolicionista radical em Campos, sendo ele o proprietário do jornal *Vinte e Cinco de Março*.

²⁶⁷ APMCG Monitor Campista, 29 de Julho de 1881.

os escravos sem a devida instrução, estariam fadados a serem mais escravos do que antes²⁶⁸.

É revelador que no mesmo dia João Alves de Souza Barreto Machado tenha escrito ao *Monitor Campista* pelo mesmo motivo anunciado por Carlos de Lacerda, isto é, esquivando-se da indicação para o cargo de presidente da Sociedade Libertadora. Reclamava ele que “não houve o necessário escrúpulo da parte dos convocadores na reunião, na admissão de sócios”. Mais interessante ainda, é perceber que, por sugestão de João Alves, é que a Sociedade Campista Libertadora recebe este nome, já que inicialmente chamar-se-ia Sociedade Campista Contra a Escravidão, dando um tom mais radial e imediato à luta pelo fim do cativeiro.

Lana Lage, trabalhando com alguns relatórios de presidentes de província, percebe que, já em 1881, mereciam atenção das autoridades policiais as movimentações que ocorriam em torno da questão servil que, não só por terem se tornado nocivas à manutenção da paz e da segurança social, tornavam patente a percepção acerca da necessidade de substituição da mão de obra escrava para a livre diante do quadro em que demonstrava a inevitabilidade da extinção da própria instituição. Assim, com a entrada significativa de escravos vindos do norte do país para a região, em relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, datado do ano de 1881, podemos ver que:

Para manutenção da ordem e tranquilidade dos estabelecimentos ruraes muito deve concorrer a sábia lei que adotastes na vossa última reunião, procurando impedir a emigração de mais escravos para esta província, a cujas fazendas não traziam a resignação e contentamento de sua sorte, que são essenciais à boa ordem delas²⁶⁹.

Em 1883, os ânimos de senhores, escravos e abolicionistas já se encontravam em muito sobressaltados, fazendo com que em 16 de janeiro de 1883 o chefe de Polícia se encaminhasse para Campos “a fim de ir ali manter a ordem pública ameaçada de perturbação”²⁷⁰. Diz o chefe de Polícia que aqui ainda se mantinham aproximadamente

²⁶⁸ Interessante que este discurso tenha sido empregado por Carlos de Lacerda quando na verdade, já se fazia presente na sociedade, desde o Período Colonial, utilizado, justamente, como justificativa dos senhores escravocratas para manterem os escravos em cativeiros. COSTA, Emilia Viotti da. 2008, p. 19.

²⁶⁹ Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1881, em Lana p.7. Nesse sentido, ver também AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. 2004.

²⁷⁰ Relatório do Chefe de Polícia da Província do Rio de Janeiro, 1883, p.3 Apud LIMA, Lana da Gama. 1981, p.110.

30.000 escravos, ressaltando os perigos que a insubordinação desses elementos poderia gerar, se alimentados pela propaganda abolicionista.

É preciso que se ressalte que, a grande discussão presente na sociedade de então relacionava-se a uma possível substituição da mão de obra escrava pela livre, possível e, também, necessária, já que à ideia de civilidade e progresso, ligavam-se outras como o fim da instituição servil, e a educação do povo. Os movimentos criados até a primeira metade dos anos 80 do século XIX em Campos foram, de fato, tentativas de se pensar soluções para uma possível crise do trabalho escravo e para remediar a situação dos elementos escravizados, de modo a impedir assim, possíveis manifestações de rebeldia. Aparentemente, a solução definitiva do cativo, isto é, a abolição total da escravidão, parecia ser pensado como algo a longo prazo. O próprio Carlos de Lacerda, no discurso já citado do *Monitor Campista* de 1881, se pergunta sobre os resultados que têm produzido os clubes abolicionistas até então. Responde ele que “até hoje, nenhum”²⁷¹.

A partir de 1884, o panorama das lutas contra a escravidão será distinto do até então visto. Senhores, escravos e movimento abolicionista montarão suas estratégias de ação, dentre as quais o uso do embate direto e do emprego de meios violentos, que se destacam nas ações de ambos os lados.

2.2.1 - Observações sobre a agitação escrava nos anos anteriores a 1884

Como vimos, as transformações geradas pelo crescimento econômico da agroindústria açucareira irão imprimir novas características às relações que se realizam no interior do processo de produção. É flagrante, nesse sentido, que a violência e tensão entre senhores e escravos tendam a aumentar e se generalizar. São exemplos de tal perspectiva, os inúmeros anúncios de fugas e de crimes perpetrados contra os senhores e sua família, bem como contra os escravos.

Os escravos por sua vez, souberam desenvolver desde sempre ações várias capazes de contestar a realidade a qual estavam submetidos. Se num primeiro momento, essas ações, em geral, tinham um caráter mais particularizado e chamavam atenção, em sua maioria, por melhores condições de vida e trabalho, já depois passarão a se revestir de contornos eminentemente mais violentos e agressivos, tomando ares mais generalizados, isto é, tenderão a abarcar a coletividade escrava a partir de contestações ampliadas contra o próprio sistema. No entanto, é válido de ressalva que, se

²⁷¹ APMCG Monitor Campista, 29 de julho de 1881.

inicialmente tais movimentações não chegaram a imprimir uma real possibilidade de superação do escravismo no Brasil, chegaram sim a abalar a ordem vigente, já que o medo da revolta escrava estava presente, como vimos, na própria legislação.

É importante que se perceba o posicionamento do escravo rebelde como agente das interlocuções sobre a situação da mão de obra no país. Pudemos observar, quando da leitura do jornal *Monitor Campista*, que a partir de 1883-1884 a sociedade já destaca a necessidade de se preparar as relações de produção para a transição ao trabalho livre. Não estando alheios a essa movimentação, os escravos souberam se aproveitar dela e acionar as ferramentas que lhe fossem possíveis para que eles passassem a condição de livres. Obviamente, boa parcela da sociedade já se havia deixado *contaminar* pelos ideais de emancipação, ou abolição, o que, muitas vezes, fazia com que os escravos pudessem contar com uma rede, se não de proteção, ao menos, de auxílio.

Hebe Mattos, em *Das Cores do Silêncio*, destaca que as tensões encerradas pelo cativeiro integravam um quadro de formação não apenas da identidade do ser escravo, mas também seus interesses. Dessa forma, a autora chama atenção para uma série de problemas comuns ao século XIX que conferem destaque a atuação das manifestações escravas: progressivo enfraquecimento do poder moral dos senhores diante do quadro que delineava apontando para a crise do sistema escravista e das constantes exigências em torno da abertura para seu fim e, principalmente, a afirmação legal de direitos costumeiros, antes vistos apenas sob a ótica da concessão senhorial, aos escravos que, empenhados em adequarem suas perspectivas às possibilidades de liberdade, souberam reivindicar certos limites para aceitação das condições de trabalho a que eram submetidos, justo no momento em que a violência senhorial perdia legitimidade²⁷².

Assim, por exemplo, sabendo que a proibição de se adquirir escravos traficados após 1850 não foi levada a cabo no Brasil, na década de 80 muitos juristas, imbuídos já dos ideais abolicionistas, favoreceram ações movidas por escravos em prol de sua liberdade. Temos notícia pelo *Monitor Campista* de 1883 que,

Mais nove Cidadãos

O Juiz de Direito de Cabo Frio (...) encontrando no inventário do falecido Dr. Francisco Antonio de Souza (...) 9 escravos arrolados e que forão matriculados após a lei do tráfico, restituiu-os a liberdade.

²⁷²Cf. MATTOS, Hebe. 1998 - Capítulo VI.

Parabéns aos nossos magistrados que, no cumprimento de seus deveres, colocam a lei acima de tudo²⁷³.

Em Campos, a situação também não é diferente. Em situação semelhante, surgem nas páginas do Monitor Campista de 1887 notícias dando conta da libertação dos escravos que, por não terem sido dados à matrícula, ou por terem entrado no Brasil após a vigência da lei de 1831 ou 1850, eram considerados livres pelos juristas. A 10 de março de 1887 vemos a seguinte notícia: “Libertação - O Sr. Juiz Municipal julgou por sentença liberto o preto africano, Marcelino, escravo de Manoel Cruz, por ter sido importado depois da lei de 7 de novembro de 1831”. No mesmo dia o jornal ainda veiculou nota dando conta dos “Libertos por Abandono”, isto é, escravos que, presos na cadeia municipal, foram abandonados pelos senhores²⁷⁴.

João Oscar, em *Escravidão e Engenhos*, cita também o caso da velha escrava africana de nome Lucrécia que, em 24 de agosto de 1883 interpôs, através da ação de um curador, uma Ação de Liberdade por vacância do senhor. No depoimento, conta Lucrécia, natural do Reino de Benguela, que desembarcou no Brasil pela praia de Manguinhos, mais importante porto de desembarque clandestino de escravos da região, quando tinha mais de dezesseis anos, não sabendo precisar a data de sua chegada. Tendo sido escrava de vários senhores, estava então em poder do professor Mendes e sua mulher, moradores em São João da Barra. Afirma em seu depoimento que, estes

a tem maltratado horripelmente, chegando a queimar a sua frente com tição de fogo, e dando com o salto da botina nos joelhos, que ella respondente já os tem inchados e aleijados, além de pancadas de que é a respondente victima de um e de outro²⁷⁵.

Lucrécia teve liberdade concedida por terem desistência dos seus senhores, o que demonstra que, provavelmente, diante do auto de depósito que mandou proceder o Juiz Municipal da escrava, não quiseram seus senhores travar com a escrava uma batalha na justiça que, já nesse período, tendia a conceder a liberdade aos reclamantes em casos como esses.

Dessa forma foi que, ainda em 1877, pudemos observar através do *Auto de Perguntas* feitas aos escravos do Comendador Julião Ribeiro de Castro, que a iniciativa

²⁷³ APMCG Monitor Campista, 21 de janeiro de 1883.

²⁷⁴ APMCG Monitor Campista, 10 de março de 1883.

²⁷⁵ OSCAR, João. 1985, p. 35-37.

escrava em torno da obtenção de direitos foi além do que normalmente a historiografia reputa aos elementos escravizados. Malgrado uma intenção de levante naquela fazenda, foram alguns negros apreendidos pelo delegado de polícia para averiguação dos fatos. Considerado o cabeça da conspiração, o preto Manoel afirma que tinha combinado com seus companheiros de, reunidos, irem se entender com seu senhor e declarar-lhe que não queriam mais trabalhar e, que se seu senhor insistisse em que eles voltassem para o trabalho sem lhes pagar os seus jornais, que iriam para a Cidade queixar-se á Justiça²⁷⁶. Por isso, diz ele que das sete para as oito horas da noite, reuniram-se na cocheira ele e seus companheiros, para deliberarem e ali assentaram de fazerem o combinado quando fossem chamados para a revista da manhã. Afirma ele que já tinham esse trato feito há mais de um mês, porque tinha lido no *Monitor* por onde se convencia que estavam eles livres, e que o trabalho livre devia ser pago. Quando perguntado quem lhes havia emprestado o jornal, respondeu que os vinha comprar á Cidade dando duzentos réis por cada um e, declarou mais que aprendeu a ler com o preto Basilio, que foi escravo de seu senhor. Por fim, afirma que no caso de não acordarem com o senhor pelo pagamento dos jornais, e terem de ir para a Cidade queixarem-se às autoridades, havendo quem os quisesse prender, resistiriam ele *a pau*. Assinou ele próprio o seu depoimento.

Neste primeiro depoimento muitas são as passagens que chamam a nossa atenção. Obviamente, não era incomum que um escravo soubesse ler e escrever, mas era raro, principalmente numa sociedade como a campista, em que a instrução pública só começou a se efetivar a partir dos anos finais do século XIX, por necessidade mesmo de educar a massa pobre e dar características de progresso e civilização àquela cidade, que um indivíduo escravizado tivesse acesso à instrução. Soma-se a isso o fato de poder esse escravo transitar pelo município e ter dinheiro para “gastar” com leitura, tendo em vista que conseguia sair da fazenda e comprar jornal.

Nesse Auto, o segundo interrogado será Marcos, pedreiro e também escravo do mesmo senhor. Diz ele que o seu companheiro, de nome Manoel do Sacramento, é quem lia o *Monitor* e que nessa folha se dizia que os braços eram livres e como tais, deviam ganhar jornal, mas que seu senhor não lhes queria pagar. Diante de uma possível recusa do senhor, combinaram eles escravos entre si de irem, depois da Ave-Maria, até

²⁷⁶ Tento inserir o sobredito autos de pergunta na forma com que foi concebido, isto é, obedecendo, sempre que possível, a própria estrutura das respostas, de forma a tornar o mais real possível a apreensão do leitor do documento em questão.

seu senhor declarar-lhe que lhes devia pagar jornal se quisesse que eles continuassem a trabalhar. Combinaram também, que se seu senhor os mandasse pegar por alguém, meteriam *“o pão em quem os quizesse prender”*. Alegava ele, interrogado, que não concordava com essa opinião e aconselhou aos companheiros que, pela manhã, quando o feitor mandasse pegar no serviço da vala que estavam abrindo, *“elles não obedecessem e enquanto o feitor fosse dar parte disso a seo senhor, elles virem para a Cidade queixar-se á Camara”*. Afirmou Marcos que todos os escravos da Fazenda entraram nessa combinação e que a primeira reunião que haviam feito para isso foi na roça e a segunda dentro de uma cocheira, na noite anterior, ficando ali decidido que iriam ao senhor quando o feitor fosse dar parte que eles não queriam ir para o serviço da vala. Se o senhor os não atendesse, viriam então para a Cidade.

Outro aspecto bastante revelador a ser observado nesse depoimento e, que tende a ser expressivamente ampliado, é a perda da autoridade senhorial. Esse assunto será abaixo analisado, mas é possível perceber que a ação do Estado, que intentava tomar para si a tarefa cada vez mais efetiva de mediação da relação entre senhores e escravos, surtia efeito, já que, diante de uma possível negativa de seu senhor, recorreriam os escravos à autoridade pública. Outro aspecto fundamental e, que também tende a aumentar e influenciar expressivamente as atitudes de escravos e senhores, é o papel desempenhado pela imprensa. Certo é que por fazer uma leitura corrida ou tendenciosa, é que o preto Manoel interpretou a seu modo certa notícia que, no entanto, dificilmente não teria tratado sobre a extinção do elemento servil.

O escravo Matheus, terceiro interrogado, confirma a movimentação dos escravos na fazenda, mas, interrogado pelo mesmo modo, justificou a ação por ser muito o serviço que tinham e insuficientes a roupa e o alimento de que dispunham, combinando ele e seus parceiros de irem falar com seu senhor *“que os não queria sustentar e dar-lhe algum vintém”*. Ou seja, reclamava o escravo do excesso de trabalho, da pouca comida e roupa disponibilizados e que não querendo o senhor dar-lhes as necessárias condições de sustento e, muito interessante nessa fala, algum dinheiro pelo trabalho exercido, exigiriam a liberdade ou iriam buscá-la na justiça. Afirmo também que a intenção de todos eles não era de todo ruim, já que *“se tivessem más intenções a força da policia não os encontraria dormindo”*.

Este discurso é corroborado pelo escravo Marcollino, quarto interrogado. No entanto, este escravo nos oferece um elemento a mais na justificativa para a ação dos

escravos. Afirmava “que por causa do muito serviço, do pouco sustento e *repetidos castigos* tinha elle interrogado combinado com seis parceiros para irem declarar a seo senhor que *se não lhes queria dar melhor tratamento que lhes dêsse a liberdade para irem tratar da sua vida* e que se seo senhor não os attendesse que elles se encaminharião para a Cidade para se queixarem á Camara, oppondo resistênciã a quem os quizesse embaraçar”. Ou seja, Marcollino deixa entrever em sua fala que, além do excesso de trabalho e da pouca comida, eram ele e seus companheiros sujeitos ainda a repetidos castigos e que, por conta disso, exigiriam de seu senhor melhor tratamento ou a liberdade, opondo resistênciã aos que os quizessem impedir de tal intento. Esclarecendo sobre como começou a fazer parte na movimentação, afirmou que fora convidado por Teóphilo e Saterm, “os quaes lhe assegurarão que toda a rapaziada estava prompta” e que Manoel havia lido no Monitor Campista “que o trabalho éra livre e que devia ser pago”, justificando nisso a ação que previam realizar.

O quinto interrogado chamava-se Cesário e era também escravo, mas ocupava uma posição diferente na produção da fazenda, já que era ele o responsável pela ronda, logo, pela vigilância de seus companheiros, o que demonstra que devia gozar ele de certa confiança e certas prerrogativas senhoriais. Afirma ele que estando de ronda, percebeu que toda a escravatura da fazenda, “em excepção de seo pai, Bartholomeo, João Antonio, Quintiliano, Bento e Claudio”, seguiam para a cocheira onde se estavam reunindo logo depois do anoitecer e, perguntando ele a Apolinário o que ia fazer toda aquela gente na cocheira, respondeu-lhe este que estavam tratando de irem à casa de seu senhor na ocasião em que ele estivesse no chá para representar contra o mau tratamento que tinham, não só á respeito do excessivo trabalho, pouco alimento e poucas horas para repouso, mas também para pedir a seu senhor, no caso de não atendê-los, que lhes desse a liberdade e quando não a obtivessem seguiriam para a Cidade a fim de queixarem-se à Justiça. Cesário irá desempenhar papel fundamental na dissolução do movimento, pois, segundo ele mesmo nos informa em seu depoimento, ele solicitou que os escravos aguardassem pela manhã, de modo a não o comprometer por estar de ronda até a meia noite, ao que todos concordaram. Funcionando como delator dos companheiros, afirmou que considerava como chefe do movimento ao seu parceiro Manoel, “porque éra quem lia o Monitor e lhes dava as noticias que vinhão n’essa folha”.

Elemento responsável pela vigilância de seus pares e, disso se depreende que devia gozar da confiança senhorial, Cesário aparenta ter sido o delator da intenção de levante.

Observem que, sendo ele quem conseguirá adiar por algumas horas a ação dos escravos, possivelmente, ganhou tempo para dedurar os colegas ao patrão. Emília Viotti da Costa afirma ser comum que muitas conspirações de escravos tenham sido frustradas pela denúncia de outro escravo, “que colocou sua lealdade ao senhor acima da lealdade à sua própria classe”²⁷⁷.

A indicação de Manoel como cabeça do movimento é confirmada também por Apolinário, sexto interrogado, afirmando que os que os influenciou para darem o passo de reivindicar a melhoria de tratamento ou a liberdade, foi o fato de ter o parceiro Manoel lido no Monitor Campista “que como braços livres devião ser pagos”. Afirmou também que o motivo que os levou a pensarem praticar tal ato, foi o mau tratamento que recebiam de seu senhor.

Antonio Rodrigues da Costa, delegado de polícia, a 18 de maio de 1877 conclui não ter havido começo de execução de delito, por haver a polícia prevenido a tempo. Assim, não tendo lugar os procedimentos por tentativa, manda que os autos sejam arquivados. Certamente, mesmo não sendo legalmente punidos pela justiça, receberam aqueles escravos algum tipo de repreensão senhorial.

Depreende-se da análise do documento que as manifestações coletivas realizadas pelos escravos em Campos foram anteriores às influências exercidas pelo movimento abolicionista. Fica patente que, para além da formação de quilombos²⁷⁸, mais comum, antes da radicalização do abolicionismo em Campos em 1884, os escravos empreenderam ações organizadas e coletivas que comprometiam a estabilidade do sistema escravista.

Com o nascer da década de 1880, a violência entre senhores e escravos é flagrante. Lana Lage da Gama Lima destaca que, já em 1881, muitos relatórios davam conta da substituição da mão de obra escrava para a livre, necessária mesmo a manutenção da paz e da segurança social, já que ataques e revoltas de negros tornavam-se cada vez mais constantes. Em relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, no ano de 1881, destaca-se:

Para manutenção da ordem e tranqüilidade dos estabelecimentos ruraes muito deve concorrer a sábia lei que adotastes na vossa última reunião, procurando impedir a emigração de mais escravos para esta

²⁷⁷ COSTA, Emília Viotti da. 2008, p. 113.

²⁷⁸ Ver, nesse sentido LIMA, Lana Lage da Gama. 1981.

província, a cujas fazendas não traziam a resignação e contentamento de sua sorte, que são essenciais à boa ordem delas.²⁷⁹

Tendo recebido grande quantidade de escravos vindos do norte do país, após a cessação do tráfico, Campos parecia já preocupada com a questão da implantação de colonos nas fazendas da região, embora muito ainda se reclamasse da falta de empenho por parte dos fazendeiros para a introdução de europeus nas lavouras²⁸⁰. Nas páginas do *Monitor* do dia 05 de fevereiro é possível ler a seguinte chamada:

Aos Fazendeiros

Acha-se nesta cidade o Sr. Manoel José de Barros, proposto da agencia geral de colonização, que está autorizado para contratar com os fazendeiros deste município os colonos de que precisarem, mediante condições que nos parecem não só rasoaveis como uteis aos fazendeiros.

A agência geral tem na corte cerca de 500 colonos e espera mais 300 em poucos dias (...) Na sua quase totalidade oriundos das canárias (...) O dispêndio para a aquisição deles é de 100\$000 por adulto, e 60\$000 por menor de 4 a 13 anos (...) *Há necessidade de braços e o fazendeiro de Campos, que deles precisem, tem nos a seu alcance (...).* [grifos nossos].²⁸¹

Veremos agora como se processou a ala radical do movimento abolicionista pós 1884, influenciando diretamente as ações rebeldes empreendidas pelos escravos.

2.3 - A radicalização do movimento Abolicionista pós 1884

Diante do crescente aumento das manifestações por parte dos escravos, e da pouca movimentação do movimento abolicionista, até então, no final março de 1884, Carlos de Lacerda organiza no Teatro Emyreo a primeira conferência abolicionista em homenagem à libertação dos escravos no Ceará, concorrendo para o evento mais de 1000 pessoas. Na ocasião, Lacerda tornou pública a ideia de se formar uma associação “somente de abolicionistas destemidos”²⁸² e de se tomar medidas práticas contra a escravidão.

Diante disso, em 1884 é fundado o Clube Abolicionista Carlos de Lacerda, do qual faziam parte inúmeros homens de importância do município, como Francisco

²⁷⁹ Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1881. Apud LIMA, Lana Lage da Gama, 1981, p.7.

²⁸⁰ Nesse sentido, para São Paulo, ver AZEVEDO, Célia. 2004, especialmente o capítulo II.

²⁸¹ APMCG Monitor Campista, 05 de fevereiro de 1883.

²⁸² SOUSA, Horácio. 1935, p.259

Portella, que “tiveram atuação decisiva no desenrolar dos acontecimentos que antecederam à abolição no município, e que caracterizaram uma luta radical entre os partidários dos dois lados”²⁸³, contando com a atuação efetiva e, muitas vezes violenta, dos próprios escravos.

Em abril, a fim de impressionar e chocar a opinião pública, Lacerda e seus companheiros exibem às autoridades e à imprensa um caboclinho de nome Teodoro, de 14 anos, escravo da família Arêas, já muito judiado e com as costas machucadas pelos castigos praticados contra ele. Com tal atitude, Lacerda faz com que a população conhecesse de perto os horrores da escravidão, pretendendo que esta pudesse funcionar como elemento catalisador e de apoio contra os maus tratos praticados contra os escravos, abrindo espaços para solidariedades antes pouco experimentadas.

Intensificaram-se a partir de 1884 as ações rebeldes dos escravos, bem como as alianças entre estes e o movimento abolicionista liderado por Luiz Carlos de Lacerda e, que passou a ter como veículo máximo de propaganda o jornal *Vinte e Cinco de Março*, em 1884, inaugurado no dia 1º de maio daquele ano.

Em suas páginas, os escravocratas são denunciados impiedosamente, orgulhosos barões e fazendeiros desmascarados, o capitão do mato é açoitado com palavras duras, a polícia é denunciada em seus desmandos, a própria Corte Imperial é duramente criticada. (...) A Abolição é seu objetivo central e todos os atos e violências escravistas se chocam contra a fortaleza do jornal.²⁸⁴

De fato, o jornal atribuía-se a missão primeira de propagar o ideário abolicionista, travando embates acirrados com os proprietários de escravos da região e incentivando as atitudes rebeldes dos escravos. Lana Lage esclarece que a violência do jornal não se fazia apenas pelo uso de palavras e ideias, mas também “através de uma prática voltada diretamente para o escravo e traduzida no incitamento à violência e à fuga”²⁸⁵, considerado por Lacerda como reação justa aos martírios e misérias da escravidão. Atribuía-se também a função de agir como corpo de polícia próprio, insatisfeitos que estavam por verem a lei ser constantemente ludibriada.

Buscando pressionar e amedrontar os fazendeiros da região, apontavam nas páginas do jornal do dia 11 de maio de 1884

²⁸³ LIMA, Lana Lage da Gama. 1981, p. 86-87

²⁸⁴ SILVA, Osório Peixoto. 2004, p. 88-89

²⁸⁵ LIMA, Lana Lage da Gama. 1981, p. 100-101

O que seria dos escravocratas se incitássemos essas legiões, invencíveis e desesperadas, de um milhão e duzentos mil homens, armados de foices, e dos ferros dos próprios troncos em que têm gemido, a reivindicarem a sua liberdade, passando sobre os cadáveres de seus perseguidores?²⁸⁶

Horácio Sousa demonstra que, já em 1884, os abolicionistas lançaram mão de uma estratégia muito utilizada por eles mais tarde, isto é, provocaram as fugas de vários escravos das fazendas, remetendo-os, posteriormente, para a província do Ceará²⁸⁷. Durante este ano, várias conferências abolicionistas tiveram lugar na cidade, sendo distribuída grande quantidade de cartas de alforrias. Por diversas vezes, Carlos de Lacerda sofreu atentados contra a sua vida, chegando, inclusive, a ser expulso da cidade, acusado de agitar a população contra os senhores de escravos.

Continuaram em 1885 as reuniões e conferências abolicionistas com grande presença da população e, em algumas vezes, com a interferência da polícia. Em março daquele ano, o *Tigre da Abolição*, José do Patrocínio, retorna à terra natal depois de anos de ausência. Saudado por Carlos de Lacerda e seus companheiros, realizou uma conferência no Teatro São Salvador e, segundo nos informa Celso Peçanha, “sua voz ressoou como inúbia guerreira e feriu tão fundo que derramou torrentes de ódio, de sustos, e, ao mesmo tempo, de esperança e de bênçãos na terra natal”²⁸⁸.

Seguem-se a partir de 1884 ações de sublevação e revoltas em várias fazendas ao longo do município de Campos. Lana Lage irá citar alguns desses acontecimentos, como, por exemplo, em julho de 1884 a sublevação na Fazenda Boa Vista, Freguesia de Natividade de Carangola e em abril de 1885 a revolta de cerca de 70 escravos contra seu feitor na fazenda dos herdeiros do Barão de São Fidélis²⁸⁹.

Além destes fatos, aumentam consideravelmente os conflitos entre escravistas e abolicionistas. Tenha-se em vista a radicalização das ações empreendidas pelo grupo abolicionista, quando em 1885, ao resgatarem escravos de uma fazenda, Lacerda e seus companheiros são presos e respondem a processo, aquele na Relação da Corte, e os

²⁸⁶ APMCG Vinte e Cinco de Março, 11 de maio de 1884

²⁸⁷ SOUSA, Horácio. 1935, p. 260-261. Explica ele que nesse período fugiram os escravos da fazenda de Brígida de Miranda Moreira, mãe de Raymundo Moreira, o Barbaça, e importante personagem nessa nossa história, entre outros.

²⁸⁸ PEÇANHA, Celso Peçanha. 1969, p. 44.

²⁸⁹ LIMA, Lana Lage da Gama. 1981, p. 102.

demais em Campos, sendo, porém, todos absolvidos²⁹⁰. A acusação era de terem Lacerda e seus companheiros Adolpho Porto, Adolpho Magalhães e Feliciano José da Silva, invadido a fazenda do tenente Orbilio da Costa Bastos, na freguesia de São Gonçalo, e, arrombando a senzala, retirarem de lá escravos e um tronco. Outras fazendas são também invadidas e seus escravos retirados das senzalas, bem como vários objetos de suplício, que ficam em exposição da tipografia do jornal *Vinte e Cinco de Março*.

Ainda em 1885 ocorre, na noite de 17 de julho, um atentado contra Adolpho Porto e João Bento Gonçalves, integrantes do grupo abolicionista. Lacerda acusa então ao fazendeiro Raymundo Alves Moreira, um de seus maiores inimigos, que logo depois é despronunciado. As contendas entre Carlos de Lacerda e Raymundo Moreira serão intensas, revestindo-se de um caráter eminentemente violento e ameaçador. Veremos adiante que o término desses embates não se encerrará com a Abolição em maio de 1888. Ainda no ano seguinte, ambos continuarão a publicar acusações e ameaças pelas páginas dos jornais campistas e o resultado dessa disputa culminará na morte de um deles.

A partir do ano de 1886, os conflitos entre abolicionistas e escravistas passam a assumir em Campos, caráter particularmente violento, contando, inclusive, com a participação cada vez mais efetiva dos elementos escravizados. Em matéria publicada no *Monitor Campista* nos primeiros dias de janeiro de 1887, dando conta do retrospecto do ano de 1886, consta:

No ano que se findou dominou nas consciências o horror à escravidão, e no ânimo a vergonha de tal instituição implantada no seio livre da América, a propaganda Abolicionista deixou de ser perigosa para ser útil no terreno da legalidade. Demais a condição do escravo melhorou nas fazendas, e felizmente por honra dos abolicionistas (...) Por outro lado é evidente que mais tem libertado a generosidade dos senhores rurais do que se calcula²⁹¹.

Mas, é a partir de 1887 que a rebeldia negra se intensifica a tal ponto, que irá culminar na queima sucessiva dos canaviais e nas fugas em massa, aquelas naquele

²⁹⁰ Osório Silva afirma que “São julgados e absolvidos, em 11 de junho de 1885, quando os abolicionistas espalham o boato de levantes de escravos e cortam os fios da iluminação pública”. PEIXOTO, Osório. 2004, p. 90

²⁹¹ APMCG Monitor Campista, 03 e 04 de janeiro de 1887.

mesmo ano de 1887 e estas em 1888²⁹². Dessa forma, o ano de 1887 é marcadamente o período de recrudescimento dos embates entre escravistas e abolicionistas, sendo também o período em que a campanha abolicionista se intensifica, principalmente a partir não só da linguagem inflamada, mas das próprias ações eminentemente mais incisivas e violentas, inclusive, incentivando os escravos abertamente a atos de rebeldia e violência.

Neste ano de 1887, muitos serão os atentados e embates diretos entre a polícia, os abolicionistas e grupo escravocrata. Em janeiro daquele ano, Carlos de Lacerda anunciava nas páginas do Monitor Campista,

Conferência Abolicionista

Será realizado no domingo uma grande conferência, terminando com a entrega de 22 cartas de liberdade. “*É necessário não parar, mas caminhar e caminhar sempre até o termo da jornada, que não está longe!*”²⁹³

Dessa conferência no Teatro Empyreo, que acabou por ocorrer no final do mês de janeiro, concorreram mais de duas mil pessoas, e terminou com um atentado contra Carlos de Lacerda que resultou no falecimento de Luiz Fernandes da Silva, que, segundo a historiografia, morreu alvejado a tiros por engano, porque em muito se assemelhava fisicamente com o líder do movimento abolicionista²⁹⁴, além de deixar outros feridos. Raymundo Alves Moreira fora acusado de ser o mandante, mas foi absolvido. Reacendeu-se a agitação popular e a imprensa abolicionista “exaltou-se mais que nunca, opondo uma linguagem apaixonada e violenta ao intuito manifesto de seus contrários em acabar com ella”²⁹⁵.

Meses depois, anunciada nova conferência de Carlos de Lacerda para setembro daquele ano, visando celebrar a data da Lei do Ventre Livre, o escravista Raymundo Aves Moreira publica com o título *Eu e o famigerado Luiz Carlos de Lacerda, vulgo capitão de matto de Loanda*, a seguinte nota:

²⁹² As queimadas dos canaviais e as fugas em massa são entendidas aqui como ações empreendidas pelos escravos como forma de manifestação contra o sistema escravocrata, e, não apenas, como reclamações por melhores condições de trabalho. Para esta análise, vide o final deste capítulo, *Participação escrava na crise final do escravismo*.

²⁹³ APMCG Monitor Campista, 01 de janeiro de 1887.

²⁹⁴ Ver, entre outros, OSCAR, João. 1985, p. 219.

²⁹⁵ APMCG Monitor Campista, 03 de janeiro de 1888.

Constando-se que o celeberrimo capitão do matto de Loanda vae fazer amanhã uma conferência abolicionista no theatro Emyreo, - também annuncio e *previno* que occupando elle uma tribuna occuparei outra. Se houver conferencia a minha palavra será a da verdade e com factos que pretendo discutir hei de confundir o *fogoso* conferente²⁹⁶. [grifos nossos]

Raymundo prevenia a todos do embate que poderia ocorrer no teatro Emyreo. Com suas palavras, acusava Lacerda de ganhar dinheiro explorando o pecúlio dos negros que queriam se libertar e, por isso, o acusava de ser capitão do mato. Além disso, sutilmente, acusava Lacerda de ser o mandante das queimadas, já que afirma ser aquele um “fogoso conferente”. Este fazendeiro, legítimo representante dos interesses escravocratas, será na verdade um dos maiores elementos da resistência senhorial contra a abolição do cativeiro em Campos e os embates travados entre ele e Lacerda se tornarão cada vez mais intensos, durando, inclusive, mesmo após o 13 de maio de 1888.

Ainda em 1887, ocorre em outubro a invasão e depredação da tipografia do *Vinte e Cinco de Março*²⁹⁷; em novembro, em conferência de Álvaro de Lacerda, então deputado provincial e irmão de Carlos de Lacerda, novo atentado. Em 02 daquele mesmo mês, o delegado recebera um comunicado de que os negros de diversas fazendas pretendiam atacar a cadeia e o quartel. A partir da leitura do *Monitor Campista* daquele período, vemos que a tropa indo ao encontro de tal movimento, conseguiu dispersar um grupo de cerca de 50 negros. Os que foram presos acusaram Lacerda de tê-los chamado para ali, a fim de conseguirem suas cartas de alforria²⁹⁸. Termina o ano com os ânimos de todos os lados sobressaltados e com a opinião pública favorável à causa da abolição, convicção que acelerava a marcha da libertação e que obrigou os fazendeiros a concederem inúmeras cartas de alforrias aos seus escravos.

É importante ressaltar que o movimento abolicionista em Campos foi formado por elementos provenientes de diferentes camadas sociais. Diz Osório Peixoto que,

Tão ampla é a campanha abolicionista no Campos que, bandas de músicas, clubes carnavalescos, irmandades religiosas, poetas e músicos, artistas de companhias teatrais, poderosos barões do açúcar,

²⁹⁶ PEIXOTO, Osório. 2004, p. 269

²⁹⁷ Cf. LIMA, Lana Lage da Gama e COSTA, Emilia Viotti.

²⁹⁸ Em notícia que circulou nas páginas do Monitor, consta que o Chefe de Polícia da província do Rio de Janeiro recebeu, no dia 02, o seguinte telegrama do delegado de polícia desta cidade: “Hoje prendemos 7 escravos, que, armados e reunidos a outros, dirigiram-se pela ponte do Paraíba, afim de atacar a cadeia do quartel. Interrogados declararam que foi Carlos de Lacerda que os mandou chamar”. APMCG Monitor Campista, 06 de novembro de 1887.

todos contribuem e são recebidos de braços abertos na campanha abolicionista. Destacam-se aí os médicos, quase todos, na época, engajados ativamente na campanha libertadora.

A ação da polícia em casos como esse por toda a parte, procurava desestabilizar a imprensa e os integrantes do movimento abolicionista, acusando-os de serem os responsáveis pela agitação dos escravos. De lado a lado, acusações eram trocadas, especialmente pela imprensa.

É dessa forma que o ano de 1888 iniciará com a convicção de praticamente todos os setores da sociedade do próximo fim da escravidão. Os abolicionistas queriam que o momento chegasse logo. Os fazendeiros procuravam, por sua vez, manter os braços escravos em suas fazendas, mesmo tendo, para isso, que lhes conceder a liberdade. De acordo com Osório Souza, os fazendeiros, no dia 15 de março de 1888, deram a liberdade, apenas naquele ano, a 340 escravos, e no dia seguinte a mais 322 e, no dia 17, a mais 415²⁹⁹. No total, de 11 de março a 05 de abril houve no município 8.727 libertações. Como veremos, no dia 18 de março daquele ano, fazendeiros e comerciantes da região realizaram o Congresso Agrícola, e diante da insustentável situação, decidiram pela emancipação definitiva da escravidão no município, já que, desde o dia 06 de março, os escravos deram início às fugas em massa das fazendas.

3 - Participação escrava na crise final do escravismo – A Rebelião das Senzalas

Na historiografia sobre escravidão, existem três tendências opostas na análise do papel desempenhado pelo escravo dentro do sistema escravagista. A primeira tende a ressaltar o caráter dócil, gentil e subserviente do negro e está ligada a uma visão paternalista das relações sociais entre escravos e senhores³⁰⁰. A segunda corrente, em resposta mesmo a primeira, foi desenvolvida principalmente entre os anos 50-70 e afirmou a figura do escravo como ser anômalo, destituído de capacidade humana e de organização social. Nesse sentido, apenas a resistência e a rebeldia, é que lhes conferiam a possibilidade de se afirmarem enquanto sujeitos, e a criminalização era o fator que possibilitava a abertura do escravo ao humano³⁰¹, contribuindo, dessa forma

²⁹⁹ PEXOTO, Osório. 2004, p. 271

³⁰⁰ Corrente que está marcada, no Brasil, por certa interpretação dos escritos de Gilberto Freyre. Cf. FREYRE, Gilberto. 2003.

³⁰¹ Cf. GORENDER. Jacob Gorender 1978 e MOURA, Clóvis. 1972.

para que, de figura inerte o escravo se transformasse, através de suas ações, em rebelde e herói, como o foi, por exemplo, construída a imagem de Zumbi dos Palmares.

Vimos ambas as correntes no debate historiográfico apresentado no capítulo I deste trabalho, mas cabe ressaltar aqui que, sobretudo nos anos 50-60, os negros escravizados eram considerados como homens e mulheres que haviam perdido sua cultura diante do quadro de intensa exploração e a humanidade do escravo aparecia somente em momentos em que praticava algum delito, seja ele um crime de assassinato, fuga, motim, revolta, formação de quilombo. Assim, segundo Gorender,

O primeiro ato humano do escravo é o crime, desde o atentado contra o senhor à fuga do cativo. Em contrapartida, ao reconhecer a responsabilidade penal dos escravos, a sociedade escravista os reconhecia como homens: além de incluí-los no direito das coisas, submetia-os à legislação penal³⁰².

A historiografia dos anos 80, pretendendo realizar uma revisão no que até então estava posto como verdade histórica, evitando os extremismos gerados tanto por uma, quanto por outra corrente, especialmente sobre as ideias defendidas pela Escola Paulista, passou a destacar o papel ativo empreendido pelos negros no interior do sistema escravista, considerando a escravidão não como um sistema absolutamente rígido e sem espaços para arranjos e negociações, o que não significa também, esvaziar as ocorrências dos conflitos³⁰³. Nesse sentido, há que se considerar que os escravos nem foram vítimas nem heróis, mas foram sujeitos ativos e, até certo ponto, formadores e transformadores de suas ações³⁰⁴.

Cabe ressaltar que parte dos autores que se dedicaram ao tema através desse viés, longe de negarem a violência como inerente ao sistema escravista, observaram que sua sustentação apenas baseada na coerção tornava o processo de aproveitamento da mão de obra servil ainda mais penoso, quando não mais caro, se considerarmos os altos custos gerados com a vigilância constante³⁰⁵. Por isso, perceberam que dentro do

³⁰² GORENDER, Jacob. 1978, p. 51.

³⁰³ Cf. REIS, João José e SILVA, Eduardo. 1989. MATTOSO, Kátia. 1982 e LARA, Silvia Hunold. 1988.

³⁰⁴ Nesses novos autores, em especial em Kátia Mattoso - *Ser escravo no Brasil*, recorrentemente aparecia a ideia de que o escravo havia aproveitado do comportamento cooperativo estabelecido com os senhores, tal qual em Freyre. Aqui o escravo não mais aparece como vítima, mas sim agindo de acordo com sua própria subjetividade, o que faz parecer a Gorender, ser o escravo o agente que, agindo conforme sua própria subjetividade, escolhe e aceita a escravatura. GORENDER, Jacob. 1990, p. 114.

³⁰⁵ Mesmo discordando dos pressupostos apresentados pela nova historiografia dos anos 80, por considerar que, para esta, a escravidão apresentava-se nos moldes de um contrato firmado entre senhores

próprio sistema, haviam brechas que possibilitavam a ocorrência de negociações bilaterais, isto é, entre senhores e escravos que, mesmo instáveis, quando possíveis, atendiam aos seus interesses imediatos. Rompidos os acordos, transformados os interesses e as prioridades, retornava o estado de tensão e violência³⁰⁶.

Tecendo críticas a muitas dessas ideias, Jacob Gorender afirma que a grande maioria dos escravos, à exceção da geração que chegou à Abolição, não participou de levantes, atentados, fugas ou formação de quilombos, o que não significa afirmar que aceitaram a escravidão. Por outro lado, atentava para o fato de que, escravo adaptado não significava escravo passivo, conforme ele afirma querer Clóvis Moura, pois, para este, somente a fuga e a formação de quilombos configuraram práticas efetivadas pelos escravos que negavam a formação social escravista³⁰⁷. Dessa forma, os escravos passivos teriam, para Moura, consolidado o regime servil, contribuindo para a sua manutenção e continuidade. Recebeu, por isso, duras críticas de Gorender, para o qual “a negação da opressão veio dos quilombos, que o fizeram com audácia expressa, mas também veio daqueles que não tiveram alternativa senão a se adaptar ao trabalho sob ameaça constante do relho”³⁰⁸.

Entendendo que as ações dos escravos se davam num espaço não contratual, mas também não absolutamente rígido, acreditamos nesta apresentação que ora realizamos, que, no interior das plantagens escravistas, havia sim espaços de negociação, criados tanto pela camada dirigente, os senhores, como gerados também pelos escravos – a possibilidade de sabotagem ao trabalho era uma dessas ferramentas a permitir a negociação, por exemplo. Dando destaque, ainda, ao êxito da negociação do

e escravos, a ideia que Jacob Gorender tece acerca da questão da vigilância, nos é aqui válida. Para este, a influência dos escravos como atores históricos efetivos é passível de verificação ao entendermos que, apoiando-se na coação, o trabalho escravo demandava altos custos com a vigilância. À medida que crescia a resistência escrava, aumentavam a vigilância e a violência dos senhores e feitores. Assim, o custo da vigilância era um limite imposto pelos próprios escravos à rentabilidade do modo de produção escravista colonial, para Gorender, no cerne do processo cotidiano de trabalho, estava a subjetividade do escravo. Ibid. p. 36

³⁰⁶ Mais recentemente, Jacob Gorender, em *A escravidão reabilitada*, teceu severas críticas a essa corrente que ele denomina de “Escola Unicampista”. Para ele, os historiadores ligados a essa vertente acabaram por ressuscitar o mito da democracia racial presente nos escritos de Gilberto Freyre, acusando-os de mascararem o aspecto violento inerente ao sistema escravista. Ainda segundo ele, “A dominação escravocrata se apoiava não só na violência efetivamente praticada e consumada, mas também na ameaça permanente da violência, ou seja, na violência latente, não efetivada, porém passível de efetivação a qualquer momento. A par disso, o comportamento paternalista e as concessões eventuais do senhor aos escravos também funcionavam no sentido da estabilização do sistema, em condições de maior ou menor atuação dos fatores contrários” Ibid. p.27.

³⁰⁷ MOURA, Clóvis. 1972, p. 233-9

³⁰⁸ GORENDER, Jacob. 1990, p. 35.

escravo dentro do sistema escravista, Eduardo Silva igualmente empreende análise tendo em vista superar a visão do escravo como vítima indefesa, destacando as estratégias de convivência que possibilitassem um acordo sistêmico e a colaboração mútua³⁰⁹.

A violência sempre presente, intrínseca ao sistema, não pode, em nenhuma hipótese ser negada, ou ainda, subestimada. Era sim presença constante, dolorosa e sempre possível de ser acionada. Mas apenas dela não teria resistido o sistema. Destarte, é necessário analisar as formas que as relações de produção assumem na escravidão moderna, especialmente as de trabalho, entendendo a violência como um dos seus elementos constitutivos, mas não exclusivos. Além disso, não pode ser apagada da história do escravismo brasileiro a permeabilidade existente entre mundo do trabalho e mundo pessoal, possibilitada pela própria propriedade - unidade mercantil e núcleo doméstico, senhorial e escravo. Tal situação reflete-se obviamente nos comportamentos e atitudes de uns e de outros³¹⁰.

Maria Sylvania de Carvalho Franco, em *Homens livres na ordem escravocrata*, adverte que, na grande propriedade brasileira estabeleceu-se uma situação contraditória e dualista: a síntese em suas próprias funções da produção mercantil especializada e da produção interna de subsistência, isto é, a produção dos meios de vida e a produção de mercadorias integrando unidade produtiva e núcleo doméstico. Salienta a autora que essas duas modalidades de se produzir não se excluem, mas se complementam, “práticas que são constitutivas uma da outra”³¹¹. Em outras palavras, a caracterização da grande propriedade através da ordem patriarcal e de relações de produção confere à primeira pessoalidade as relações entre senhores e escravos, enquanto que a segunda possibilita a submissão dos escravos ao trabalho.

³⁰⁹ Entre Zumbi e Pai João, o escravo que negocia. REIS, João José e SILVA, Eduardo. 1989. Gorender, no entanto, teceu crítica ao posicionamento de Silva, pois para ele, o escravo vítima que cede lugar ao escravo sujeito, tem o mesmo resultado: a nulificação da resistência. GORENDER, Jacob. 1990, p. 26.

³¹⁰ Dialogando com o já referido estudo de Lana Lage, a historiadora estabelece que essa dicotomia do processo produtivo polariza senhores e escravos numa relação marcadamente antagônica e violenta, em que a atitude de rebeldia do negro aparece como intrínseca ao próprio sistema. Mas, embora destacando a violência como intrínseca ao sistema escravista, tendo mesmo suas funções ampliadas, nega que lhe seja exclusiva, já que “em qualquer tipo de organização social a violência aparece como meio de garantir a reprodução das formas aí assumidas pelas relações de produção”. LIMA, Lana Lage da Gama, 1981, p. 55. Concordando com tais proposições, mais uma vez, enfatizo para a necessidade de se perceber que a violência não era única e exclusiva ao sistema e que nem só dela dependia a sua sobrevivência. No entanto, é válido ressaltar que, como veremos, nos anos finais da escravidão, as ações dos escravos tenderão a se revestir de um caráter marcadamente combativo e, apoiados pelo forte movimento abolicionista que se desenvolveu em Campos, irão pressionar os fazendeiros por uma solução para o problema da mão de obra na região.

³¹¹ FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho Franco. 1997, p. 11.

Nesse sentido, precisaram os senhores construir uma lógica de concessão aos escravos que, longe de representar doações ou benesses por ele concedidas, significaram a conquista dos escravos por algum direito, fosse ele a permissão ao casamento, a garantia de uma terra, de uma habitação em separado, ou outro. Em contrapartida, evitavam os senhores a possibilidade de serem sabotados no trabalho, de serem atacados pelos escravos, ou mesmo de ficarem sem seus empregados, por terem ido se aquilombar no mato. Vimos anteriormente, nos Autos de Perguntas feitos aos escravos do Comendador Julião Batista Ribeiro, em 1877, que, mesmo insatisfeitos com as condições de trabalho a que estavam submetidos, resolveram, antes de tomarem atitude extrema, conversar com o senhor e solicitar que este atendesse as suas reivindicações. Em não obtendo dele resposta positiva, procurariam a Câmara da cidade. Vejamos agora as lutas empreendidas pelos escravos quando falhavam os mecanismos de negociação.

Ressaltando as maneiras pelas quais a rebeldia escrava podia se manifestar, Lana Lage da Gama Lima, em estudo já citado, esclarece que, dentre outras, eram as formas possíveis: 1) o quilombo, manifestação especificamente negra e combinada a outras duas, a fuga e a guerrilha e, que funcionava como elemento de desgaste do sistema; 2) as fugas, solução mais imediata aos problemas do cativo, mas que, por fim, acabavam condenando o escravo à marginalização e à perseguição³¹². Daí também partiu Jacob Gorender ao assinalar para duas formas de resistência: 1) Resistência individual e 2) Resistência coletiva: que, em se manifestando de diferentes formas e em diferentes graus, tendiam a aparecer nas relações com a identidade cultural diferente da classe dos senhores (religiosidade, música, dança, lendas...) e reforçavam os laços de coesão comunitária³¹³.

A historiografia já se ocupou fartamente em estudar sobre a vida dos negros nesses lugares. Sabemos que não viviam isolados, ao contrário, existiam trocas intensas entre os quilombos e vários negociantes. Eduardo Silva, em estudo sobre os quilombos abolicionistas³¹⁴, principalmente o do Leblon, no Rio de Janeiro, e sobre o simbolismo das camélias, assinala para a existência de um novo modelo de organização quilombola – o quilombo abolicionista, distinto do já conhecido quilombo-rompimento, em que destaca como uma de suas características justamente a articulação com a sociedade e com líderes políticos. Em Campos e em suas proximidades, a formação de pequenos

³¹² LIMA, Lana Lage da Gama. 1981, p. 31-33

³¹³ GORENDER, Jacob. 1990, p. 122

³¹⁴ Cf. SILVA, Eduardo. 2003.

quilombos é antiga e, embora tenha se destacado a partir de fins do século XVIII e início do XIX³¹⁵, será a partir do avanço da causa abolicionista que o movimento quilombola da região irá adquirir consistência.

Nesse período, só nas imediações de Campos brotariam inúmeros pequenos valhacoutos, de que os mais importantes seriam o Quilombo de Loanda, cujos moradores, em julho de 1880, pacificamente se entregaram ao delegado Carlos de Lacerda, e o quilombo surgido nas matas da freguesia de Conceição do Travessão, que seria dispersado à força das armas em 1884, com mortos e feridos. Também ali, na região do Morro do Coco, outro quilombo seria desalojado em 1886.³¹⁶

Encontramos no acervo do Arquivo Municipal um processo intitulado *Autos de Perguntas*³¹⁷ feitas aos quilombolas *Oscar*, vulgo Vulcão, escravo de Bernardino Arêas, e *Abel*, escravo de Manoel Mendes, em 30 de setembro de 1883, no qual nos é permitido conhecer sobre suas formas de sobrevivência e resistência, e em que salta aos olhos o entrosamento dos aquilombados com o comércio e com parte da comunidade local.

Assim, na sala livre da Cadeia Pública da Cidade, naquele dia 30 de setembro de 1883, o delegado de polícia em exercício, Doutor José Nunes de Siqueira, auxiliado pelo escrivão José Cardoso Pereira Lobo, passou a fazer as seguintes perguntas ao negro Oscar: qual era o seu nome, idade, estado, naturalidade, profissão, condição e se sabia ler e escrever. Respondeu ele chamar-se Oscar, conhecido por Vulcão, com idade de trinta e cinco anos, solteiro, natural do Rio de Janeiro, serviço de roça, escravo de Bernardino Arêas, residente na fazenda do Pau Ferro e que não sabia ler nem escrever. Perguntado há quanto tempo andava fugido, respondeu que há um ano, mais ou menos.

Disse Oscar que havia fugido a primeira vez “de casa”, assim ele se referiu, por conselhos dos outros seus companheiros que estavam no mato, e que estes eram Jacinto, escravo de João Rangel de Almeida, José, vulgo Viegas, escravo de Magalhães, residente nesta cidade, Felizardo, escravo de Jose Arêas, Jeremias, escravo que foi de Dona Luisa, Jerônimo, cujo senhor ignorava, Adão, escravo de Francisco Arêas, Manoel pequeno, cujo senhor não sabe por ter vindo de perto de Cantagalo, Apolinário,

³¹⁵ OSCAR, João. *Escravidão e Engenhos*, 1981, p. 172.

³¹⁶ OSCAR, João. 1985, p. 175

³¹⁷ APMCG *Autos de Perguntas* feitas aos quilombolas *Oscar*, vulgo Vulcão, escravo de Bernardino Arêas, e *Abel*, escravo de Manoel Mendes, em 30 de setembro de 1883. Sem notação.

escravo de Francisco Jorge, Abel, escravo de Manoel Mendes. Disse ainda que tendo voltado para a fazenda de seu senhor, novamente tinha fugido, estando até agora no mato.

Dando conta das maneiras pelas quais sobreviviam ele e os companheiros no mato, fica patente perceber que a realização de furto era um dos mecanismos utilizados por eles para conseguirem comer o que não tinham condições de produzir ou criar, principalmente em se tratando da carne. O escravo assim relatou sua resposta:

Disse mais que elle respondente fôra uma occasião em companhia de Viegas e outros a fazenda de Manoel Arêas onde atiraram em um porco na cancella da roça, não podendo carregar-o em consequência de ter accudido gente com cães. Disse mais que elle também furtou um porco na fazenda de sua senhora velha Dona Theresa. Disse mais que na fazenda do Capitão Carneiro furtarão também um carneiro e arrombando a casa que servia de galinheiro roubarão todas as gallinhas deixando apenas um gallo, que forão também a fazenda de Monthesuma onde roubarão perus, tendo matado um porco, que não carregarão por ter ido acabar de morrer no brejo; que no Travessão em casa de Pessanha matarão um porco e fizeram muitos outros furtos e roubos que elle respondente não se recorda e em alguns não tomou parte.

Disse mais que no mato faziam farinha arrancando mandioca nas roças dos fazendeiros, mexendo-a em um forno que Apolinário, por informações dele respondente, havia furtado em casa de seu senhor Bernardino Arêas. Além disso, afirmou que o toucinho e o resto dos animais furtados ou roubados que não consumiam, vendiam a José Agulha, José Pessanha, Honorato e João italiano, negociantes estes que, em troca de tudo quanto furtavam e roubavam, forneciam-lhes pólvora, chumbo, aguardente, espoletas, carne, sal e tudo mais quanto necessitavam.

Sobre as armas que possuíam, disse que já as tinha encontrado quando chegou ao rancho, a exceção de uma espingarda que Marciano deu a Adão e que, ultimamente, tendo Viegas lhe vendido uma espingarda velha, apareceu depois com uma nova que foi encontrada em poder de Abel quando foi preso. Afirmou que todos os seus companheiros estavam armados com armas de fogo, possuindo Viegas, além da espingarda, um facão de quarto, e todos com espingardas e facas.

Além de relatar, como vimos acima, que diversos comerciantes locais os auxiliavam comprando o produto dos roubos que praticavam, em troca de lhes fornecer o que não produziam ou conseguiam roubar, contou Oscar como, no mato, sabiam sobre

as notícias e acontecimentos da cidade, inclusive sobre as intenções de busca deles aquilombados. Mais uma vez, a convivência dos comerciantes, e também de um dos feitores de uma fazenda, se fez crucial. Afirmou este que,

no matto sabião de todas providencias dadas para suas capturas, noticias de jornaes, porque aquelles negociantes e mesmo Marcianno de quem já fallou os avisava. Disse mais que Laurindo, feitor branco de Francisco Manhães quasi sempre conversava com elles, sabia onde estavam arranchados e fornecia-lhes algum alimento, e que por muitas vezes ião as sensalas e lá estavam desde o escurecer até a meia noite occasião em que Laurindo entregava a Apolinário e a Jacintho a comida para elles no rancho. Disse mais que o inglês Thomáz, que mora na serraria tem dado a elles roupa, comida e avisado a Jacintho do que se passava em relação a seu senhor João Rangel. Disse mais que as pessoas a quem já se referio encommendavão a elle respondente e a seus companheiros que quando fossem presos nada dissessem, e se os compromettessem quando tornassem a fugir não os acoutarião mais, nem os avisarião das providencias que se dessem para suas prisões.

Vê-se, pois, que a rede que ligava a sociedade ao quilombo era mantida por elementos externos a este, que, utilizando-se de interesses vários, forneciam aos escravos as informações necessárias para a sua manutenção fora do ambiente da fazenda. No relato esboçado sobre o feitor e sobre os comerciantes, fica patente perceber que estes funcionavam como elementos necessários à manutenção da vida no quilombo, seja através da entrega de comida, roupa ou produtos, seja pelo préstimo de informações.

Em um dos trechos do relato de Oscar, fica visível a tensão em que tais escravos viviam quando aquilombados. O medo de uma possível captura e, com ela, suas conseqüências quase sempre funestas, como prisões e castigos físicos, somados a negativa daqueles indivíduos em voltar as suas antigas posições, com longas jornadas de trabalho, quase sempre com pouca comida e vigilância constante, descambavam em embates violentos com personagens que não os parceiros de quilombo ou das trocas comerciais. Contou ele que a morte de um tal Domingos pedreiro, foi feita por Honorato, escravo de Dona Ursula e irmão de Viegas, o qual se acha em casa de sua senhora. Deu-se o fato do modo seguinte:

numa véspera de dia sancto tendo Viegas ido receber uma trouxa de roupa de Honorato junto de um quintal de uma Dona Maria, residente no arraial, Domingos pedreiro vinha cantando pela estrada e vendo

dois vultos, que erão Viegas e seu irmão, perguntou-lhes quem eram, então Honorato tendo laçado mão da espingarda de Viegas, atirou sobre Domingos pedreiro, correndo Viegas e deixou a trouxa de roupa que seu irmão lhe tinha entregue, fugindo com a espingarda, d'esse facto sabem todos os seus companheiros de rancho; e que Viegas era amigo de Domingos pedreiro a quem fazia os maiores elogios, dizendo sempre que elle era muito bom homem, e que não se importava que dissessem que tinha sido ele *porque no matto não podia ser preso* e era para salvar seu irmão.

Assume Viegas a autoria do assassinato para livrar da culpa seu irmão Honorato, já que julgava ele, segundo nosso informante, que, por viver no mato, não poderia ser preso. Deve ter ele pensado que seu irmão sim, em sendo escravo e vivendo em casa de sua senhora, tendo assassinado um homem, sofreria funestas penas. Viegas contou com a solidariedade do irmão que lhe fornecia uma trouxa de roupas. Honorato contou também com a solidariedade do irmão ao lhe livrar da amargura da cadeia.

Mesmo vivendo nas matas, um dos pontos que imediatamente chama atenção ao lermos o *Autos de Pergunta*, é o aparente facilitado trânsito que esses indivíduos tinham fora do ambiente do quilombo. Diversos roubos foram praticados em várias fazendas, quase sempre de antigos conhecidos ou de senhores. Além disso, as trocas comerciais também aparentavam ser constantes. Puderam eles também, com a complacência de um feitor, não só andar por uma fazenda, como nela ficar algum tempo. Contaram possivelmente, com a conivência de alguns companheiros de cativeiro, já que disse Oscar, terem ficado na senzala até meia noite aproximadamente. Ou seja, o que vemos é a solidariedade presente entre os elementos escravos e os negros aquilombados. Por fim, Viegas arriscou ir até o quintal da senhora de seu irmão, por uma trouxa de roupas.

Segue o auto de perguntas, agora com Abel afirmando ter 45 anos mais ou menos, ser solteiro, crioulo, serviço de roça, escravo de Manoel Mendes, morador no lugar denominado Quilombo, sem saber ler ou escrever. Disse que estava fugido há mais de um ano e quando foi para o quilombo encontrou lá Jacintho, escravo de João Rangel de Almeida, Jose, vulgo Viegas, que diz ser escravo de Magalhães e Apolinário, escravo de Francisco Jorge, tendo chegado depois Oscar, escravo de Bernadino Areas, Adão, escravo de Francisco Areas, Felizardo, escravo de Jose Areas, Jeremias, escravo de Francisco da Silva Araujo Netto, Jeronimo, escravo dos herdeiros de Francisco Rodrigues Terra e Manoel pequeno, de Cantagallo.

Através de seu relato é que é possível perceber que o quilombo não estava encerrado em apenas um grupo – inteiriço e homogêneo, mas sim organizado a partir de

duas lideranças – Jacintho e Viegas. Essa informação foi passível de constatação porque, dando conta de um dos roubos realizados pelo grupo em fazenda de uma tal Dona Thereza e do Capitão Carneiro, disse que ele respondente não fez parte por que pertencia ao grupo de Jacintho e não ao de Viegas, grupo este que fez os furtos e roubos referidos, dando-se o mesmo fato na fazenda do Monthesuma e na casa de Pessanha. Como era cozinheiro, cabia a Abel a tarefa de preparar para o grupo os alimentos que eram roubados. Assim, respondeu que o grupo de Jacintho compunha-se dele respondente, Apolinário e Oscar, que depois passara para o de Viegas, que se compunha dos outros.

Conta Abel que os negociantes com seus companheiros realizavam transações. Eram Manoel Pessanha, Jose Agulha, João italiano e Honorato, cujos negociantes forneciam pólvora, chumbo, espoletas, aguardente, carne e tudo quanto necessitavam em troca dos furtos que levavam. Além disso, afirmou que as espingardas que possuíam eram arrançadas por Viegas e Jacintho, tendo ordem deles para atirar quando fossem cercados e que Viegas, além da espingarda, tinha um facão de quarto, que foi comprado na cidade por Julião, escravo do Capitão João Pessanha e que os outros companheiros tinham facas Laports. Delatando antigos comparsas, contou também que Laurindo, feitor branco de Francisco Manhães, protegia muito a seus companheiros Jacintho e Apolinário, fornecendo-lhes carnes, açúcar e muitas outras coisas, indo por muitas vezes a fazenda e que sabiam de todas as notícias, inclusive os empreendimentos para captura deles, através dos negociantes com quem mantinham relações. Disse ainda que o inglês Thomaz protegia também a Jacintho e a Oscar dando roupa e dinheiro, avisando também de tudo o que se passava, encomendando, porém, para que nada dissessem quando fossem presos.

As relações entre quilombolas e comerciantes dão clara indicação de que o reconhecimento não somente social, mas jurídico da capacidade econômica e contratual dos negros foros era generalizado. O exame dos autos da cidade de Campos nas vésperas da abolição dá conta de uma situação madura, no sentido do reconhecimento da derrocada do regime escravista, se não de forma consciente, mas pela paulatina presença da lógica da composição e da negociação. Tal acontecia não somente pela ação direta dos foros e fugidos, mas como uma estratégia de sobrevivência do sistema.

A fuga de escravos sempre esteve presente na própria existência do regime escravista, e funcionava como uma estratégia de protesto por parte dos escravos,

principalmente, contra as duras condições e sobrevivência a que eram submetidos. Emília Viotti da Costa cita que a legislação de Portugal sempre tentou coibir esta prática realizada pelos escravos.

Proibia-lhes o porte de armas, restringia-lhes os movimentos, impedindo que saíssem às ruas sem permissão por escrito dos senhores. Punia os que fizessem transações de qualquer natureza com os escravos (como comprar ou vender-lhes quaisquer mercadorias, alugar-lhes quartos) sem prévia autorização dos senhores. Ainda mais severas eram as punições que recaíam sobre os escravos rebeldes ou quem os acobertasse.³¹⁸

Observa-se com isso que, claramente, a violência era elemento intrínseco à existência do próprio sistema escravista, embora não fosse o único que regulasse as relações entre senhores e escravos e, assim como o poder central, os municípios também estabeleceram estratégias de controle que tivessem na lei elementos suficientemente fortes de punição. Como vimos, o poder público local também tentou se antecipar e repreender as possíveis ações rebeldes dos escravos.

Como nem só de violência sobrevivia o sistema escravista, muitos mecanismos de acomodação e negociação foram criados por senhores e escravos a fim de tornarem as relações, se não mais amenas, mais suportáveis, embora fosse a violência o elemento essencial do sistema escravista³¹⁹. Em certas situações, como veremos adiante, a própria ação dos escravos ao atear fogo às plantações ou ao fugirem em massa das fazendas, obrigarão aos senhores a procurarem soluções passíveis de manter a escravaria nas fazendas – a concessão de cartas de alforrias em massa será um delas. Assim, Emília Viotti da Costa afirma que “os senhores foram obrigados a inventar outras formas de controle. Procuraram assegurar a fidelidade dos escravos por um sistema de recompensas, entre as quais a promessa de alforria, em caso de bom comportamento”³²⁰. Caso contrário, ou seja, se apenas de violência se revestisse a instituição escravista, dificilmente teria durado o tempo que durou. Acomodação e resistência fazem parte da mesma lógica. Se a violência é inerente ao sistema, a acomodação e a negociação são os elementos capazes de mantê-lo vivo, fazendo com que a violência pudesse se revestir de outras formas a possibilitar a convivência.

³¹⁸ COSTA, Emília Viotti da. 2008, p. 113

³¹⁹ Para uma visão geral sobre as correntes historiográficas que tratam a questão da violência presente no sistema escravista a partir de diferentes perspectivas, ver GORENDER, Jacob. 1990.

³²⁰ COSTA, Emília Viotti da. 2008, p. 113.

Não estando os escravos alheios ao que acontecia na sociedade que lhes circundava, souberam também se aliar ao movimento abolicionista cada vez mais crescente em Campos, de forma que, não foram apenas os líderes abolicionistas como Luiz Carlos de Lacerda que tinham a intenção de cooptar a ação dos escravos a favor da luta e embate direto contra o escravismo. Os escravos também souberam se aproveitar de tal situação. Se antes suas ações se resumiam a atos isolados e sem grande apoio popular, souberam eles se deixarem cooptar pelo ideal abolicionista.

O incentivo dado pelo movimento abolicionista à causa dos negros será percebido por estes como possibilidade de efetivação de suas ações a fim de combater o sistema escravista, lutando pelo seu fim. Dessa forma, o que ocorreu em Campos foi muito mais uma aliança de interesses em um dado momento. Aliança que se deu entre os escravos e o movimento abolicionista, encontrando respaldo na população e, em certo momento, inclusive na polícia e nos próprios fazendeiros, já que nos momentos finais da escravidão, quando os negros empreendem as fugas em massa das fazendas, a polícia não atuou na repressão daquela ação, talvez por não ter condições. Os fazendeiros, diante da crise experimentada, acabarão por fornecer a liberdade a seus cativos como tentativa última de salvar suas lavouras.

Longe de retirar a importância das ações dos escravos na crise final do sistema escravista, foi o movimento abolicionista que deu às ações dos negros um significado político e também público, até então, restrito a algumas camadas *pensantes* da sociedade. Antes, Lana Lage afirma que “a questão da rebeldia, embora sempre presente, foi tratada pelo branco como *caso de policia, e não de política*”, não chegando, por isso, a constituir uma ameaça a continuação do sistema escravista. Ser tratado como *caso de policia, e não de política*, era resultado mesmo da coisificação a que ele próprio estava submetido, já que, destituído de capacidade civil, era definido como não-pessoa³²¹. É importante que se perceba que, a coisificação a que estava o escravo submetido, ligava-se a uma não subjetivação de suas condições de trabalho, pois por outro lado, várias foram as formas pelas quais senhores e escravos conseguiram se ligar enquanto sujeitos, como, por exemplo, a partir das práticas já conhecidas do

³²¹ LIMA, Lana Lage da Gama. 1981, p. 59

patriarcalismo, como o apadrinhamento dos filhos dos escravos, mecanismo esse de negociação bilateral, isto é, possibilitado pelas relações entre um e outro³²².

Assim, Emília Viotti afirma que o movimento abolicionista “concedeu legitimidade à sua revolta e negou legitimidade ao sistema escravista. Tornou a escravidão um crime e absolveu o crime do escravo. Fez do senhor um algoz e do escravo, uma vítima”³²³. No entanto, a estabilidade dessa aliança entre abolicionistas e escravos tenderá a sofrer abalos, principalmente no pós-Abolição. Certo disso, é que o próprio posicionamento de antigos abolicionistas de Campos, inclusive o radical Carlos de Lacerda, tenderá a sofrer alterações após a Abolição, como veremos em capítulo posterior.

3.1 – Queimadas dos Canaviais

Conforme analisamos, as ações dos negros, se anteriores à influência mais direta da ala radical do movimento abolicionista, se intensificaram quando do momento da sua aliança. Assim, desde 1884 são verificadas ações últimas como os incêndios dos canaviais dos engenhos do Queimado e do Beco, que, em 1887 serão retomadas, atingindo seu ápice e, tendo como consequência, o despertar, inclusive, de uma solução mais efetiva dos senhores para com o caso da mão de escrava.

Assim, à medida que os anos finais do cativeiro se aproximavam, aumentavam as investidas escravas contra as fazendas da região. Nos ocorre que o primeiro incêndio tenha ocorrido por volta do dia 10 de janeiro, tendo sido ateado fogo em diversos pontos e em um canavial da fazenda do Sr. Francisco Pinheiro no Queimado³²⁴. No dia 22 daquele mês corria notícia que na noite de sexta lançaram fogo em um canavial das terras do Sr. Antonio Ferreira Pinto, no lugar do Matto do Colégio em São Gonçalo³²⁵. Depois, apenas naquele primeiro mês, sucumbiram ao fogo ao menos onze grandes fazendas, como Outeiro, a já referida Queimados, uma do barão de Miranda, Abbadia,

³²² Para FARIA, Sheila de Castro o patriarcalismo não foi o modelo predominante em alguns lugares do Brasil. No entanto, a mesma autora irá afirmar que “acredito que, pelo menos por hora, não se pode colocar de lado o patriarcalismo, quando se analisa o período colonial brasileiro, ao menos no nível das ideias ou, melhor dizendo, dos ideais”. 1998, p. 49. É sintomático que, mesmo em não sendo predominante em alguns lugares, no que eu até concordo, mesmo não sendo predominante em alguns lugares, tal afirmativa não deixa de entrever a sua existência.

³²³ COSTA, Emilia Viotti de. 2008, p. 114

³²⁴ APMCG Monitor Campista, 11 de janeiro de 1887.

³²⁵ APMCG Monitor Campista, 22 de janeiro de 1887.

Mantiquera e Penha, além de dois canaviais de Sebastião de Almeida Rabello, na freguesia de São Sebastião e outros³²⁶.

O mês de fevereiro chega e as queimadas continuam sem que os culpados sejam encontrados. As investidas ficam mais violentas, sendo queimados num mesmo dia até três canaviais. No dia 10 de fevereiro o Monitor anunciava na noite de domingo, depois de meia-noite lançaram fogo em três canaviais nas fazendas do Paraíso, do Sr. Guilherme de Miranda e Silva. Na fazenda do Major Crespo, o fogo foi posto em três canaviais centrais³²⁷. Ao final daquele mês, um incêndio destruiu um dos maiores canaviais da fazenda do Becco, de propriedade de José de Araújo e um dos familiares afirmou que “o fogo foi propositalmente posto por haver começado em três pontos do canavial e por terem já por diversas vezes lançado fogo nas cercas da mesma fazenda”³²⁸.

Aterrorizados com as investidas sobre os canaviais, receosos do prejuízo³²⁹ que os estragos lhes podiam trazer, reúnem-se os fazendeiros em número superior a vinte, em casa do conselheiro Thomaz Coelho “no intuito de dar providências sobre o crime de que a imprensa se tem ocupado nestes últimos dias – o incêndio de canaviais”, convencidos que de “ser o incêndio de canaviais das fazendas o resultado do plano nefando, aconselhado aos escravos, em conferências públicas, pelo homem que se diz chefe dos abolicionistas nesta cidade³³⁰”. Acusam, dessa forma, aos abolicionistas de terem incitados os escravos, direcionando à Carlos de Lacerda a autoria dos atentados.

Pedro Tavares, em resposta às acusações apresentadas pelo Conselheiro Thomaz Coelho nas páginas do *Monitor* de 04 de fevereiro, publica a seguinte nota no mesmo jornal, dois dias depois:

O Sr. Thomaz Coelho diz que o incêndio dos canaviaes é a execução de um plano nefando, aconselhado aos escravos em conferências públicas. O Sr. Pedro Tavares argumenta que em primeiro *lugar nas conferências abolicionistas nunca se aconselhou aos escravos o incêndio dos canaviaes*. Também argumenta que o Sr. Thomaz

³²⁶ APMCG Monitor Campista, 27 de janeiro de 1887.

³²⁷ APMCG Monitor Campista, 10 de fevereiro de 1887.

³²⁸ APMCG Monitor Campista, 26 de fevereiro de 1887.

³²⁹ O barão de Miranda quando teve suas canas incendiadas em 26 de janeiro daquele ano, perdeu um canavial de 1.500 arrobas de açúcar, equivalente a 30 caixas do produto. Já José Pinto Pessanha, tendo sido vítima do incêndio em março, perdeu de 15 a 20 caixas de açúcar, contendo cada uma o equivalente a 50 arrobas. FEYDIT, Julio. 1979, p. 362.

³³⁰ APMCG Monitor Campista, 04 de fevereiro de 1887.

Coelho nunca assistiu uma só das Conferências, por isso não pode afirmar nada³³¹. [grifos nossos]

Nos jornais, as notícias sobre novos incêndios são permanentes. Acusações são trocadas de lado a lado. Novas atentados sobre a vida de Carlos de Lacerda acontecem e muitos pedem por sua saída da saída. Mais importante é que, apesar de escravos e abolicionistas terem sido presos, nenhuma culpa pôde ser formalizada e, mesmo vindo da Corte o chefe de polícia Manoel José Espíndola com auxílio de dez praças, a fim de averiguar os acontecimentos, nenhum culpado era indiciado. A opinião pública acusava os abolicionistas de serem os mentores do plano que era executado pelos escravos. Retorna, porém, o chefe de polícia ao Rio de Janeiro sem achar os culpados pelas queimadas³³².

Julio Feydit acrescenta que os culpados pelas queimadas dos canaviais não eram encontrados devido à técnica utilizada para o empreendimento.

Um vidro de óculo, uma lente, era colocada em lugar onde, convergindo os raios solares, faziam encher a mecha de véspera aí posta e, às mesmas horas do dia posterior, estando o incendiário longe do lugar, o canavial era preso das chamas³³³.

As notícias que davam conta das alforrias concedidas pelos senhores aos escravos eram exaltadas nas páginas do *Monitor Campista*, igualmente, em praticamente todas as suas edições lia-se sobre a necessidade de organização do trabalho livre. Fazendeiros e abolicionistas organizavam reuniões e conferências e, por fim, aqueles não tiveram outra solução, senão conceder a liberdade a seus cativos. Em Cantagalo, por exemplo, sob o título *Organização do Trabalho Livre* era divulgada “reunião para tratar da fundação de uma Associação Anônima para organizar o trabalho rural livre”³³⁴.

Além disso, diversos projetos de lei da Assembléia Geral que tentavam dar conta do fim da escravidão eram apresentados pelo referido jornal. Assim,

³³¹ APMCG Monitor Campista, 06 de fevereiro de 1887.

³³² LIMA, Lana Lage da Gama. 1981, p. 139

³³³ FEYDIT, Julio. 1979, p. 361. Horácio Souza também explica que a técnica consistia em “os abolicionistas (ou alguns escravos industriados por elles), collocavam um vidro de lente sobre o palhiço de canna, á beira dos cannaviaes, de modo a ficar bem exposto aos raios solares. Pela acção do sol a lente produzia o fogo que encontrando a palhiça secca devorava rapidamente os cannaviaes. Assim, era impossível pôr as mãos nos incendiários ou evitar grandes prejuizos dos corypheus do escravagismo”. SOUSA, Horácio. P. 266.

³³⁴ APMCG Monitor Campista, 28 de maio de 1887.

Elemento Servil

O Sr. Afonso Celso Junior apresenta a Câmara dos Deputados na sessão do dia 04 seguinte o projeto: Art. 1: Serão declarados livres desde a data da promulgação desta lei, todos os escravos matriculados no Império³³⁵.

Organização do Trabalho

O Sr. Dr. Jaguaribe Filho apresentou a Câmara dos Deputados na sessão de 20 um projeto sobre a organização do trabalho. Suas principais disposições são: a contar de 28 de setembro de 1888, serão declarados livres todos os escravos existentes no Império, esses indivíduos porém ficarão vinculados aos seus senhores pela obrigação de prestarem serviços durante cinco anos.

Além disso, ficava claro quando da leitura do jornal que a preocupação presente era com os perigos e riscos gerados pela crise pela qual passava a propriedade servil, imputando aos fazendeiros a primazia pela intencionalidade de ser pôr prazo ao fim da escravidão. Demonstrando apoio ao projeto de lei apresentado pelo senador Godoy naquele ano para o fim da escravidão, afirmam que,

Em nosso município não pode deixar de ser acolhida a posição Godoy; porque aqui mais se sentem todos os perigos, todos os riscos da crise actual, e porque foram os fazendeiros de Campos os primeiros que pela forma coletiva pediram que se marcasse prazo para a extinção da escravidão (...)³³⁶.

Em finais de 1887, portanto, a escravidão aparecia já como instituição inevitavelmente fadada a um fim próximo. “Já não pode mais haver dúvida de que sou a hora da extinção da escravidão em nossa pátria. Se há uma instituição, que tenha os dias, ou antes, a hora contada, é a instituição da escravidão”³³⁷.

3.2 - Fugas em massa - Março de 1888 – Êxodo e Redenção

Instigados pelo movimento abolicionista e apoiados pela opinião pública, os escravos a partir de março de 1888 empreenderam por suas próprias forças a onda de fugas em massas das fazendas, assumindo “proporções de êxodo”³³⁸. Nos jornais, desde princípios de março daquele ano, eram registradas as notícias da chegada dessas levas

³³⁵ APMCG Monitor Campista, 07 de maio de 1887.

³³⁶ APMCG Monitor Campista, 28 de setembro de 1887.

³³⁷ APMCG Monitor Campista, 23 de setembro de 1887.

³³⁸ PEÇANHA, Celso. 1969, p. 47

de *retirantes*, como ficaram conhecidos os escravos que, abandonando suas fazendas, grande parte deles, das freguesias rurais, como São Gonçalo e São Sebastião, rumavam em direção a Campos.

A primeira retirada organizada dos escravos veio da fazenda de Guandu, de Julião Alves e a segunda da fazenda de José Gordinho, escravocrata de São Sebastião. Outros mais se seguirão³³⁹. Retirando-se sem grandes conflitos ou impedimentos das fazendas, os escravos não encontravam resistência por parte da polícia quando chegavam à cidade. Diante do quadro e do número de escravos, o que poderia fazer a polícia?³⁴⁰ A população os auxiliava e o apoio era incontestável. Poucos foram os senhores que se aventuraram a buscar seus escravos. “Mais de 500 chegavam diariamente à cidade sem fazerem a menor desordem, e sem serem também incomodados pela polícia”³⁴¹.

Como resultado dessa ação empreendida pelos escravos, os fazendeiros, numa tentativa desesperada de manter os escravos em suas fazendas, começam a conceder a liberdade a seus cativos, alguns com cláusulas de prestação de serviços que iam até cinco anos mais. Esperavam que os escravos, gratos pela liberdade, se mantivessem no trabalho. Em linhas gerais, o artigo abaixo, publicado no *Monitor Campista* em 11 de março, define bem o sentimento e expectativa vividos pelo povo campista e, principalmente, pelos senhores.

Exodo e Redenção

Nestes últimos dias ouve-se um rumor geral, que cresce e se propaga por todas as partes do município. *É a escravatura que se retira das fazendas sem violência, socegradamente, sim, porém, decida a não voltar mais para a senzala da escravidão.* (...)

A fuga não é acto illegal, e sendo legitimo por conselho da natureza, é licito pelo silencio da lei. Dahi o brado todos os dias dirigido aos escravos pela imprensa abolicionista, mandando-os deixarem as fazendas, isto é, o cativeiro; e pois era de esperar o abandono das fazendas, a retirada dos escravos era imminente, incoercível, necessária. (...)

É licito afirmar que chegando ao termo de seu cativeiro no fim do prazo dado, para assumirem a posse de si, os escravos, digamos os *libertos por concessão dos senhores, não se retirarião das fazendas*

³³⁹“Continua a retirada em massa dos escravos de algumas fazendas. Ante-hontem e hontem forão abandonadas as fazendas dos Srs. Major Jose Ferreira Crespo, em S. Gonçalo, Macellino Francisco Soares, no Carvão, tenente-coronel Antonio Ferreira Saturnino Braga, em S. Gonçalo e major Manoel Manhães Barreto, no Araça”. APMCG Monitor Campista, 10 de março de 1888.

³⁴⁰ Celso Pessanha afirma que, os militares já se negavam a perseguir escravos, alegando não serem “capitães do mato”. 1969, p. 46

³⁴¹ FEYDIT, Julio. 1979, p. 371.

senão em pequeno numero, num terço se tanto, e em todo caso irião se fixando logo em outras sem haver danno para a producção³⁴².

O golpe final havia sido dado. A abolição tinha que ser feita porque era então inevitável e intransferível, se não pelos senhores ou pelo vigor da lei, pela atuação dos próprios escravos. Em verdade, a abolição em Campos estava sendo então realizada, e realizada não pelas mãos dos intelectuais, dos políticos, dos escravistas, ou tão somente pelo empreendimento dos abolicionistas, mas sim, pelas mãos dos próprios escravos. A liberdade foi por eles buscada e a abolição se fez pelo seu intento, se bem que auxiliados pelo movimento abolicionista.

Em realidade, podemos concluir que as ideias e os incentivos dados pelo movimento abolicionista aos escravos, serviram como agente catalisador para as manifestações de sua rebeldia e contestação. Em Campos, o movimento abolicionista foi sim elemento catalisador na crise para o trabalho escravo, embora em sua definição, elemento catalisador apenas acelere o processo. O grande acontecimento que, de fato, obrigou os fazendeiros a pôr fim na escravidão na região foi, sem qualquer dúvida, as ações empreendidas pelos escravos ao longo dos anos 1880. No entanto, é digno de nota que, conforme analisa Lana Lage da Gama Lima, com o apoio e influência prestados pelo movimento abolicionistas aos escravos na luta pela abolição, suas investidas passaram então a se revestir de uma conotação eminentemente política, que antes lhes era negada³⁴³.

4 - A solução senhorial: Libertar o trabalho, organizar o trabalho livre.

Conforme foi possível constatar a partir do que até aqui foi exposto, nos anos que precederam a Abolição, a movimentação negra foi o fator determinante para que o fim do cativo fosse decretado, não somente em Campos, mas como em boa parte do país. O medo da desorganização econômica que a falta de braços na lavoura poderia trazer, fez com que os próprios senhores de escravos pensassem em soluções para tal quadro e a liberdade de seus cativos foi uma delas³⁴⁴.

É reveladora a situação dos fazendeiros que, abandonados pelo poder central, tiveram que buscar por suas próprias forças, soluções para a crise que já havia se

³⁴²APMCG Monitor Campista, 11 de março de 1888.

³⁴³LIMA, Lana Lage da Gama. 1981, p. 139.

³⁴⁴COSTA, Emilia Viotti da. 2008, p. 62

instaurado. Muitos fazendeiros, desesperados para não perderem os braços escravos de suas fazendas, em sua maioria, sem condições de procederem a pagamento de salários³⁴⁵ aos novos trabalhadores livres, tentaram resistir às mudanças. Outros, sem opção, abriram, eles próprios, nova discussão sobre o encaminhamento da libertação do município.

No encaminhamento da questão, *um lavrador*, sujeito anônimo, mas certamente ligado aos fazendeiros, irá se manifestar em início de janeiro do ano de 1888. Convida ele os possuidores de escravos para uma reunião no paço da Câmara Municipal, “a fim de resolverem-se sobre a emancipação dos escravos do município; sendo portanto todos obrigados a pensar, discutir e deliberar sobre a sorte de 13.000 escravos”. Embora voltado para o mesmo interesse dos abolicionistas, “a sorte dos escravos”, o lavrador em questão demonstrava que sua preocupação centrava-se na instauração do trabalho livre, tecendo ainda acusações aos abolicionistas.

Não condenemos o escravo por querer a sua liberdade, que bastante tem elle esperado desde 1871 até cá!! Não tenhamos medo da emancipação, porque o escravo de hoje será o trabalhador de amanhã. *Quanto á essa malta de vagabundos, seductores de escravos, terão por sua vez que se entregarem ao trabalho, porque não poderão contar mais com o dinheiro que o escravo directa ou indirectamente roubava de seu senhor para sua sustentação.*

Qualquer solução será mais util que a incertesa em que laboramos. Somos os homens do trabalho, acostumados ás privações, nunca tivemos glorias nem gozos, o que mais nos poderá acontecer!³⁴⁶

Vê-se, pois, que os ânimos ainda se encontravam sobressaltados e, pela imprensa, fazendeiros e abolicionistas mantinham as habituais acusações. Nas linhas que se seguem, são apresentados os aspectos gerais e mais importantes do projeto de contrato para a emancipação dos escravos do município de Campos, apresentado pelo lavrador em questão. Nele constatamos a visão presente entre os possuidores de escravos de que o fim da escravidão estava próximo, mas, para eles, não tão perto a ponto de ter se dado ainda em 1888³⁴⁷.

³⁴⁵ Nesse período, pudemos constatar que o salário marcado para os libertandos girava entre 10 a 20\$000 mensais.

³⁴⁶ APMCG Monitor Campista, 19 de janeiro de 1888.

³⁴⁷ É notória essa assertiva quando analisamos as muitas concessões de cartas de alforrias dadas pelos fazendeiros. Nelas, constatamos a presença de cláusulas que condicionavam os serviços dos escravos por mais alguns anos, são as chamadas *alforrias condicionais*.

PROJECTO DE CONTRATO PARA A EMANCIPAÇÃO DOS
ESCRAVOS DO MUNICIPIO DE CAMPOS

Art.1º Será marcado o dia *31 de Dezembro de 1891* para a libertação dos escravos do município.

Art.2º Desde já os fazendeiros e possuidores de escravos deverão marcar um salário á titulo de gratificação aos seus escravos.

§1 – Esse salário será nas cidades, para os adultos de ambos os sexos de 2\$000 mensalmente.

§2 – Os domingos e dias santificados que trabalharem perceberão 400 rs diários e alimentação.

§3 – Os escravos empregados na lavoura perceberão mensalmente 3\$000 os do sexo masculino, e 1\$500 as mulheres.

§4 – Nos domingos e dias santificados que trabalhares, perceberão os homens 800 rs e as mulheres 600 rs á secco.

§7 – *Os escravos que permanecerem em companhia de seus senhores até o dia de sua libertação, abonados por bom comportamento e applicação ao trabalho, perceberão nesse dia mais 50% sobre o total de seus ordenados.*

Enquanto se não libertarem, ficarão os escravos sujeitos á seguinte disciplina:

Art.1º O escravo *que commeter offensas verbaes e fizerem fugas momentâneas, serão punidos* com cárcere e abatimento de 50% de seus vencimentos.

Art.2º Os escravos que adoecerem não perceberão jornal enquanto durar a moléstia.

Art.3º Os *escravos que fugirem* ficarão sujeitos a pagarem ainda depois de livres, aos seus ex-senhores ou herdeiros o tempo de fuga no dobro do jornal que lhe for estipulado em máximo por seus senhores quando escravos³⁴⁸.

Respeitando-se o recorte cronológico proposto por este trabalho, pudemos perceber que já em 1883 o jornal Monitor Campista se ocupou em algumas de suas páginas a comentar sobre a situação da lavoura e da possível e, aparentemente inevitável, transição ao trabalho livre. A “grande” solução que recorrentemente vemos como sendo a alternativa para se evitar uma futura crise é a solução imigrantista. Assim, nos dias 05 e 06 de fevereiro a seguinte chamada direcionada *Aos Fazendeiros*:

Acha-se nesta cidade o Sr. Manoel José de Barros, proposto da agencia geral de colonização, que está autorizado para contratar com os fazendeiros deste município os colonos de que precisarem, mediante condições que nos parecem não só rasoaveis como uteis aos fazendeiros. A agência geral tem na norte cerca de 500 colonos e espera mais 300 em poucos dias (...) Na sua quase totalidade oriundos das canárias (...) O dispêndio para a aquisição deles é de 100\$000 por adulto, e 60\$000 por menor de 4 a 13 anos (...) Há necessidade de

³⁴⁸APMCG Monitor Campista, 19 de janeiro de 1888.

braços e o fazendeiro de Campos, que deles precisem, tem nos a seu alcance (...) ³⁴⁹.

O ano de 1884 irá marcar claramente os contornos das lutas travadas entre o movimento abolicionista e os fazendeiros. Preocupados com o aumento do abolicionismo, principalmente após a criação do Clube Abolicionista Carlos de Lacerda, os senhores de escravos, assustados diante das ameaças e exposição públicas a que vinham sofrendo, principalmente através das conferências pronunciadas por Lacerda e seus companheiros, fundam em 30 de abril daquele ano uma associação denominada Centro da Lavoura e do Comércio, presidida pelo então visconde de São Sebastião. Em estatuto publicado no dia 10 de maio no Monitor Campista, vemos em seu Artigo 1º que a Associação tinha por fim:

§1º A defesa dos meios legaes, dos direitos e interesses da agricultura, do commercio e da industria;

§2º A substituição do trabalho servil pelo livre, sem alteração da ordem pública nem offensa à propriedade ³⁵⁰.

Logo depois, a 15 de maio, reuniram-se novamente para tratar da movimentação que começava a tomar conta de toda a cidade e ameaçar a ordem pública, ocasionada especialmente pela criação do jornal *Vinte e Cinco de Março*. Denunciados e expostos, os fazendeiros se sentiam aviltados perante a opinião pública, já que nas páginas do jornal eram seus nomes expostos diante de acusações de maus-tratos contra seus escravos, negando-lhes o descanso, a comida e infringindo a eles severos castigos. Nesse encontro, fica patente a preocupação desse setor da sociedade quando nos deparamos com a fala do coronel José Pinto Guedes, que diz: “É preciso fazer parar o estado de verdadeira anarquia e de sedição em que está a cidade” ³⁵¹.

Frequentemente, a opinião pública, e até mesmo parte dos fazendeiros, vinham a público chamar atenção para a necessidade de reorganização do trabalho, principalmente diante do rápido avançar do movimento abolicionista pelo país.

³⁴⁹ APMCG Monitor Campista, 05 e 06 de fevereiro de 1883. Mais tarde, no ano de 1888, em 23 de fevereiro, será lançada a primeira pedra para a construção do edifício da hospedaria desta cidade. A solução imigrantista era esperada pelos fazendeiros que acalentavam a ideia de que os imigrantes poderiam ser a solução diante de uma possível falta de braços escravos para as lavouras, tanto é que concorreram para o evento “todas as autoridades locais, grande numero de senhoras, lavradores, representantes de todas as classes sociais”. APMCG Monitor Campista, 26 de fevereiro de 1888.

³⁵⁰ APMCG Monitor Campista, 10 de maio de 1884.

³⁵¹ FEYDIT, Julio, 1979, p. 360.

Destacavam que a liberdade era a condição essencial para a organização do trabalho livre.

É Tempo

Temos sempre informado aos senhores ruraes, em cujo poder ainda há escravos, do movimento tão rápido como expansivo da abolição em todo o paiz, porque vissem o que lhes cumpria fazer e o proprio interesse lhes dictava para entrarem de harmonia e não serem levados no roldão na marcha veloz dos acontecimentos que purgão o Brazil da diathese da escravidão. (...)

A questão está em dois termos:

Libertar o trabalho

Organisar o trabalho livre.

Uma parte é condição de outra: *libertar para organizar o trabalho livre*, eis a lei da evolução econômica da organização agrícola³⁵².

Resistentes à abolição, em sua maioria, por considerarem que a extinção do elemento servil sem indenização significava a perda de capitais e um desrespeito à instituição da propriedade, os fazendeiros inicialmente tentam manter a todo custo a velha e antiga ordem. Mas os tempos eram outros e constando eles as mudanças que começavam a se operar - aprofundamento das manifestações escravas, principalmente das fugas, intensa propaganda abolicionista, opinião pública favorável à causa dos negros, falta de capitais para pagamento de salários aos empregados, entre outros – procuraram buscar alternativas para manter o braço escravo na lavoura e evitar uma crise sem precedente – a falta de trabalhadores. Perceberam, desse modo que, somente a liberdade acalmaria os ânimos dos negros e, desse modo, passaram a conceder alforriarias em massa as suas escravarias. Acreditavam eles terem encontrado a solução para manter os escravos nas fazendas, já que, antecipando-se à lei, seria o senhor o elemento redentor do cativo; seria ele o doador da liberdade tão esperada e tão aguardada. Esperavam, contudo, que, uma vez gratos, permanecessem os escravos nas fazendas. Afinal, como virar as costas aos senhores quando foram eles que lhes trouxeram a liberdade? Utilizando-se dessa ideologia, puderam muitos senhores manter os braços dos escravos no eito de trabalho, submetidos a praticamente as mesmas dinâmicas anteriores.

Em muitos casos, tais alforrias não eram absolutamente incondicionais. Muitas delas estipulavam um prazo de até cinco anos de trabalho para que o escravo obtivesse de fato a liberdade. Conseguia garantir, assim, o senhor, ao menos mais alguns anos de

³⁵² APMCG Monitor Campista, 24 de janeiro de 1888.

trabalho compulsório. Nesse sentido, ao dar conta em suas edições dos escravos que recebiam suas alforrias, os jornais campistas exaltavam as figuras desses homens e, em suas páginas publicavam os nomes daqueles que, antecipando-se à lei, forravam seus escravos, mesmo quando apenas um.

Libertação do município – A Sra. D. Anna Gregoria de Miranda Pinto, proprietária da fazenda do Visconde, da freguezia de S. Gonçalo, neste município, para festejar ante-hontem o anniversario do seu natalício prometteu a todos os seus escravos, em numero de 111, liberta-los, sendo alguns que designou logo, no dia 29 de Janeiro de 1889 e os outros no mesmo dia de 1890, declarando desde logo 3 livres em condição.

A mesma senhora já tem forrado cerca de 50 escravos, e destes apenas um retirou-se da fazenda, de sorte que actualmente conta cerca de 80 trabalhadores livres empregados no seu estabelecimento, e no serviço de sua casa de residência, na qual não se serve com escravos³⁵³.

As alforrias tornaram-se tão populares que pareciam aos fazendeiros a solução para o problema da crise de mão de obra, a tal ponto que, diante disso publica o Monitor Campista, nas mesmas páginas que dá conta do “empreendedorismo” dos novos libertadores, aviso aos que concedem alforrias condicionais:

Alforria com cláusula de serviço

Nos termos da última lei de 28 de setembro a obrigação de serviços por parte dos escravos alforriados com semelhante clausula ou condição, não vigorará por tempo maior do que aquele em que existir a escravidão, e acrescenta agora o governo que ditos serviços não podem ser transferidos nem dados a penhora³⁵⁴.

Quando chegou o ano de 1888 e se iniciam as fugas em massa dos escravos das fazendas, mais uma vez, a concessão de alforrias aparecerá como a solução possível aos fazendeiros. A experiência demonstrava que aqueles que haviam libertado seus escravos anteriormente, continuaram a contar com seus serviços na lavoura.

Porém, apenas a concessão de alforrias não bastou. Diante do quadro de fugas em massa dos escravos das fazendas e a conseqüente chegada diária de milhares de escravos à cidade, não somente muitas fazendas ficariam vazias, como a própria ordem urbana parecia passível de sofrer as conseqüências de ter em seu espaço todos aqueles retirantes. Destarte, somente a concessão de alforrias, destituídas de um significado

³⁵³APMCG Monitor Campista, 31 de janeiro de 1888.

³⁵⁴APMCG Monitor Campista, 15 de janeiro de 1887.

mais amplo, não foi o suficiente para organizar o trabalho livre e as relações de produção³⁵⁵. Assim, no início de março de 1888, os fazendeiros publicam no Monitor Campista chamada para um congresso que deveria assentar as bases para a emancipação definitiva da escravidão em Campos.

Vários fazendeiros dentre os mais importantes, tanto de um como de outro lado político promovem uma reunião de todos os interessados, no Paço da Câmara, as 11 horas afim de assentar-se a emancipação definitiva do município e na organização do trabalho livre.

Assim, a 18 de março de 1888 teve início a reunião que recebeu o nome de Congresso Agrícola e que contou com ilustres personagens do movimento abolicionista, como os irmãos Carlos, Cândido e Álvaro de Lacerda, então deputado provincial, Nilo Peçanha, a quem coube lavrar a ata da Assembleia, e Francisco Portela. Assim reunidos no Paço da Câmara Municipal, tiraram documento / monção a ser enviado ao Governo Imperial solicitando o fim da escravidão. Além disso, ficou posto que seriam formadas comissões para libertar os escravos nas freguesias e, ainda em 25 daquele mês, as comissões se reuniram a fim de declarar extinta a escravidão em Campos.

Leia-se a monção aprovada a ser enviada ao imperador:

A população do município de Campos julga seu dever manifestar ao governo imperial o voto que faz para que seja decretada o quanto antes a abolição da escravidão em todo o Império, ainda que por um ato do poder executivo, porque é preciso que cesse já a perturbação geral e profunda do país.

Da Ata do Congresso, podemos ver:

³⁵⁵ “A colocação imediata dos retirantes de umas em outras fazendas obedecia mais a necessidade do que a um pensamento systematico, e por isso nem tinha caráter definitivo nem segurança de estabilidade. Embora fossem elles collocados outras vez na lavoura a salário ou de parceria, este facto precisava ser sem demora regulado ou apoiado por medidas e por meios que assegurassem a sua permanência, consultando tanto os interesses dos proprietários como os dos trabalhadores. A questão era adopatar uma norma de proceder conveniente á generalidade dos fazendeiros e que assegurasse aos trabalhador o seu natural interesse e justa recompensa, enquanto por lei não fossem regulados as relações e os interesses de uns e de outros. (...)Demais impunha-se á atenção de todos a situação pecuniária da lavoura. A maior parte dos fazendeiros só poderião ter trabalhadores de parceria, por faltar-lhes os meios de pagarem as despesas do serviço a salário, e por seu lado o trabalhador liberto, o retirante, não tinha recursos, sahindo as escravidão só com a posse de seu corpo, isto é, sem bens e sem dinheiro, portanto precisava de salário no começo para alimentar-se e vestir-se”. APMCG Monitor Campista, 26 e 27 de fevereiro de 1889.

Em nome de Jesus Christo, Nosso Redemptor, nós habitantes do município de Campos, da província do Rio de Janeiro, reunidos no dia 18 de Março de 1888 no paço da Camara Municipal para o esplendor da dignidade do Brasil e prosperidade da nação resolvemos conferir liberdade immediata a nossos escravos e renunciar aos serviço dos ingênuos, sem indenisação, servindo esta acta de documento legal da nossa resolução, como se a cada um delles o fizéssemos por carta pessoal de nosso punho³⁵⁶.

Em realidade, Campos terá sim decretado o fim da escravidão a partir do Congresso Agrícola, organizado eminentemente pelos fazendeiros da região, mas que contou com ampla participação dos líderes do movimento abolicionista. Ao que nos parece, este pareceu ter sido o elemento condutor que fez com que alguns escritores tenham afirmado que no dia 13 de maio, Campos já havia varrido da sua história o emprego do trabalho escravo. Ledo engano. O Congresso Agrícola não alcançou o objetivo que pretendia - o de ver extinta a escravidão em Campos. No entanto, podemos afirmar que seus efeitos tomaram enormes proporções, ao possibilitar em pouquíssimos dias a libertação de milhares de cativos. Nesse sentido, Osório Silva cita que em 16 de março, 88 fazendeiros libertaram 322 escravos e, no dia seguinte, mais 415³⁵⁷, num quadro em que metade dos seis mil escravos da cidade haviam sido libertos num intervalo de cinco dias³⁵⁸. No geral, o Congresso Agrícola deu início a um “movimento emancipador que, de março a abril, libertou 8.727 escravos no município”³⁵⁹ e, à exemplo da cidade, os municípios vizinhos empreendem o mesmo ato.

Das concessões de alforrias, mesmo as anteriores à movimentação intensa registrada entre os meses de março e abril de 1888, pudemos observar quando da análise dos Livros de Registro do Cartório do 2º Ofício de Campos, a seguinte movimentação:

³⁵⁶ APMCG Monitor Campista, 26 de fevereiro de 1889. Ver também em FEYDIT, Julio. 1979, p. 372-373.

³⁵⁷ PEIXOTO, Osório. 2004, p. 95

³⁵⁸ CONRAD, Robert. 1978; p.326.

³⁵⁹ LIMA, Lana Lage da Gama. 1981, p. 139. Ver também FEYDIT, Julio. 1979, p. 373-374.

Quadro 9: Títulos de Liberdade constantes nos Livros de Registro³⁶⁰

Total de Títulos Por Ano*/Total de Títulos por Tipo**	Gratuito	Indenização	Prestação de Serviços	Total Condicionais	Total Geral por ano:
Total 1885:	53	34	52	86	225
Total 1886:	37	27	21	48	133
Total 1887:***	152	14	77	91	334
Total 1888:	18	2	17	19	56
Total Geral:	260	77	167	244	778

* ** Contado por escravo libertado

*** Verificar o ano de 1887, pois há alforrias em massa, tanto gratuitas, como condicionais.

Vê-se, pois, que, pela movimentação acusada nos dois livros em questão, nos foi possível observar que a concessão de alforrias foi muito mais intensa durante o ano de 1887, do que quando comparada aos anos de 1885 a 1886, o que nos possibilita afirmar que, muito provavelmente, a abertura à liberdade escrava está ligada ao crescimento das tensões causada pelo aumento das manifestações de rebeldia negra, bem como pela intensa e combativa propaganda abolicionista realizada pelo *Vinte e Cinco de Março*. No que toca ao ano de 1888, apesar do grande número de indivíduos que adquirem a liberdade, ficou estabelecido da reunião do congresso que pretender extirpar a escravidão de Campos, que o próprio documento da reunião serviria aos fazendeiros e escravos como garantia da liberdade. No entanto, assim como alguns fazendeiros não concordaram com a imediata abolição, mantendo suas escravarias, tantos outros optaram por legalmente, isto é, pela emissão e registro das cartas de liberdade, conceder alforria aos seus cativos.

Por fim, cabe ressaltar que, ao aceitarem o fim da escravidão, os fazendeiros longe estavam de deixar de ser classe dominante. Apesar do recrudescimento do movimento abolicionista, das ações dos escravos e do próprio interesse dos fazendeiros, a transição ao trabalho livre se fez pela via legalista e parlamentar. Soma-se a isso que, muitos senhores da região não pretendiam abrir mão de seus escravos. Em realidade, muitos não podiam nem pensar nessa possibilidade, porque libertar os braços escravos de suas fazendas seria o mesmo que levá-los à ruína econômica. Muitos deles não haviam se preparado para as transformações exigidas pelo trabalho livre. É o no próximo capítulo.

³⁶⁰ C2 0911 – 29.05.1886 a 23.05.1889 e C2 0912 10.07.1884 a 22.03.1886 – APMCG . Nestes, com exceção do mês de abril de 1886, terei o panorama completo de 1885 e 1886

5 - É chegado o fim

Já desde o início do ano de 1888, diante das notícias que chegavam da Corte, a população aguardava ansiosa pela chegada do mês de maio, ciosa de que dali em diante marcar-se-ia um fim para a escravidão. Podemos entrever por entre as linhas abaixo o cenário que se delineava naqueles momentos finais, para o qual o povo, apesar das muitas vozes, vindas dos mais diferenciados cantos, ciente de que “já não há mais escravos, a escravidão está acabada”, percebia que era chegada a hora naquele ano, ou dali a muito pouco, de ser pôr fim à escravidão. Assim, em 26 de janeiro trazia o *Monitor Campista* a seguinte mensagem:

Nos boatos que correm na corte sobre a questão servil, isto é, as vozes que vão levantando a todos os pontos, a todos os círculos da capital as ideas do governo, deixão presumir que o Sr. Cotegipe quer arrancar o marco fincado com ajuda do Sr. Saraiva para colloca-lo mais perto deste anno. (...) Apesar da variedade das supposições nascidas das versões, alguma coisa há de real, que póde ser imaginado, não com muita precisão, porem approximadamente; e se só em Maio se saberá ao certo o que o governo intenta, é certo, porém, que em Maio elle por bem ou por mal terá de apresentar o fructo do seu estudo. (...).

E a verdade é esta:

Já não há mais escravos, a escravidão está acabada; (...).

Como há quem pense que ainda tem escravos?!

O negro, apesar de ignorante, sabe uma cousa – que elle já é gente. Pois bem, seja como gente tratado e assim o empregue o fazendeiro para operar a evolução do trabalho, com a qual unicamente será possível manter-se o edifício rural, e o andamento das fabricas e a cultura da canna³⁶¹.

A 08 de maio de 1888 foi recebido com júbilo e exaltação pela população de Campos um telegrama chegado da Corte comunicando que “o governo apresentou hoje à Câmara proposta extinguindo a escravidão do Brasil”³⁶². No dia 13 de maio, novo telegrama chegou dando conta de que havia passado no Senado o projeto declarando extinta a escravidão, tendo a lei número 3353.

Dias de festa cobriram a cidade, com a população às ruas a comemorar, finalmente, a libertação do braço escravo.

³⁶¹ APMCG Monitor Campista, 26 de janeiro de 1888.

³⁶² PEIXOTO, Osório. 2004, p. 273.

São oito dias de festas. Comissões organizam-se nos bairros para as comemorações. As bandas de música tocam incessantemente nas ruas campistas, foguetes sobem aos céus dos Campos e, nas noites da planície, pela primeira vez, os tambores e cânticos dos negros sobem livres, marcando a primeira revolução vitoriosa e verdadeiramente popular realizada no Brasil.³⁶³

Explorados em sua força de trabalho, as manifestações escravas dificilmente transcenderiam às limitações que o próprio sistema lhes impunha – a condição de explorados, de vítimas. Mas não vítimas inertes, acéfalas ou anômalas, como quer que seja boa parte da historiografia que durante anos consagrou à figura do negro o papel de simples objeto de trabalho, em verdade, apenas o papel de *coisa* dentro do sistema. A Abolição, longe de ser um negócio de brancos, conforme afirmou Octávio Ianni, foi o resultado da associação dos ideais abolicionistas às lutas dos próprios escravos. Para autores como Jacob Gorender,

Enquanto teve base econômica sólida, coesão interna e apoio internacional, a formação social escravista enfrentou essas lutas e as sufocou. Mas, nem por isto, a resistência dos escravos deixou de agir no sentido de desgastar o regime opressor e impor limitações à sua expansão³⁶⁴.

No entanto, tendo a abolição no Brasil ocorrido em meio às manifestações e clamores de escravos, abolicionistas e populares, o panorama do pós-Abolição continuará a exigir dos negros, agora ex-escravos, a dedicação a um mundo que sempre lhes pertenceu: o mundo do trabalho.

³⁶³ Ibid. p. 95

³⁶⁴ GORENDER, Jacob. 1990, p. 132

Capítulo III - Pós-Abolição – Bom comportamento e aplicação ao trabalho: a revolução do trabalho em seu caminhar

Os mais ardentes abolicionistas, os mais sinceros como nós, e até os mais indiferentes ou despreocupados dos efeitos da abolição, nunca pensarão em redenção da escravidão sem organização do trabalho livre.

Monitor Campista³⁶⁵.

Aos escravos foi concedida uma liberdade teórica, sem qualquer garantia de segurança econômica ou de assistência compulsória; aos senhores e ao Estado não foi atribuída nenhuma obrigação com referencia às pessoas dos libertos, abandonados à própria sorte daí em diante.

Roger Bastide e Florestan Fernandes³⁶⁶.

Passada a euforia inicial pelo advento da emancipação, analisar a vida e o cotidiano dos ex-escravos na luta pela adequação dos seus interesses à nova ordem é tarefa bem recente no Brasil. Apenas com a revisão historiográfica empreendida pela academia entre os anos de 1970-1980 é que as sociedades do pós-emancipação vêm recebendo os merecidos estudos, aos quais já tivemos oportunidade de examinar em capítulo anterior. Importa ressaltar que tais análises procuram romper com o extremismo proposto anteriormente pela Escola Paulista de Sociologia, ao longo das décadas de 50 e 60, que viam no escravo não mais do que a representação de uma figura anômala, destituído de suas características humanas e ausentes de qualquer contribuição para a história do país, como quando do processo de emancipação. Agora, isto é, a partir das décadas de 70-80, importava ver os escravos como portadores de uma lógica racional e voltada a seus próprios interesses - individuais ou coletivos.

Para essa nova abordagem historiográfica, mecanismos de negociação faziam parte das relações bilaterais entre escravos e senhores e, por isso mesmo, autores como Jacob Gorender a tenha acusado de reviver o mito da democracia racial e do estado de paz social que imaginavam ver em estudos de Gilberto Freyre. No geral, porém, esta corrente da historiografia nos permitiu lançar um novo olhar sobre as sociedades do pós-emancipação, preocupando-se de dar conta de analisar e entender os percursos escolhidos pelos ex-escravos diante da nova ordem que chegava – sociedade livre do trabalho escravo e não mais monarquia, agora sim república. Nesse sentido, as atitudes

³⁶⁵ APMCG Monitor Campista, 15 de março de 1889. Sem autoria.

³⁶⁶ MATTOS, Hebe. 2008, p.65.

dos libertos puderam receber análises que partiam da constatação de que suas ações se conformavam a partir de uma lógica própria e de interesses e projetos próprios³⁶⁷.

Assim é que este capítulo se propõe a analisar as experiências as quais os escravos viveram e foram levados a viver, destacando-se, em especial, as relações ligadas ao mundo do trabalho e à reconfiguração das relações sociais que se seguiram à Abolição.

1 - O pós-Abolição como problema histórico: o problema das fontes e das pesquisas

Hebe Mattos, uma das autoras mais importantes no tocante aos estudos do pós-Abolição, esclarece que, “o que está ‘além’ da escravidão é tema complexo e de difícil abordagem histórica em todas as sociedades tocadas pela escravidão moderna”³⁶⁸, ressaltando a dificuldade em se empreender análises que possam dar conta das trajetórias vividas pelos negros do pós-emancipação. Tal dificuldade em muito está ligada à escassez de fontes que possam analisar com detalhe a importância de suas vidas. A bem da verdade, segundo a autora, o negro parecia ter desaparecido da história do Brasil³⁶⁹.

Inicialmente, as análises sobre o pós-emancipação estavam relacionadas a uma corrente de pensamento, especialmente traduzida por Florestan Fernandes,³⁷⁰ que tendia a reduzir a problemática à formulações de raça e racismo. Refutando as ideias de Gilberto Freyre, os pesquisadores paulistas sinalizavam para o processo de coisificação social do escravo, imposto pelo próprio sistema escravista³⁷¹.

Quando então, a partir da década de 70 começam a surgir os primeiros estudos sobre as sociedades do pós-emancipação, as análises, em sua maioria, estão ligadas a modelos comparativos e que tentam explicar os sucessos ou fracassos de cada uma a partir de uma perspectiva comparativa e econômica, deixando carentes de aprofundamento outras áreas, como a família e a cultura³⁷². Fundamentalmente, tais estudos recebem destaque por terem recuperado o processo de emancipação a partir de

³⁶⁷ Ver, nesse sentido, a introdução da obra Memórias do Cativo de RIOS, Ana Lugão. MATTOS, Hebe. 2005.

³⁶⁸ MATTOS, Hebe. 2005, p.13.

³⁶⁹ RIOS, Ana Lugão. MATTOS, Hebe. 2004, p. 1.

³⁷⁰ FERNANDES, Florestan. 2008.

³⁷¹ Nesse sentido, Fernando Henrique Cardoso avançou ainda mais, para além da coisificação social do escravo – para ele, era possível a coisificação subjetiva do escravo. Cf. CARDOSO, Fernando Henrique. 1962.

³⁷² Para uma análise primeira do pós-Abolição em outras áreas da América, ver HOLT, Thomas, 2005, SCOTT, Rebecca, 2005, COOPER, Frederick. HOLT, 2005 e FONER, Eric, 1988.

uma apreensão historiográfica e, principalmente, por terem questionado os princípios vitais apregoados por Florestan Fernandes e seus discípulos: a de que a situação atual do negro era reflexo da herança da escravidão³⁷³, bem como a ideia de ser o escravo mero expectador diante do processo que levou à Abolição, embora alguns deles, como Florestan tenham reconhecido certo grau de participação negra na crise final do escravismo³⁷⁴. Para essa nova vertente, que Gorender compreendeu chamar de “reabilitadores da escravidão”, o escravo foi ressaltado como sujeito capaz de ação própria e autônoma no interior das relações escravistas. Além disso, o escravismo aparecia, então, como realidade capaz de ser moldada, adaptada, baseada não apenas em mecanismos de coerção e violência. Em verdade, grande parte das críticas levadas a cabo contra essa nova historiografia residiam nessa tenaz possibilidade de adequar o sistema as suas necessidades – tanto entre escravos, quanto entre senhores. Mais importante ainda, na recuperação da subjetividade dos escravos, dando conta das acomodações por eles geradas para garantia da sobrevivência no sistema, acabou por retirar das suas lutas seu significado maior, isto é, a modificação das relações. No entanto, essa linha de pensamento tem a primazia de conceber a ideia de priorização do consenso sobre a violência, embora não negasse a existência do conflito e, diferentemente do que afirmou Gorender, não tendia a prevalecer a coexistência, apenas a ela tentava se sobrepor, justamente para a manutenção de certa “paz social”. Como expoentes dessa linha, surgem autores como Stuart Schwartz e Kátia Mattoso, João José Reis e Eduardo Silva, entre outros, acusados ainda de fazerem reviver o paternalismo presente em Freyre, ao recuperar a subjetividade do escravo a tal ponto de torná-los agentes do sistema.

Com a chegada de alguns estudos que davam conta da formação de um campesinato livre no Brasil, o campo de estudos do pós-Abolição começou a incluir outras propostas e preocupações em suas pesquisas, como as relações familiares e de parentesco:

O papel do estado, dos ex-senhores, as condições em que eram exercidas as atividades que empregavam os escravos às vésperas do fim da escravidão, a existência ou não de possibilidades alternativas de recrutamento de mão de obra (imigração) etc. Incluiu também a

³⁷³ FERNANDES, Florestan. 2008; CARDOSO, Fernando Henrique. 1962; IANII, Otavio. 1960; COSTA, Emilia Viotti da 1998.

³⁷⁴ Cf. FERNANDES, Florestan. 2008.

recontextualização de conceitos como cidadania e liberdade e seus possíveis significados para os diversos atores sociais³⁷⁵.

Em verdade, tais estudos conferiram especial importância à construção dos conceitos de cidadania e liberdade, buscando, para além de seu sentido formal, sua contextualização a partir das experiências negras. Assim, procurava-se o sentido da liberdade para as populações de escravos libertos e, posteriormente, para o conjunto dos ex-escravos libertos pela lei de 13 de maio. Descobriu-se que, enquanto grupo heterogêneo, muitos foram os significados das liberdades vividas e descobertas – terra, trabalho estavam no cerne de tal questão³⁷⁶. Veremos então, que os significados que os ex-escravos atribuíam à liberdade rumavam, a grande maioria das vezes, em direções opostas ao que pretendia o Governo e a classe dirigente.

2 - A experiência do negro – dificuldades no horizonte imediato

Como vimos, diante do crescente quadro de fugas em massa dos escravos das fazendas, os senhores, receosos da perda de legitimidade e controle sobre a ordem, empreenderam em Campos eles próprios a transação ao trabalho livre, através do Congresso Agrícola, realizado em maio de 1888³⁷⁷. Apostavam eles que a gratidão dos ex-escravos por terem recebido a liberdade das suas mãos, quando nem ainda o Estado havia chegado de forma conclusiva, e a força dos laços de família e comunidade desenvolvidos pelos libertos, os influenciariam a permanecerem nas fazendas³⁷⁸.

Assim, embora nem todos os fazendeiros tenham de fato libertado seus escravos, em apenas dois meses, mais de oito mil foram livres do cativeiro³⁷⁹. Suas expectativas ao optarem pela manumissão dos escravos residiam em manter os trabalhadores nas fazendas através de um mínimo de mudanças possíveis. Talvez mesmo por isso é que a grande maioria dos contratos de trabalho entre os fazendeiros e seus antigos escravos tenham sido firmados através do sistema de parceria³⁸⁰, para o qual, em tendo *recebido* as terras dos fazendeiros, os trabalhadores, em contrapartida, dividiam a safra com eles. Certo é que, seja pela gratidão ao antigo senhor, seja pelos laços de familiaridade ou vizinhança, ou ainda por outros motivos, como, por exemplo, a simples falta de opção

³⁷⁵ RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. 2005, p. 3.

³⁷⁶ Em especial, Cf. RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. 2005.

³⁷⁷ Cf. Capítulo II.

³⁷⁸ MATTOS DE CASTRO, Hebe. 1997, p. 369.

³⁷⁹ LIMA, Lana Lage da Gama. 1981, p. 139.

³⁸⁰ MATTOS DE CASTRO, Hebe. 1997, p. 368

em ter onde e em que se empregar, Hebe Mattos, através de estimativas do *Correio de Cantagallo*, afirma que não mais do que 10% dos escravos abandonaram as fazendas no momento imediatamente posterior ao 13 de maio³⁸¹.

Acresce que, no tocante às constantes discussões sobre o papel empreendido pelos abolicionistas, Florestan esclarece que a orientação destes “foi ao encontro da necessidade de mão de obra dos fazendeiros”³⁸², colaborando para a total desorganização do trabalho servil africano, além de fazer com que os anos que se seguiram à Abolição fossem extremamente duros para os ex-escravos, bem como para a população negra no geral. Neste campo não poderemos discordar do que assinala Florestan. Aos negros nada foi dado. Em verdade, foram abandonados inclusive pelos famigerados líderes abolicionistas, tão ciosos por verem livre o Brasil da mancha da escravização do homem. Em artigo intitulado *A reconstrução da lavoura* fica patente as preocupações presentes naquela sociedade: a reconstrução da lavoura através da reorganização do trabalho.

Nunca houve governo que tal fizesse senão o do nosso paiz, senão o gabinete de 10 de Março, que abolindo subitamente a escravidão, não tomou uma só medida para amparar essa importante fonte da riqueza do paiz, ameaçada de ruína immediata com a cessação do trabalho regular de centenas de milhares de braços.

Os mais ardentes abolicionistas, os mais sinceros como nós, e até os mais indiferentes ou despreocupados dos efeitos da abolição, nunca pensarão em redempção da escravidão sem organização do trabalho livre.

Pêza-nos ter de dizê-lo: o governo actual não é digno da gloria de haver libertado o Brazil da escravidão, por não haver sabido tornar essa gloria útil ao paiz.

Vê-se, pois, que não mais os abolicionistas eram acusados de tentarem instaurar o caos no país, como afirmavam os discursos anteriores³⁸³. Agora quem ameaçava o trabalho era o Estado, não por ter realizado a Abolição – em verdade apenas confirmando e tornando legítimo o que já estava posto. Mas sim, por não ter tomado medidas para salvaguardar a propriedade privada após a cessação do trabalho escravo. Fica nítido que, nos contornos dessa discussão, não paira o elemento negro. A bem da

³⁸¹ MATTOS DE CASTRO, Hebe. 1997, p. 369

³⁸² FERNANDES, In BASTIDE e FERNANDES, 2008, p.69.

³⁸³ Ver especialmente o Capítulo II.

verdade era ele, agora, o único responsável por si. Aos fazendeiros interessava apenas que se apresentassem enquanto forma regular de serviço em suas propriedades.

O movimento abolicionista que, em Campos lutava ao lado do escravo sistematicamente desde 1884, não pensou sobre as consequências mais amplas que a Abolição traria: tornar livres formalmente milhares de homens que, tendo passado anos sob o jugo de outros homens, sempre quiseram a liberdade, mas não sabia que com ela iriam adentrar na também cruel sociedade capitalista competitiva. Era o liberalismo “finalmente” colhendo seus frutos, tornando todos os homens iguais perante a lei e ao lhes conceder uma liberdade que, de fato, não ia além do poder de decidir sobre si³⁸⁴. Lana Lage justifica a ação de quase completo abandono em que os abolicionistas deixaram os negros no pós-Abolição “porque o abolicionismo não se permitiu pensar as relações de produção, livres ou escravistas, em seu sentido mais profundo”³⁸⁵, preocupando-se, em sua maioria, com a transformação do escravo em trabalhador assalariado, de modo a lhe garantir melhores condições de vida e de ascensão social, para então “considerar resolvido o problema da integração do negro na sociedade brasileira”³⁸⁶.

Concordo com a autora, aceitando, porém, que, tal assertiva só corrobora uma das ideias levada a cabo por este estudo: o movimento abolicionista agiu em consonância completa com ao menos um dos interesses da classe escravista, em verdade, o maior deles: a sempre presente preocupação com a organização do trabalho. Simplesmente se esqueceram de pensar o negro, e as consequências que a emancipação lhes traria se não viesse acompanhada de um projeto econômico-social para essa classe que, de agora em diante, passava a engrossar substancialmente as fileiras dos homens pobres, excluídos e marginalizados da sociedade brasileira.

Vimos no capítulo anterior que Carlos de Lacerda, líder do movimento abolicionista radical em Campos, não aceitou assumir como orador da Sociedade Campista Libertadora em 1881 por considerar que “*Como conceder-se a liberdade á quem não sabe comprehendê-la, nem defini-la?*”, acrescentando que a liberdade sem

³⁸⁴ Vale ressaltar que com tal afirmativa não queremos induzir o leitor a pensar que a nascente sociedade fosse pior aos olhos dos ex-escravos do que a situação de cativo a qual eram obrigados a viver. Pudéssemos nós perguntar a um escravo, por mais integrado que estivesse a ordem senhorial, por melhor que fosse seus patrões, gozando de certas prerrogativas, como casa e terra em separado, para si e para sua família, se preferia ser escravo a ser livre. Provavelmente, para não dizer certamente, pois me careço de fontes para tal afirmativa, escolheria ele a liberdade.

³⁸⁵ LAGE, Lana Lage da Gama. 1981, p.146

³⁸⁶ Ibid. p.146

instrução seria o atraso da toda a nação, e somente a educação poderia “entregar cidadãos uteis, homens prestáveis e não indivíduos que sob o nome de livres vão ser mais escravos do que estão no cativeiro”³⁸⁷. Entendia ele, naquele momento, que somente a liberdade formal não coformaria um grupo de cidadãos de fato e de direito, e não apenas homens negros livres. Porém, não foi pela educação que se assentaram as bases para a transição ao trabalho livre. As bases para a sociedade do pós-emancipação foram estabelecidas em consonância entre governo, fazendeiros possuidores de escravos e o movimento abolicionista que, consciente ou inconscientemente, conformaram a lógica do sistema, assentando-se, primordialmente, sobre a nova ética do trabalho.

Tendo dedicado um capítulo de seu livro *Rebeldia negra e abolicionismo*, ao pós-emancipação em Campos, Lana Lage destaca que sua pesquisa centra-se, no que tange ao movimento abolicionista, nas ações empreendidas por seus membros, muito mais do que com suas formulações teóricas sobre o trabalho³⁸⁸. Aqui, no entanto, as ações do movimento abolicionista mereceram o destaque que nos foi possível dar, caracterizado pelas lutas e empreendimentos vários junto aos escravos para a obtenção da liberdade. Mas, e o que vinha além? Foram justamente as formulações teóricas sobre o trabalho dos abolicionistas que conformaram uma ética. Nos foi possível verificar desde o período inicial desta pesquisa, 1883, que uma questão esteve presente no cerne das discussões do pós-Abolição. Como dissemos, a ética do trabalho. Desse modo, defendiam a abolição em nome do progresso e de certa igualdade formal, posto que apenas jurídica. A igualdade jurídica interessava aos negros, e o progresso à nova ordem capitalista. “Estava, pois, o abolicionismo, como consciência crítica do sistema escravista, limitado pelos interesses de classe daqueles que o conduziram”³⁸⁹.

Para Florestan, os negros tiveram sua moral e sociabilidade roubados durante os anos de cativeiro em que estiveram submetidos, dificultando, por isso, sua inserção nos novos quadros e arranjos sociais, políticos e econômicos. Concorriam ainda com outros grupos já com suas redes de família e parentesco formadas, fator, para ele, de fundamental importância para o processo de ascensão social do indivíduo e integração

³⁸⁷ APMCG Monitor Campista, 29 de Julho de 1881.

³⁸⁸ LIMA, Lana Lage da Gama. 1981, p. 1411. Cabe ressaltar que a preocupação presente no trabalho de Lana é o estudo das formas de interação entre a rebeldia negra e o abolicionismo e, muito secundariamente, outros fatores que englobem tal relação – como a discussão sobre as relações de trabalho.

³⁸⁹ Ibid. p. 146.

na sociedade de classes³⁹⁰. De vítimas inertes, passaram a inadaptados, posto que sobrepujados nas relações sociais e familiares.

Como ex-agente do trabalho escravo e do tipo de trabalho manual livre que se praticava na sociedade de castas, o negro e o mulato ingressaram nesse processo com desvantagens insuperáveis. As consequências sociopáticas da desorganização social imperante no “meio negro” ou da integração deficiente à vida urbana concorreram para agravar o peso destrutivo dessas desvantagens, aniquilando ou corroendo até as disposições individuais mais sólidas e honestas de projetar o “homem de cor” no aproveitamento das oportunidades em questão³⁹¹.

Nesse sentido, cabe ressaltar que a falta de laços familiares é negada por muitos autores. Robert Slenes afirma que africanos e crioulos construíram e reconstruíram suas vidas, principalmente, contando com o estabelecimento de unidades familiares e uma rede de solidariedade³⁹². José Murilo de Carvalho atesta para o fato de que a herança paternalista e a conseqüente pouca atenção dada às liberdades individuais, a qual ele denominou herança cultural ibérica, estariam no cerne da pouca atenção dispensada aos ex-escravos quando da Abolição, essencialmente representados pela falta de assistência, principalmente nos quesitos trabalho e educação³⁹³.

Certo é que o pós-Abolição chega e, passada a euforia dos primeiros momentos, necessitava o escravo iniciar um quadro de trabalho que o pusesse diante do binômio *ser e viver por si*. Talvez mesmo por perceberem as limitações das ideias abolicionistas, muitos ex-escravos passam a criar estratégias de adaptação a nova ordem, não necessariamente previstas pelos ex-senhores, pelo governo ou mesmo, pelos líderes do movimento abolicionista. Outros, no entanto, tenderão a manter seus antigos laços de trabalho e moradia, delineando-se um quadro que, como veremos, mostra fortemente a manutenção no pós-abolição de um dos princípios vitais do paternalismo: a tutela senhorial.

³⁹⁰ FERNANDES, Florestan. 2008, p. 57-58.

³⁹¹ FERNANDES, Florestan. 2008, v. 01, p. 301.

³⁹² Ver SLENES, Robert. 1999.

³⁹³ CARVALHO, José Murilo de. 2008, p. 51-52. Em sociedades como a norte-americana, de tradição anglo-saxã, após o término da Guerra de Secessão, as congregações religiosas e o governo empreenderam grande esforço para educar os ex-escravos, através do Freedmen's Bureau.

3 - Organizar o trabalho livre para completar a Abolição: a nova ética do trabalho.

O momento previsto

Achamo-nos no momento supremo do desenlace de um facto previsto, da realização de uma grande transformação social e econômica, em que a luta moral é imensa, revolvendo a chaga occulta dos que erravam o alvo, afastavam-se do dever e por isso soffrem as conseqüências de irreparável arrependimento, perante a própria consciência, a sociedade e interesse privado e geral, prejudicados em sua essência. (...)

Chegou pois o momento previsto.

O que se passa presentemente em Campos, com a fuga da massa de escravos de diversas fazendas, já não é o prenuncio de uma revolução firmada; é a revolta dos escravizados contra a escravidão, *a revolução do trabalho em seu caminhar*³⁹⁴. [grifos nossos]

A discussão em torno do processo que levaria à abolição da escravidão no Brasil foi, desde seus primórdios, permeada por questões várias que sinalizavam para a necessidade de que sua realização fosse *lenta, gradual e segura*, dando-se pela via legal e ordeira. Sempre presente também, eram as premissas de que, diante do quadro francamente exposto de desagregação da propriedade servil, o trabalhador nacional fosse preparado para o exercício de formas livres de trabalho e (sobre)vivência. Diante de posicionamentos dos mais diferenciados, a questão da organização da mão de obra sempre esteve presente dos debates em torno do processo de emancipação. É sintomático dessa situação, o relato abaixo.

Transformação do Trabalho Agrícola

Está quase decorrido um anno, depois da libertação do município, e ainda a lavoura campista luta com a desorganização do trabalho, devida não tanto á imediata libertação do trabalho rural, como á falta de medidas para regularisar o trabalho e dotar as culturas com braços constantes no serviço.

Nota-se uma certa *perturbação inherente á libertação* e que por demais tem se prolongado, causando o maior danno possível á cultura. Muitos trabalhadores que, habituados com o tratamento que tinham no cativeiro, não conhecem *necessidades senão muito limitadas* acostumados a muito pouca alimentação e quase nenhum agasalho, agora se contentão de *ganhar o indispensável* para seu alimento e vestuário, e por isso não tem ambição que é o que sujeita o homem do campo ao trabalho continuado e pesado; além disso muitos delles são desencaminhados para a vida ambulante por especuladores que querem ter serviço sem pagar, ou que precisão de serviço temporário e explorão ainda os pobres homens.

³⁹⁴ APMCG Monitor Campista, 11 de março de 1888.

Assim a população rural, que aplicada ao trabalho do campo seria suficiente para o andamento das lavouras e fabricas, não se emprega senão em pequena parte no trabalho regular e assíduo, e uma grande parte ou inutilizando-se em serviços pequenos, e sem persistência em nenhum gênero de trabalho, não tem quasi occupação (...) ³⁹⁵.

Neste discurso, encontramos variados aspectos presentes nas sociedades do pós-emancipação. É sabido que, até então, ao trabalho manual ligava-se a mácula do trabalho escravo – servil e bárbaro, mas, no entanto, frente a uma possível falta de braços para as fazendas, urgia a necessidade de construir uma nova ética do trabalho a fim de inculcar nos recém libertos a ideologia do trabalho. Nesse sentido, as elites passam a insistir no poder que o trabalho tinha de transformar os indivíduos em bons cidadãos, fornecendo-lhes os meios de viverem por si e *honestamente*. Vê-se, pois, que o trabalho iria aparecer como o grande agente moralizador da conduta do negro. Ao trabalhador nacional mostrava-se preciso apresentar as vantagens que o trabalho trazia: o poder de ter conforto e de adquirir bens materiais, eram os melhores exemplos ³⁹⁶.

No entanto, autores como Celso Furtado tentam dar conta da resistência do negro ao trabalho, afirmando que os ex-escravos trabalhavam apenas para obter o mínimo necessário, já que seu desenvolvimento mental atrasado tendia-lhes ao ócio e, quando obtinham o necessário para viver, entregavam-se às paixões, à vadiagem e à malandragem ³⁹⁷. Além disso, segundo ele, o homem criado na servidão acostumara-se a uma vida totalmente desaparelhada e os estímulos econômicos em nada lhes seriam úteis ³⁹⁸.

Foi comum à historiografia dos anos 60-70, inaugurada por Florestan Fernandes, a premissa de que os ex-escravos não se adaptavam à nova ordem em virtude dos anos de cativeiro ³⁹⁹ que, tendo deixado uma mancha na história do país, gerava a impossibilidade daqueles homens e mulheres se adequarem às transformações das

³⁹⁵ APMCG Monitor Campista. 14 de março de 1889.

³⁹⁶ Thomas Holt analisou que na Jamaica, a preocupação com a inserção dos libertos no trabalho foi preocupação presente na pauta de discussões das autoridades políticas e deveria ir, segundo ele, para além das necessidades materiais, perpassando o campo da vida doméstica – transformar esposas e filhas em donas de casa. Seria este, então, o “fardo” do homem branco: transformar os ex-escravos em sujeitos burgueses. HOLT, Thomas. 2005, p. 109-110 e 116.

³⁹⁷ Hebe Mattos e Ana Lugão Rios falam sobre um “projeto camponês” (multirracial) que teria conformado os escravos em torno de um ideal comum: o acesso à terra. A este projeto estaria associado o mito do ócio e da tendência à malandragem dos negros, proposto pelas elites reformistas. RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. 2004, p. 172.

³⁹⁸ FURTADO, Celso. 1976, p.140.

³⁹⁹ Cf. FERNANDES, Florestan. 2008.

relações de trabalho e à nova ordem das coisas. Esta lhes exigia – socialmente - a formação de laços familiares estáveis, o ideal do trabalho e do bom comportamento, por exemplo, fatores, para Florestan, quase que imperceptíveis entre os escravos e entre os negros. No mesmo sentido, Celso Furtado esvazia a participação dos negros acantonando-a a um “sistema de necessidades”, negando-lhes, inclusive, participação ativa nas transformações econômicas em curso no país.

Por toda a primeira metade do século XX, a grande massa dos descendentes da antiga população escrava continuará vivendo dentro de seu limitado sistema de “necessidades”, cabendo-lhe um papel puramente passivo nas transformações econômicas do país⁴⁰⁰.

Segundo Ana Lugão Rios e Hebe Mattos, o estado de anomia e marginalização dos libertos, apregoado pela Escola Paulista de Sociologia, se deu porque, em boa parte, os libertos em pouco tempo se viram livres de suas antigas amarras de trabalho, conseguindo recursos sociais que lhes permitiram certo distanciamento do estigma da escravidão, seja através da negociação das novas condições de trabalho e habitação, ou ainda por situarem-se como produtores independentes em áreas de subsistência⁴⁰¹. A própria dificuldade no acesso à terra, especialmente atrelada à Lei de Terras de 1850, mas ainda mais a lei Torrens, retirou os últimos resquícios da legitimidade possibilitada pelas ocupações de terras⁴⁰², o que deixou aos libertos duas possibilidades: a estabilidade via contratos, na maioria das vezes, informais, ligando-os aos senhores e à terra por ele cedida e, por outro lado, a constante mobilidade, principalmente para os homens, que passam a habitar nos barracões das fazendas para os trabalhos sazonais⁴⁰³.

Passado o período inicial de desorganização, que teve início mesmo antes da decretação do fim da abolição, já com as fugas em massa dos escravos das fazendas, a produção tendeu a reassumir o ritmo anterior⁴⁰⁴. Porém, vimos que a situação dos fazendeiros locais de Campos, composta, em sua maioria, de pequenos senhores de terras, não contava com recursos para atrair a mão de obra internacional, embora, como veremos, algumas tentativas tenham sido feitas nesse sentido. No geral, contavam mesmo com a já conhecida força negra de trabalho. Hebe Mattos salienta que os

⁴⁰⁰ FURTADO, Celso. 1976, p. 140-141.

⁴⁰¹ RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. 2004, p. 180.

⁴⁰² Ibid. p. 180-181.

⁴⁰³ Ibid. p. 181.

⁴⁰⁴ COSTA, Viotti da. 2008, p. 11.

fazendeiros locais, sobrepondo às suas funções as de subdelegado, empreenderam eloquentes tentativas de manter os escravos no eito de trabalho. A autora revela que, por meio da análise de inquéritos policiais, pode perceber que os fazendeiros, usando de suas prerrogativas, empreendiam ações para obrigar a manter os “treze de maio” a realizarem contratos de trabalho à maneira como lhes era imposto⁴⁰⁵. Delineia-se um quadro em que, apesar das mudanças exigidas pela Abolição, os fazendeiros em pouco ficaram dispostos a modificar a velha ordem e as relações de trabalho a que estavam acostumados – mandavam eles, obedeciam os escravos, agora *simples* libertos. Muitos destes, sem ter opções, continuariam a viver e trabalhar ainda de acordo com as prerrogativas sistematizadas anteriormente.

Nesse sentido, os fazendeiros, entendendo que a ordem e os bons costumes deveriam imperar na sociedade, porém verdadeiramente preocupados em manter suas prerrogativas no que tange à questão servil, começam a exigir medidas que pudessem reprimir a “natural tendência” à malandragem e à vadiagem de seus antigos escravos, lançando mão de, inclusive, usar a força e a coerção para tal fim. A finalidade era uma só: transformar o liberto no *bom trabalhador*.

Dizer-se que um governo destruiu o trabalho que era a principal fonte da riqueza publica e do bem estar social *sem reconstitui-lo com elementos mais perfeitos*, dizer-se que destruiu sem reconstruir e deixou o paiz entregue ao acaso, á desordem, ao desanimo⁴⁰⁶.

Preocupavam-se os fazendeiros de fato, em não deixar faltar braços para as suas lavouras e, diante da falta de medidas oficiais em escala nacional destinadas a dar assistência aos libertos, foram as ofertas dos ex-senhores, uma das poucas possibilidades que se abriram no horizonte do liberto.

3.1 – A Câmara Municipal e o discurso oficial: nada fazer, tudo comemorar

De um lado a outro, o governo era cobrado a tomar providências: os fazendeiros ainda reivindicavam indenizações pelos escravos que lhes foram “roubados” e pelo prejuízo causado, mas, principalmente, reclamavam pelo duro golpe que fora dado na base secular da sociedade brasileira: a propriedade privada e a autoridade senhorial. Os escravos talvez esperassem auxílio em suas novas vidas. Afinal, diante da sociedade

⁴⁰⁵ MATTOS, Hebe. 1997, p. 375

⁴⁰⁶ APMCG Monitor Campista, 15 de março de 1889.

moderna e civilizada pretendida, a educação deveria ter sido um de seus pilares, embora somente em meados do século XX vá se tornar uma garantia legal.

O poder imperial nenhuma atitude tomou. Achava talvez ter tomado a maior delas: abolir definitivamente a escravidão do Brasil. Em verdade, consolidou um processo que já se encontrava severamente avançado diante da tenaz propaganda abolicionista e, principalmente, diante das lutas dos escravos em prol de suas liberdades. Em virtude disso, embora não apenas, terá princípio no ano de 1889, pouco mais de um ano após a Abolição, a República. Adiante veremos que, no campo dos direitos, de fato pouco se alcançou.

Em âmbito local, a Câmara Municipal de Campos não empreendeu acalorados debates sobre a causa da manumissão dos escravos. Não parecia, pois, acompanhar o ritmo das próprias discussões locais, que se davam nas praças, nos comércios e, principalmente, nos jornais. Pelas páginas de um deles, o *Monitor Campista*, nos foi possível analisar os fragmentos das atas das sessões dos vereadores e, pelo livro de registro de correspondência dos anos de 1883 a 1891, que contem um breve resumo das correspondências enviadas, nos foi possível averiguar as ações empreendidas por esta Câmara em torno, ou por conta, da Lei Áurea.

Em realidade, a par de qualquer discussão sobre o futuro dos libertos, a Câmara comunicada sobre a assinatura da lei de 13 de maio e sobre a abolição definitiva da escravidão, limitou-se a enviar telegramas de felicitação e, assim como se dará quando da chegada do sistema republicano de governo, solicitará autorização para modificar o nome da rua Direita para 13 de Maio e da praça do Rocio para Redenção. Como consta dos livros,

15 de Maio de 1888

Ao Presidente da Provincia

A Camara Municipal de Campos vem pedir a V Ex^a sua aprovação para denominar rua Treze de Maio a rua Direita desta cidade, em homenagem a aurea lei que extinguiu a escravidão no Brazil, prestando desta forma preito a uma data para Ella tão memorável⁴⁰⁷.

01 de Junho de 1888

Ao Presidente da Provincia

A Camara Municipal de Campos vem pedir a V Ex^a sua aprovação para denominar Praça da Redempção o Rocio desta cidade, afim de

⁴⁰⁷ APMCG 10.01 Livro de Correspondência 1883-1891. 15 de maio de 1888.

mais uma vez render homenagem ao acontecimento glorioso da extinção da escravidão no Brasil⁴⁰⁸.

18 de Junho de 1888

Ao Collector das Rendas Provinciais deste Municipio

A Camara Municipal communica a Vm^{cc}, para os fins convenientes, que o Exm. Snr. Presidente da Provincia approvou em datas de 23 de Maio findo e 9 do corrente a mudança de nome da rua Direita para 13 de Maio e o do Rocio para praça da Redempção, *afim de se tornar lembrada uma data gloriosa da historia pátria*⁴⁰⁹.

Festejava-se a gloriosa data pátria para que as gerações futuras tivessem consciência de tal grande feito. A cidade conseguiu aquilo que há muito reivindicava – a liberdade do braço escravo para a necessária implantação do trabalho livre – posto que moderno, civilizado e de acordo com as novas imposições colocadas pelo liberalismo e pelo capitalismo. No entanto, nada além da liberdade foi dado aos libertos. Não é difícil de presumir que a própria conquista da liberdade fosse aos olhos do escravo a maior de todas as conquistas possíveis. Depois de tantos anos de cativos, vivendo escravizados e subjugados aos seus senhores, a liberdade, mesmo não trazendo consigo maiores concessões deve ter sido, para eles, a conquista do essencial: serem donos de si.

Mas, nenhuma grande transição se faz sem deixar suas marcas. Os fazendeiros puderam sentir os perigos que a transição desorganizada ao trabalho livre traria para suas lavouras. Não à toa, concordaram, depois de tanto negarem, em conceder as liberdades aos escravos antes mesmo da lei da emancipação. Muitos ainda sentiam as consequências das queimadas dos canaviais e certo é que, mesmo não havendo em Campos uma crise sobre a falta de mão de obra, os fazendeiros sentiram as consequências que os anos de cativo traziam para a economia, que não foi sentida apenas por ele. A 25 de agosto de 1888, veio a Associação Comercial de Campos recorrer à Câmara Municipal, no sentido de solicitar apoio junto ao Ministro da Fazenda, para o fim de serem atendidas suas queixas sobre o aumento da cobrança de impostos diante do quadro de “calamidade” que vivia o comércio, ocasionada, sobretudo pela lei de 13 de maio que,

havendo operado a desapropriação da propriedade servil, sim adaptada ao molde constitucional, *deixou a lavoura sem recursos siquer para pagar os primeiros salários*, e dest’arte veio a repercutir sobre o

⁴⁰⁸ APMCG 10.01 Livro de Correspondência 1883-1891. 01 de junho de 1888.

⁴⁰⁹ APMCG 10.01 Livro de Correspondência 1883-1891. 18 de junho de 1888.

commercio por forma tal que este sente-se sobre modo abatido, já por falta de pagamento de suas dividas activas já por grande paralysação de suas operações.

Quando taes effeitos se manifestam de modo tão patente, parece de justiça que não se aggrave uma situação tão precária para o commercio e geralmente para todos, augmentando-se os impostos⁴¹⁰.

Não foi sem ser notada que se operou a transição ao trabalho livre. Além das ações anteriores empreendidas pelos escravos e pelos abolicionistas, a sociedade sofreu com o clima de instabilidade que se fazia presente.

3.2 - Solução imigrantista: do europeu ao cearense

Em boa parte do século XIX, os pensadores brasileiros se apropriaram da “moderna” noção de raça proveniente do pensamento científico europeu e norte-americano, para os quais as teorias raciais permitiriam naturalizar certas diferenças sociais. Para alguns desses autores, como o conde de Gobineau, além da hierarquia entre as raças, condenava-se os efeitos da mistura entre elas, justamente por degenerar as melhores características da raça superior⁴¹¹. Apropriado, tal pensamento no Brasil se desenvolveu de forma original, já que as *teorias de branqueamento* baseavam-se na premissa de que as características do elemento branco, racialmente superior, predominariam diante da inexorável mistura de raças brasileira. Disso resultou a crescente defesa do discurso imigrantista e dos benefícios que a imigração europeia poderia trazer para o Brasil⁴¹².

Apropriado pela elite e pelos políticos, o discurso imigrantista e de branqueamento da população esteve na pauta das discussões do século XIX. Soma-se a isso, o fato de que, contra a ideia que se formava dos trabalhadores libertos nacionais – promíscuos, preguiçosos, vadios, surgia a figura do imigrante – bom trabalhador, assíduo, que, ao contrário do liberto, era considerado a solução para o problema da mão de obra no Brasil, trazendo ainda o benefício de promoveram com sua entrada um progressivo quadro de branqueamento da população. Lucio Kowarick atesta a depreciação do trabalhador nacional pelos fazendeiros. Segundo ele, os senhores acreditavam que não conseguiriam obter do trabalhador livre o mesmo rendimento obtido do escravo, exaurido em horas de serviço, por exemplo, recaindo sobre ele o que

⁴¹⁰ APMCG 10.01 Livro de Correspondências 1883-1891. 25 de agosto de 1888.

⁴¹¹ MATTOS, Hebe. 2005, p. 30

⁴¹² GORENDER, Jacob. 1990, p. 203.

ele chamou de “pecha da indolência e da vadiagem”⁴¹³. Na documentação aqui pesquisada, especialmente no jornal *Monitor Campista*, os imigrantes apareceram como a “solução para o problema brasileiro”⁴¹⁴.

Nesse sentido, em finais de 1888 foi autorizado pelo Presidente da Província do Rio de Janeiro, o estabelecimento na cidade de Campos de uma Hospedaria de Imigrantes, destinada ao alojamento de imigrantes que chegassem à região para se empregarem nas lavouras. Sujeita ainda em novembro daquele ano à aprovação do Ministério da Agricultura, deve ter a Hospedaria começado a funcionar já em princípios de 1889, uma vez que necessitava ainda de apresentação orçamentária e arrematação do prédio apropriado que deveria servir à manutenção do estabelecimento.

Acalentando os desejos da pronta introdução de imigrantes no país, em sessão realizada em 15 de janeiro de 1889 a Câmara informava através de ata que havia chegado à cidade questionário encaminhado pelo Sr. Henrique Raffard, encarregado pelo governo imperial de estudar as condições da agricultura nesta província, “no intuito de facilitar por todos os modos a introdução de emigrantes europeus, afim de assim fomentar e desenvolver essa grande fonte de riqueza publica”⁴¹⁵. A Câmara comunicava ainda, que, estava o Sr. Raffard autorizado a receber os pedidos de imigrantes europeus de que careciam os estabelecimentos desta província.

Seria esta a intervenção do Governo Imperial para solucionar o temor dos fazendeiros de que faltassem braços para suas lavouras? Seria esta a resposta de D. Pedro frente à espoliação que os ex-senhores de escravos julgavam terem sido vítimas, ao terem seus direitos sobre a propriedade invalidados? Certo é que estes fazendeiros vinham a público ressaltar os males que o abandono do governo poderia causar à sociedade e ao bom andamento do progresso da nação. Afirmavam eles que os efeitos da Abolição no ânimo da população duraram muito tempo, fazendo com que o governo simplesmente não se lembrasse “de que houvesse alguma coisa mais a fazer com relação à Abolição da escravidão”⁴¹⁶. A solução que pretendiam não era a educação dos libertos ou a garantia de melhores condições de vida e trabalho a serem dadas a estes, buscavam sim, a adoção de medidas complementares, diante das profundas modificações que a manumissão do trabalho escravo trouxera à economia brasileira. Em

⁴¹³ KOWARICK, Lucio. 1994, p. 16.

⁴¹⁴ Associou-se a esse discurso o já comentado *problema* da mão de obra livre nacional.

⁴¹⁵ APMCG Jornal Monitor Campista, 18 de janeiro de 1889.

⁴¹⁶ APMCG Jornal Monitor Campista, 15 e 22 de janeiro de 1889.

verdade, queriam que o governo adotasse medidas que corressem em auxílio das suas lavouras.

O mundo inteiro applaudindo este acto [da Abolição] do Brazil, e uma gloria sem igual em nosso paiz coroou na historia o gabinete de 10 de maio.

Entretanto o gabinete que não teve senão que obedecer á indicação da opinião nacional, cahio de toda a altura de sua grandeza, na vulgaridade própria dos governos do nosso paiz, *não adoptando medidas complementares*, exigidas por um *acto que profundamente abalava a economia da sociedade brasileira* e que importava na desorganização do trabalho da fonte principal da riqueza publica e da particular.

Por entre o geral contentamento que causára a súbita abolição da escravidão se podia ver, entretanto na feição nacional uma *preocupação que tinha por objecto a lavoura*, isto é, a fonte que até hoje alimenta a actividade nacional, a qual fora de repente desorganizada, sem se achar preparada para poder immediatamente continuar o trabalho rural.

Por isso dentro de pouco começou a levantar-se de todas as partes uma voz instante *pedindo immediatas providencias ao governo para serem attenuados de momento e reparados os dannos causados aos estabelecimentos ruraes pela inesperada paralisação do trabalho agrícola*.

Dois caminhos tinha o governo diante de si nesta emergência: dar á lavoura, isto é, a actividade industrial os meios para ella por si mesmo reorganisar-se, ou como era já de pratica antiga, intervir directamente para compor a desorganização do trabalho. Pelo primeiro caminho devia seguir e não seguio; e atrapalhando-se como o medico que não alcança a natureza do mal e labuta em combater symptomas, *preferio o emprego de palliativos*. (...)

A extincção da escravidão era obra de todos os partidos; todos reclamavão a gloria deste acto patriótico, porém, nenhum queria carregar com a responsabilidade dos males que necessariamente havia de acarretar consigo medida que como esta extinguiu uma instituição com raízes seculares. (...)

O governo sabia o que faltava á lavoura – meios, dinheiro, credito e braços. Os meios não se improvisão, preparão-se com tempo; dinheiro, não o póde fornecer o governo às industrias, credito não é a lei que o crea; e os braços, não os pode supprir simplesmente a migração. Esta questão do supprimento de braços á lavoura contém outras que é preciso resolver: pequena lavoura, divisão do trabalho, grande naturalização, leis de protecção para a família e liberdade religiosa, igual para todos⁴¹⁷.

No entanto, frente à perceptível pouca possibilidade que os fazendeiros tiveram em importar mão de obra internacional, a solução encontrada foi preencher os quadros das lavouras com sujeitos também já conhecidos. Desde a Abolição do tráfico Atlântico

⁴¹⁷ APMCG Monitor Campista, 15 e 22 de janeiro de 1889.

de escravos, é sabido que cresceu acentuadamente o tráfico interno de escravos, trazidos, em sua maioria, das regiões do norte e nordeste do Brasil para as propriedades do sudeste, que ainda não haviam iniciado organizadamente o processo de entrada de imigrantes estrangeiros, como já se empreendia no Oeste Paulista⁴¹⁸.

À crise enfrentada pela indústria açucareira do nordeste e à desenfreada procura por escravos empreendida pelo sudeste, somar-se-á a seca que assolava a região desde a década de 1870 e que perduraria ainda por longos anos, definindo um quadro em que “milhares de retirantes viram-se obrigados a procurar serviço nas regiões da mata, oferecendo aos agricultores dessa área uma mão de obra barata e de fácil aquisição”⁴¹⁹. Não apenas para a zona da mata irão esses *novos retirantes*, já que Campos receberá parte deles.

Apenas para o ano de 1889, período que, ao que nos parece, deve ter sido um dos momentos críticos para as lavouras do norte fluminense, tendo em vista o elevado número de reportagens que os fazendeiros produziam reclamantes das condições de abandono e da falta de braços em suas propriedades, temos dados de que, em menos de uma semana, durante a segunda quinzena de fevereiro, entraram para em Campos, 592 cearenses – 168 em 14 daquele mês e 424 no dia 17, tendo partido ainda do Rio de Janeiro, no dia 20, “carregamento” com mais 371⁴²⁰, totalizando, apenas em fevereiro, 963 cearenses que chegavam para ocupar postos de trabalho nas fazendas da região.

Quadro 10: Entrada de Retirantes Cearenses em Campos dos Goytacazes – Fevereiro 1889.

14/02	168
17/02	424
20/02*	371
Total	963

*Saída da embarcação do Rio de Janeiro

Talvez certa euforia inicial causada com a chegada de quase 1000 cearenses em tão poucos dias, somada à busca pelo imigrante estrangeiro, possam explicar que, já em março de 1889, tenha sido inaugurada a Hospedaria do Imigrante de Campos.

⁴¹⁸ Nesse sentido, ver entre outros, KOWARICK, Lucio.1994, p. 55.

⁴¹⁹ COSTA, Emilia Viotti da. 2008. p. 64

⁴²⁰ APMCG Monitor Campista, 15, 19 e 21 de fevereiro.

Inicialmente, a existência da Hospedaria e a solução imigrantista apareciam como solução para os problemas da lavoura canavieira. Ainda em março, o exemplo de Campos será seguido por outros fazendeiros, como os do município de Santo Antonio de Pádua, que “dirigirão a S. M. e Imperador uma representação, pedindo naquella localidade o estabelecimento de um centro immigratorio para accudir ás dificuldades com que luta a lavoura pela deficiência de braços”⁴²¹.

É de se estranhar que, diversas notícias tenham dado conta do baixo número de imigrantes disponíveis na Hospedaria, se ainda no mês de fevereiro, quando a mesma ainda nem havia sido inaugurada, tenha recebido tantos cearenses em tão poucos dias. Ainda no mês de março, surge nota dando conta de que, desde que se inaugurou, a hospedaria de imigrantes desta cidade apenas tenha recebido 304 imigrantes que encontraram logo colocação, achando-se, pois, há muitos dias completamente vazia, mesmo diante do procura de muitos fazendeiros e lavradores⁴²².

Mesmo assim, a 10 de abril, poucos dias depois da publicação acima mencionada, chegou a seguinte notícia: “para a lavoura deste município e da de Macahé devem chegar hoje pelo S. Diogo mais de 300 *immigrantes cearenses*”⁴²³, identificando claramente grande parte do tipo de imigração que se teria – cearenses, e não estrangeiros.

A saída desses imigrantes, como vimos, em sua maioria retirantes cearenses, para as fazendas da região, parecia se dar de forma rápida, já que no dia 07 de março, consta nas páginas do Monitor Campista, o movimento da Hospedaria para aqueles dias iniciais de março⁴²⁴. Assim,

Quadro 11: Entrada e Saída de imigrantes da Hospedaria até 06 de março

<i>Existiam na Hospedaria</i>	<i>33</i>
<i>Saíram</i>	<i>25</i>
<i>Ficaram</i>	<i>08</i>

⁴²¹ APMCG Monitor Campista, 01 de março.

⁴²² APMCG Monitor Campista, 28 de março.

⁴²³ APMCG Monitor Campista, 10 de Abril de 1889.

⁴²⁴ APMCG Monitor Campista, 07 de março.

Ou seja, tendo sido inaugurada no início do mês de março, conseguira empregar 75,75% dos imigrantes em menos de uma semana, embora o número apresentado seja muito reduzido. Em todo o mês de março, eles serão cerca de 300.

Consta-nos que, até o dia 21 de abril de 1889, e depois no dia 25 daquele mês, o movimento da Hospedaria, tenha se dado da seguinte forma⁴²⁵:

Quadro 12: Movimento da Hospedaria desta cidade – Mês de abril.

<i>Abril 21 – Existiam</i>	<i>198</i>
<i>Abril 21 – Saíram</i>	<i>129</i>
<i>Ficavam</i>	<i>69</i>
<i>Abril 25 – Entraram</i>	<i>19</i>
<i>Total até 25 de abril</i>	<i>88</i>

A partir da leitura do quadro acima, nos é possível perceber que, se no dia 07 de março a Hospedaria havia ficado com apenas 08 imigrantes e, já a 21 de abril contava com o número de 198 indivíduos, significava que cerca de 190 imigrantes deram entrada na sobredita instituição entre os dias 07 de março e 21 de abril, o que confirma, mais uma vez, que a movimentação na Hospedaria não era baixa.

Ainda nesse sentido, em abril de 1889 foi fundado o *Núcleo Agrícola Vitória*, com sede na freguesia de São Benedito e que noticiava o Monitor Campista ser “a primeira no gênero que se fórma no Brazil, e que parece destinada a ter esplendido sucesso”⁴²⁶. O sistema adotado pelo Núcleo é o do parcelamento de terras para a transformação do trabalho agrícola. Nesse sentido, a ideia presente era a de que o imigrante receberia certa porção de terra para cultivo, amortizando gradativamente o seu preço, “tornando-se por esta forma dono da mesma”. Além disto, tinha mais a associação por fim melhorar o trabalho fabril pelo emprego de aparelhos e adoção de processos de fabricação aperfeiçoados, e incentivar a introdução de imigrantes especificamente europeus. No mesmo caminho, em 03 de maio é apresentada a ata de criação da Companhia Núcleo Agrícola D. Pedro Augusto, criada na freguesia de São

⁴²⁵ APMCG Monitor Campista, 27 de Abril de 1889. Não nos foi possível acertar sobre a proveniência destes imigrantes, isto é, se apenas cearenses, europeus, ou ambos.

⁴²⁶ APMCG Monitor Campista, 12 de Abril de 1889.

Fidélis e que tinha por finalidades primeiras: “Art. 1º. A transformação do trabalho agrícola pelo parcellamento e venda das terras; o melhoramento do trabalho fabril pelo emprego de aparelhos e adopção de processos de fabricação aperfeiçoados e a introdução de immigrants europeus”⁴²⁷, tal qual a pioneira Núcleo Agrícola Vitória.

Em 08 de maio daquele ano chegavam da corte, no vapor Barão de S. Diogo, 64 imigrantes cearenses e 33 espanhóis⁴²⁸. Destes, cerca de 51 aportaram em Campos, já que de abril a 10 de maio, assim contabilizava-se o movimento da Hospedaria:

Quadro 13: Movimento da Hospedaria desta cidade – de 30 de abril a 10 de maio de 1889⁴²⁹:

<i>Existiam a 30 de Abril</i>	<i>59</i>
<i>Entraram</i>	<i>51</i>
<i>Saíram</i>	<i>29</i>
<i>Existem</i>	<i>81</i>

Com efeito, da última contagem até esta, entre os dias 25 e 30 de abril, mais 29 imigrantes conseguiram trabalho, já que no dia 25 havia 88 deles na Hospedaria e, já a 30 daquele mês, apenas 59. Além disso, até o dia 10 de maio, entraram para a casa mais 51 imigrantes e apenas outros 29 deram saída, caindo a metade o número dos que conseguiram se empregar naquele mesmo espaço de tempo nos cinco dias finais de abril. No entanto, a 15 de maio, o jornal apresenta um novo quadro, para o qual no dia 30 de abril havia na Hospedaria não mais 88 imigrantes, e sim 82. Além disso, o número de entrada é consideravelmente menor - se comparado ao quadro anterior que dava conta de 51 indivíduos que haviam chegado entre os dia 30 de abril e 10 de apenas, já que agora contava terem entrado apenas 17 entre os dias 30 de abril a 15 de maio. O número do que saíram para as lavouras era então de 47, o que, de todo, não vai contra as estatísticas anteriores, já que, se de 30 de abril até 10 de maio, 29 conseguiram se empregar, é possível que outros 18 tenham também conseguido entre os dias 10 e 15 de maio, chegando então, ao número de 47 imigrantes que dera saída entre 30 de abril e 15 de maio. Nesse sentido, veja-se abaixo:

⁴²⁷ APMCG Monitor Campista, 03 de maio de 1889.

⁴²⁸ APMCG Monitor Campista, 09 de maio de 1889.

⁴²⁹ APMCG Monitor Campista, 10 de maio de 1889.

Quadro 14: Movimento da Hospedaria do Imigrante – 30 de abril a 15 de maio de 1889⁴³⁰.

<i>Existiam a 30 de Abril</i>	82
<i>Entraram</i>	17
<i>Saíram</i>	47
<i>Ficaram</i>	52

Ao levantarmos um quantitativo do quadro de entrada de imigrantes na Hospedaria de Macaé, nos foi possível ter acesso a alguns dados sobre Campos. Assim, de 25 de Janeiro a 30 de Abril de 1889, foram recebidos na Hospedaria de Imigrantes de Macaé 2320 indivíduos⁴³¹, destes:

Quadro 15: Entrada de imigrantes na Hospedaria de Macaé – 25 de janeiro a 30 de abril de 1889.

Brasileiros	2060
Estrangeiros	260
Italianos	117
Portugueses	76
Espanhóis	63
Austríacos	4
Soma:	2320

Vê-se, pois, que os brasileiros representavam 88,8% no total dos imigrantes recebidos pela Hospedaria de Macaé e, dentre os estrangeiros, 11,2%, os italianos respondiam por um percentual de 45%, portugueses de 29,23%, espanhóis de 24,23% e os austríacos de apenas 1,53%, aproximadamente.

⁴³⁰ APMCG Monitor Campista, 15 de maio de 1889.

⁴³¹ APMCG Monitor Campista, 24 de maio de 1889.

Gráfico 1: Entrada de imigrantes pela Hospedaria de Macaé - 25 de janeiro a 30 de abril de 1889.

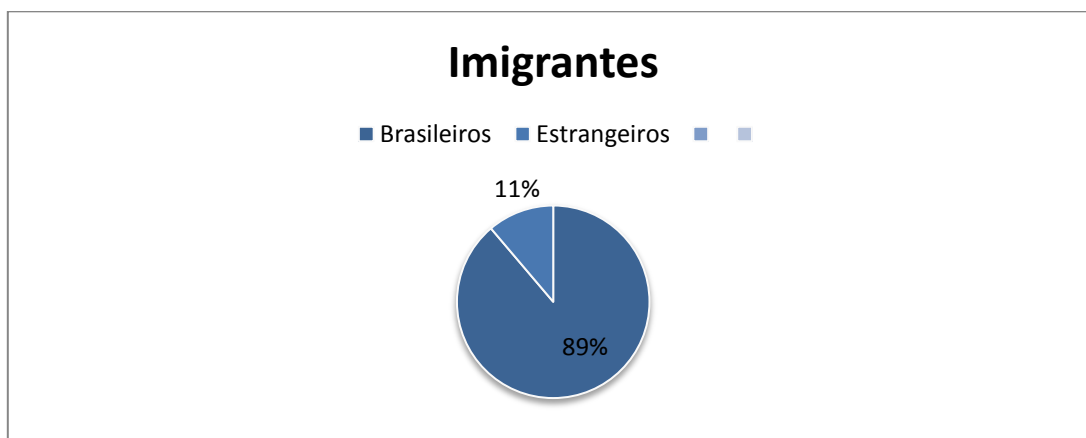
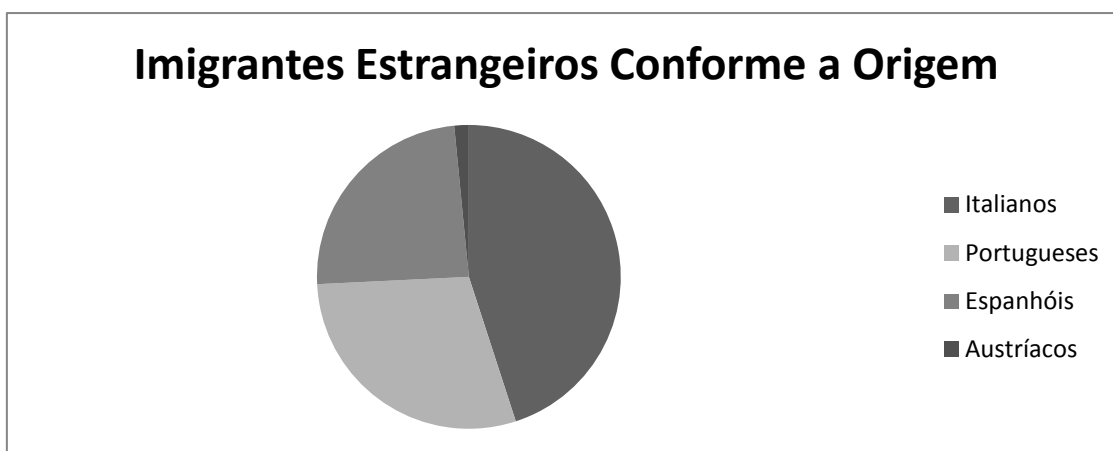


Gráfico 2: Entrada de imigrantes estrangeiros pela Hospedaria de Macaé - 25 de janeiro a 30 de abril de 1889.



Os brasileiros classificaram-se quanto ao sexo, da seguinte forma:

Quadro 16: Entrada de brasileiros na Hospedaria de Macaé, por sexo - 25 de janeiro a 30 de abril de 1889.

Homens	1001
Mulheres	1059
Soma:	2060

Quadro 17: Entrada de brasileiros na Hospedaria de Macaé, por idade - 25 de janeiro a 30 de abril de 1889.

Maiores	1149
Menores	911
Soma	2060

Colocando-se em estabelecimentos particulares da lavoura, salvo 27 que permaneciam na Hospedaria, os nacionais tiveram o destino seguinte:

Quadro 18: Distribuição dos imigrantes brasileiros a partir da Hospedaria de Macaé - 25 de janeiro a 30 de abril de 1889.

Macaé	736
Campos	666
Madalena	498
Barra de São João	126
Nova Friburgo	7
Ainda na Hospedaria	27
Soma:	2060

Isto é, dos 2060 brasileiros aportados em Macaé, mais de 32% tiveram como destino final a cidade de Campos.

No entanto, no dia 26 de junho de 1889, surgem no *Monitor Campista* alguns dados que nos possibilitam a formação do seguinte quadro⁴³²:

⁴³² APMCG Monitor Campista, 26 de junho de 1889. O jornal ainda nos fornece os seguintes índices para a chegada de imigrantes no Brasil: 1879 – 22.189; 1880 – 29.729; 1881 – 11.054; 1882 – 27.197; 1883 – 28.670; 1884 – 20.087; 1885 – 30.135; 1886 – 25.741; 1887 – 54.990; 1888 – 131.745. Total: 381.537.

Quadro 19: Total de imigrantes chegados a Campos via Hospedaria dos Imigrantes – Movimento de 12 de fevereiro⁴³³ a 14 de junho de 1889.

Cearenses	807
Portugueses	18
Espanhóis	15
Italianos	14
Alemães	1
Total:	855

Quadro 20: Total de imigrantes chegados a Campos via Hospedaria dos Imigrantes por situação – Movimento de 12 de fevereiro a 14 de junho de 1889.

Colocaram-se a serviços	806
Devolvidos por inválidos	12
Faleceram	22
Ainda na Hospedaria (Espanhóis)	15
Total:	855

Dos falecidos, todos eram cearenses, sendo que, do total de 22 indivíduos mortos, 1 era adulto, que faleceu de “tubérculos pulmonares”, tendo já chegado à cidade em “estado adiantadíssimo” e os demais 21 crianças. O elevado número de óbito entre as crianças foi consequência da epidemia de sarampo que se deu dentro da hospedaria, agravado pela situação de “depauperamento” que com dificuldade resistiam.

Nos dias finais de julho, surge um dos últimos apontamentos sobre a entrada de imigrantes para a hospedaria que aqui pudemos analisar⁴³⁴. Desse modo,

⁴³³ Essa entrada de imigrantes é contabilizada antes mesmo do início do funcionamento da Hospedaria do Imigrante que principiou a funcionar em 03 de março daquele ano de 1889.

⁴³⁴ O jornal Monitor Campista de 1889 encontra-se em avançado estado de deterioração e não há cópia ou rolo de microfilme que pudesse ser consultado no Arquivo Municipal. Assim, de setembro em diante, com exceção de algumas páginas do mês de outubro, o manuseio do jornal implicaria em risco ainda maior a sua integridade – já muito fragmentada e, por isso, optamos por encerrar por aí as buscas por informações.

Quadro 21: Entrada e saída de imigrantes para a Hospedaria de Campos – 31 de julho a 25 de julho de 1889.

Existiam em 31/06/1889	47
Entraram	29
Italianos	13
Espanhóis	7
Cearenses	5
Franceses	4
Saíram	55
Restam	21
Italianos	5
Espanhóis	7
Cearenses	5
Franceses	4

Dos que chegaram, apenas 8 italianos se empregaram e, dos que já estavam na hospedaria quando da chegada dessa nova “leva”, todos se empregaram (47 indivíduos).

Certo é que, apesar de ter sido inaugurada ainda em princípios de 1889, constamos que a Hospedaria não gozou de muito sucesso, já que, ainda em julho daquele ano, já se falava sobre os excessivos gastos gerados por ela, frente aos poucos resultados apresentados. “Em quanto montarão as despesas desse serviço aqui? É o que se precisa conhecer para saber-se se vale o que custa, já que de tão insignificante utilidade tem sido”⁴³⁵. A resposta fora dada pelo próprio jornal: apesar do grande dispêndio com que funcionava, nela se receberam pouco mais de 800 imigrantes, contando-se entre este número, muitas crianças, “ao passo que tem sido enviados para a de Macahé mais de 3.000 immigrants”⁴³⁶.

Em outubro de 1889 fechava suas portas⁴³⁷ e, apesar da euforia inicial, foi uma tentativa fracassada de implantar a mão de obra imigrantes estrangeira na região. No

⁴³⁵ APMCG Monitor Campista. 09 de julho de 1889.

⁴³⁶ APMCG Monitor Campista. 09 de julho de 1889.

⁴³⁷ No entanto, logo em seguida, em correspondência do dia 17 de outubro de 1889, autoriza a Câmara, ao Director Gerente da Associação dos Lavradores de Cantagallo que fique com “o edificio de hospedaria de immigrants, nesta cidade, para o fim de localizar aqui um numero importante de immigrants, attendendo a que é da maior conveniência para este município o desenvolvimento de uma corrente immigratoria”, entregando-lhe as chaves e documentos naquele mesmo dia. Não nos foi possível

período em que funcionou, serviu para abrigar, em sua maioria, retirantes cearenses, que fugiam da seca e da fome do nordeste. Poucos foram os imigrantes que se aventuraram por estas terras tendo em vista substituir o braço escravo. Obviamente, o fechamento da Hospedaria não encerra a entrada de estrangeiros na região. Já vimos na estatística apresentada que, desde fevereiro, já se empreendia uma política de incentivos a entradas de imigrantes em Campos. O próprio destaque nos jornais é sinal disso. Destarte, Campos recebeu muitos imigrantes estrangeiros em momento anterior e posterior. Horácio Souza⁴³⁸, por exemplo, chega a citar uma lista dos mais importantes para a região. Em sua maioria, esses estrangeiros estavam ligados ao comércio e à profissões liberais, como, por exemplo, o exercício da instrução, muito comum aos franceses que habitavam a cidade naquele fim de século.

A justificativa dada pelo presidente da província para suspender os serviços da Hospedaria engendrava-se num contexto maior: o fracasso da imigração subvencionada pelo governo. Nesse sentido, não apenas os serviços da hospedaria na cidade eram suspensos, como o próprio Serviço Provincial de Imigração, “considerando que por conta do governo geral tem corrido todas as despesas de passagens e colonização dos imigrantes introduzidos”. Assim, comunicava, em outubro de 1889, a Câmara Municipal ao Presidente da Província, sobre o fechamento da Hospedaria:

Cumpre informar a V Ex^a que pelo administrador da hospedaria de immigrants desta cidade, me forão entregues os livros, papeis e utensilios da mesma, constantes de um inventario em duplicata. Tendo feito recolher ao archivo os livros e de mais papeis, e não convindo retirar os utensílios por não ter o paço da Camara condições para os guardar, ficarão elles no edificio da hospedaria sob a guarda do co-administrador que, sem ônus para a Camara, se obrigou, continuando a residir n’aquelle edificio, a cuidar de tudo com o devido zelo, conforme consta da respectiva acta que foi lavrada⁴³⁹.

Como alternativa a essa questão, poderíamos afirmar que Campos, não tendo sofrido verdadeiramente uma crise de mão de obra, aliada ao fato de muitos fazendeiros não poderem custeá-la, é que a entrada de imigrantes na região tenha sido tão diminuta, principalmente se comparada à vizinha Macaé, ainda de vulto econômico muito menor. Como dito, muito provavelmente, os escravos tenham se mantido em suas fazendas,

confirmar se continuou a Hospedaria funcionando de fato. APMCG 10.01 Livro de Correspondência. 17 de outubro de 1889.

⁴³⁸ Cf. SOUSA, Horácio. 1935.

⁴³⁹ APMCG 10.01 Livro de Correspondências 1883-1891. 11 de outubro de 1889.

quando não muito, nas redondezas destas, o que fez que, salvo algumas manifestações esparsas dos fazendeiros, a situação se mantivesse estável nos anos que se seguiram à Abolição.

No entanto, pudemos localizar ainda naquele livro de registro dos extratos de correspondências enviadas pela Câmara, um ofício, datado já do ano de 21 de fevereiro de 1891, endereçado ao Governador do Estado, informando que o Conselho de Intendência Municipal havia nomeado uma comissão com o fim de conferenciar com os fazendeiros do município para acordarem nos meios adequados “para a prompta introdução de imigrantes neste município, destinados ao serviço da lavoura, á vista do estado precário em que se acha a mesma lavoura pela falta de trabalhadores⁴⁴⁰”. Tendo a referida comissão convocado uma reunião de lavradores na Casa da Intendência, foi nessa ocasião composta de poucos fazendeiros.

Abaixo, segue um quadro com o quantitativo de eleitores do município de Campos, inclusive com o número de estrangeiros naturalizados e qualificados votantes para o ano de 1890. Perceba que o número de eleitores estrangeiros naturalizados brasileiros, não chega a 3,51% do total de 4728 eleitores qualificados. Destes, a maior parcela - 77,1% - compunha-se de portugueses, já há aqui instalados desde os tempos iniciais da colonização e, concentrados, em sua maioria, na freguesia de São Salvador.

Quadro 22: Mapa dos eleitores qualificados no município de Campos dos Goytacazes do Estado do Rio de Janeiro, por freguesia⁴⁴¹ - 1890⁴⁴²

Especificação	SS	SAG	NSCT	NSPMC	NSDM	SG	SSEB	SR	SB	Total
Eleitores qualificados	1684	604	219	375	320	663	522	118	223	4728
Brasileiros natos	1564	586	210	375	320	653	518	118	218	4562
Naturalizados	120	18	9	0	0	10	4	0	5	166
Excluídos do antigo alistamento	157	38	10	17	13	20	22	20	19	316
Incluídos do antigo alistamento	657	92	155	0	54	83	109	35	79	1264

⁴⁴⁰ APMCG 10.01 Livro de Correspondências 1883-1891. 21 de fevereiro de 1891.

⁴⁴¹ Siglas: SS: São Salvador / SAG: Santo Antonio dos Guarulhos / NSCT: Nossa Senhora da Conceição do Travessão / NSPMC: Nossa Senhora da Penha do Morro do Coco / NSDM: Nossa Senhora das Dores de Macabu / SG: São Gonçalo / SSEB: São Sebastião / SR: Santa Rita / SB: São Benedito.

⁴⁴² Quadro montado a partir de dados fornecidos pelo jornal Monitor Campista de 23 de junho de 1890.

Quadro 23: Mapa dos estrangeiros alistados eleitores neste município em 1890⁴⁴³

Nacionalidade	SS	SG	Guarulhos	NSCT	SSEB	SB	Total*
Portugueses	94	3	16	8	3	4	128
Franceses	7	0	1	0	0	0	8
Alemães	6	0	0	0	0	0	6
Italiano	5	5	1	0	1	0	12
Austriacos	4	0	0	0	0	0	4
Ingleses	2	1	0	1	0	0	4
Espanhóis	1	1	0	0	0	0	2
Argentinos	1	0	0	0	0	1	2
	120	10	18	9	4	5	166

* As freguesias de Nossa Senhora da Penha do Morro do Coco, Nossa Senhora das Dores do Macabu e Santa Rita tão tiveram eleitores qualificados contabilizados.

Geralmente, a saída definitiva das antigas áreas de habitação e moradia, está ligada a uma segunda geração de libertos que, geralmente, saem em busca de novas oportunidades – terra e trabalho⁴⁴⁴. Nos dados que aqui conseguimos analisar, constatamos a ocorrência de uma primeira instabilidade de elevada significância, no momento das fugas em massa dos escravos das fazendas, ainda em 1883. A solução, como vimos em capítulo anterior, foi a concessão, por parte dos fazendeiros, de alforrias gerais as suas escravarias. Logo em seguida, com a proclamação da lei Áurea, os recém libertos irão experimentar certo momento de euforia que, tenderá a, inicialmente, uma grande movimentação e mobilização. Esta, no geral, não terá consequências maiores, já que, quando não fixados em suas fazendas, os ex-escravos iam para áreas próximas em busca de novos ideais de trabalho e, principalmente, tratamento.

Vimos também que, ainda no ano de 1889 foi sentida a necessidade de consolidação das relações de trabalho livre e, em se negando muitas vezes, o negro a aceitar qualquer tipo de tratamento que lhe lembrasse dos anos de cativo, quando insatisfeito, logo se retirava em busca de novas oportunidades. Isso, aliado a outros fatores, legou ao negro as alcunhas de vagabundo e malandro e constitui assunto a ser adiante tratado. No geral, o ano de 1889 será marcado pela tentativa – frustrada – de se consolidar a mão de obra imigrante na região que, como vimos, atraiu número razoável de cearenses – atingidos pela seca que devastava o nordeste. Estrangeiros que tivessem vindo para substituir o escravo nas lavouras foram, nesse período, pouquíssimos.

⁴⁴³ Quadro montado a partir de dados fornecidos pelo jornal Monitor Campista de 23 de junho de 1890.

⁴⁴⁴ RIOS, Ana Lugão. MATTOS, Hebe. 2005.

Muitos fazendeiros, no entanto, foram atingidos diretamente diante do quadro inaugurado pelo fim das antigas relações de trabalho. Não haviam empreendido com a antecedência prudente a transição ao trabalho livre. No pós-Abolição, muitos ainda agarrados sobremaneira à velha ordem, quererão tratar os ex-escravos ainda de acordo com antigas propensões – vigilância e coerção, basicamente. Acreditavam eles que, controlar o negro era matéria imprescindível no interior das fazendas – com ou sem relações escravistas.

3.3 - Instabilidade e abalo das fortunas dos fazendeiros

Normalmente culpando o regime monárquico pelo apoio dado à causa da Abolição, alguns fazendeiros, cuja situação econômica já não se encontrava, provavelmente, em boas condições antes mesmo da Abolição, certamente tiveram dificuldades em realizar a transição do trabalho escravo para o livre. Segundo aponta Emilia Viotti da Costa, a maior parte deles, no entanto, conseguiu realizar a transição sem grandes problemas⁴⁴⁵.

Em Campos, constatamos que a Abolição não empreendeu forte desorganização econômica, muito porque, anteriormente, a região havia iniciado o processo de expansão capitalista com grande concentração de capitais, como vimos, através das usinas centrais e dos engenhos⁴⁴⁶. Em consequência, as novas relações de produção exigiam o aperfeiçoamento do trabalho e o emprego de mão de obra especializada. Porém, vimos também que o próprio processo de acumulação de capitais nas mãos de uns poucos fazendeiros locais, agora *capitalistas*, fez com que os antigos donos de engenhos se tornassem meros fornecedores de canas que, nesse sentido, acabavam sendo beneficiadas nas grandes usinas⁴⁴⁷. Esse processo gerou o enfraquecimento dos muitos senhores de engenho espalhados pela planície e que, via de regra, passaram também a comprar a cana de pequenos plantadores locais, revendendo-as nas usinas.

Assim, a abolição significou perda significativa para esses setores rurais de pequeno e médio porte. A principal dificuldade parece ter sido com a manutenção da produtividade das fazendas. Ao analisarmos um livro de Registro das Procurações e Documentos Relativos às Escrituras Públicas passadas pelo 4º Cartório de Campos dos

⁴⁴⁵ COSTA, Emilia Viotti. 2008, p. 133

⁴⁴⁶ Ver especialmente, Capítulo II.

⁴⁴⁷ OSCAR, João. 1985, p. 230.

Goytacazes⁴⁴⁸, durante os anos de 1889 e 1890, sem dados para poder empreender uma análise comparativa, principalmente com relação aos anos anteriores, pudemos constatar que, muito provavelmente, esses fazendeiros vivera um momento de desequilíbrio entre tais anos, normalizando-se a situação, já no ano seguinte de 1891.

Vejamos os quadros abaixo a fim de podermos tomar algumas ideias.

⁴⁴⁸ APMCG C2 090407 Registro de Procurações e Documentos Relativos às Escrituras Públicas Passadas pelo 4º Cartório de Campos dos Goytacazes.

Quadro 24: Registro das Procuções - Ano 1889 - constantes no Livro de Registro das Procuções e Documentos Relativos às Escrituras Públicas passadas pelo 4º Cartório⁴⁴⁹

Nº	Data	Outorgante	Outorgado	Motivo	Garantia
1.	25.06.89	Apolinario de Azevedo Branco	Albino de Azevedo Branco (filho)	Cobrar o que lhe deviam	
2.	27.10.89	Capertina Inácia de Almeida Azevedo	Caetano Pinheiro Ribeiro de Azevedo (marido)	Aceitar a escritura de dívida com hipoteca que ela faz a Joaquim Jose de Almeida e Silva	Metade da chácara do casal, sita na cidade de São Salvador
3.	02.11.89	Barão de Goytacaz	Dr. Jose Coelho de Almeida	Requerer registro de hipoteca que havia feito o Senhor Tenente Coronel Miguel Ribeiro do Rosário, bem como o cancelamento da dívida, por haver pago pela compra da Fazenda sita na freg. De SSEB	
4.	15.11.89	Claudiana Manhães de Andrade e Silva	Francisco Thomas de Miranda e Silva (marido)	Propor ao BCH empréstimo até a quantia de 45 contos	Fazenda Saquarema, com todos acessórios e pertences, situada na freg. SS
5.	04.11.89	Francisca Alves Rosa Arêas	Guilherme Francisco de Almeida Arêas (marido)	Propor ao BCH empréstimo até a quantia de 12 contos	Propriedade rural Peleja, freg. SAG, com benfeitorias, acessórios, machinas
6.	28.11.89	Clara Domingues Bezerra	Francisco dos Santos Bezerra (marido)	Propor ao BCH empréstimo até a quantia de 2 contos e 500 mil réis	Situação América dos Olhos, situada na freg. NSMC, com benfeitorias, servidão e pertences
7.	02.03.89	Souza Mello & Reis	Dr. Jose Joaquim Itabaiana de Oliveira	Liquidação – Liquidantes de Carvalho Lima & Mello	Para vender a fazenda denominada Oriente, que lhes foi adjudicada na execução que moveram contra João Nepomuceno de Azevedo Silva
8.	10.12.89	Paula Carolina Manhães de Andrade	Antonio Manhães de Andrade (marido)	Assinar escritura de hipoteca de 20 contos, levantada no BCH, ao prazo de 15 anos	Faz. Cural Falso, freg. SS, com benfeitorias agrícolas e de construção, maquinismos, 28 bois, pertences e

⁴⁴⁹ A relação de residência é referente ao outorgante. Quando se referir ao outorgado, haverá menção. S.S = São Salvador / SG = São Gonçalo / S.A.G = Santo Antonio dos Guarulhos / S.SE = São Sebastião / NSCT = freg. Nossa Senhora da Conceição do Travessão / Freg. NSMC = Freg. Nossa Senhora do Morro do Coco / BCH = Banco Comercial e Hipotecário de Campos

					acessórios e servidão ativa
9.	23.12.89	Maria da Silva Pessanha	Manoel Francisco de Almeida (marido)	Propor ao BCH empréstimo até a quantia de 5 contos	Prop. rural Campo Limpo, freg. SG, com benfeitorias constantes de casa de vivenda, senzalas , cocheiras, curral e bardos, com sua lavoura
10.	26.12.89	Branca Saturnino da Silva Pinto	Dr. Olimpio Joaquim da Silva Pinto	Propor ao BCH empréstimo até a quantia de 50 contos	Fazenda São João e o sítio da Floresta, freg. SS, com acessórios, pertences, servidão, benfeitorias, edifícios e maquinismos.
11.	20.12.89	Maria Francisca de Almeida Soares	Jose Caetano Soares (marido)	Propor ao BCH empréstimo até a quantia de 4 contos	Pro. rural Boa Vista, freg. SAG, com benfeitorias, máquinas, instrumentos, casas e acessórios
12.	24.12.89	Joana Maria do Espirito Santo	Tenente Coronel Manoel Ribeiro do Rosário	Propor ao BCH empréstimo até a quantia de 4 contos	Sítio Geribá com pertences e benfeitorias (freg. SSEB), e outro de nome Água Branca (freg. SG), com todos os imóveis e benfeitorias
13.	31.12.89	Maria Francisca da Cruz Paula	João José Peixoto (marido)	Propor ao BCH empréstimo até a quantia de 3 contos	Situação no lugar denominado Nogueira, freg. SAG, com todos os edifícios, benfeitorias, servidões e pertences
14.	09.12.89	Cap. Francisco da Cunha Azevedo e sua mulher	Jose Joaquim de Souza Mota	Propor ao BCH empréstimo até a quantia de 40 contos	Fazenda Boa Vista, com acessórios e pertences, imóveis, benfeitorias, servidões

Quadro 25: Registro das Procuções - Ano 1890 - constantes no Livro de Registro das Procuções e Documentos Relativos às Escrituras Públicas passadas pelo 4º Cartório⁴⁵⁰

Nº	Data	Outorgante	Outorgado	Motivo	Garantia
15.	02.01.90	Joana Manhães de Andrade Ribeiro	Agostinho Jose Ribeiro (marido)	Propor ao BCH empréstimo até a quantia de 3 contos	Situação no lugar denominado São Martinho, freg. SS, com benfeitorias agrícolas e de construção
16.	3.01.90	Tenente Jose Manoel de Azevedo	Solicitador Candido Alves Machado	Assinar escritura de doação a favor de Ivo Cartucho da Rocha	
17.	07.02.90	Theresa Rosa dos Santos Mendes	João Mendes da Silva (marido)	Aceitar a escritura de dívida, obrigação e hipoteca que fizeram a Joaquim Jose de Almeida e Silva	Chalet na freg. SAG
18.	13.06.90	Antonio Alves de Almeida Pereira, Fidalgo da Casa Imperial	Dr. Constantino Jose Gonçalves e o Dr. Aureliano Francisco de Paula	Receberem as escrituras de quitação de credores	
19.	28.06.90	João Batista Ferreira Costa, cessionário de Batista, Belfort & Companhia	Aureliano Francisco de Paula	Passar quitação ao senhor Antonio Alves de Almeida Pereira	
20.	25.06.90	Teixeira Braga & Companhia	Aureliano Francisco de Paula	Liquidantes de Teixeira de castro & Companhia / Passar quitação ao senhor Antonio Alves de Almeida Pereira	
21.	17.07.90	Freitas Bastos & Moraes	Id.	Id	
22.	17.07.90	Dr. Alfredo Rodrigues Barcellos	Id.	Id.	
23.	21.07.90	H. Silva & Guimarães	Id	Id	
24.	16.04.90	Barão de Goytacazes	Dr. Constantino Jose Gonçalves	Proceder cobrança do que lhe deve Antonio Alves de Almeida Pereira, como devedor hipotecário, tendo o Visconde de Quissamã como fiador. Dívida de 1884 de 95 contos	
25.	07.11.90	Ana Rosa Viana Lobato	Tenente Coronel Joaquim Antonio Lobato (marido)	Assinar escritura de compra e venda de bens de raiz	

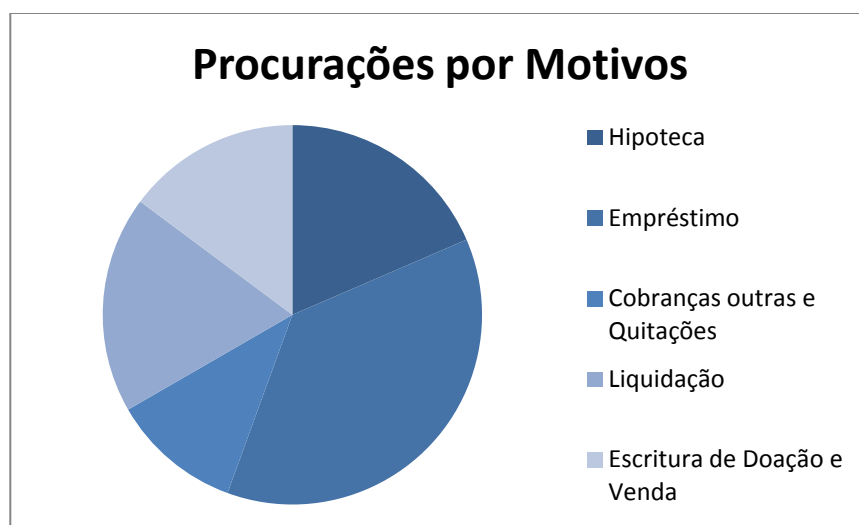
⁴⁵⁰ A relação de residência é referente ao outorgante. Quando se referir ao outorgado, haverá menção. S.S = São Salvador / SG = São Gonçalo / S.A.G = Santo Antonio dos Guarulhos / S.SEB = São Sebastião / NSCT = freg. Nossa Senhora da Conceição do Travessão / Freg. NSMC = Freg, Nossa Senhora do Morro do Coco / BCH = Banco Comercial e Hipotecário de Campos

26.	17.11.90	Manoel de Almeida Arêas	Solicitador Caetano Dias Carneiro	Assinar escritura de venda da situação Bom Viveiro, freg NSCT
27.	23.07.90	Francisco Jose de Araujo Carvalho Reis	Joaquim Fonseca	Vender a casa da Rua do Cercado do Furtado

Vimos que, nem todos os fazendeiros conseguiram passar pela transição do trabalho livre ao trabalho escravo sem passar por certos ajustes em suas propriedades, bem como nas relações de produção presentes nestas, que possam ter gerado determinados momentos de instabilidades. Ao que pudemos perceber, os anos de 1890 e 1891 foram assim e, embora não tenhamos dados para afirmar se os anos que os antecederam também o foram, temos condições, ao menos, de atestar para uma possível instabilidade – e não crise – no seio da classe dominante.

De um total de vinte e sete procurações encontradas naquele livro, apenas uma referia-se a uma transação de doação (n.º 16) e duas referiam-se a assinatura de escritura de compra e venda ou (n.ºs 25 e 26) e apenas com vistas a habilitar para venda (n.º 27), todas no ano de 1890. Todas as outras vinte e três procurações relacionavam-se a assuntos tais como: cobrança e recebimento de dívida, aceitação de escrituras de dívida e de hipoteca, empréstimo, liquidação, ou seja, pouco mais de 85% das transações daquele período, estavam relacionadas à dívidas, seja referenciando-se ao seu pagamento, a uma liquidação, hipoteca ou empréstimo.

Gráfico 3: Procurações – Motivo



Vê-se, portanto, que os empréstimos somam mais de 35% dos motivos para a elaboração das procurações e, em todos os casos, as garantias dadas são as propriedades. A partir de 1891, no entanto, a grande maioria das procurações terá parte em ações de venda de imóveis e, não mais, em solicitações de empréstimos, embora não deixem de existir.

3.4 - A opção pelo nacional livre

Muitos proprietários, a maioria na realidade, não terão outra opção como mão de obra senão o trabalhador negro, antigos escravos de suas fazendas. Vimos que a solução imigrantista, que mais “importou” nordestinos do que europeus, logrou pouco sucesso em Campos, inclusive se comparado a regiões menos prósperas no período, conforme o caso de Macaé. Além disso, ficou patente que as fortunas de muitos desses fazendeiros encontrava-se em perigo, dadas em garantia aos altos empréstimos ou hipotecas que realizavam. Todos esses fatores juntos conformaram a corrida pelo trabalhador nacional.

No entanto, à corrida pelo nacional livre, somou-se outro fator de crucial importância: as fugas em massa das fazendas e a própria lei Áurea chegaram às vésperas da colheita de 1888, realizada em meados do ano. Como poderiam os senhores perderem a safra de todo o ano? Os prejuízos seriam incalculáveis. Nesse sentido, para além da máxima da ética do trabalho e do bom trabalhador, valeu a corrida para garantir a permanência dos antigos escravos nas fazendas, ou ainda, atrair os trabalhadores das fazendas vizinhas.

Hebe Mattos, trabalhando com uma queixa sobre crime de desacato e desobediência à autoridade em Campos, já no ano de 1894, deixará entrever duas condições presentes naquela sociedade: o uso da força policial (pública) em nome de interesses senhoriais e a concorrência pelo trabalhador livre. Tendo o subdelegado Manuel de Castro, também fazendeiro, ido à casa do cidadão Joaquim José de Araújo e Silva, proprietário da fazenda Santo Antonio, quis uma mulher que trabalhava em casa deste, de nome Matilde, por ser ela acusada de crime de roubo pelo também “cidadão” José Francisco Nunes de Azevedo, para quem Matilde antes trabalhava. Ocorre-nos que Joaquim José de Araújo era cidadão afro-brasileiro e sua mulher, motivo da discórdia entre ele e o subdelegado, era qualificada no processo apenas como “preta Matilde”. Diz o subdelegado que, tendo ido à fazenda buscar a Matilde para averiguação da suspeita do roubo, foi pelo proprietário Joaquim José desacatado. Dizia o acusado que, além de

ter chegado sem se apresentar como subdelegado e de forma truculenta e cercado de “capangas”, não apresentou mandado de prisão contra a preta Matilde. Conclui a autora, a partir do depoimento prestado pelas testemunhas, que a grande questão que fez com que Manuel de Castro fosse buscar a preta Matilde era para lhe fazer manter-se na antiga fazenda, prática comum à época, atendendo aos interesses da maior parte dos fazendeiros da época⁴⁵¹.

Aos escravos, por sua vez, a euforia inicial deles e da própria população, não duraria para sempre. A um dado momento, perceberam que precisavam rearranjar suas relações de trabalho, mas de qualquer modo, trabalhar. Necessidade imperiosa, posto que exigida pela sobrevivência, mas também pela sociedade. Também para os senhores, naquele primeiro momento, a força de trabalho presente nas fazendas não era uma escolha, era igualmente necessidade. Sem os antigos escravos e diante da oferta reduzida de imigrantes, não lhes restou outra alternativa, senão barganhar, ao menos nesse primeiro momento de reorganização do trabalho. Aos libertos, a negociação por melhores condições trabalho, justos salários, por promessas de tratamento respeitoso, entre outros, veio a calhar, já que negavam qualquer tratamento que lhes pudessem lembrar das antigas agruras do cativo. Qualquer tratamento nesse sentido, era imediatamente dispensado por eles e, como vimos, esse foi um dos fatos a conformar a premissa do escravo preguiçoso. Posto que não aceitavam viver nas antigas condições, rejeitavam, em sua maioria, o trabalho e, ao primeiro sinal de torpeza, iniciavam eles a busca por novas e melhores condições de trabalho. Nesse sentido, de acordo com Hebe Mattos, “os libertos conseguiam força de pressão suficiente para moldar as novas relações de trabalho nas fazendas às suas expectativas de liberdade e autonomia”⁴⁵². Ana Lugão Rios e Hebe Mattos, nesse sentido, chamam atenção para o fato de que as negociações efetuadas com os fazendeiros possibilitadas no pós-Abolição, encerram em si seu principal limite: “exatamente a continuidade das identidades sociais, construídas ainda durante o cativo”, isto é, a eterna dependência do senhor⁴⁵³.

Assim, diante do processo que pouco antes dinamizou a economia do norte fluminense – isto é, a etapa da concentração capitalista provocada pela criação dos engenhos centrais e das usinas –, muitos pequenos e médios proprietários, como visto acima, encontravam-se em difícil situação econômica. A solução para eles será garantir

⁴⁵¹ MATTOS DE CASTRO, Hebe. 1997, p. 375-378.

⁴⁵² MATTOS DE CASTRO, Hebe. 1997, p. 382.

⁴⁵³ RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. 2004, p. 180.

o trabalhador nacional livre e acordar com eles um sistema de pagamento favorável, mas que nem sempre concebido sobre bases salariais. Como veremos, a “opção” pelo sistema de parceria estará no cerne dos atrativos iniciais para ambos os lados – fazendeiros e negros libertos.

José Carlos Ribeiro de Castro, proprietário da fazenda Grumarim, em São Fidélis, em anúncio de 03 de julho de 1888 no Monitor Campista “convoca trabalhadores, que começando por trabalhadores, podem tornar-se lavradores proprietários”, garantindo fornecer-lhes local para erguer casa, comida por um ano, carro de boi, entre outras garantias⁴⁵⁴.

Em outros, o atrativo poderia ser ainda a possibilidade de “ganhar bem”. Veja-se, “precisa-se de bons trabalhadores para lavoura de cana e de trabalhadores habeis em engenho de carreiros, paga-se bem”⁴⁵⁵. Muitos anúncios ainda apareciam como chamadas coletivas, como este: “precisa-se de 30 a 50 trabalhadores para apanhar café admitindo-se homens e mulheres e também crianças que possam prestar alguns serviços leves. *Paga-se bom salário*”⁴⁵⁶.

Interessante notar aqui, a presença ainda das chamadas que admitem também mulheres e crianças. Ana Lugão Rios e Hebe Mattos, em estudo já citado, referem-se a certa característica peculiar às sociedades do pós-emancipação: a retirada gradual de mulheres e crianças das plantações, principalmente imbuídos do busca pela reconstituição das relações familiares⁴⁵⁷. Nesse sentido,

Para a última geração de escravos, ou pelo menos para parte dela, a liberdade traria um desafio especial: o de preservar o delicado tecido dos últimos anos da escravidão, a rede familiar e de relações que suas crianças herdariam. Esse era um poderoso fator de fixação nas proximidades de seu antigo local de cativo e parte importante das novas negociações a serem estabelecidas⁴⁵⁸.

Parece-nos crível que a separação de mulheres e crianças em relações familiares de produção tenha tido espaço nas sociedades do pós-emancipação. No entanto, era necessário primeiro, certa fixação à terra e ao trabalho. Em muitos casos, a primeira viria em decorrência do segundo, como veremos adiante.

⁴⁵⁴ APMCG Monitor Campista. 03 de julho de 1888.

⁴⁵⁵ APMCG Monitor Campista. 09 de agosto de 1888.

⁴⁵⁶ APMCG Monitor Campista. 11 de agosto de 1888.

⁴⁵⁷ RIOS, Ana Lugão; MATOS, Hebe. 2005, p. 27

⁴⁵⁸ RIOS, Ana Lugão; MATOS, Hebe. 2005, p. 188.

Alguns anúncios tinham a característica de serem ainda mais específicos, posto que direcionado aos trabalhadores livres. O exemplo a seguir é claro nesse sentido: “Trabalhadores nacionais - Antonio Luiz Tavares precisa de 30, habituados aos serviços da lavoura de cana e moagem”⁴⁵⁹.

Normalmente, constamos pelos anúncios dos jornais que os salários oferecidos aos trabalhadores regulavam com o que era antes oferecido aos trabalhadores livres quando ainda vigorava a escravidão, cerca de 10 a 20 mil réis mensais. No entanto, à maioria destes anúncios funcionavam como atrativos a oferta de comida, instrumentos de trabalho e, principalmente, terra. “Precisa-se de 30 trabalhadores para serviço de moagem e roça. Paga-se à 15\$000 mensal e sustenta-se, também a 20\$000 a seco”⁴⁶⁰, isto é, sem a oferta de comida.

No entanto, apesar da oferta de trabalho e das poucas possibilidades de escolha, a possibilidade de negociação era pouca. Antes, como vimos, os senhores dependiam de certos acordos e concessões para manter suas escravarias calmas, e controladas, mas principalmente, trabalhando, já que o boicote ao trabalho era resistência comum entre os escravos. Quando falhavam ou escasseavam as negociações, a lógica violenta inerente ao sistema voltava a operar. Posto isso, é necessário entender que os libertos não mais se inseriam na lógica escravista, visto que estavam diante, então, de uma nova lógica, a capitalista e com ela novos arranjos.

O capitalismo por si cria um sistema de controle de salários – o desemprego. Os trabalhadores sem colocação funcionam como a reserva que regula os salários e as concessões. Não escolher ou aceitar um trabalho, dificilmente significava deixar aquele cargo vazio, já que rapidamente as vagas ociosas eram preenchidas por outros desesperados à espera de emprego. No entanto, embora a extinção do escravismo tenha feito aprontar ainda mais no horizonte formas capitalistas de produção, o grande proprietário de terras ainda não era o capitalista “na sua forma desenvolvida”, conforme destaca Gorender. Segundo ele, acima de tudo para aquele fazendeiro vinha a terra, e não o capital⁴⁶¹. Tal qual definido por Gorender, na passagem do sistema escravista ao momento do pós-Abolição, entraria em vigor um capitalismo de tipo primitivo, apoiado

⁴⁵⁹ APMCG Monitor Campista. 13 de outubro de 1888.

⁴⁶⁰ APMCG Monitor Campista. 20 de outubro de 1888.

⁴⁶¹ GORENDER, Jacob. 1990, p. 189.

em formas camponesas dependentes⁴⁶² que, na opinião aqui defendida, corroboram o sistema de negociação-adaptação ainda presente na sociedade do pós-88.

Quando afirmei, linhas acima, da possibilidade de negociação presente nesse momento do pós-Abolição não quis dizer que tais práticas fossem duradouras. Em realidade, a negociação dentro dessa lógica durará enquanto se fizer necessária a reorganização das relações de trabalho e produção. Passada essa fase, estabilizados os postos de trabalho, impera o capitalismo e a regulação dos salários.

Situação tanto mais complexa se deu entre os escravos idosos. O que fariam eles diante da nova dinâmica a não ser permanecer com seus antigos senhores, se, e somente se, a estes conviesse? Katia Mattoso, empreendendo análise severamente criticada por Jacob Gorender⁴⁶³, dentre outros, por reaver e reafirmar o mito da democracia racial que segundo ele se verificava em Gilberto Freyre, estabelece, nesse sentido, que a alimentação do escravo podia ser, muitas vezes, mais rica do que de muitas famílias pobres⁴⁶⁴. Além disso, a ideia do excesso de trabalho imposto ao escravo, também deveria, segundo ela, ser desmistificada, uma vez que só em períodos limitados o trabalho se tornava insuportável⁴⁶⁵. Encontra-se aí, uma das grandes cingidas da obra de Mattoso – não perceber no trabalho aspecto inerente, assim como a violência, à vida do *ser escravo*, posto que um dos aspectos que conformam sua existência enquanto propriedade servil é, justamente, a sujeição e obrigação ao trabalho, de forma que passível de negociação só a frequência e a intensidade em que eram os escravos expostos a ele.

No entanto, corretamente Katia Mattoso problematiza esta questão da posição dos escravos mais velhos, ao indagar que

Nesse caso, que significa a liberdade para um escravo envelhecido, sem ofício, trabalhador braçal do campo, que se encontrará sem

⁴⁶² Id. Ibid. p. 190.

⁴⁶³ Um dos grandes aspectos levantados por Gorender na crítica que desenvolve contra Kátia Matoso reside na afirmativa da autora de que a escravidão teria chegado ao fim primeiro nas áreas prósperas da cafeicultura paulista, já que para o autor, ali a concentração de cativos foi ainda muito maior justamente pela prosperidade experimentada. GORENDER, Jacob, 1990, p.15.

⁴⁶⁴ Freyre, em *Casa Grande & Senzala*, afirma também que apesar das duras condições de vida a que eram submetidos, os escravos tinham direito a algo primário e de relevada importância para as gerações futuras, a alimentação. Os novos trabalhadores, a que ele chamou de proletários, tiveram que trabalhar para ganhar dinheiro e aí sim proverem seu sustento. Já os escravos eram bem alimentados para que pudessem cada vez mais trabalhar, pois uma vez bem alimentados tinham força para trabalhar e, portanto, trazer vantagens a seus senhores. “Melhor alimentados, repetimos, eram na sociedade escravocrata os extremos: os brancos das casas-grandes e os negros das senzalas”. FREYRE, Gilberto. 2004, p. 94-97.

⁴⁶⁵ MATTOSO, Kátia. 1982, p.119-120.

morada, repentinamente livre, mas livre para ir e não para ficar, se a comunidade negra e branca lhe haviam proporcionado os marcos de uma adaptação razoável? Qual a força do desejo de liberdade de um escravo urbano tímido, pouco seguro de si, que precisa do senhor para achar trabalho no mercado de dura concorrência. Que diz a liberdade a um escravo estropiado, doente, sofredor? Gosto amargo o da liberdade para a escrava que se vê separada do menino branco ajudou a amamentar e a criar, que amou: essas recompensas são armadilhas que se podem fechar pelo desespero, quando a alforria é praticamente imposta pelos senhores todo-poderosos. (1982, p.168)

Nesse sentido, a denúncia contra antigos senhores que, tendo-se utilizado e explorado seus escravos por tantos anos, quando da emancipação passou a abandoná-los diante da mendicância e da marginalidade.

Deshumanidade – Hontem foi encontrado doente e abandonado, na praça de Azeredo Coutinho, nos fundos da casa do Dr. Galvão, um preto de nome Jose Barreto, que declarou ao Sr. delegado de polícia que trabalhava numa situação pertencente a Maria Ribeiro e que tendo adoecido fôra transportado para esta cidade n'uma carroça.

Não podendo andar o Sr. delegado mandou conduzi-lo para a Santa Casa. Não é este o primeiro facto que se dá e que demonstra a deshumanidade de certos indivíduos que desfructão o trabalho dos pobres libertos e quando doentes os abandonam na porta da Santa Casa ou nas ruas da cidade⁴⁶⁶.

As novas relações de trabalho ainda careciam de regulamentação e organização. A colocação de um ou de outro liberto obedecia, a maioria das vezes, ao governo da necessidade e não a um pensamento sistematizado de um ou de outro lado e, por isso mesmo, carecia de segurança e estabilidade, novamente para ambos os lados. Assim,

Embora fossem elles collocados outras vez na lavoura a salário ou de parceria, este facto precisava ser sem demora regulado ou apoiado por medidas e por meios que assegurassem a sua permanência, consultando tanto os interesses dos proprietários como os dos trabalhadores. A questão era adoptar uma norma de proceder conveniente á generalidade dos fazendeiros e que assegurasse aos trabalhador o seu natural interesse e justa recompensa, enquanto por lei não fossem regulados as relações e os interesses de uns e de outros⁴⁶⁷.

⁴⁶⁶ APMCG Monitor Campista. 02 de julho de 1889.

⁴⁶⁷ APMCG Monitor Campista. 27 de janeiro de 1889.

Destarte, se a situação pecuniária da lavoura campista requeria atenção, já que a maior parte dos fazendeiros, faltando-lhes os meios de pagar os salários, só tinham a oferecer o sistema de parceria, o liberto não tinha recursos, tendo saído da escravidão apenas dono de si, de modo que precisava do trabalho para viver, mesmo que a esse viver esteja atrelado um simples sobreviver. Em muitos casos, os libertos preferiram ficar com seus antigos senhores e, muitos deles, continuaram a receber o mesmo tratamento antes recebido, inclusive por entre relações paternalistas e de tutela senhorial. É o que veremos adiante.

3.5 - A tutela senhorial

Seja pela gratidão ao senhor ou especialmente pelos laços de familiaridade formados, os escravos em Campos tenderão a se fixar em suas antigas regiões, quando não muito ainda, em suas antigas fazendas. Como em outras regiões, após o primeiro momento de euforia e agitação, “boa parte dos libertos considerou vantajosa a permanência na região em que já eram conhecidos e nas quais já contavam com uma rede de parentes e amigos”⁴⁶⁸.

Em sua análise dos alforriados na Bahia, Mattoso garante que estes continuaram a gravitar em torno de seu antigo senhor, possível refúgio no qual poderiam se abrigar em momentos de necessidade e, especialmente diante de um quadro em que a emancipação outorgada em 1888 parecia inteiramente simbólica, uma vez que milhares de homens e mulheres foram “lançados de um dia para o outro à alegria de uma liberdade reconquistada e aos temores de um amanhã sem pão e sem teto”⁴⁶⁹.

A abolição não forneceu qualquer garantia de segurança econômica, nenhuma assistência especial a esses milhares de escravos libertados. Lei Áurea, sem dúvida, mas que abandona à sua sorte o liberto, desorganiza os circuitos de trabalho em benefício dos homens livres e anula os ajustamentos sociais criados por três séculos de sistema escravista⁴⁷⁰.

Com base num quadro transmitido a partir de doze crônicas publicadas no *Jornal do Comércio* no ano de 1894, Hebe Mattos afirma que a dependência do trabalho

⁴⁶⁸ RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. 2004, p. 179.

⁴⁶⁹ MATTOSO, Katia. 1982, p. 207.

⁴⁷⁰ Ibid. p.239.

do liberto em Campos mostrava-se mais acentuada do que nas áreas cafeeiras, por conta da diminuição dos lucros com o preço do açúcar.

Para fixar o liberto, a lavoura de cana adotara a parceria em condições bem mais favoráveis aos colonos do que aquelas vigentes no café. A parceria de cana, em 1894, não impunha a meação às lavouras de milho e feijão, não cobrava aluguel pelo transporte das canas e dos cereais, nem sequer pelo uso de instrumentos aratórios dos proprietários⁴⁷¹.

Emilia Viotti da Costa afirma que muitos ex-escravos abandonaram as fazendas e foram se estabelecer em terras aparentemente sem donos. Outros foram viver com parentes, amigos ou conhecidos em outras cidades. Outros, ainda, sem alternativa, acabaram voltando para as fazendas. Na realidade, “a maioria, aparentemente, não chegou a abandoná-las e depois da abolição continuaram vivendo nas mesmas senzalas, fazendo o mesmo trabalho e ganhando ele um mísero salário”⁴⁷².

É possível que os ex-escravos que tenham escolhido continuar em suas antigas fazendas com seus antigos senhores estivessem ainda ligados por laços de dependência e solidariedade. Sobre os salários que recebiam em tais condições, não temos possibilidade de afirmar, mas temos dados para afirmar que: 1) os escravos que permaneceram nas fazendas habitavam ainda as senzalas, mas também concorriam para a obtenção de pequenas casas nas terras da propriedade senhoria; 2) muitos foram os escravos que, se recebendo salários ou não, tinham o produto de suas plantações em meação com os senhores. Essas afirmativas nos foram possíveis de serem elaboradas após intensa investigação nos mais de 310 processos de inventários post-mortem 2 75 testamento analisados para os anos de 1883-1893.

No pós-Abolição, é comum que a avaliação das senzalas nos inventários *post-mortem* não mais aparecesse com esse nome, embora ainda fosse recorrente o uso. Assim, passaram então a ser chamadas de “casas de trabalhadores”. Por exemplo, no inventário dos bens que ficaram por falecimento de Isabel de Miranda Silva Santos⁴⁷³, sem testamentos, falecida a 18 de dezembro de 1887, sendo inventariante o marido, o fazendeiro Comendador Gustavo Ferreira dos Santos, feita as primeiras declarações em 18 de fevereiro de 1888, são informados entre os bens: fazenda de fabricar açúcar e

⁴⁷¹ MATTOS DE CASTRO, Hebe. 1997, p. 381.

⁴⁷² COSTA, Emilia Viotti da. 2008, p. 137.

⁴⁷³ APMCG I 3035

aguardente, com todos os acessórios, na freguesia de São Salvador, em terras foreiras ao Mosteiro de São Bento, animais, escravos e ações das Companhias Agrícola de Campos e São Salvador de Campos. No entanto, as avaliações só tiveram lugar a 05 de maio de 1888, portanto, pouco depois de consolidada a Abolição e passam a constar então, casa de vivenda, edifício de engenho, maquina e torre, alambique e pertences, *14 lanços de casa* (700\$000), casa de bagaço, casa em que mora o *feitor*, casa de tonéis, de paiol, hospital, entre outros. Ou seja, as senzalas foram nominalmente substituídas apenas pelo termo “lanço de casas”.

Assim, são comuns os termos casa de colono, casa de trabalhadores, casinhas, correr de casas, entre outros, para designar os locais de moradia dos novos trabalhadores. No inventário do grande proprietário Luiz Jose da Silva Tavares⁴⁷⁴, falecido a 13 de julho de 1892, sem testamento, além de inúmeras outras propriedades avaliadas ao longo do processo, consta que da Fazenda Cacumanga, localizada na freguesia de São Salvador e avaliada em mais de 105:921\$960 réis, faziam parte duas casas para colonos, colocadas nos fundos da fazenda, distante uma da outra no valor de 600\$000 rs.; quatro casas para colonos separadas umas das outras por 1:200\$000 rs. e um *correr* de casas para colonos, contendo treze repartições por 650\$000 rs.

Acerca da tutela senhorial, muitos são os processos em que é flagrante tal percepção. Destaco aqui, alguns deles.

D. Julia Bricolens faleceu em 17 de outubro de 1890, sendo seu testamento datado de 28 de setembro de 1889, portanto, posterior ao fim da escravidão. Tivemos então acesso ao processo de Autos de Contas de seu testamento⁴⁷⁵ e ao inventário⁴⁷⁶ gerado. Natural de Lisboa, era casada com Eugenio Bricolens, falecido, e sem filhos. Realizada sua profissão de fé e suas solicitações de enterramento e sepultamento, solicita que seu testamenteiro, o artista e negociante Jose Rodrigues Leite, compre duas entradas remidas na Sociedade União Artística Beneficente, uma em nome do afilhado Zeferino e outra em nome da irmã deste, Maria Antonia Bricolens. Recomenda ainda que empreguem a Maria em alguma casa de costura, “visto ser a minha vontade, e della”. Manda também que reparta suas roupas por Fortunata Maria Antonia Bricolens e a roupa branca entre esta e Maria e Zeferino.

⁴⁷⁴ APMCG I 3168

⁴⁷⁵ APMCG Te. 1276

⁴⁷⁶ APMCG I 3111

Fortunata era sua ex-escrava e, passando a ter o sobrenome dos antigos senhores, demonstra certa relação de reciprocidade. Certo é que em seu testamento D. Julia deixará à Fortunata uma casa à rua do Rosário, que lhe deve ser entregue logo após a morte dela testador, livre de qualquer despesa, mandando caiar e pintar, isso feito às custas de seus bens,

mas não poderá vender, é só para morar, ou alugar em seu benefício e por sua morte passará para sua filha Maria Antonia e seus descendentes, conservando as mesmas condições com que deixo a sua mãe porem se a dita casa ficar inabitável. Só neste caso poderão vender ficando obrigados á comprarem outra pela quantia que della poderem obter e isto sujeito as mesmas condições já referidas não podendo nem o marido de Fortunata nem outra qualquer pessoa nem mesmo credores de qualquer qualidade algum poderão ter direito á dita casa nem os seus rendimentos.

Vê-se que, além da relação próxima entre Fortunata e D. Julia, era preciso ainda cuidar, mesmo após sua morte, para que a ex-escrava não vendesse a casa, revelando certa percepção constantemente atrelada ao negro – a propensão para os gastos excessivos e o pouco cuidado com os bens.

É revelador dessa característica senhorial, que permanecerá no pós-Abolição, a doação que faz ao afilhado Zeferino Bricolens da quantia de um conto e setecentos mil reis, mandando porém, colocar no banco posto que “elle só terá direito aos rendimentos sem poder fazer transação alguma até completar a idade de trinta annos tempo este em que poderá dispor de toda a quantia salvo força maior como por exemplo livrar-se de ser soldado desgraça imprevista que só com o dinheiro se poderá salvar e nesse caso poderá retirar a quantia necessária para esse fim”.

A regulação sobre a vida dos seus “tutelados” continua ainda, ao deixar a Maria Antonia Bricolens setecentos mil reis para por no Banco em caderneta que lhe fica pertencendo até tomar conta; à Fortunata Bricolens deixa trezentos mil reis para também por no Banco em caderneta que lhe fica pertencendo para o testamenteiro e inventariante só retirar as quantias necessárias para pagar as décimas urbanas e esgoto e algum pequeno conserto na casa que lhe foi legada e isto até se esgotar o capital.

Demonstrativo de que as relações entre escravos e senhores eram bi bilaterais, isto é, pressentiam de um de outro, D. Julia deixa ainda outra caderneta que fica pertencendo “ao meo ex-escravo Cerjaco de Abreu Bricolens residente no Rio de Janeiro (...) desejo que este dinheiro lhe seja entregue em mão própria *que talvez elle se lembre de vir visitar a família*”. Revela-se nesta fala, certo desgosto com o afastamento

de Cejarco, esperando ela que, mesmo após sua morte, pudesse o antigo escravo voltar à cidade.

Além disso, a testamenteira definirá ainda sobre suas roupas e sobre o que deveria ser dado a Maria e Zeferino, inclusive solicitando “um luto de pouco gasto a cada um deles e á Fortunata, e Maria Ignacia a quantia de vinte mil reis a cada uma. (...) O meo afilhado Zeferino quando se retirar da Caza levará tudo que estiver no seo quarto e mais uma caixa que tem roupa branca, e bacia de ferro para banho; Maria Antonia levará marquezas, guarda vestidos tendo no gavetão uma troxa com roupa que pertence a Zeferino que lhe entregará quando elle quizer e mais um bahú de folha, uma cômoda pequena com espelho de gavetinha cadeira de costura, machina de costura Singer, bacia de ferro para banho e os preparos para engomar.”

Por fim, e ainda mais revelador, “Peço terem toda a indulgencia com a minha Maria Antonia pois *basta ser mulher para que se compadeção della até ver se aparesse algum casamento que a livre da desgraça* e também ao meu afilhado Zeferino tudo quanto puder ser a ver se o *conduz ao trabalho para se livrar da desgraça* e que não o desamparem porque elles não tem ninguém por si”. Constata-se aqui uma dupla ideologia presente na sociedade do pós-emancipação: a necessidade de constituição de famílias através do casamento para as mulheres e a já consolidada ideologia do trabalho para os homens⁴⁷⁷.

Do inventário da mesma senhora, pudemos ver que seus bens somavam 7:109\$200, além de 24:276\$180 em ações. O legado da ex-escrava Fortunata foi de 1:820\$000, já somados os gastos com os reparos da casa; 202\$000 foi o valor da compra das entradas remidas na Sociedade Artística Beneficente; a caderneta de Zeferino montou em 136\$980, somando seu legado em 1:937\$980 e o de sua irmã em 827\$200. Zeferino assinou a quitação da mãe por não saber ela escrever. Maria assinou ela própria.

A 09 de setembro de 1892, vem o testamenteiro acusar a morte de Zeferino, sem ter 30 anos ou filhos, fica seu legado metade a irmã e a outra metade à Sociedade de Beneficência Portuguesa, conforme disposto pela falecida. Na certidão de óbito consta que faleceu a 03/09/1892 de febre perniciosas, em Campos. Identificado como preto, solteiro, campista, 27 anos. Sepultado no Cemitério Público de Campos. Maria se casou com Francisco Nepomoceno de Mello em 27/01/1893. Ele com 20 anos, solteiro,

⁴⁷⁷ Tal premissa é também constada por RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. 2005.

sapateiro, natural de Campos, filho natural de Antonia Pinto das Dores e ela com 19 anos, filha legítima de Germano Bricolens e Fortunata Eugenia Bricolens.

Essa tutela senhorial tendia a ver no negro sujeito a ser facilmente corrompido e ludibriado. Tratavam-lhes, a bem das vezes, como crianças carecedoras dos aconselhamentos e de direcionamentos. Nesse sentido, temos um caso, ilustrativo. Bem antes que a escravidão tivesse fim, Dona Maria Ribeiro Freire elaborou seu testamento no ano de 1875, embora só tenha vindo a falecer em meados de 1892⁴⁷⁸. Solteira e sem filhos deixava, entre outros, 100 mil à parda livre Francelina, que morava em sua companhia; 50 mil à parda Ana, que também morava em sua companhia, além de deixar “libertos os meos escravos de nomes Silvino, Roza, Magdalena, os quaes logo depois de meo fallecimento ficarão gosando de suas liberdades como se livres nascessem. Deixo a estes meos libertos a minha chácara desta freguezia para *n’ella morarem em quanto viverem* e por morte delles passará ella para o meo herdeiro instituído”. Ou seja, poderiam usufruir apenas da casa, não mais que isso.

Além deste caso, há o do espanhol Roman Luque⁴⁷⁹ que, entre outros, deixa 300 mil réis ao menor Jose, filho de sua finada escrava de nome Benta, além de mais 10 ações da Estrada de Ferro do Carangola e 5 ações da Companhia de Seguros Perseverança, “com a condição de ser recolhida a Caixa Econômica desta cidade a dita quantia de trez contos de reis, assim como os rendimentos das ditas acções para o *rendimento servi-lhe para sua educação não podendo elle em tempo algum retirar a quantia da Caixa econômica, e nem vender as acções para por sua morte passar por seus filhos, e no caso de vir a fallecer elle sem descendência passará tudo a pertencer a Sociedade portugueza de beneficência*”. Característico daquela sociedade, é que os bens deixados aos escravos, ex-escravos ou seus descendentes eram controlados pelo testador / doador mesmo após a sua morte, atrelando a existência dos beneficiados a sua própria lembrança e interferência.

Além disso, as relações entre antigos ex-senhores e escravos estavam ainda muito ligadas à posse de algum pedaço de terra. Vejamos mais um caso. Francisco José Manhães⁴⁸⁰, casado com Maria de Souza Manhães, sua testamenteira, e sem filhos faz seu testamento ainda em 1882, falecendo em 1890. Além de declarar a liberdade sem condição de alguns de seus escravos, deixa ainda 150 braças de terras, com 500 de

⁴⁷⁸ APMCG Te 1286

⁴⁷⁹ APMCG Te.1275

⁴⁸⁰ APMCG Te.1274

fundos, no lugar Guandu, aos libertos Marçiano, Generosa, Antonia, Eugenia, Apolinario, Rosaura e Margarida “para nellas morarem, e gosarem em comum, *não podendo nenhum delles vendelas, nem alienalas por qualquer forma, ou titulo*, e por morte de qualquer delles passará a parte que lhe pertencer para seus filhos, e no caso de não os ter passará essa parte a pertencer em comum aos sobreviventes meus legatários”. Se os escravos fossem esperar pela morte do senhor para conquistar suas liberdade, apenas depois de dois anos da lei de 13 maio é que teriam conseguido tal feito. Não temos dados para esclarecer ao leitor se foram estes escravos libertos pela lei Áurea ou antes pelo seu senhor. Certo é que, independente disso, quando em 1891 foram dar quitação da terra, todos tinham se apropriado do sobrenome do antigo senhor – Manhães.

Também Manoel Jose dos Santos⁴⁸¹, natural de Portugal, casado e sem filhos, deixará em testamento de 1885, dentre outros, um conto de réis ao ingênuo de nome Alfredo Rio Branco dos Santos, “que será entrada em nome delle seis mezes depois de minha morte para a Caixa Econômica desta cidade e desisto também do direito que tenho aos seos serviços ate completar vinte um annos. Peço a minha mulher que entre também para a mesma Caixa Econômca de seis em seis mezes com a quantia de doze mil reis durante a sua vida revertendo a importância total em favor do dito meo ingênuo Alfredo”. Além das relações próximas com o menor Alfredo, Manoel estabelece que “os outros meos escravos de nomes Maria, e Jose por fallecimento de minha mulher serão livres se *se comportarem bem os ingênuos dos dois sexos por minha morte são considerados livres dos serviços que são obrigados por lei*”. Para além das regulamentações de ordem econômica, fazia-se sentir, claramente, a regulação que os senhores tentavam imprimir ao bom comportamento, melhor, ao comportamento adequado, dos seus escravos.

Os senhores através de seus testamentos buscavam com as cláusulas de liberdade concedidas aos escravos, a regeneração perante possíveis faltas mundanas. Muitos deles, nesse sentido, utilizavam-se das suas disposições testamentárias para gratificar aos escravos ou ex-escravos pelos “bons serviços prestados”. Dona Francisca Roza do Nascimento⁴⁸², viúva de 68 anos, ao fazer seu testamento em 1889, deixa 500 mil réis à Luiza, parda clara, filha de Gualdina que foi sua escrava e 200 mil réis a Albino, pardo

⁴⁸¹ APMG Te.1266

⁴⁸² APMCG Te.1256

claro, filho da mesma; 100 mil réis à Jordina, parda, filha de Felizarda, preta ex-escrava e à Constança, filha de Julia, também escrava. Deixava também um conto a Manoel Joaquim de Siqueira, “*pelos bons serviços que me tem prestado*”.

Por fim, e não menos importante, gostaria de demonstrar as cláusulas e particularidades verificadas na prestação de contas do testamento de Antonio Francisco Torres Junior⁴⁸³, fazendeiro, proprietário, residente na freguesia de Santo Antonio dos Guarulhos.

Português, tendo vindo para o Rio de Janeiro em 1827 e para Campos em 1883, era Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, tendo instituído sua esposa como testamenteira, Eugenia Maria da Conceição Torres. Após encomendar missas pelas almas de seus escravos falecidos, institui que “Deixo forro os meos escravos Julião creoulo, conhecido por Julião grande, e José de nação conhecido por Jose duro. Deixo com a condição de servir por mais sete annos a minha mulher ou seos herdeiros, e depois passarem carta de alforria aos meos escravos Anacleto creoulo e sua mulher Nazarena de nação. Desejo que se liberte a escrava Eugenia cabra creoula da qual é legatária minha mulher e por sua morte sua filha Francisca legada a estas por meo fallecido sogro, Senhor Manoel Rodrigues Peixoto sahindo o valor da minha terça e se as legatárias annuirem a isso. *Todos estes escravos que favoreço serão por convenção de meus herdeiros, e delles assalariados para ficarem em caza isto se elles merecerem tal proteção*”.

Traço marcante nesta documentação, percebida na passagem acima assinalada, é a ideia de que a permanência dos escravos em casa de seus antigos senhores aparece, aos olhos destes, como uma dádiva a ser concedida porque engendrava em si relações de proteção favoráveis aos escravos e suas famílias e, por isso, os libertos tinham que *fazer por merecer tal dádiva*⁴⁸⁴.

Destarte, o quadro traçado por Lucio Kowarick para a massa de desenraizados não perde validade, já que os escravos tinham uma vida boa parte vivida de rudimentar atividade de subsistência, não tendo praticamente, nenhum contato com a produção

⁴⁸³ APMCG Te.1249

⁴⁸⁴ Antonio Francisco Torres Junior elaborou seu testamento em 1876 e, através dele constatamos que o mesmo já utilizava em uma de suas fazendas a mão de obra livre e assalariada. Dizia ele ter uma fazenda moente e corrente para manipulação de açúcar, aguardente e cereais, nas primeiras cachoeiras do Muriaé, de nome São José, com 89 escravos de ambos os sexos, grandes e pequenos, além de nove ingênuos. Possuía ainda uma situação ou fazenda nas margens do rio Itabapoana, denominada Santo Antonio do Carabussu, do lado do sul com um corpo de engenho, varanda, moendas de ferros, tachos e alambiques de cobre, “*manipulada e habitada por trabalhadores livres cuja condições constão de papeis a passar*”.

agroexportadora. Outro segmento da população livre era composto de agregados ou moradores que, dentro das fazendas, desempenhavam serviços intermitentes combinados a uma prática de subsistência⁴⁸⁵.

3.6 - “Negro não adaptado é malando e vagabundo”

No já muitas vezes referido estudo de Lana Lage da Gama Lima, o rompimento da aliança realizada entre abolicionistas e escravos forjada no interior da luta pela abolição, significou não somente o abandono do negro, mas principalmente, o retorno a uma antiga situação: voltavam eles a serem tratados, mais uma vez, como caso de polícia, e não mais caso de política⁴⁸⁶. No Monitor de 27 de janeiro de 1889 se lia: “Ainda era preciso evitar a dispersão dos libertos e a vadiagem, e se por lei não se impõe o trabalho, reprime-se a vadiagem o que é um bem real para o indivíduos e para a sociedade”. Estava aí posto o lugar daquele que não se dava ao trabalho – a vadiagem.

Certamente é que as ações de autonomia e negação ao trabalho dos negros foi entendida como tendência ao ócio e à vadiagem⁴⁸⁷, já que para os ex-escravos “(...) para os quais a abolição representara apenas o direito de ser *livre* para escolher entre a miséria e a opressão em que viveu (e ainda vive) grande número de trabalhadores brasileiros”⁴⁸⁸, o direito de escolher viver longe do ideal de trabalho proposto pela sociedade, antes por ela veementemente atacada, foi sim a continuação da resistência da luta negra no pós-Abolição.

Como vimos, o movimento abolicionista não esteve ao lado do liberto na luta que continuava no pós-1888. Realizada a Abolição o negro estaria fadado a lutar apenas por seus próprios meios, sendo inclusive, criticados e vilipendiados pelos antigos companheiros de luta contra a escravidão. Finda a escravidão, deixou o *Vinte e Cinco de Março* de circular, posto que sua finalidade era a propaganda abolicionista. Em seu lugar veio o jornal *Cidade de Campos*, editado por Luiz Carlos de Lacerda e alguns antigos companheiros. No entanto, não só o momento será o outro, como a própria tônica desenvolvida também o será.

Entrado no estado livre, julga-se o negro igual em tudo e por tudo a seu antigo senhor, tão bom como tão bom, diz ele, e desse erro

⁴⁸⁵ KOWARICK, Lucio. 1994, p. 27-28.

⁴⁸⁶ LIMA, Lana Lage da Gama. 1981, p. 151.

⁴⁸⁷ Ideia inclusive presente na Escola Paulista de Sociologia.

⁴⁸⁸ COSTA, Emilia Viotti da. 2008, p. 131

fatal, próprio da ignorância e servilismo em que têm vivido, querem se elevar, mas, sem base para isso, escorregam para a vadiagem e para o vício, companheiros inseparáveis de preguiça⁴⁸⁹.

Tomando o estado dos libertos, atentavam para a necessidade sempre visível de empregarem outros meios, os senhores, que não a coerção ou a violência. Atentavam igualmente para a necessidade de se educar o liberto, ajustando-os à moral e à civilidade⁴⁹⁰, concluindo que “não há negativa do braço antigo às exigências do presente: houve sofreguidão em empregar-se meios de coação que arredaram do nosso município esses braços válidos que foram bem longe buscar trabalho compensado e descanso às suas fadigas”⁴⁹¹.

No entanto, após a saída de Lacerda da redação do jornal a postura frente aos libertos será outra. Utilizo-me aqui de parte do artigo publicado pelo jornal, originalmente da *Gazeta da Comarca de São Fidélis*, intitulado *Conselho aos Libertos*⁴⁹².

Para que a liberdade produza todos os benefícios desejáveis e desejados, e para que os novos cidadãos redimidos pela lei hajam bem merecido de todos nós esse grande ato, que é uma das maiores glórias da vida nacional, cumpre que *se mostrem dignos da condição que ora têm e se apliquem ao trabalho com esforço e tenacidade*, agora mais do que nunca necessário, e necessário aos seus próprios interesses, visto que, na qualidade de cidadãos, vivem pelo esforço do seu braço e pelo produto da sua atividade. É preciso que se convençam que a *liberdade*, como a quer a lei e como a desejam todas as sociedades bem constituídas, *não consiste na vadiagem, na torpeza e no vício, consiste sim na aplicação ao trabalho, na constituição da família, no respeito à moralidade e na obediência àqueles a quem se serve* e dos quais havemos remuneração pontual e satisfatória. (...)

Abandonar, pois o trabalho é procurar a cadeia, a difamação e o desprezo público. Nós que não podemos ser suspeitos aos libertos, pelos quais, quando ainda sob o regime da escravidão, empregamos grande soma de esforços, diremos mesmo de sacrifícios, porque sofremos em nossos interesses, julgamo-nos com direito de dar-lhes estes salutareos conselhos; porque aplaudimos a liberdade não quer isso dizer que toleremos a licença e que estejamos dispostos a deixar passar em silêncio fatos condenados e suscetíveis de punição.

⁴⁸⁹ Cidade de Campos (5): 1, 22 jul. 1888. Apud LIMA, Lana Lage da Gama. 1981, p. 147.

⁴⁹⁰ Ibid. p. 147.

⁴⁹¹ Cidade de Campos, (19): 1, 10 ago. 1888 Apud LIMA, Lana Lage da Gama. 1981, p. 147.

⁴⁹² Retirei o sobredito artigo das páginas do livro de Ibid. p. 149-150.

Teremos palavras animadoras para o homem trabalhador e honesto, como a sociedade e a lei terão para ele aplausos e louvores; mas seremos inexoráveis com o vagabundo e o dissoluto, que tentarem ultrapassar os limites traçados pelo dever e pela moralidade social. [grifos nossos].

É exemplificadora do pensamento social do pós-Abolição a mensagem transmitida através daquele Conselho. Acima de tudo paira a aplicação ao trabalho, já que seria ele o instrumento moralizador dos negros – em consequência dele viriam o respeito à ordem, à família, a moralidade, entre outros. Sua dignidade seria construída nos próprios esforços empreendidos em torno do trabalho, de modo a fazê-los entender que à liberdade que lhes foi “concedida” em nada poderia consistir na vadiagem e na entrega aos vícios. Eis o significado socialmente foi atribuído à liberdade do negro – liberdade de entrega ao trabalho e à moralidade. Repreensão representada contra seus “vícios” significava-lhes o cerceamento dessa mesma liberdade e, por isso mesmo, é que os negros irão desenvolver significados vários para as suas muitas liberdades.

Nesse sentido, o inventário da jovem *D. Joaquina Rodrigues Dantas*⁴⁹³, falecida em 25 de novembro de 1887, fornece-nos informações inestimáveis para o entendimento das perspectivas e ambições de um jovem recém liberto.

D. Joaquina Rodrigues Dantas morreu jovem, tinha apenas cinco anos e meio. Procedeu-se a inventário da jovem por ter recebido um legado de 7:200\$000 contos de réis deixado pelo padre *Pedro José Dantas*⁴⁹⁴ e depositado na caixa Econômica da cidade de Campos. Eram seus herdeiros seus dois irmãos uterinos: *Benedito*, de 20 anos, escravo de *Eduardo Ferreira Guimarães* e *Juventina*, de apenas 2 anos de idade, tutelada de *Domingos Barroso*, todos filhos da finada *Rita liberta*, falecida por complicações do parto em 03 de dezembro de 1887. Talvez, que a primeira pergunta que ocorra ao leitor resida na origem do legado recebido pela menor quando da morte daquele padre.

Pedro José Dantas era português e faleceu deixando em seu testamento⁴⁹⁵ os sobrinhos como universais herdeiros do remanescente dos seus bens (23:170\$816 réis). Pelo inventário nos foi possível constatar que seus bens somaram em importância superior a 45 contos de réis, avultada quantia para a época e, além dos sobrinhos, deixou diversas doações, a maior dela para a menor *Joaquina*, no valor de nove contos de réis.

⁴⁹³ APMCG I 3027

⁴⁹⁴ APMCG I 3014

⁴⁹⁵ Não nos foi possível localizar no acervo do Arquivo Público Municipal de Campos este testamento.

Voltando ao inventário da menor, a 12 de dezembro de 1887 vem Eduardo Ferreira Guimarães, proprietário e senhor do escravo Benedito, juntar procuração e as certidões de óbito de Rita e Joaquina, além da apresentação do teor da matrícula do escravo – matriculado em 1886 como sendo preto, 19 anos, solteiro, filho natural e de serviço da lavoura, avaliado na quantia de 900\$000. Na certidão de batismo do mesmo escravo, consta que foi batizado na Matriz de São Salvador, no dia 12 de maio de 1867, já com 1 anos e 4 meses, filho natural de Rita, escrava de Francisca Martins da Motta Leal. Joaquina falecera no dia 25 de novembro de 1887, sendo sepultada no Cemitério da Ordem Terceira de Nossa Senhora da Boa Morte. Era parda, campista, filha natural da finada Rita de tal, e veio a falecer de *entero colite*.

Na sequência dos acontecimentos, em 27 de fevereiro de 1888, vem o curador do escravo Benedito, Custodio de Almeida, dizer que sendo aquele ainda escravo, requeria empregar para o valor de sua liberdade a quantia que lhe cabe por herança, revertendo ao curatelado tudo quanto exceder àquela quantia. Afirma, por fim, “*espero ver em breve o meu curatellado Benedito, no gozo de sua justa liberdade*”. Mesmo tendo constituído advogado e procurados em dias antes, o senhor do escravo declara a 13 de abril de 1888 que cabendo ao seu escravo quantia superior a 2:500, se propunha ele a dar liberdade ao dito escravo pela quantia de 600\$000 réis, quantia inferior a que fora avaliado. Requeria que o Juiz lhe passasse mandado a favor de se levantar a quantia na Caixa Depositária, em que concorda o Juiz.

Os Autos de Partilha ocorrem no dia 03 de maio de 1888, poucos dias antes da Abolição, como se vê. Somou o monte em 7:483\$400 réis, deduzindo os gastos com funeral e tratamento médico da falecida inventariada, no valor de 1:079\$140 réis, fica o monte partível no valor de 6:404\$260 réis, cabendo a cada um dos irmãos a legítima de 3:202\$130 réis, descontando-se 600\$000 réis da legítima de Benedito referente ao preço de sua liberdade. No entanto, logo a 16 de maio de 1888, lê-se a seguinte petição: “*Diz Benedito Duque Deocleciano de Rangel e Souza, outr’ora simples Benedito, escravo de Eduardo Ferreira Guimarães, que no inventario e partilha dos bens deixados por falecimento de sua irman Joaquina Rodrigues Dantas de que é inventariante David da Silva Rodrigues, foi tirada de sua legítima a quantia de sua avaliação, segundo o valor da matrícula, e lançado ao dito Eduardo Ferreira Guimarães á titulo de indenisa-lo da liberdade do Supp^{te}, sendo tudo isso um verdadeira atropello no inventário (...)*”. Afirmava o agora *Benedito Duque Deocleciano de Rangel e Souza* que, não tendo sido

ainda julgada por sentença a partilha, nem tendo também ele entrado no gozo de sua liberdade por concessão de Eduardo Ferreira Guimarães que, ao contrário, “sempre o conservou em cativeiro até que a Lei de 13 de Maio do corrente anno veio exttinguir, d’esta data, a escravidão e restituir ao Supp^{te} a *sua condição natural de ser livre*”, será ele vítima de clamorosa injustiça e revoltante iniquidade se obrigado a pagar a Eduardo Ferreira Guimarães “o benefício que só deve a lei”. Assim, requer que seja declarado sem efeito o pagamento lançado a Eduardo, do que defere o Juiz de Direito, mandando que voltem os autos ao Dr. Juiz de Órfãos para Reforma de Partilha, mandando compor o quinhão do herdeiro na forma do seu pedido.

Benedito Duque Deocleciano de Rangel e Souza não carregou consigo o sobrenome do seu senhor, ao contrário, acusava-o de tê-lo submetido a uma condição artificial, isto é, a escravidão, posto que sua condição natural era a de ser livre.

4 - Cidadania e liberdade: “Negro não há mais não, nós tudo hoje é cidadão” ou apenas “negros libertos”?

*Fui ver pretos na cidade
Que quisessem se alugar.
Falei com esta humildade:
- Negros, querem trabalhar?
Olharam-me de soslaio,
E um deles, feio, cambaio,
Respondeu-me arfando o peito:
- Negro, não há mais não:
Nós tudo hoje é cidadão⁴⁹⁶.*

Através da sátira poética acima, nos é possível pensar em duas hipóteses: a de que o negro, de fato, tenha tentado negar as antigas condições de trabalho por considerar-se cidadão ou que, escrita por algum homem habituado aos velhos costumes, tenha ele satirizado a própria sociedade por discutir naquele momento uma possível concessão de cidadania que seria dada ao escravo com o fim da escravidão.

José Murilo de Carvalho em *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, estabelece que a definição do termo cidadania não é ação simples de ser empreendida, para o qual

⁴⁹⁶ APMCG, Monitor Campista. 28 de março de 1888.

termos como liberdade e participação não encerram a discussão. Segundo o autor, a cidadania inclui várias dimensões, podendo algumas estarem presentes sem que outras, no entanto, estejam. A cidadania plena – que teria lugar quando combinado os fatores liberdade, participação e igualdade para todos, isto é, a combinação de direitos sociais, políticos e civis, é um ideal ocidental e, aparentemente, inatingível, embora sirva de parâmetro para o estabelecimento da *qualidade* da cidadania⁴⁹⁷. Dessa maneira, os direitos civis seriam os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei. Nesse sentido, “são eles que garantem as relações civilizadas entre as pessoas (...). Sua pedra de toque é a liberdade individual”⁴⁹⁸. Os direitos políticos referem-se à participação do cidadão no governo da sociedade, como o direito de votar e ser votado e os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva – como o direito à educação e ao trabalho. No Brasil, Carvalho adverte que, os direitos foram adquiridos seguindo lógica própria: o social precedeu os demais, recaindo sobre ele certa ênfase⁴⁹⁹. Nesse sentido, no Brasil, a Abolição fez incorporar os ex-escravos aos direitos civis, sendo a única alteração significativa no progresso da cidadania no correr dos anos de 1822-1889 e 1889-1930, Império e Primeira República, respectivamente.

Certo é que, ao que nos consta, a sociedade, mesmo anos após a Abolição, ainda consentia em ver no ex-escravo apenas o “negro liberto”⁵⁰⁰. Como equiparar à categoria dos cidadãos ex-escravos e os *homens bons*, considerando-os legal e formalmente iguais? Não era, portanto, socialmente cidadão o ex-escravo.

Em verdade, o escravo aparecia aos olhos da sociedade como um elemento a ser tutelado, melhor, curatelado, já que se acreditava ser necessário tutelar suas atitudes e cercear os antigos hábitos, então considerados, em sua maioria, naturalmente tendentes à promiscuidade, à desordem e ao ócio. Cabe ressaltar que, antes, a própria escravidão minava o desenvolvimento da cidadania, já que os escravos não eram cidadãos, embora José Murilo de Carvalho ateste para a falta do próprio sentido da cidadania entre os *homens bons* – a noção da igualdade de todos perante a lei. Como apenas uma lei mudaria a percepção secularmente construída que os homens tinham uns dos outros? Diante disso, não poderia vigorar o mito da democracia racial.

⁴⁹⁷ CARVALHO, José Murilo de. 2008, p. 8-9.

⁴⁹⁸ Ibid. p. 9.

⁴⁹⁹ Ibid. p. 11-12.

⁵⁰⁰ MATTOS DE CASTRO, Hebe. 1997, p. 375-378.

Além disso, a República e a Constituição Liberal de 1889 retiravam o poder de voto dos analfabetos, ao mesmo tempo em que se eximia da obrigatoriedade da oferta de instrução pública como dever do Estado, cerceando com isso, a real assimilação dos negros – grande maioria ainda formada por analfabetos, assim como o eram a grande maioria que compunha a classe dos excluídos no Brasil - como cidadãos⁵⁰¹. No pós-Abolição, a cidadania aparece ainda como um conceito essencialmente mutável “e apenas começamos a nos aproximar de uma história que dê conta de suas múltiplas facetas”⁵⁰².

No mesmo sentido, entender a liberdade apenas em seus aspectos formais, não nos aproxima da verdadeira apreensão que os ex-escravos dela fizeram. É necessário entender a liberdade como construção histórico-social e, portanto, cheia de atribuições e significações. Ana Lugão Rios e Hebe Mattos assinalam ainda que, a liberdade concretamente alcançada com o fim da escravidão, teve significados diversos para os diferentes grupos de ex-escravos – urbanos, rurais, com família, sem família, ligados aos senhores ou não, entre outros, modificadores das expectativas e projetos possíveis de inserção no mundo agora livre⁵⁰³.

Também Thomas Holt, analisando o processo de pós-emancipação na Jamaica, destaca que os libertos construíram uma transformação social oposta ao que propunham as classes dirigentes, elaborada a partir de outras percepções dos papéis de identidade e família. Assim, “o que vinha depois da escravidão era um mundo diferente não só da servidão como também da “liberdade” esboçada pelas ideologias democráticas liberais”⁵⁰⁴.

No geral, os comportamentos e os projetos dos ex-escravos estavam atrelados a um ideal de vida autônomo – buscavam ter controle sobre si, sobre suas ações e suas famílias e, principalmente, sobre seus trabalhos. Além disso, negavam tudo que lhes

⁵⁰¹ Hebe Mattos afirma que “apenas na segunda metade do século XX a expansão da instrução pública obrigatória e o voto secreto tornariam a cidadania política acessível ao conjunto da população brasileira com base em critérios universais”. MATTOS, Hebe. 2005, p. 30.

⁵⁰² RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. 2004, p. 192.

⁵⁰³ Ibid., p. 173.

⁵⁰⁴ HOLT, Thomas. 2005, p. 129. Desse panorama, surge para o autor uma dupla tragédia: “não só aquela visão de mundo alternativa teve negado o espaço político e social necessário para sua concretização como este fracasso abriu espaço para um racismo cruel que comprometeu os esforços também das futuras gerações”.

lembrasse dos tempos de cativeiros, especialmente o uso da violência e a restrição a sua mobilidade⁵⁰⁵.

Nesse sentido, a trajetória empreendida pelo ex-escravo Augusto Verediano é esclarecedora. Augusto Verediano de Oliveira, tem seu testamento⁵⁰⁶ datado de 1884, possibilitando-nos, a partir de sua análise, resgatar as apreensões sociais que aquele sujeito realizou quando em vida e que foram comuns a boa parcela da população de ex-escravos. Reproduzo abaixo o documento em questão.

Em nome de Deos Amem. Eu Augusto Verediano de Oliveira achando-me doente dos olhos mas no perfeito juízo de todas as minhas faculdades intellectuais, e entendimento e reconhecendo que a morte tanto tem de infalível como de incerta a sua verdadeira hora resolvi fazer o meo testamento cerrado e disposição de ultima vontade, e o faço do modo seguinte. Declaro que sou *natural da Costa d'Africa do Congo*; que fui escravo do finado João de Oliveira Guimarães e por este liberto de cuja liberdade me acho no gozo há muitos annos tenho sempre vivido no estado de solteiro, no qual há muito annos conservo em minha *companhia* a Bernardina Maria Luiza da Conceição *mulher parda também solteira*, e com a qual nem um empedimento existe para com ella cazar-me se isso nos conviesse, e que se tem conservado em minha companhia tendo amantaçada como minha cazeira e amasia e dessas relações entre nos existentes, existem dois filhos d'ella e mais um de nome Manoel Augusto Verediano que já se acha cazado, e outro de nome Antonio Augusto Verediano que se acha actualmente com dez annos, os quaes já se achão por mim reconhecidos como meos filhos naturaes por escriptura publica lavrada nas nottas do tabellião do segundo cartório desta cidade Jose Caetano Carneiro em dacta de vinte oito de Dezembro do anno de mil oitocentos e oitenta e tres cuja escriptura por este confirmo em todas as suas partes, para que os mesmos meos filhos Manoel, e Antonio sejam herdeiros reconhecidos tanto em Juizo, como fora d'elle como meos filhos naturaes e sejam os herdeiros das duas terças partes do que eu possuo ao tempo da minha morte como se legitimo fossem como é de direito, e Justiça, e quanto a minha terça de que me é permitido dispor livremente instituo por *herdeira uzufructuaria* á dita minha cazeira e amazia Bernardina Maria Luiza da Conceição mai dos ditos meos filhos, e por sua morte passará o que assim houver recebido para os referidos nossos filhos Manoel, e Antonio metade para cada um ou para seos herdeiros se a esse tempo tiverem fallecido e não os tendo para o irmão que sobreviver ao outro, ou a seus herdeiros ficando entendido que se ao tempo da morte da dita uzufructuaria não existirem os ditos seos e meos dois filhos Manoel, e Antonio nem herdeiros destes n'este caso poderá Ella dispor livremente como lhe convier do que tiver recebido como uzufructuaria de minha terça. *Possuo actualmente uma caza térrea na rua dos Andradas desta cidade, e alguns poucos trastes de caza, e do meo uso, em cuja caza*

⁵⁰⁵ RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. 2004, p. 174.

⁵⁰⁶ APMCG Te.1282

resido com a dita minha cazeira, e amazia. *Sou Catholico, Apostolico, Romano* em cuja religião tenho vivido fui educado, e espero morrer, e por isso quero que o meo corpo seja dado a sepultura em lugar sagrado e a vontade de meos herdeiros com o menor dispêndio possível, e que se mande dizer pela salvação de minha alma uma missa logo depois de meo fallecimento dentro dos primeiros sete dias. Nomeio meos testamenteiros em primeiro lugar meo filho Manoel Augusto Veridiano, e em segundo lugar a sua mai Bernardina Maria Luiza da Conceição aos quaes hei por abonado tanto em Juizo como fora delle (...). [grifos nosso]

Augusto Verediano de Oliveira falece em julho de 1888. Supomos que tenha tido a possibilidade de ver e sentir a alegria que a Abolição trazia a vida de tantos homens e mulheres que, como ele, haviam experimentada a vida no cativeiro. Sintomaticamente, nosso testador se apropria do sobrenome do antigo senhor, o que nos demonstra que deve ter tido com ele relação próxima, já que, além do nome, ganhou do senhor “o estado de liberdade que há muito se conserva”. Assim como muitos outros libertos, embora padeçamos de dados comparativos que possam corroborar essa informação, foi comum a manutenção de relações conjugais não formalizadas – pela Igreja e depois pelo Estado, bem como a perfilhação durante algum período da vida, o que nem de longe esvazia a possibilidade de casamentos legais entre a população cativa ou entre os libertos⁵⁰⁷.

Acresce que Augusto Verediano conquistou casa, família e, embora não fique demonstrada sua profissão, com certeza, não logrou viver na mais absoluta miséria.

A africana Mariana Maria do Espírito Santo parece não ter tido a mesma sorte. Falecida em 1889⁵⁰⁸, não declarou ter filhos ou família. Além das disposições sobre missa e sepultamento, apenas deixa 30 mil réis a Luisa Maria de Almeida Moço, sem ao menos estabelecer qual seria o vínculo que as ligava e solicita que o negociante de secos e molhados, residente na freguesia de São Sebastião, Bemvindo Coutinho de Araujo, faça a obra pia de ser seu testamenteiro. Além disso, e talvez mais importante, a ligação daquela mulher com a religião parece ter sido tão intensa, que ela deixou seu aparentemente único bem para Santo Antonio e Nossa Senhora da Conceição.

Em nome da Santíssima Trindade Padre, Filho e Espirito Santo, em quem eu Marianna Maria do Espirito Santo firmemente creio, e em cuja fé protesto viver e morrer. Este he o meo testamento e ultima

⁵⁰⁷ Cf. SLENES, Robert. 1999. FLORENTINO, Manolo e GOES, José Roberto. 1997.

⁵⁰⁸ APMCG I 3071

vontade. Declaro que sou natural de Benguella. Falecendo aqui em São Sebastião quero ser sepultada no Cemitério de Nossa Senhora do Rozário. Mando que por minha alma se digão quatro missas. *Deixo a Santo Antonio e a Nossa Senhora da Conceição o sitio com as bemfeitorias, e tudo que se encontrar dentro da casa.* Deixo á Luisa Maria de Almeida Moço trinta mil reis. Rogo ao Senhor Bemvindo Coutinho de Araujo queira fazer a obra pia de ser o meo primeiro testamenteiro e o segundo o Tenente Felismindo Jose Pereira Gomes e o terceiro o Capitão Antonio Ribeiro Gomes. Este depois de minha morte e por este testamento revogo qualquer outro. São Sebastião quatro de Setembro de 1883.

Além da abertura do inventário e do testamento, o processo nada mais continha. Nem o comerciante nem a beneficiária se apresentaram. Também nada se continha sobre sua propriedade.

Também Joaquim Corrieiro⁵⁰⁹, preto africano de 60 anos e morador da freguesia de Santo Antonio dos Guarulhos, conseguiu angariar bens. Além de uma porção de terras, no valor de 70\$000 réis, possuía 373\$700 réis em dinheiro existente na Caixa Depositária, bens deixados para sua esposa e filho.

O inventário dos bens que ficaram por falecimento de D. Felisminda Isidora da Conceição⁵¹⁰, falecida em 1890, mostra bem os limites dos aspectos de cidadania e liberdade para aquela população livre do pós-Abolição. Ficou como inventariante dos bens o negociante João Antonio Barbosa, que requereu o cargo “porque, apesar de serem todos os herdeiros maiores, quatro filhos, nem ao menos sabiam ler”. Felisminda era preta, campista e morreu aos 67 anos na rua São Bento desta cidade. Deixou entre os bens casa na rua Voluntários da Pátria, dinheiro na Caderneta Depositária e alguns móveis usados (1 mesa, 1 marquesa, 1 armário pequeno, 3 caixas de madeira, 1 marquesa e louça de uso), somando tudo 1:084\$000 réis. Vê-se, pois, que os limites que encerravam a cidadania e o sentimento de pertencimento para a maior parte dessa população, estavam ligados a ideias que iam além das tradicionais formulações – trabalho, “moralidade”, educação, são exemplos destes. De fato, conforme bem analisa Hebe Mattos no prefácio à obra *Além da escravidão*, os negros construíram uma ética própria de trabalho, assentada na valorização da autonomia, do acesso à terra e do controle da força de trabalho familiar⁵¹¹. Para a nova ética do trabalho, agia, portanto, a avaliação seletiva do liberto.

⁵⁰⁹ APMCG I 3090

⁵¹⁰ APMCG I 3104

⁵¹¹ MATTOS, Hebe. 2005, p. 29.

Ana Lugão Rios e Hebe Mattos, no importante estudo sobre a sociedade agrária do Vale do Paraíba, intitulado *Memórias do Cativo*, estabelecem alguns traços que podem ser considerados comuns às sociedades do pós-Abolição: a) resistência ao trabalho coletivo; b) busca da reconstituição da vida familiar com a retirada de mulheres e crianças das plantações⁵¹² e c) busca de controle sobre o trabalho (tempo e ritmo)⁵¹³. No geral, tais características terão a consequência de causar uma vida de extremos para o negro das sociedades do pós-emancipação que, então, se norteará entre uma situação de instabilidade ou de estabilidade, geralmente dada pela terra. Muitos negros tenderão a buscar a liberdade completa, desvinculada de qualquer tentativa de regulamentação, seja espacial, temporal ou mesmo de trabalho, alimentação ou vestuário. Nesse sentido, afastam-se não só de seus antigos senhores, mas também de qualquer outro tipo de relação de trabalho que lembre os tempos do cativo. Outros por seu turno, buscarão se manter por perto de algum senhor que seja capaz de ao menos oferecer certa estabilidade, seja com seu antigo senhor, seja com algum outro. O fato é que antes que possam se estabelecer como donos de algum pedaço de chão, passam a trabalhar nas terras de algum ex-senhor sobre a forma de parceiros ou foreiros, estando indiscutivelmente ligados a este. No geral, buscando a fixação ou não a um lugar, respondem diretamente a forma como antes viveram as relações patriarcais, ou clônicas, como o diz Oliveira Vianna.⁵¹⁴

É por isso, que a análise de Freyre sobre o patriarcalismo não perde validade, como quando ele afirma que

da antiga ordem econômica persiste a parte pior do ponto de vista do bem-estar geral e das classes trabalhadoras – desfeito em 88 o patriarcalismo que até então amparou os escravos, alimentou-os com certa largueza, socorreu-os na velhice e na doença, proporcionou-lhes

⁵¹² É um traço comum apontado no pós-emancipação nas Américas a apropriação do trabalho infantil e feminino para a esfera doméstica e de subsistência.

⁵¹³ RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. 2005, p.27. Tendo isso em mente, é mais fácil perceber porque no Brasil inúmeras medidas legais foram criadas como mecanismo de repressão à vadiagem, bem como leis restritivas sobre o acesso à terra. Nesse sentido, a Lei de Terras, de 1850, significou o impedimento do acesso à terra, criando meios de obstaculizar o seu acesso, forçando o trabalhador livre a permanecer nas fazendas ou em seus arredores. Ver Kowarick, 1994, p.76.

⁵¹⁴ Nesse sentido ver Mattos e Rios, 2005.

aos filhos oportunidades de acesso social. O escravo foi substituído pelo pária de usina; a senzala pelo mucambo; o senhor de engenho pelo usineiro ou pelo capitalista ausente⁵¹⁵.

É, por isso, revelador o quadro por José Murilo de Carvalho para a sociedade do pós-emancipação no Brasil, quando ele afirma que, aqui, “aos libertos não foram dadas nem escolas, nem terras, nem empregos”, salientando ainda, que “dezenas de anos após a abolição, os descendentes de escravos ainda viviam nas fazendas, uma vida pouco melhor do que a de seus antepassados escravos”⁵¹⁶.

No que toca às suas escolhas, os negros oriundos do cativo procuraram pelos seus próprios significados de cidadania e liberdade que, no geral, estava ligada ao relacionamento que ele mantinha com o trabalho e com a terra. Como bem afirma Hebe, queriam ser tratados como livres e não como libertos⁵¹⁷. Infelizmente, no Brasil, naquela sociedade capitalista nascente, ser “negro livre” significava nada mais que passar de escravo a liberto, sem maiores direitos, sem grandes possibilidades de escolha. No geral, mudaram as formas de exploração do trabalho e, não a exploração em si.

⁵¹⁵ MATTOS, Hebe. 2004, p. 51-52.

⁵¹⁶ CARVALHO, José Murilo de. 2008, p. 52.

⁵¹⁷ MATTOS, Hebe. 1997, p. 383.

CONCLUSÃO

No geral, os novos estudos sobre as sociedades escravistas e do pós-emancipação têm apontado para um lugar comum aqui corroborado: o resgate das experiências dos negros tem demonstrado o quão fértil poderiam ser suas vidas familiares, suas redes de solidariedade e sociabilidade, além das estratégias e ações empreendidas pelos escravos e pelos libertos para se afirmarem enquanto sujeitos humanos. Uma das possibilidades de pesquisa gerada por esse estudo foi, justamente, compreender as estratégias e projetos levados a cabo pelos trabalhadores nacionais livres na conquista da liberdade e da cidadania, na apreensão de direitos, a partir de suas próprias significações, frente a um modelo proposto que entrelaçava a *tríade liberdade, cidadania e igualdade* à ideologia do *trabalho*.

Foi justamente a ideologia do trabalho que conformou a imagem do nacional liberto ideal: trabalhador, cumpridor de suas tarefas e de suas funções, capaz de respeitar a moral, a família e os patrões. Vimos que essa lógica começou a ser gestada no interior da crise que levou à Abolição em 13 de maio e que fora em Campos propagada pela aliança entre movimento abolicionista e os escravos. Aliança esta que logo se mostrou frágil e se rompeu no raiar dos novos tempos. Era chegada a hora das relações capitalistas de produção, e o progresso e a civilidade pareciam, àqueles homens de finais do século XIX, finalmente ter chegado.

Nesse sentido, à ética do trabalho se ligou o peso da construção da imagem do “trabalhador livre ideal”. Para atuarem na nova ordem das coisas, os negros libertos precisaram traçar novas estratégias, rever alianças, tecer novas redes de solidariedade e sociabilidade e, principalmente, rever suas relações com os senhores.

Nas recorrentes reclamações que pudemos observar os fazendeiros empreenderem nas páginas do *Monitor Campista*, ficou patente a reprovação da atitude hostil dos ex-escravos. Em verdade, parecia lhes incomodar, acima de tudo, a perda da autoridade senhorial, isto é, a perda do poder de investida sobre os, agora, libertos. Além disso, não muito diferente do que ocorria antes, no quadro de desagregação da ordem escravista, os fazendeiros não tiveram outra opção senão negociar. Negociaram melhores salários e melhores condições de serviço, tudo para atrair a mão de obra do trabalhador liberto nacional. Os nacionais igualmente negociavam e transacionavam em busca de melhores colocações, normalmente, as que mais os afastassem das antigas

formas escravistas. Nem todos os fazendeiros, no entanto, souberam negociar e abrir mão do “direito inalienável da propriedade privada” a que julgavam ter sobre seus escravos, e, nesse sentido, vários esperaram a indenização por parte do governo até, pelo menos, ruir o Império.

Por outro lado, nem todos os fazendeiros e ex-escravos se negavam mutuamente. Alguns, longe de se relacionarem apenas por interesses que estivessem ligados ao mundo do trabalho, se vinculavam também por laços sociais. Pudemos constatar, principalmente pela análise dos inventários e testamentos, que muitos ex-escravos buscaram manter as antigas alianças com os senhores, recebendo deles a proteção e a intervenção em hora difícil. Essa lógica de relacionamento, como vimos, fazia parte, assim como a violência, da própria lógica da escravidão. Afinal, só de violência não teria o sistema se sustentado. A bem da verdade, se o sistema escravista se revestisse apenas das famigeradas relações intrinsecamente ambíguas, disformes e dicotômicas por natureza nas relações entre senhores e escravos, como explicar a permanência desses muitos escravos ao lado de seus antigos senhores?

O próprio fato de não ter logrado sucesso a mão de obra imigrante em Campos indica que a solução nacional livre abastecia as fazendas de braços, de modo que não se chegou a gerar uma crise pela falta de trabalhadores nas lavouras da região. O que entendemos estar presente nas reclamações constantes dos lavradores e fazendeiros, residia no desencontro de antigas formas de se relacionar, em que, apesar dos acordos e concessões, se fazia vigorar o poder senhorial. Frente a isso, existia a sempre ameaça negra de, assim como empreendera em 1888, abandonar seus trabalhos e sair rumo a novas formas de trabalho.

Por fim cabe ressaltar que a opção que aqui empreendemos foi uma clara análise das relações sociais de trabalho, para as quais fazendeiros e nacionais livres seguiram lógica própria, apropriando e resignificando conceitos e ideias a partir das suas necessidades e dos seus lugares de origem. Em linhas gerais, à lavoura campista não faltaram braços, embora a ameaça negra requerendo por melhores ou diferentes formas de se relacionar com o trabalho parece ter sido uma constante.

A mão de obra livre em Campos seguiu, aparentemente, pelos seguintes caminhos: 1) permanência dos ex-escravos junto aos antigos senhores, mantendo, muitas das vezes, as antigas formas de relação patriarcal, mas agora voltadas não mais para a violência e sim resignificadas por um novo prisma: a proteção; 2) libertos que,

ligados ou não a antigos ou novos senhores, estabeleceram relacionamento de vida e trabalho com a terra, desenvolvendo, quase sempre, produções familiares de pequeno excedente para a venda; 3) inserção no mercado de trabalho, especialmente, nas fazendas da região; 4) e, por fim, aquele grupo que tendo inicialmente negado a nova ética, continuou a negar o trabalho assíduo e frequente, empregando-se apenas em jornais ou diárias, quando não apenas vivendo pelo mundo, sem estabelecer relação com a terra, com a família ou com o trabalho, parecia ligar-se apenas à liberdade.

Por fim, para além de qualquer apreensão sobre violência-negociação, coisificação-subjetivação, tentamos aqui proceder a uma análise das relações estabelecidas entre os negros libertos e a sociedade através do mundo do trabalho e das relações a ele associadas. Normalmente, o que a sociedade pretendia ao liberto era uma liberdade formal, encerrada em si mesmo, fechando os interesses do negro livre a uma ótica pensada e instituída a partir de relações de classe – os mais ricos sobre os mais pobres, quando também raciais – os brancos sobre os de cor. Buscando superar as adversidades, os negros ex-escravos, então livres, souberam buscar seus caminhos, empreender suas trajetória, buscar e impor suas escolhas. Logicamente, o impacto que os anos de cativo legaram aos remanescentes da escravidão não foi pouco nem tampouco pequeno. Ainda décadas e décadas depois, lega à sociedade muitos de seus males.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

Arquivo Público de Campos (APMCG)

Manuscritas

Fórum Municipal de Campos – Preservação do Acervo Cartorário

Inventários:

Caixa 206 - I 2892 (03.01.1883) – Caixa 221 – I 31200 (27.10.1893)

Testamentos:

Caixa 57 – Te. 1212 (14.02.1883) – Caixa 59 – Te. 1290 (14.08.1894)

Câmara Municipal

Código de Posturas Municipais – 1829

Livro de Registro de Correspondência – 10.01 - 1883 a 1891

Documentos de Escravos:

Autos de Perguntas Feitas aos escravos do Dr. Julião Ribeiro de Castro – 10.05.1887

Autos de Perguntas feitas aos Quilombolas – 30.09.1883

Cartório 2º Ofício:

Livro de registro das Procuções - C2 0443 – 18/10/1889 a 22/10/1893

Registros Gerais – Liberdades - C2 0911 – 29.05.1886 a 23.05.1889 e C2 0912 10.07.1884 a 22.03.1886

Impressas

▪ Jornais:

- *Monitor Campista*
- *Vinte e Cinco de Março*

*** Todas as fontes apresentadas encontram-se localizadas no acervo do Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes.**

Referências bibliográficas:

AIRES DE CASAL, Manoel. *Corografia* brasileira. Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1817. 2 vols

ALFREDO, Antonio Sérgio. As elites de cor e os estudos de relações raciais. *Tempo Social*; Ver. Sociol. Pol. USP. São Paulo, outubro de 1996.

_____. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. O Projeto Unesco na Bahia. Comunicação ao Colóquio Internacional “O . Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educ. Pesquisa**. Vol.29 no.1 São Paulo Jan./Junho 2003

projeto Unesco no Brasil: uma volta crítica ao campo 50 anos depois”, Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, entre 12 e 14 de julho de 2004.

ALMEIDA, Katia Lorena N. Considerações sobre o perfil do alforriado em Rio de Contas, Bahia (século XIX). **TOPOI**, v. 10, n. 19, jul-dez. 2009, p. 31-54.

ALVES, Heloisa. **Reformas urbanas e poder político: os empresários e o projeto de modernização da cidade de Campos dos Goytacazes – 1890/1930**. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF.

AMANCIO, K. A. O. . Ser vadio: Repressão e agência no pós-emancipação (1888-1918). **EPOG**, 2009, São Paulo. EPOG, 2009.

_____. O. Apontamentos sobre as mulheres negras no pós-emancipação. In: **IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, Curitiba, 2009.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30**. Rio de Janeiro, Editora 34, 1994.

AZEVEDO, Célia Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX**. São Paulo: Annablume, 2004.

AZEVEDO, Thales. **As elites de cor: um estudo de ascensão social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

BACELAR, Jerferson. **A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador**. Pallas Editora, 2001.

BANDEIRA, Maria de Lourdes, 1988. **Território negro em espaço branco**. Editora Brasiliense. São Paulo.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branco e Negro em São Paulo**. São Paulo: Global, 2008.

BEIGUELMAN, Paula. **A crise do escravismo e a grande imigração**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **A riqueza do município de Campos**. Campos dos Goytacazes, 1916.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987.

BURKE, P. (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. SP: UNESP, 1992.

CALLARI, Claudia Regina. **Identidade e Cultura Popular: histórias de vida de famílias negras**. Dissertação de mestrado em História, Universidade de São Paulo, 1993.

CAMPOS, Edson Nascimento e CURY, Maria Zilda Ferreira. **FONTES PRIMÁRIAS: SABERES EM MOVIMENTO**. *Rev. Fac. Educ.* [online]. 1997, vol.23.

CARDOSO, Ciro Flamarion (org.). **Escravidão e Abolição no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1960.

_____. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**. São Paulo: Difel, 1962.

CARNEIRO, Marília B. S. **Atos e Fatos da Antiga Campos**. Campos do Goytacazes: s/ed., 1985.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. & VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da história; ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, Maria Alice Resende de. **Cidade e Fábrica: a construção do mundo do trabalho na sociedade brasileira**. Dissertação de mestrado, Campinas: Unicamp, 1983.

CARVALHO, Waldir P. **Campos Depois do Centenário** - v.I, II e III. Itaperuna, RJ: Damadá. 1991.

CASTRO, Hebe M. Mattos. In. NOVAIS, Fernando A; ALENCASTRO, Luiz Filipe de. **História da Vida Privada no Brasil**. Volume 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COOPER, Frederick et alii. **Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CORRÊA, Mariza. **As Ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

COSTA, Alex Andrade. **Arranjos de sobrevivência: autonomia e mobilidade escrava no Recôncavo-Sul da Bahia (1850-1888)**. Dissertação de mestrado, Bahia: Universidade do Estado da Bahia, 2009.

COSTA, Ângela Marques da & SCHWARCZ, Lilia Moritz. **1890 – 1914: no tempo das certezas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COSTA, Carlos Eduardo C. da. **Campesinato Negro no Pós-Abolição: Migração, Estabilização e os registros Cíveis de Nascimentos.Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ. (1888-1940)**. Dissertação, (Mestrado em História Social), Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2008.

COSTA, Emilia Viotti. **Da Monarquia à República: Momentos decisivos**. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. **Da senzala à colônia**. São Paulo: UNESP, 1998.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, Estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CUNHA, Olivia Maria Gomes. **Intenção e Gesto: pessoa, cor e produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-942**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: um introdução à antropologia social**. Petrópolis: Vozes, 1983.

DAUWE, Fabiano. **A Libertação Gradual e a Saída Viável: os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos.** Dissertação de mestrado. Niterói. UFF. 2004.

DAVIS, David Brion **O problema da escravidão na cultura ocidental.** Rio de Janeiro, Ed: Civilização Brasileira, 2001.

DEAN, W. **Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura (1820-1920).** Rio de Janeiro, Ed.: Paz e Terra, 1977.

DEZEMONE, M. **Memória Camponesa: Identidades e Conflitos em terras de Café.** (1888-1987) Fazenda Santo Inácio, Trajano de Moraes – RJ. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2004.

DONALD Jr., Cleveland. **Slavery and Abolition in Campos, Brazil, 1830-1888.** PhD. Thesis, Cornell University, 1973.

EISEMBERG, Peter. **Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX.** Campinas: Unicamp, 1989.

ENGEMANN, Carlos. **De Laços e de Nós: constituição e dinâmica de comunidades escravas em grandes plantéis do sudeste brasileiro do Oitocentos.** Dissertação, (Mestrado em História Social), Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2006.

_____. **A Micro-História Italiana: escalas, indícios e singularidades.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006.

ESPADA, H.R. Sob domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. **TOPOI**, vol.6, nº11, jul.dez. 2005.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. **A civilização do açúcar (séc. XVI a XVII).** São Paulo, Brasiliense, 1984.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos.** São Paulo: Global, 2007.

_____. **A integração do negro à sociedade de classes.** Volumes I e II. São Paulo: Global, 2008.

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de A. Neves (orgs.). **O Brasil Republicano.** O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Em busca da idade do ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930).** Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

FEYDIT, Julio. **Subsídios para a história dos Campos dos Goytacazes**: desde os tempos coloniais até a proclamação da República. Campos dos Goytacazes: s/ed.1985.

FILHO, Walter. **Mendigos moleques e vadios na Bahia do século XIX**, São Paulo, HUCITEC/EDUFBa, 1996.

FINLEY, Moses. **Escravidão antiga e ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz nas senzalas**: família escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____.; LEWKOWITZ, I. ; GUTIERREZ, H. **Trabalho compulsório e trabalho livre na história do Brasil**. São Paulo: Editora da Unesp, 2008.

_____. Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa. **TOPOI**, Rio de Janeiro, set. 2002, pp. 9-40.

_____. **Em Costas Negras**: Uma História do Tráfico entre A África e o Rio de Janeiro, Séculos XVII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **Tráfico, Cativo e Liberdade**: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Ed: Civilização Brasileira, RJ, 2005.

_____.; MACHADO, C. S. (Org.). **Ensaio Sobre a Escravidão I**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

FONER, Eric. **Nada além da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FRAGA, Walter Filho, **Encruzilhadas da liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910), Campinas, Editora da UNICAMP, 2006.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; JUCÁ, Antônio Carlos; SCOTT, R.J. **Além da Escravidão**: Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 2005.

_____.; FLORENTINO, Manolo; JUCÁ, Antônio Carlos; CAMPOS, Adriana. **Nas Rotas do Império**: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006.

FRANCISCO, Raquel Pereira. **Laços da senzala, arranjos da Flor de maio**: relações familiares e de parentesco entre a população escrava e liberta – Juiz de Fora (1870-1900). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 3ª Edição. São Paulo: Kairós, 1983.

FRANK, Zephyr L. **Dutra's World: Wealth and Family in Nineteenth-Century Rio de Janeiro**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004.

FREITAS, Carlos Roberto Bastos. **O mercado municipal de Campos dos Goytacazes: a sedução persistente de uma instituição pública**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Norte Fluminense. Campos dos Goytacazes, 2006.

FREITAS, Marcos Cesar de. **Da Micro-História à História das Ideias**. São Paulo: Cortez: USF-IFAN, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos - decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

_____. **A presença do açúcar na formação brasileira**. Rio de Janeiro: Divulgação do MIC: IAA. 1985.

_____. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 2 São Paulo: Companhia Editora Nacional/Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Social, 1979.

_____. **Casa-Grande e Senzala**. 49ª ed. São Paulo: Global editora, 2004.

FRY, Peter; VOGT, Carlos. **Cafundó: a África no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras e Editora da Unicamp, 1996.

GARCIA JR., Afrânio Raul. **Terra de Trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GEBARA, Ademir. **O mercado de trabalho livre no Brasil, 1871-1888**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GENOVESE, Eugene. **O Mundo dos senhores de escravos: dois ensaios de interpretação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **A terra prometida: o mundo que os escravos criaram**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Brasília: CNPq, 1988.

GINZBURG, C. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

GOES, José Roberto. **O cativo imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX**. Vitória: Lineart, 1993.

GOMES, Ângela de Castro; MATTOS, H. Sobre apropriações e circularidades: memória do cativo e política cultural na era Vargas. **História Oral**, n. 1, p.121-144, 1998.

_____. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. Propaganda política, construção do tempo e mito Vargas: o calendário de 1940. **Anais eletrônicos do XXII Simpósio Nacional de História: cultura e política nas Américas**. João Pessoa: Anpuh, 2003.

GOMES, Flávio dos Santos. **Experiências atlânticas: Ensaio e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil**. Passo Fundo-RS: UPF Editora - Universidade de Passo Fundo-RS, 2003.

_____. **Palmares**. Escravidão e Liberdade no Atlântico Sul. São Paulo: Editora Contexto, 2005. _____. **Histórias de Quilombolas**. Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro - séc. XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **SOARES, C. E. L. ; FARIAS, Juliana Barreto . O Labirinto das nações**. Africanos e Identidades no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo nacional, 2006.

_____.; CUNHA, Olívia M. G. (orgs.). **Quase-Cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

_____. A escravidão reabilitada. São Paulo: Ática, 1990.

GRAHAM, Richard. **Escravidão, reforma e imperialismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

GUEDES, Roberto. Ofícios mecânicos e mobilidade social: Rio de Janeiro e São Paulo (Sécs. XVII-XIX). **TOPOI**, v. 7, n. 13, jul.-dez. 2006, pp. 379-423.

GUTMAN, H. **The Black Family in Slavery and Freedom, 1750-1925**. New York: Vintage Books, 1976.

HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HARTUNG, Miriam. Muito além do céu: Escravidão e estratégias de liberdade no Paraná do século XIX. **TOPOI**, v. 6, n. 10, jan./jun. 2005, pp. 143-191.

IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo**. São Paulo: Difel, 1962.

_____. **Escravidão e racismo**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

_____. A Sociologia de Florestan Fernandes. **Estudos Avançados**. Vol.10 nº26 São Paulo Jan./Abr. 1996

JESUS, Aloiza R. de. 1970-J58d **De porta adentro a porta afora : trabalho escravo nas freguesias do Espírito Santo (1850-1871)**. Dissertação (Mestrado em História), Espírito Santo: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2009.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LAMEGO FILHO, Alberto. **A planície do Solar e da Senzala**. Rio de Janeiro: Livraria Católica, 1934.

_____. **O Homem e o Brejo**. Rio de Janeiro. Biblioteca Geográfica Brasileira. Série A “Livros”, IBGE, 1945.

LAMEGO, Alberto. **Terra Goitacá, à luz de documentos inéditos**. Niterói. Diário Oficial, 1942.

LAMOUNIER, Maria Lucia. **Da escravidão ao trabalho livre**. Campinas: Papirus, 1988.

_____. (org.). Escravidão. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol.8, nº16, março/agosto, 1988.

LANG, Alice B. da S. G (Org). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. São Paulo: CERU, 1999. p. 59-72.

LARA, Sílvia Hunold. **Campos da violência**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

_____. Escravidão no Brasil: Balanço Historiográfico, **LPH: Revista de História**. 1992.

LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. **TOPOI**, v. 6, n. 11, jul.-dez. 2005, pp. 289-326.

LIMA, Lana Lage da Gama. **Rebeldia Negra e Abolicionismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

LUCCOCK, Jonh. Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil, de 1808 a 1818. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

MACHADO, Cacilda. Cor e hierarquia social no Brasil escravista: o caso do Paraná, passagem do século XVIII para o XIX. **TOPOI**, v. 9, n. 17, jul.-dez. 2008, p. 45-66.

MACHADO, Maria Helena. **Crime e escravidão: trabalho, luta, resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição**. Rio de Janeiro: UFRJ/EDUSP, 1994.

MAESTRI FILHO, Mário José. **Depoimentos de escravos brasileiros**. São Paulo: Icone, 1988.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. 1999, vol.14, n.41, pp. 141-158.

MALHEIRO, Perdígão. **A escravidão no Brasil**. Petrópolis: ED. VOZES, 1976.

MARCILIO, Maria Luiza (org.). **História e População: Estudos sobre a América Latina**. São Paulo: ABEP, 1990.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Factores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle de escravos nas Américas, 1680-1880**. São Paulo: Companhia das Letras. 2004.

MARTINS, Ismênia de Lima. **Os problemas da extinção do tráfico africano na Província do Rio de Janeiro: uma tentativa de análise das dificuldades de reposição de mão-de-obra na grande lavoura fluminense**. Doutorado, FFLCH-USP, 1972.

MARTINS, J. **O Cativo da Terra**. 8ª Edição, São Paulo, Ed.: HUCITEC, 2004.

MATOSO, Kátia. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MATTOSO, Katia. **Bahia, século XIX**. Uma província do Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____. **Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. & SCHNOOR, Eduardo (Orgs.). **Resgate – uma janela para o oitocentos**. Rio de Janeiro: Top Books, 1995.

_____. **Das cores do silêncio**. Significados da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995 / Nova fronteira, 1998.

_____. Os combates da memória. Escravidão e liberdade nos arquivos orais de descendentes de escravos brasileiros. In: **Tempo**. Rio de Janeiro, Vol. 3, n° 6, dezembro de 1998.

_____. **Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

_____.& RIOS, A. M. L.. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **TOPOI**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004.

_____.& RIOS, A. M. L. **Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania nos pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. "Prefácio" In COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca. **Além da Escravidão. Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MELLO, José Alexandre Teixeira de. **Campos dos Goitacazes em 1881,** Rio, 1886.

MENDONÇA, José Carlos. **Expedição Rio Paraíba do Sul.** Campos dos Goytacazes: Fenorte, 2002.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala.** Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

_____. **Os quilombos e a rebelião negra.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

_____. **Rebeliões da senzala.** Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1988.

_____. **Sociologia do negro brasileiro.** São Paulo: Editora Ática, 1988.

_____. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

NABUCO, Joaquim. **A Abolicionismo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. **A Escravidão.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NADALIN, Sérgio Odilon. A população no passado colonial brasileiro: mobilidade versus estabilidade. In. **TOPOI**, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003, pp. 222-275.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto, quanto branco:** estudos de relações raciais no Brasil. São Paulo: T. A. Queiróz, 1983.

_____. **Preconceito de marca:** as relações raciais em Itapetinga. São Paulo: EDUSP, 1998.

_____. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo social**, vol.19 no.1 São Paulo, junho 2007.

ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo.** São Paulo: Unesp, 1997.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. 1988. **O liberto: o seu mundo e os Outros.** Corrupio/Minc. Salvador.

OLIVEIRA, Maurício. Paradoxos do liberalismo no Brasil escravista. **TOPOI**, v. 7, n. 13, jul.-dez. 2006, pp. 481-485.

OSCAR, João de. **Escravidão e engenhos: Campos, São João da Barra, Macaé, São Fidélis.** Teresópolis, ed. Achiamé, 1985.

PACHECO, Jacy. **Paisagem Fluminense**. Rio de Janeiro: Instituto Fluminense do Livro, 1969.

PEÇANHA, Celso. Nilo Peçanha e a Revolução Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1969. p. 172.

PEIXOTO, Dídima de Castro. **História Fluminense**. 3ª ed. Campos dos Goytacazes: UENF, 1996.

PESSANHA, Roberto Moraes & SILVA NETO, Romeu (Org.). **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense**: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004.

PIERSON, Donald. **Branços e pretos na Bahia**: estudo de contato racial. 2ª edição. SP: Companhia Editora Nacional, 1971.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. **Crise e resistência no escravismo colonial: os últimos anos da escravidão na província do Rio de Janeiro**. Passo Fundo, UPF, 2002.

PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). **Trabalho escravo, economia e sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PINTO, Jorge Renato Pereira. **Um pedaço de terra chamado Campos** - sua geografia e seu progresso. Campos: Artes Gráficas, 1987.

_____. **O ciclo do açúcar em Campos**. Campos dos Goytacazes: s/ed. 1990

_____. **Escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Ática, 1993.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Escravidão negra em debate**: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977

_____. **Escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Ática, 1987.

RAMOS, Arthur. **Introdução à Antropologia Brasileira** – os contactos raciais e culturais. 3ª edição. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil. 1962.

RANGEL, Ana Paula dos Santos. **Nos Limites da Escolha**. Matrimônio e Família entre Escravos e Forros. Termo de Barbacena – 1781-1821. Dissertação (Mestrado em História Social), Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2008.

REIS, João José. Rebelião e população: notas sobre a população escrava na Bahia no século XIX. **Revista das Ciências Humanas**, v. 1, p. 143-154, 1980.

_____. O rol dos culpados: notas sobre um documento da rebelião de 1835. **Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia**, nº48, 1985.

_____. (org.); **Escravidão e invenção da liberdade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____.; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____.; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um Fio**: História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Rebelião Escrava no Brasil: a História do Levante dos Malês (1835)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, Thiago de Souza dos. **Morte e escravidão**: padrões de morte da população escrava de Vassouras, 1865-1888. Dissertação (Mestrado em História), Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

REYS, Manoel Martins do Couto. *Descrição Geográfica, Política e Cronológica do Distrito de Campos dos Goitacases – 1785*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. 1997

RIBEIRO, Darcy. **Os Brasileiros (I Teoria do Brasil)** - Estudos de Antropologia da Civilização. 3ª ed. Petrópolis: Vozes. 1978.

RIOS, Ana Lugão. **Família e Transição: Famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920**. Dissertação. (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

RODRIGUES, Hervé Salgado. **Campos na taba dos Goytacazes**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1988.

_____. Mestiçagem, degenerescência e crime. **História, ciência e saúde** - Manguinhos vol.15 n.º.4. Rio de Janeiro Out./Dez. 2008.

RODRIGUES, Nina. **O animismo fetichista dos negros bahianos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

_____. **Os africanos no Brasil**. 6ª edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

RODRIGUEZ, Pablo. A efêmera utopia dos escravos de Nueva Granada: o caso do palenque de Cartago. In. **TOPOI**, v. 6, n. 11, jul.-dez. 2005, pp. 362-380.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana. In. **TOPOI**, v. 5, n. 8, jan.- jun. 2004, pp. 138-169.

SCHWARCZ, Lilia M. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____.; REIS, Letícia Vidor de Souza. **Negras Imagens**: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil. São Paulo: EDUSP/Estação Ciência, 1996.

_____. O espetáculo da miscigenação. **Estudos avançados**. vol.8 no.20 São Paulo Jan./Abr. 1994.

_____. **As barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos Trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Escravos, roceiros e rebeldes**. São Paulo: Edusc, 2001.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCOTT, Rebeca. **Emancipação escrava em Cuba**: a transição para o trabalho livre (1860-1899). Rio de Janeiro: Paz e Terra e Campinas: Unicamp, 1991.

SILVA, Claudia Andrade. Projetos sociais abolicionistas: ruptura ou continuísmo? In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org). **História, intelectuais e política (séculos XIX e XX)**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

SILVA, Denilson de Cássio. O drama social da abolição: escravidão, liberdade, trabalho e cidadania em São João Del-Rei (1871-1897). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

SILVA, Eduardo. **Barões e escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

_____. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura**: uma investigação de história cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ILVA, Jaime da; *et alli* (orgs.). **Cativeiro e Liberdade**. Rio de Janeiro: UERJ, 1989.

SILVA, Lúcia Helena O. Emergindo do silêncio: libertos e afro-descendentes no pós-abolição (1888/1930). In: **IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, Curitiba, 2009.

SILVA, Osório Peixoto. **500 anos dos Campos dos Goytacazes**. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, 2004.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco**: um sistema brasileiro de grande lavoura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SLENES, Robert; FARIA, Sheila de Castro. *Família escrava e trabalho*. **TEMPO**, Vol. 3 - n° 6, Dezembro de 1998.

_____. *Na Senzala, uma Flor: Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava - Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Márcio. **A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750 – c. 1830**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

SOUSA, Horácio. **Cyclo Áureo – História do 1º Centenário da Cidade de Campos: 1835-1935**. Campos: Artes Gráficas. 1935.

SOUZA, Jessé. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 12(1): 69-100, maio de 2000.

SOUZA, Laura de Melo. **O Escravismo Brasileiro nas Redes do Poder: comentário de quatro trabalhos recentes sobre escravidão colonial**. Estudos Históricos, Vol. 2, 1989.

SOUZA, Sônia Maria de. **Terra, família, solidariedade: Estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870-1920)**. Tese, (Doutorado em História) Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

TANNENBAUM, Frank. **Slave and Citizen**. Boston, Beacon Press, 1992.

TOCQUEVILLE, Alexis. **A emancipação dos escravos**. São Paulo: Papyrus, 1994.

TORRES, Alberto. **A Organização Nacional**. São Paulo: 3. ed. Ed. Nacional, 1978.

_____. **O problema nacional brasileiro**. Brasília: Editora da UnB, 1982.

VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e escravidão: os libertados e as sociedades escravistas no Brasil colonial**. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

_____. **Trópico dos pecados**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

VIANNA, Oliveira. **Raça e Assimilação**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio. 1959.

_____. **Populações Meridionais do Brasil – Populações Rurais do Centro–Sul**. Volume I. 7ª edição. Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Limitada e EdUFF. 1987.

WEFFORT, Francisco. Lembranças de Florestan. **Estudos avançados**. vol.10 no.26 São Paulo Jan./Abr. 1996